

Avaliação de Efetividade de Projetos Indígenas no Âmbito do Fundo Amazônia

Antonio Manoel Timbó Lima Gomes
Gersem Baniwa
Ricardo Wahrendorff Caldas

Dezembro / 2021



Avaliação de Efetividade de projetos Indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

Este relatório apresenta os resultados da avaliação de efetividade *ex post* de projetos no tema de Indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES. A avaliação foi realizada por uma equipe formada por consultores independentes sob a coordenação da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH* (GIZ) no âmbito da cooperação técnica com o BNDES acerca do Fundo Amazônia. Todas as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da GIZ ou do BNDES.



Equipe de avaliação

Antonio Manoel Timbó Lima Gomes

Gersem Baniwa

Ricardo Wahrendorff Caldas

Coordenação da Avaliação

(Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ GmbH)

Alef Brito

Bernardo Anache

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Por meio da:



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Sumário

Lista de Acrônimos	10
Resumo Executivo	13
Relevância	15
Eficácia	15
Eficiência	16
<i>i) Impacto e Efetividade</i>	17
<i>ii) Sustentabilidade</i>	18
Aspectos Transversais	20
<i>i) Equidade de gênero</i>	20
<i>ii) Redução da Pobreza e Melhoria da Qualidade de Vida</i>	20
Salvaguardas de REDD+	21
Principais conclusões	21
1. Antecedentes	23
2. Introdução	27
3. Metodologia aplicada	30
3.1 A avaliação qualitativa. Entrevistas (semi) estruturadas com coordenadores, gestores e beneficiários	33
4. Resultados	34
4.1 Objetivo geral do Fundo Amazônia	36
4.2 Componente Produção Sustentável (1): atividades que mantém a floresta em pé têm atratividade econômica	40
4.2.1 <i>Atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agroflorestal e da biodiversidade identificada e desenvolvidas</i>	40
4.2.2 <i>Cadeias de produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado e ampliado</i>	48



4.2.3 Capacidades gerenciais e técnicas ampliadas para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da biodiversidade	50
4.3 Componente Ordenamento Territorial (3)	54
4.3.1 Terras indígenas (TIs) com gestão territorial e/ou ambiental consolidada	54
4.3.2 Organização do território definida através de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs)	56
4.3.3 Estrutura de proteção territorial fortalecida	61
BOX 1. Aspectos Transversais:	
Articulação de políticas públicas nas TIs	65
4.3.4 Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental	68
BOX 2. Estudo de caso. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol ..	70
5. Gestão e Monitoramento de Projetos	74
5.1 Pontos positivos	74
5.2 Desafios	76
6. Conclusões	77
7. Lições aprendidas e recomendações	80
7.1 Lições aprendidas	80
7.2 Recomendações	82
Para o BNDES	82
Para proponentes/executores de projetos	85
Para os Doadores	86
Para Atores Públicos	87
Anexo 1 - Salvaguardas de Cancun (REDD+)	89
Salvaguardas de Cancun (REDD+)	90
Critérios transversais	93
Anexo 2 - Avaliações individuais dos projetos	94
Projeto 01 - Alto Juruá	95
1. Resumo do projeto	96
2. Lógica da intervenção	98



3. Metodologia	99
4. Avaliação dos resultados	99
4.1. <i>Componente Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica, no município de Marechal Thaumaturgo</i>	101
4.2. <i>Componente Ordenamento Territorial: Terra Indígenas Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio do Breu e Reserva Extrativista do Alto Juruá no município de Marechal Thaumaturgo (AC) com gestão territorial e ambiental fortalecida</i>	102
4.3. <i>Síntese dos Efeitos Diretos</i>	104
4.3.1 <i>Componente Produção Sustentável</i>	104
4.3.2 <i>Componente Ordenamento Territorial</i>	108
5. Gestão e Monitoramento	112
5.1. <i>Pontos positivos</i>	112
5.2. <i>Desafios</i>	113
6. Conclusões	113
7. Lições aprendidas e recomendações.....	114
7.1. <i>Lições aprendidas</i>	114
7.2. <i>Recomendações</i>	116
8. Salvaguardas de Cancun (REDD+).....	117
9. Critérios transversais	120
Projeto 02 - Amazônia Indígena Sustentável	121
1. <i>Resumo do projeto</i>	122
2. <i>Lógica da intervenção</i>	124
3. <i>Metodologia</i>	126
4. <i>Efeitos</i>	126
4.1. <i>Efeitos indiretos (Globais)</i>	126
4.1.1. <i>Componente Ordenamento Territorial: Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO) e Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO) com Gestão Territorial e Ambiental Consolidadas</i>	127
4.1.2. <i>Componente Produção Sustentável: Atividades Que Mantêm a Floresta em Pé tem Atratividade Econômica em Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (Ro) E Zoró (MT) ...</i>	130
4.2. <i>Análise Efeitos Diretos</i>	130
4.2.1. <i>Componente Ordenamento Territorial</i>	130



4.2.2. <i>Componente Produção Sustentável</i>	131
4.3. <i>Síntese dos Efeitos Diretos</i>	133
5. <i>Gestão e Monitoramento</i>	137
5.1. <i>Pontos positivos</i>	137
5.2. <i>Desafios</i>	138
6. <i>Conclusões</i>	138
7. <i>Lições aprendidas e recomendações</i>	140
7.1. <i>Lições aprendidas</i>	140
7.2. <i>Recomendações</i>	141
8. <i>Salvaguardas de Cancun (REDD+)</i>	142
9. <i>Critérios transversais</i>	145
Projeto 03 - Arapaima: Redes Produtivas	146
1. <i>Resumo do projeto</i>	147
2. <i>Lógica da intervenção</i>	150
3. <i>Metodologia</i>	152
4. <i>Avaliação dos resultados</i>	152
4.1. <i>Efeitos Indiretos</i>	152
4.1.1. <i>Componente Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé tem atratividade Econômica em terras Indígenas (TIs) e unidades de conservação da natureza (UCs) no sudoeste do estado do Amazonas</i>	152
4.1.2. <i>Componente Ordenamento Territorial: Terras indígenas (TI's) no sudoeste do estado do Amazonas estão ordenadas territorialmente</i>	155
4.2. <i>Efeitos Diretos</i>	155
5. <i>Gestão e Monitoramento</i>	163
5.1. <i>Pontos positivos</i>	163
5.2. <i>Desafios</i>	164
6. <i>Conclusão</i>	165
7. <i>Lições aprendidas e recomendações</i>	167
8. <i>Salvaguardas de Cancun (REDD+)</i>	168
9. <i>Critérios transversais</i>	171
Projeto 04 - Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	172
1. <i>Resumo do projeto</i>	173
2. <i>Lógica da intervenção</i>	174
3. <i>Metodologia</i>	176



4. Avaliação dos resultados.....	176
4.1. Efeitos indiretos	176
4.1.1. <i>Componente Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica e constituem alternativa sustentável ao desmatamento nas Terras Indígenas do Rio Humaitá, do Rio Gregório, do Alto Rio Purus e Arara do Igarapé Humaitá, no Estado do Acre</i>	181
4.2. Síntese dos Efeitos Diretos	182
4.3. Efeitos Diretos.....	184
5. Gestão e Monitoramento: avanços e desafios.....	192
5.1. Pontos positivos.....	192
5.2. Desafios.....	192
6. Conclusões	193
7. Lições aprendidas e recomendações.....	194
7.1. Lições aprendidas	194
7.2. Recomendações.....	195
8. Salvaguardas de Cancun (REDD+).....	196
9. Critérios transversais	199

Projeto 05 - Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia.....	200
1. Resumo do projeto.....	201
2. Lógica da intervenção.....	205
3. Metodologia	206
4. Avaliação dos resultados.....	206
4.1. Efeitos indiretos	206
4.1.1. <i>Efeito Geral</i>	207
4.1.2. <i>Componente Ordenamento Territorial: Seis Terras Indígenas (TIs) nos estados do Pará e Amapá com gestão territorial e ambiental consolidada</i>	210
4.1.3. <i>Componente Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em seis Terras Indígenas nos estados do Pará e Amapá</i>	211
4.2. Efeitos Diretos.....	212
4.2.1. <i>Componente Ordenamento Territorial</i>	212
4.2.2. <i>Componente Produção Sustentável</i>	214
4.2.3. <i>Síntese dos Efeitos Diretos</i>	215
5. Gestão e Monitoramento do projeto	218



5.1. Pontos positivos.....	218
5.2. Desafios.....	219
6. Conclusões e lições aprendidas.....	219
7. Recomendações.....	221
8. Salvaguardas de Cancun (REDD+).....	222
9. Critérios transversais.....	225
Projeto 06 - Proteção Etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira.....	226
1. Resumo do projeto.....	227
2. Lógica da intervenção.....	230
3. Metodologia.....	231
4. Avaliação dos resultados.....	231
4.1. Efeitos indiretos (Globais).....	231
4.2. Componente Ordenamento Territorial: Gestão consolidada de Terras Indígenas com presença de povos índios isolados e de recente contato contribui para o ordenamento territorial do Bioma Amazônia.	237
4.3. Efeitos Diretos.....	239
4.3.1. Eixo 1: Proteção de povos indígenas isolados e de recente contato fortalecida em diálogo com populações do entorno.....	239
4.3.2. Eixo 2: Órgão Oficial Indigenista (FUNAI) fortalecido para localização, proteção e monitoramento de povos indígenas isolados e de recente contato.	241
4.3.3. Síntese dos Efeitos diretos (principais resultados).....	246
5. Gestão e Monitoramento.....	248
5.1. Pontos positivos.....	248
5.2. Desafios.....	248
6. Conclusões.....	248
7. Lições aprendidas e recomendações.....	250
7.1. Lições aprendidas.....	250
7.2. Recomendações.....	251
8. Salvaguardas de Cancun (REDD+).....	252
9. Critérios transversais.....	255
07 - Salvaguardas de Cancun (REDD+) de todos os projetos analisados.....	256



Anexo 3 - Análise da Evolução do Desmatamento em Áreas de Projetos de Apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia	259
1. Introdução	260
2. Objetivo	260
3. Metodologia	261
4. Resultados	265
5. Conclusão	268
ANEXO I - Mapas das áreas de atuação dos projetos	270
ANEXO II - Dados completos de levantamento de desmatamento	275
Anexo 4 - Estudo de Caso: Terra Indígena Raposa Serra do Sol	277
1. Descrição do objeto	278
2. Abordagem Metodológica.....	278
3. Caracterizações socioculturais.....	282
4. Resultados.....	284
5. Considerações finais	295
Referências bibliográficas.....	298
Anexo 5 - Questionário aplicado	300
Anexo 6 - Lista de Entrevistados.....	303
Anexo 7 - Termo de Referência	305
Introdução e informações gerais	306
Contexto dos projetos.....	308
Principais resultados dos projetos.....	311
Objetivos da avaliação.....	312
Perguntas-chave e critérios de avaliação	320
Metodologia.....	322
Atividades, produtos e prazos.....	327
Equipe de Avaliadores/as	329
Relatoria, coordenação e responsabilidades	330
Considerações finais.....	331
Anexos	334



Lista de acrônimos

ACJ	Associação dos Comunitários que Trabalham com o Desenvolvimento do Município de Jutai
ADERR	Agência de Defesa Agropecuária de Roraima
AIS	Amazônia Indígena Sustentável (Projeto)
AERDSC	Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim
AMARU	Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS de Uacari
AMIN	Associação de Mulheres Indígenas
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APS	Atividades Produtivas Sustentáveis
APPs	Áreas de Preservação Permanente
ASPODEX	Associação do Povo Deni do rio Xeruã
ASPROC	Associação dos Produtores Rurais de Carauari
ATAI	Agentes Territoriais e Ambientais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAFOD	Agência Católica para o Desenvolvimento Ultramarino
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CIFCRSS	Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol
CIR	Conselho Indígena de Roraima
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPIJU	Conselho dos Povos Indígenas de Jutai
CPI	Comissão Pró-Índio
CTI	Centro de Trabalho Indigenista



CAR	Cadastro Ambiental Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DGTA/CIR	Departamento de Gestão Territorial e Ambiental do Conselho Indígena de Roraima
FA	Fundo da Amazônia
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GIZ	Agência Alemã de Ccooperação (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH)
GPVIT	Grupo de Proteção e Vigilância Territorial
IGATI	Implementando a Gestão Ambiental em Terras Indígenas (Projeto TNC)
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisas da Amazônia
IIEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil - Brasília
ISA	Instituto Socioambiental
LEAF	Lowering Emissions by Accelerating Forest finance
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEMAS	Organizações Estaduais de Meio Ambiente
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PEMC/PA	Política Estadual sobre o Mudanças Climáticas
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos



PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNFM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QL	Quadro Lógico
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD+	Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal)
RESEX	Reserva Extrativista
SOMAI	Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena
SAFs	Sistemas Agroflorestais
TNC	The Nature Conservancy
TdR	Termos de Referência
TIs	Terras Indígenas
UCs	Unidades de Conservação
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change)
USAID	United States Agency for International Development
WWF	World Wide Fund for Nature

Resumo

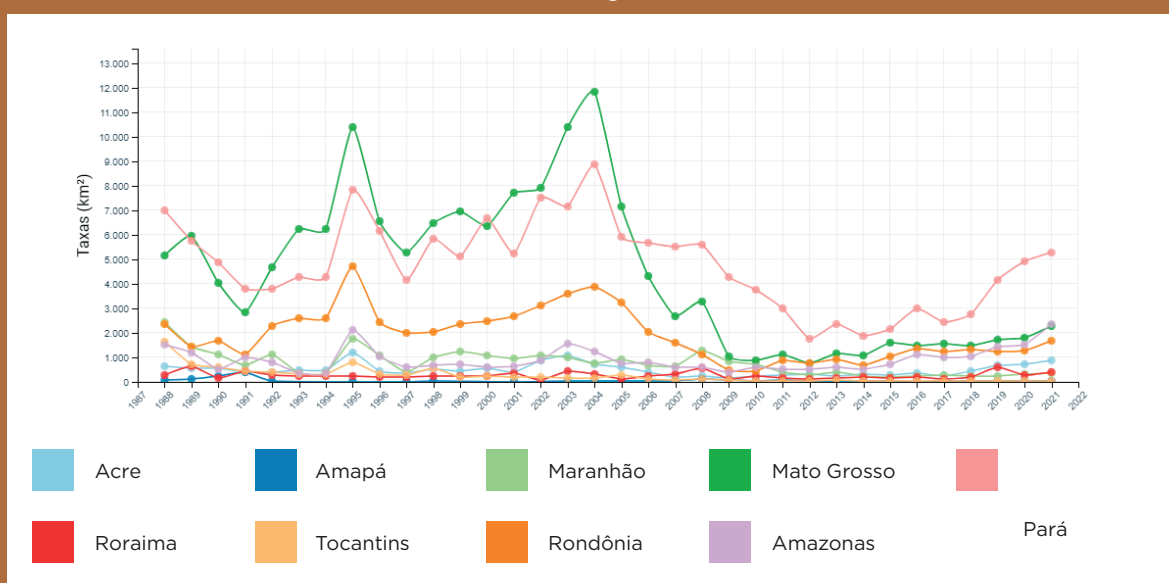
Executivo

O desafio do Fundo Amazônia é contribuir para a redução do desmatamento e a conservação da Floresta Amazônica e seus ecossistemas. Para tanto, o Fundo Amazônia promove o desenvolvimento sustentável na região, entre outros, valorizando os produtos da sociobiodiversidade e apoiando povos e comunidades tradicionais como ribeirinhos e povos indígenas.

Ao se analisar o gráfico da Figura 1 abaixo, observa-se que, apesar da tendência de queda apresentada na década passada a partir de 2004, ela foi revertida no final da década, notadamente a partir de 2018.

Figura 1: Situação de desmatamento na Amazônia Legal

Taxas de desmatamento - Amazônia Legal - Estados



Fonte: PRODES



Desde 2018, que não tem ocorrido redução do desmatamento na região e esse aumento tem sido intensificado principalmente em função da situação no Pará e em Mato Grosso, que puxaram a taxa média de desmatamento para cima em toda a Amazônia. Nesses dois estados, o aumento das taxas, em 2021, foi de 35% e 25% respectivamente.

Nesse contexto, o Fundo Amazônia tem apoiado projetos de temática indígena voltados para os eixos Ordenamento Territorial e Produção Sustentável, que compõem as componentes 1 e 3 de seu Quadro Lógico¹. Assim, o objetivo do presente relatório é apresentar os resultados da Avaliação de Efetividade de projetos que se encaixam nesse escopo.

Os projetos objeto desta avaliação foram:

- *Alto Juruá;*
- *Amazônia Indígena Sustentável;*
- *Arapaima: Redes Produtivas;*
- *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre;*
- *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia;*
- *e Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia.*

Eles ocorreram em estados das regiões Norte e Centro-oeste do país, todos incluídos na Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Esses seis projetos foram contratados entre 2014/2015 e tiveram duração até 2018/2019. Em conjunto, eles totalizaram R\$ 67,8 milhões. Em linhas gerais, tinham como objetivo apoiar a elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em terras indígenas (TIs), além de apoiar e fortalecer iniciativas de uso econômico sustentável da floresta em pé.

Todo o processo metodológico utilizado nesta avaliação apresenta compatibilidade com as orientações e critérios especificados no documento “Marco Conceitual de Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia” e no “Adendo ao Marco Conceitual

¹. Alguns projetos possuíam a Componente Ordenamento Territorial, mas não a Componente Produção Sustentável, enquanto outros possuíam a Componente Produção Sustentável, mas não a Componente Ordenamento Territorial.



referente a Avaliações Temáticas”, que contam com critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e critérios Transversais para Redução da Pobreza e Equidade de Gênero e nas Salvaguardas de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal) (REDD+). Na próxima seção, apresenta-se os resultados obtidos pela equipe.

Relevância²

Conclui-se que os projetos são relevantes pois contribuíram, no seu conjunto, para os objetivos do Fundo Amazônia, qual seja, o combate ao desmatamento na Amazônia. Também contribuíram para preservar a vegetação, a biodiversidades e as florestas nativas que compõem o ecossistema da Amazônia.

Os objetivos dos projetos estavam adequados para esse fim. Cabe ressaltar que, ao proteger as unidades de conservação e as terras indígenas na Amazônia, contribui-se para a redução do desmatamento, que foi crítico na Amazônia na década passada, conforme mencionado. Assim, a motivação que levou ao apoio aos projetos no início da década continua válida ao final da década, reforçando a relevância e atualidade dos projetos.

Eficácia³

Todos os projetos avaliados conseguiram alcançar os objetivos indiretos (reduzir o desmatamento) e diretos previstos. Em muitos casos, as metas foram não apenas atingidas, mas ultrapassadas. Em casos específicos, as metas não foram atingidas, mas não comprometeram os objetivos gerais de cada projeto. Com efeito, as poucas metas não

2. A relevância avalia a importância e coerência dos objetivos do projeto de acordo com as demandas dos beneficiários.

3. Observar a eficácia no projeto consiste em avaliar em que medida os objetivos diretos do projeto foram alcançados.



atingidas estavam próximas da meta estabelecida, não trazendo prejuízos. Assim, os efeitos diretos agregados foram cumpridos.

O fato da quase totalidade dos projetos ter um elevado grau de execução orçamentária é um indicador da eficácia. Houve casos de realocação financeira dentro dos projetos (entre diferentes rubricas) com a finalidade de promover as ações de capacitação, a fim de fortalecer as cadeias produtivas apoiadas pelos projetos (por exemplo, cadeia produtiva da castanha, do açaí, da piscicultura, do mel, da mandioca etc.). Procurou-se também reforçar o planejamento e ordenamento territorial com PGTAs. E a preservação ambiental foi feita por meio do sistema de agroflorestais.

Houve grande comprometimento dos executores com seus respectivos projetos, o que pode ser verificado pelas metas ultrapassadas.⁴ Segundo depoimentos colhidos com coordenadores e beneficiários, alguns projetos criaram um comitê de acompanhamento (monitoramento) e avaliação do projeto. Esse fato aumentou a eficácia dos projetos avaliados.

Eficiência⁵

Do ponto de vista da eficiência, houve dificuldades dos coordenadores dos projetos em lidar com questões orçamentárias, de logística e de custo dos projetos. Porém, houve um ganho, gerado pelo projeto, no aprimoramento das habilidades gerenciais, administrativas e de execução de projetos para os coordenadores e executores dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

Por outro lado, segundo depoimentos de coordenadores e beneficiários, houve ganhos em função da aquisição de instrumentos/equipamentos que foram viabilizados pelo projeto, com os quais foi possível melhorar a logística, a distribuição e a comercialização dos produtos gerados pelos projetos e que são seus resultados diretos.⁶ Nesse sentido,

4. Cabe ressaltar que houve casos de objetivos específicos de certos projetos não terem uma linha de base ou uma meta que permitisse sua avaliação de eficácia.

5. Entende-se por eficiência, mensurar os produtos/serviços resultantes do projeto, em relação aos recursos investidos.

6. Um exemplo são as câmaras de refrigeração, que possibilitaram armazenar produtos que, anteriormente, não eram estocáveis (pela falta das referidas câmaras), permitindo o controle de todas as etapas do processo de comercialização de seus produtos, dependendo cada vez menos dos atravessadores.



a aquisição de barcos para atividades de monitoramento permitiu que os serviços de patrulhamento fossem mais eficientes e levassem menos tempo do que quando eram realizados a pé, aumentando sua eficiência.

Os benefícios gerados pelos projetos foram superiores aos custos previstos, devido às eficiências introduzidas pelo projeto. Assim, ao se introduzir novos equipamentos, foi possível superar as metas, aumentar a produção e elevar a renda da comunidade. Os ganhos na logística reduziram os custos das mercadorias e o tempo gasto nas atividades, gerando aumento de produtividade e ganhos de escala e de renda para as comunidades e para os beneficiários dos projetos (aspecto de eficiência).

As parcerias com empresas privadas contribuíram para assegurar um cliente fixo disposto a pagar preços maiores pelos produtos, garantindo a compra antecipada da produção⁷. Dessa forma, foi possível, ao mesmo tempo, aumentar a produção, agregar valor aos produtos e dar maior racionalização e eficiência às atividades propostas⁸.

i) Impacto e Efetividade⁹

Os principais impactos dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia foram: a redução do desmatamento em 23,19% durante a execução dos projetos, o aumento da produção de alimentos, possibilitada pelos novos equipamentos e instrumentos introduzidos pelos projetos e, conseqüentemente, o aumento da renda dos beneficiários e das associações indígenas. O aumento da renda reduziu a dependência de empresas e órgãos governamentais ao mesmo tempo em que elevou a qualidade de vida dos povos indígenas beneficiados.

O impacto indireto, considerado talvez o maior impacto, foi tornar as aéreas abrangidas mais seguras. Com efeito, a capacitação de ges-

7. Houve ainda redução do desperdício de matérias-primas, que antes eram perdidas pela falta de um sistema de comercialização (logística) eficiente.

8. Houve a comercialização direta com a Natura, a partir do projeto da OPAN, e a comercialização direta de castanhas dentro da rede de Cantinas da Terra do Meio e com o Wickbold do projeto da TNC. Houve ainda a parceria com a rede de restaurantes “Sabores da Amazonia”.

9. Quanto ao impacto, pode mensurar as mudanças positivas e negativas produzidas pelo projeto, direta ou indiretamente, intencional ou involuntária. Isso envolve os principais impactos e efeitos resultantes do projeto sobre os indicadores locais de desenvolvimento social, econômico, ambiental e outros.



tores ambientais permitiu que houvesse uma maior difusão de conhecimento nas áreas dos projetos sobre como realizar o monitoramento das terras indígenas. Isso gerou mais segurança e autoconfiança entre os indígenas sobre como defender seu território. Os cursos permitiram um melhor conhecimento de como monitorar suas áreas de forma mais eficiente e efetiva. As atividades desenvolvidas nos cursos resultaram em aprendizado de melhores estratégias relacionadas a defesa e segurança dos territórios indígenas.

No que tange às organizações propriamente ditas, houve ganhos nos processos internos e no seu fortalecimento institucional. As organizações não governamentais (ONGs) envolvidas nos projetos e os seus coordenadores puderam, em função de capacitações recebidas, atuar como gestores e elaborar novos projetos.

Outros impactos citados nas entrevistas foram: melhorias na infraestrutura, melhoria nas comunicações entre os indígenas, melhoria no sistema de segurança e maior acesso à água. Como impacto e efeito indireto do projeto, também se tem a possibilidade de se acessar a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e o fortalecimento da gestão territorial. Pode-se afirmar, assim, que os projetos tiveram efetividade.

ii) Sustentabilidade¹⁰

Nos projetos avaliados, as suas ações são sustentáveis e continuam a acontecer como resultado das intervenções mesmo após a sua finalização. Isso demonstrou que as ações apoiadas pelos projetos ultrapassaram a duração do ciclo do projeto.

Por outro lado, foi possível a incorporação, pelos beneficiários, de vários conhecimentos trazidos a partir das capacitações e das novas técnicas difundidas durante a execução dos projetos. Nesse sentido, alguns dos entrevistados mencionaram que as capacitações realizadas permitiram o aumento da produção e da renda, possibilitando aos beneficiários manter algumas das atividades trazidas pelos projetos e, assim, au-

10. Quanto à sustentabilidade, está buscar mensurar e avaliar se os benefícios do projeto continuam a acontecer após o seu término, com ênfase nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.



mentar o efeito do mesmo para ter um impacto mais duradouro. Dessa forma, assegura-se a sustentabilidade das ações e atividades apoiadas.

Isso é especialmente verdadeiro nos casos em que houve multiplicação dos cursos a partir dos alunos que frequentaram os cursos iniciais, quando alunos das primeiras turmas se tornaram multiplicadores dos conhecimentos aprendidos. Esse é um efeito natural tanto nas instituições parceiras (algumas delas indígenas) quanto entre os beneficiários. Ressalta-se que o principal fator contribuindo para esse impacto duradouro diz respeito a vinculação dos monitores e coordenadores ao executor, o que garante a durabilidade dos efeitos.

Em algumas intervenções, os próprios gestores e técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) foram capacitados e treinados com recursos do projeto. O projeto de povos indígenas isolados, por exemplo, deixou para a Funai um sistema que contempla um *software* para controle e monitoramento das terras indígenas de povos isolados.

Em síntese, alguns dos entrevistados mencionaram que, em função dos projetos, foi possível fazer diagnóstico legal e fiscal e contábil das organizações indígenas e, a partir da identificação das falhas, entrar com treinamento e capacitação dos seus membros. Essa capacitação foi considerada de grande valia para as organizações indígenas. Ainda que algumas estivessem em situação mais avançada em termos de fortalecimento institucional, as demais também se beneficiaram dos projetos, saindo fortalecidas. O resultado é que as organizações indígenas têm participado de vários editais públicos (como o da União Europeia) e algumas delas têm conversado sobre novos projetos e assinado termos de cooperação ou convênios com outros parceiros. Portanto, pode-se afirmar que os projetos contribuíram, seja por meio das capacitações, seja por meio do fortalecimento institucional das organizações indígenas, para que seus benefícios oferecidos venham a perdurar ao longo do tempo, ou seja, ter mais sustentabilidade.

Cabe ressaltar que sempre há riscos na manutenção da durabilidade, que está vinculada à existência e às ações da entidade proponente, o que pode comprometer os trabalhos alcançados. Desse modo, a continuidade e sustentabilidade dos resultados dos projetos de intervenção externa implementados junto aos povos indígenas depende de vários fatores, principalmente do tempo de implementação dos projetos, entendido como tempo de nova vivência, de aprendizagem e de apropriação conceitual e cultural da nova prática e das metodologias utilizadas que precisam levar



em conta o tempo necessário para a consolidação da mudança cultural, sem a qual a sustentabilidade das novas práticas não se efetivam em médio e longo prazo. Assim, o tempo dos projetos e as metodologias adotadas para viabilizar a apropriação das novas práticas, habilidades e competências são responsáveis pelo grau de continuidade e sustentabilidade dos resultados dos projetos, para além das estratégias, planos e ações comumente traçados pelos projetos de intervenção.

Aspectos Transversais

i) Equidade de gênero

Muito embora os projetos avaliados não tivessem como objetivo questões de gênero, verificou-se que as mulheres desempenharam um papel relevante durante sua execução. Houve um empoderamento feminino com a participação delas no processo de construção dos PGTAs. Nas reuniões iniciais, apenas os homens participavam ou opinavam, mas percebeu-se que, à medida que o número de reuniões aumentava, a participação das mulheres tendia a crescer em conversas paralelas.

Houve cursos que estimularam uma maior participação de mulheres. Elas aproveitaram a oportunidade para adotar uma postura de maior reivindicação e mesmo de promoção de novas lideranças. A Associação de Mulheres Indígenas (AMIN) aproveitou a oportunidade para se fortalecer institucionalmente e preparar novas lideranças indígenas para ocupar posições estratégicas na comunidade. As mulheres de Oiapoque, por exemplo, vieram a criar a União das Mulheres do Oiapoque.

ii) Redução da Pobreza e Melhoria da Qualidade de Vida

Foram verificados elementos de geração de renda a partir de atividades econômicas sustentáveis. Questionados sobre se os projetos trouxeram ganhos de qualidade de vida, tanto coordenadores de projetos quanto beneficiários foram unânimes em considerar que houve ganhos.

Aqui reside um desafio, que é como mensurar esses ganhos. Em alguns casos, foi a aquisição de um carro ou de um barco, que permitiu que as



distâncias fossem atingidas em menos tempo com menores sacrifícios para os beneficiários. Em outros casos, foi o aumento da produção de açaí ou da criação de peixes, que permitiu uma maior renda para os beneficiários.

O aumento de renda permitiu que os gestores administrassem melhor os seus recursos de modo a beneficiar a toda a comunidade. Também foi possível, a partir dos projetos, que os beneficiários tivessem acesso a novos serviços, como à internet, em algumas aldeias. De qualquer forma, o ganho na qualidade de vida foi um tema unânime nas entrevistas.

Salvaguardas de REDD+

Todos os projetos tiveram alinhamento com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), na medida em que praticamente todos possuíam ações de monitoramento e vigilância voltadas para a preservação das florestas das ações de invasores¹¹. Nos projetos foram introduzidas ações voltadas para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, as quais, por sua vez, fortaleceram o monitoramento e a segurança dessas áreas. Observa-se que não foi feito cálculo ou estimativa da possível redução das emissões de gases de efeito estufa derivadas dos projetos avaliados.

Após aplicação da matriz Salvaguardas de REDD+, concluiu-se que todos os projetos atenderam aos referidos critérios, assim como asseguraram os direitos dos povos indígenas e sua participação plena e efetiva, com respeito a seus conhecimentos e direitos legais. Uma visão global da aplicação dos critérios encontra-se descrita no Anexo 1 deste relatório.

Principais conclusões

A maioria das metas foi atingida. Os objetivos foram eficazes e tiveram efetividade. Os projetos possuem alta relevância, mas baixa sustentabilidade.

A maioria dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia tinham um

11. Com exceção do projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre, que era voltado essencialmente para atividades econômicas. Mesmo assim, esse projeto, ao consolidar as cadeias de valor, desmotivava, simultaneamente, o desmatamento e a derrubada das florestas.



duplo objetivo:

- Consolidar a gestão territorial e ambiental;
- Promover atividades econômicas que dessem sustentabilidade às terras indígenas.

Dessa forma, ao promover atividades que têm atratividade econômica, os projetos aqui analisados indiretamente se constituíram em uma alternativa sustentável ao desmatamento nas terras indígenas e contribuíram para manter a floresta em pé. Além disso, ao promover e fortalecer os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das terras indígenas, os projetos contribuíram para fortalecer ações de monitoramento, prevenção e proteção.

Não há dúvida que os projetos tiveram um impacto fundamental nas organizações que receberam os recursos do BNDES, tanto em termos de fortalecimento institucional, como em termos de estruturação das suas atividades. As capacitações foram um dos pontos altos e centrais dos projetos apoiados, provocando uma profissionalização das entidades e mudando as perspectivas dos beneficiários com relação a sua atuação e seu papel.

Com efeito, a capacitações foram essenciais para o aperfeiçoamento do monitoramento e para uma proteção ambiental mais efetiva. Cabe lembrar que o efeito das capacitações é duradouro e eles tendem a levar a mudanças de paradigmas entre os beneficiados pelos cursos. Ocorreram também capacitações para os técnicos e gestores dos órgãos indigenistas, como a Funai e outros órgãos de governos subnacionais.

O uso de barcos/lanchas revelou-se uma estratégia mais efetiva na proteção ambiental do que as campanhas realizadas a pé. Houve claros ganhos econômicos devido ao aumento da produtos extrativistas não madeireiros e do aprendizado de novas técnicas de conservação, possibilitado pela aquisição de câmaras frigoríficas. Esses aspectos tendem a perdurar, mesmo após a finalização dos projetos.

1

Antecedentes

Houve desmatamento crescente na Amazônia a partir da década de 1990, passando de 11.030 km² em 1991 para 18.226 km² no ano 2000, com pico de 29.059 km² em 1995. O desmatamento na Amazônia continuou a avançar na década seguinte, totalizando cerca de 165 mil km². No acumulado, estima-se que 653 mil km² havia sido desmatado até 2003, 16,3% da Amazônia Legal brasileira¹².

Para dar resposta ao desmatamento crescente na Amazônia, a principal política pública adotada pelo governo foi o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) de 2004¹³. Pode-se afirmar que o PPCDAm era uma ação governamental coordenada visando à redução do desmatamento baseado nos seguintes eixos:

1. Ordenamento Fundiário e Territorial;
2. Monitoramento e Controle Ambiental; e
3. Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis.

Paralelamente ao PPCDAm, buscava-se, no mesmo período, no âmbito da sociedade civil brasileira, um novo modelo de desenvolvi-

12. Taxa média de desflorestamento bruto (INPE). In: BRASIL. MCT. INPE. Desflorestamento na Amazônia. Brasília. INPE, 1998. p. 6.
FERREIRA, Leandro, E. Venticinque e S. Almeida. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. In: Dossiê Amazônia Brasileira I. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, abr. 2005.

13. Para maiores detalhes, vide o site Prevenção e Controle do Desmatamento (Disponível em: <http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/>) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) (Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/images/central-de-midia/pdf/artigos/enredd-ppcdam.pdf>). Acesso em: 17 set. 2021. Todas as informações que se seguem foram extraídas desses dois sítios.



mento para a Amazônia. Esse novo modelo seria consolidado no Plano Amazônia Sustentável (PAS), de maio de 2008¹⁴. No PAS, assumiu-se o compromisso de combater o desmatamento ilegal, mitigar as mudanças climáticas, promover a recuperação das áreas já desmatadas e assegurar os direitos territoriais dos povos indígenas, entre outros¹⁵. No Plano Amazônia Sustentável, destacou-se a importância de um novo modelo de financiamento na Amazônia que, segundo o próprio PAS, deveria incluir a cooperação entre as diversas instituições financeiras que operassem na região e a redução no custo financeiro dos projetos por meio de uma melhor utilização das fontes de recursos existentes para que estes fossem otimizados (PAS, p. 89)¹⁶.

O Fundo Amazônia surgiu, nesse contexto em agosto de 2008, três meses após a publicação do Plano Amazônia Sustentável (PAS)¹⁷. Com efeito, o Decreto nº 6.527/2008, que criou o Fundo Amazônia, prevê a utilização de doações em: “ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal”.

As áreas temáticas cobertas pelo Fundo Amazônia dialogam simultaneamente com o PPDCAm e com o PAS. Esse fato pode ser verificado no Quadro Lógico do Fundo Amazônia, por meio das suas quatro componentes ou efeitos indiretos, a saber:

- **Componente 1.** Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica;
- **Componente 2.** Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental;
- **Componente 3.** Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente;

14. Vide Políticas públicas orientadoras, no site do Fundo Amazônia: <http://www.fundo-amazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/politicas-publicas-orientadoras/>

15. Brasil. Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira / Presidência da República. – Brasília: MMA, 2008. p.6.

16. Para maiores detalhes, vídeo Capítulo IV do PAS, “Estratégias de Implementação”. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/prevencao-e-controle-do-desmatamento/PAS_Plano_Amazonia_Sustentavel.pdf

17. O Fundo Amazônia tem amparo legal no Decreto Nº 6.527 de 01/08/2008, a partir de uma proposição do governo brasileiro na 13ª Conferência das Partes da UNFCCC, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (2007).



- **Componente 4.** Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Dessa forma, os projetos avaliados aqui se enquadram nas componentes 1 e 3 do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, que tratam justamente da produção/desenvolvimento sustentável e do ordenamento territorial (Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA) como condições fundamentais para promover a redução do desmatamento.

Para atingir o objetivo geral do Fundo Amazônia de combate ao desmatamento e de uso sustentável da Amazônia, os indígenas desempenham um papel fundamental. De fato, o desmatamento é considerado um dos maiores desafios à garantia dos direitos indígenas (TdR, p. 3). Para Oviedo (2018), “as Terras Indígenas contribuem para inibir o desmatamento, pois os índios sabem a importância da floresta em pé na proteção e manejo dos ecossistemas da Amazônia”¹⁸.

As primeiras chamadas do Fundo Amazônia (2012, 2014) vão justamente ao encontro dessas questões levantadas pelo PPCDAm – eixos 1, 2 e 3 – e PAS: a Chamada Pública de 2012 trata de apoio a projetos produtivos sustentáveis e a Chamada Pública de 2014 de projetos voltados para o apoio na elaboração dos PGTA no contexto da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). Ambas as chamadas públicas ocorreram em um contexto que ficou conhecido como desmatamento pulverizado, que caracterizou o período de 2012 a 2015 (MMA/PPCDAm, 2017). A lógica da intervenção era que, ao apoiar projetos produtivos sustentáveis e a elaboração de PGTA, se estaria contribuindo para reduzir o desmatamento.

É importante reforçar a importância da formulação e implementação de políticas públicas voltadas para os territórios indígenas (TdR,

18. OVIEDO, Antonio. Demarcação de Terras Indígenas é decisiva para conter o desmatamento e regular o clima. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/a-demarcacao-das-terras-indigenas-e-decisiva-para-conter-o-desmatamento-e-manter-funcoes-climaticas-essenciais> (ISA). Ainda Segundo Oviedo: “Este efeito inibidor do desmatamento relacionado à presença e o reconhecimento de Terras Indígenas pode ser demonstrado por meio da queda nas taxas da destruição da floresta entre 2004 e 2008. Neste período, 10 milhões de hectares da Amazônia brasileira foram demarcados como Terras Indígenas, assim como outros 20 milhões passaram a ser protegidos no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Esta ação, por si só, influenciou a queda de 37% da taxa de desmatamento observada entre aqueles anos” (idem).



p. 3). A PNGATI é um instrumento de apoio ao planejamento de gestão territorial e ambiental. Segundo o art. 1º do Decreto que a criou, seu principal objetivo é:

[...] Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Já os eixos temáticos da PNGATI são: 1. Proteção territorial e dos recursos naturais; 2. Governança e participação indígena; 3. Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; 4. Prevenção e recuperação de danos ambientais; 5. Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; 6. Propriedade intelectual e patrimônio genético; 7. Capacitação, formação, intercâmbio e educação. Observa-se que esses eixos temáticos dialogam com a lógica de intervenção, o objetivo geral e as componentes do Fundo Amazônia, notadamente as componentes 3 (proteção territorial) e 1 (produção sustentável).

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de terras indígenas (TIs) permitem uma gestão mais efetiva e segura dos territórios indígenas, bem como asseguram maior consolidação das respectivas TIs. A produção sustentável funciona como uma consequência direta dos PGTAs, na medida em que a produção sustentável também auxilia na consolidação das TIs.

Pode-se afirmar, portanto, que os projetos avaliados¹⁹ dialogam com duas importantes políticas públicas: o PPCDAm e a PNGATI. Todos os projetos analisados nesta avaliação tinham dois objetivos focados em Produção Sustentável e Ordenamento Territorial, com exceção dos projetos Cadeia de Valor em Terras Indígenas no Acre, focado no Eixo 1 (Produção Sustentável) e Proteção Etnoambiental dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia, cujo objetivo era assegurar os limites físicos dos povos indígenas isolados, focado no eixo 3 (Ordenamento Territorial).

19. Os projetos aqui avaliados são: Alto Juruá; Amazônia Indígena Sustentável; Arapaima: Redes Produtivas; Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre; Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia e; Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas isolados e de recente contato na Amazônia.

2

Introdução

A fim de identificar a efetividade dos projetos que apoia, em 2016, o Fundo Amazônia publicou o “Marco Conceitual da Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados”²⁰. Foram realizadas, então, diversas avaliações de efetividade utilizando esse Marco em diferentes áreas: Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS), Gestão Socioambiental, Técnicas de Manejo Florestal Sustentável e Combate à Incêndios Florestais, entre outras. Também foi levado a cabo uma Avaliação Externa da Efetividade do próprio Fundo Amazônia (2008-2018), com apoio da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

Em junho de 2020, foi aprovado o “Adendo ao Marco Conceitual referente a Avaliações Temáticas”²¹. Devido ao crescente número de projetos apoiados, o Fundo Amazônia tem realizado avaliações temáticas ou em bloco, sobre um mesmo tema ou componente. Nesta avaliação, em particular, buscou-se identificar o impacto dos projetos de apoio a povos indígenas constituindo-se uma avaliação temática.

Para realizar esta avaliação temática, foram utilizados, como instrumentos avaliativos, o Quadro Lógico do Fundo Amazônia, o Marco Conceitual e o seu Adendo, tendo como base os critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Todo o processo metodológico da presente avaliação, portanto, obedece às orientações dos documentos citados e, ainda, aos Critérios Transversais para Redução da Pobreza e Equidade de Gênero e nas Salvaguardas de REDD+.

20. GIZ/FUNDO AMAZONIA. Marco conceitual da Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia. Brasília, BNDES, 2016.

21. PGIZ/FUNDO AMAZONIA. Adendo ao Marco Conceitual referente a Avaliações Temáticas. Brasília, BNDES, 2020.



Com relação ao Quadro Lógico do Fundo Amazônia, os projetos aqui avaliados se enquadram nas componentes 1 e 3, supracitadas, da Lógica de Intervenção do Fundo Amazônia. De uma maneira sintética, pode-se afirmar que o objetivo geral da Lógica de Intervenção do Fundo Amazônia é a redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal²². Em suma, os projetos avaliados apoiados tinham como objetivos centrais a elaboração dos PGTA's e a promoção da produção sustentável.

Os projetos aqui avaliados são:

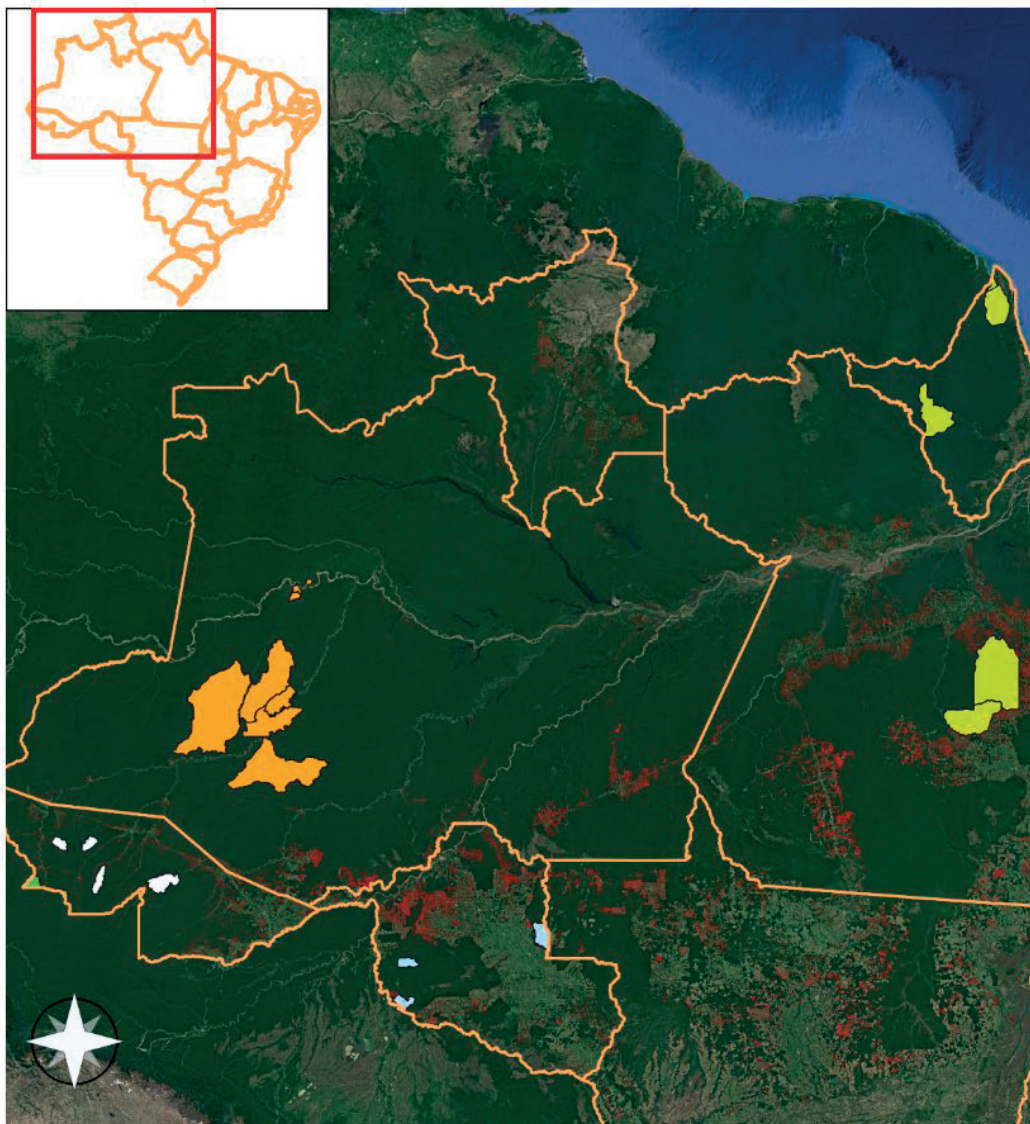
- *Alto Juruá;*
- *Amazônia Indígena Sustentável;*
- *Arapaima: Redes Produtivas;*
- *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre;*
- *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia;*
- *e Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia.*

Esses projetos tiveram sua área de atuação focada nos estados da região Norte e Centro-oeste do país, todos incluídos na Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia. O mapa da Figura 2 detalha as áreas abrangidas pelos projetos avaliados.

22. Fundo Amazonia. Quadro Lógico. p. 23. In Quadro Lógico - VERSÃO-06-10-10-Internet (fundoamazonia.gov.br)



Figura 2: Área Abrangida pelos Projetos do Fundo Amazônia



LEGENDA

Estados

PRODES

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Alto Juruá

Amazônia Indígena Sustentável

Redes Produtivas

Cadeias de Valor

Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental

SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES
e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021



Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

3

Metodologia aplicada

As avaliações de efetividade *ex post* dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia tem como elemento orientador os conceitos definidos pela OCDE em 1991 e são orientadas pelos seguintes critérios: relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade, já apresentados.

Devido à inserção do Fundo Amazônia no contexto dos esforços internacionais para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados de REDD+, os projetos foram avaliados conforme as Salvaguardas de REDD+.

Todo o processo metodológico teve como elemento orientador o Quadro Lógico dos projetos analisados e os critérios e objetivos contidos no documento “Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual”. Assim, o trabalho da consultoria de avaliação de efetividade foi pautado nos seguintes princípios:

1. A avaliação *ex post* e somativa, incluindo a análise da documentação.
2. A avaliação pode ser considerada externa com autonomia dos responsáveis pela condução do processo.
3. Adoção de uma avaliação participativa, com uma estratégia de incorporação das visões dos profissionais que executam os projetos e da rede de parceiros dos projetos e dos beneficiários. Esses grupos integram os *stakeholders*. Houve entrevistas com vários tipos de *stakeholders* e com a equipe responsável pela execução dos projetos (coordenadores e gestores).



4. A avaliação verificou o alcance dos objetivos e resultados propostos, mas também os resultados imprevistos e potencializadores do programa.
5. A avaliação considerou os critérios de eficiência, eficácia, efetividade, equidade, sustentabilidade.

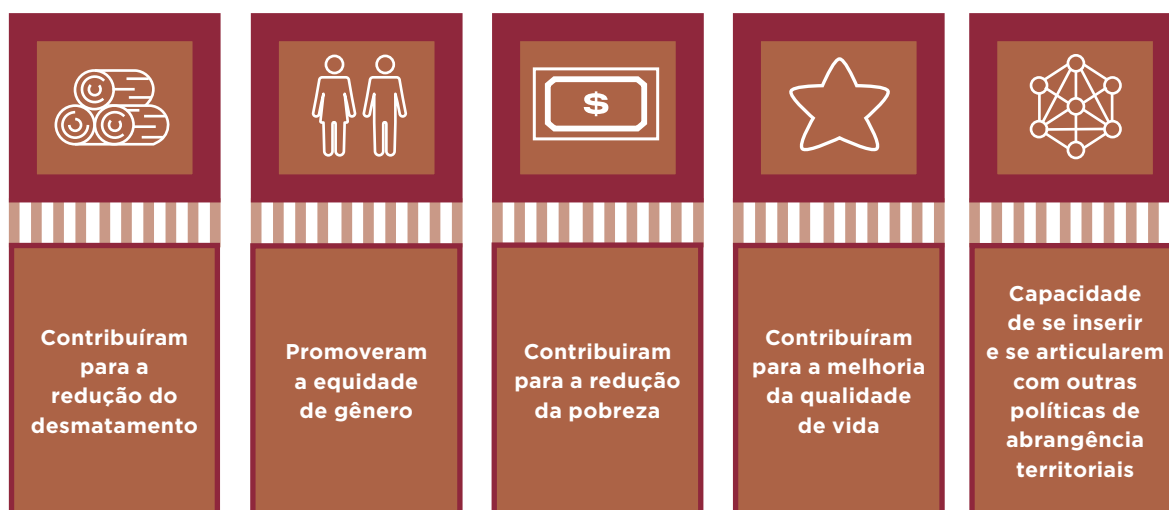
Com base nos quadros lógicos dos projetos e nos resultados disponibilizados no portfólio de projetos no site do Fundo Amazônia, a equipe dos consultores que compõem a avaliação realizou um cruzamento dos seis quadros lógicos e buscou agrupá-los em eixos temáticos de intervenção. A partir disso, foram identificados e estabelecidos, pelos consultores, os eixos temáticos da Figura 3 para avaliação de efetividade da consultoria.

Figura 3: Eixos temáticos avaliados

01	GERAL a) Fortalecer a produção sustentável das cadeias apoiadas pelos projetos: pesca, produção de mudas, banco de sementes, farinha b) Fortalecer o monitoramento ambiental das TIs apoiadas pelos projetos
02	PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL a) Estruturação de cadeias produtivas
03	ORDENAMENTO TERRITORIAL a) Elaboração e implantação de Planos de Gestão Ambiental e Territorial das TIs apoiadas
04	CAPACITAÇÃO a) Capacitação de indígenas em diversos temas: monitoramento Ambiental e vigilância de território, temas específicos às cadeias produtivas apoiadas pelos projetos, agroecologia.

Fonte: Elaboração própria dos consultores

Além desses eixos temáticos, também foi avaliado em que sentido os projetos financiados contribuíram com outros temas transversais (Figura 4). Esses temas transversais são de grande relevância e devem ser observados e devidamente qualificados em todo o processo avaliativo.


Figura 4: Temas transversais considerados na avaliação


Fonte: Elaboração própria dos consultores

A partir disso, foi utilizada a metodologia de rede de resultados, na busca de identificar critérios avaliativos que possam ser apreciados pelos pares dessa avaliação, visando aferir a efetividade e, principalmente, os impactos agregados do conjunto de projetos no âmbito temático.

A partir de uma análise inicial dos dados, foi possível caracterizar a lógica da intervenção, identificar as entregas realizadas pelos projetos e os resultados alcançados, assim como refinar o foco da avaliação temática. Com base nas análises realizadas e do cruzamento matricial dos quadros lógicos, buscou-se agrupar os efeitos diretos dos projetos na lógica de intervenção dos componentes.

Também foi realizada uma análise contrafactual sobre uma terra Indígena (TI) não apoiada pelo Fundo Amazônia. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima, foi alvo dessa observação, cujos resultados sintetizados estão neste relatório e em seu Anexo 4. Além disso, foi elaborada uma análise sobre o avanço do desmatamento nas áreas apoiadas pelos projetos, que consta no Anexo 3 e foi utilizada ao longo do relatório como base para as discussões. No caso das avaliações temáticas, o desafio inicial de escolher um cenário contrafactual adequado foi amplo, na medida em que é preciso levar em conta diferentes marcos de diferentes projetos para a identificação do contrafactual mais semelhante ao conjunto de projetos e, portanto, mais apropriado.



3.1 A avaliação qualitativa. Entrevistas (semi) estruturadas com coordenadores, gestores e beneficiários

Devido a pandemia causada pelo coronavírus, não foi possível realizar a missão de campo, por meio de visitas ao local, uma técnica relevante de avaliação, o que prejudicou o conhecimento mais aprofundado dos projetos.

Dessa forma, a metodologia utilizada pelos avaliadores buscou assegurar a participação efetiva dos coordenadores e gestores dos projetos, possibilitando um processo de reflexão e aprendizagens de todos os envolvidos por meio de diálogos e entrevistas semiestruturadas com gestores, especialistas e de diferentes instituições relacionados direta ou indiretamente com os projetos em questão.

O objetivo principal das entrevistas foi o de buscar subsídios que pudessem gerar, ao processo de avaliação de efetividade dos projetos, uma compreensão sobre impactos e sustentabilidade após a conclusão dos projetos. Essas entrevistas foram realizadas por meio de chamadas de vídeo que melhor se adequaram aos atores escolhidos, tais como o *Microsoft Teams*.

As entrevistas com os gestores foram muito produtivas, permitindo ter uma visão geral dos projetos, suas realizações e seus principais desafios. Houve ainda entrevistas com lideranças indígenas nacionais e regionais, as quais muito enriqueceram o trabalho de avaliação.

Um dos principais desafios da avaliação dos projetos indígenas foi garantir a participação dos envolvidos, beneficiários e parceiros, em suas diversidades internas. Tratando-se das comunidades indígenas, buscou-se garantir pelo menos a participação e a corresponsabilização das lideranças comunitárias e das associações e outros sujeitos decisivos nos processos de desenvolvimento dos projetos para que os seus pontos de vista, experiências e perspectivas estivessem presentes de forma minimamente equilibrada nos resultados do processo de avaliação, como um esforço conjunto, colaborativo ou mesmo de coautoria tripartite das agências de fomento, da equipe de consultoria externa e das populações beneficiárias ou parceiros proponentes dos projetos.

Para garantir esta participação buscou-se a realização de rodas de conversas ou de diálogos, em ambiente virtual, aberto aos interessados e que possuíam acesso à internet.



Resultados

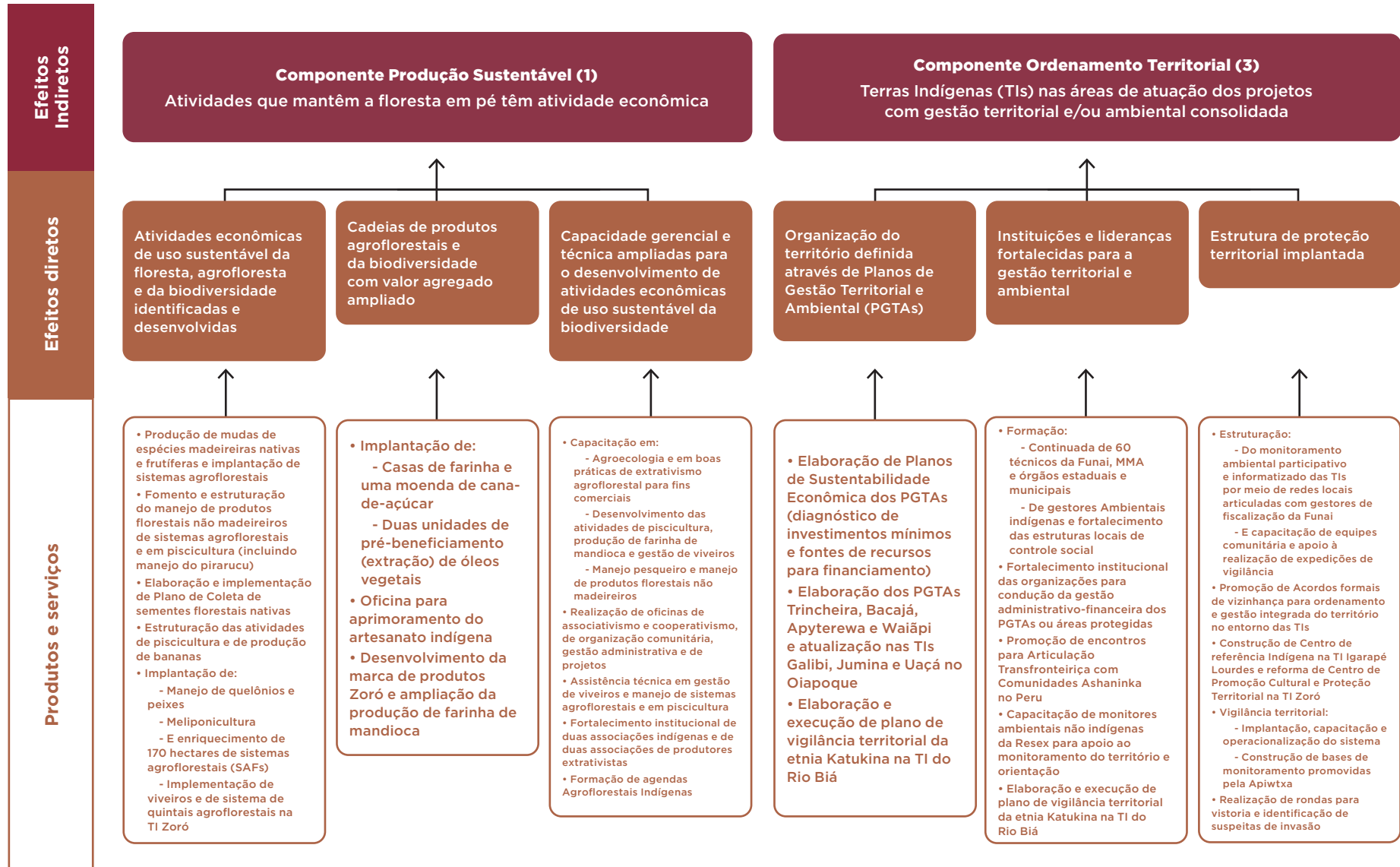
Como anteriormente apresentado, a lógica da intervenção e os efeitos indiretos dos projetos apoiados estão associados às componentes 1 e 3, que são respectivamente Componente Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica e Componente Ordenamento Territorial: Terras indígenas (TIs) nas áreas de atuação dos projetos com gestão territorial e/ou ambiental consolidada.

Posteriormente, para os efeitos diretos, observam-se atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas; cadeias de produtos agroflorestais da biodiversidade com valor agregado ampliadas; capacidades gerenciais e técnicas ampliadas para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da biodiversidade; organização dos territórios definida através de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs); instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental e estrutura de proteção territorial implantada.

Na Figura 5, apresenta-se a sistematização do conjunto de efeitos indiretos, efeitos diretos e os produtos e serviços gerados a partir dos projetos contemplados. É importante ressaltar que cada um dos projetos avaliados possui seu próprio quadro lógico com sua árvore de objetivos. Essas árvores lógicas estão apresentadas nas avaliações individuais constantes no Anexo 2 deste relatório de avaliação de efetividade.



Figura 5: Sistematização das árvores de efeitos indiretos, diretos e produtos e serviços dos projetos avaliados





4.1 Objetivo geral do Fundo Amazônia

Implementar uma estratégia que possibilite a proteção das florestas proporciona aos que vivem nessas áreas, como os indígenas, extrativistas e ribeirinhos, um conjunto de benefícios econômicos, sociais e ambientais. Valorizar a floresta em pé fazendo com que os produtos não madeireiros tenham valor agregado é um dos efeitos indiretos previstos. A conservação da floresta é condição necessária para a conservação tanto da biodiversidade, quanto para a proteção dos meios de vida das populações tradicionais.

Colocar em prática uma estratégia desta dimensão (valorizar a floresta em pé) possibilita também, ao Fundo Amazônia, observar o objetivo ligado a redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Assim, para calcular o índice de desmatamento das TIs de atuação dos projetos, foi realizado um levantamento tendo como linha de base a média dos cinco anos anteriores ao início dos primeiros projetos, que começaram em 2014.

Na Amazônia Legal, as terras indígenas ocupam cerca 1,08 milhão de km², o que equivale a cerca de 22,9% da região. Nesse contexto, o desmatamento vem evoluindo nessas áreas ao longo os anos, principalmente em áreas que sofrem ameaças e pressões, principalmente forçada por tentativa de exploração mineral, extração de madeira e implantação de pastos. Enquanto a primeira, pode ser entendida como risco iminente ao desmatamento, as outras correspondem ao desmatamento ocorrido nela.

A evolução do desmatamento em terras indígenas na Amazônia Legal no período observado, entre os anos de 2009 e 2020, foi de 2.835km², ou seja, média de 236,3 km² ao ano. Isso equivale a 3,45% do desmatamento na Amazônia Legal. Percebe-se também que, apesar das constantes quedas desde 2009, o desmatamento passou a crescer, notadamente, entre 2017 e 2020, concentrando 1.383km² ou 51% do total no período observado. (Tabela 1)

Tabela 1: Total desmatado em terras indígenas na Amazônia (em km²)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total de área desmatada	331,19	293,75	225,69	159,04	167,74	96	73,03	105,09	198,04	260,57	497,37	427,94

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da plataforma Terrabrasilis. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Consultado em 08 out. 2021



Além dos dados consolidados até 2020, em meados do mês de novembro de 2021 foram apresentados os dados de 2021 até junho. Pelos dados apresentados, registrou-se o pior índice de desmatamento dos últimos 15 anos, havendo uma alta de 22% entre este relatório e o anterior.

Nesse contexto, o apoio do Fundo Amazônia na elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) tem ocorrido em territórios que necessitam de apoio para consolidação da ocupação indígena. Apesar do baixo volume de desmate na maioria das 23 TIs apoiadas, a média é de 6,4km² desmatados ao ano e um total de 451 km² entre 2009 e 2020.

As TIs Trincheira Bacajá e Apyterewa no Pará, ambas apoiadas pelo projeto *Fortalecimento da Gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*, se destacam pelo alto volume de desmatamento, com uma média de 14,05km² ao ano, e corresponde a 81% do total desmatado nas TIs avaliadas. Essas TIs se localizam em áreas de ameaça e pressão no estado, sendo constantemente alvo de invasão para grilagem e extração legal de recursos naturais. Na Tabela 2 estão os dados de desmatamento para cada um dos projetos apoiados.

Tabela 2: Resultado do levantamento do desmatamento nas áreas de atuação dos projetos. (Os dados são apresentados em km²)

Projetos	Área total dos projetos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alto Juruá	1.184,8	0,00	0,29	0,47	0,07	0,00	0,08	0,00	0,15	0,07	0,00	0,07	0,38
Amazônia Indígena Sustentável	4.053,9	4,27	0,44	0,54	1,53	9,95	0,42	0,27	1,48	0,69	1,33	2,24	1,98
Arapaima: Redes Produtivas	61.089,2	0,48	3,19	1,52	0,65	0,84	1,74	0,88	1,04	1,27	1,37	1,63	2,74
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	5.709,4	0,58	0,75	0,75	0,77	0,26	0,93	0,00	0,44	0,15	0,38	0,63	2,20
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	35.498,8	35,15	19,61	7,54	3,41	6,51	8,11	7,62	6,75	8,74	32,57	124,88	87,09
Total Geral	107.536,1	40,48	24,29	10,81	6,44	17,55	11,28	8,77	9,86	10,92	35,65	129,44	94,38

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)



Levando em consideração as médias entre os períodos identificados – linha de base (2009 a 2013), período de execução do projeto (2014 a 2018) e pós-projetos (2019-2020) –, pode-se perceber que o desmatamento foi menor durante a intervenção nas TIs apoiadas, com um total de 15,3 km². Para linha de base, foram 19,9 km² desmatados e, no breve período pós-projeto, houve um salto, com 111km² desmatados. Para facilitar a visualização dos efeitos dos projetos, pode-se observar os resultados por meio de uma linha de tendência, que evidencia a queda do desmate no momento de execução dos projetos (Quadro 1).

Quadro 1: Desmatamento nas áreas de atuação dos projetos, considerando a Linha de base, período de execução e pós projeto. (Os dados são apresentados em km²)

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Durante os projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 -2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	
Amazônia Indígena Sustentável	3,34	0,84	2,11	
Arapaima: Redes Produtivas	1,34	1,26	2,18	
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,62	0,38	1,41	
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44	12,76	105,99	
Total Geral	19,91	15,30	111,91	

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Foi também realizada uma comparação entre os valores encontrados para linha de base e o percentual relativo à evolução durante o período de execução e pós-projeto (Tabela 3). Percebe-se que incrementos negativos durante a intervenção e claro avanço após encerramento.


Tabela 3: Taxa de desmatamento em relação a linha de base

Projetos	Linha de base (km ²)	Período de execução dos Projetos (%)	Pós-Projeto (%)
Alto Juruá	0,166555068	-64,63	33,40
Amazônia Indígena Sustentável	3,343512385	-74,93	-36,89
Arapaima: Redes Produtivas	1,335469284	-5,62	63,33
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,622696639	-38,91	126,97
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44487521	-11,68	633,72
Total Geral	19,91310859	-23,19	462,00

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Em geral, as TIs observadas possuem baixas taxas de desmatamento. Em algumas, como a TI Acapuri de Cima, não foi identificado desmatamento durante todo período. Considerando a área analisada (107.536,10 km²), a taxa de desmatamento ao longo dos últimos 12 anos não foi mais do que 0,5% do total da área. Por outro lado, existem TIs em situação de ameaça e pressão, principalmente no Pará.

Os resultados desta avaliação indicam que os projetos tiveram um impacto positivo no combate ao desmatamento. As taxas de desmatamento durante o período de execução (2014 a 2018) diminuíram em relação a linha de base em todos os projetos. Isso vai ao encontro dos objetivos apoiados pelo Fundo Amazônia, além da contribuição na implementação de PGTA's. Ainda se verifica que, apesar do importante passo dado, houve um acréscimo expressivo nas taxas de desmatamento após a finalização dos projetos, indicando uma tendência de aumento nas áreas analisadas nos últimos 2 anos.

Com isso, percebe-se o quanto é relevante dar continuidade ao apoio e fomentar projetos e intervenções nas TIs na Amazônia, fortalecendo a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), bem como fortalecer capacidades em organizações indígenas para que possam implementar iniciativas que tragam escala ao uso sustentável de recursos, fortalecer conhecimentos tradicionais e contribuir para o equilíbrio climático da região.



Destaca-se que, em sintonia com as capacidades geradas a partir dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, associações que estão situadas nas duas TIs que possuem alto volume de desmatamento, Trincheira Bacajá e Apyterewa, respectivamente os povos Xikrin e Parakanã, neste ano de 2021, apresentaram uma proposta ao Fundo Global LEAF (Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance)²³ para implementar estratégias complementares às intervenções, e assim fortalecer as estratégias para diminuir e combater o desmatamento nessas áreas.

A seguir, serão apresentados os resultados observados por componente apoiada pelos projetos e respectivos efeitos diretos.

4.2 Componente Produção Sustentável (1): atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica

4.2.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agroflorestal e da biodiversidade identificada e desenvolvidas

A componente se insere numa estratégia de proporcionar, como efeito direto, atividades econômicas de uso sustentável da floresta (agroflorestal) desenvolvidas e, a partir de um conjunto de valores fortalecidos, propiciar a consolidação de cadeias de produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado. As atividades estavam definidas de acordo com a Figura 6²⁴.

23. Esta informação foi obtida na entrevista com os coordenadores do projeto realizada em 6 de agosto de 2021. Naquele momento, o LEAF permitia o envio de proposta de organizações indígenas. Somente em novembro de 2021, com a revisão de alguns normativos, não mais foi incorporada organizações indígenas como beneficiárias. Assim, as organizações foram orientadas a incorporarem suas propostas ao Projeto encaminhado pelo Governo do Estado do Pará. Assim, os projetos hoje encontram-se em processo de incorporação ao do governo subnacional.

24. Na figura não consta o projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia pois ele não possui relação com a Componente Produção Sustentável



Figura 6: Atividades produtivas apoiadas pelos projetos



Fonte: Adaptado pela consultoria a partir da árvore de objetivos dos projetos contemplados

Para a análise dessas atividades, os indicadores serão divididos em duas categorias: produtos da sociobiodiversidade e demais produtos gerados. A partir dessas informações, serão considerados também, para efeito desta avaliação, o volume produzido dos produtos citados na Figura 6.

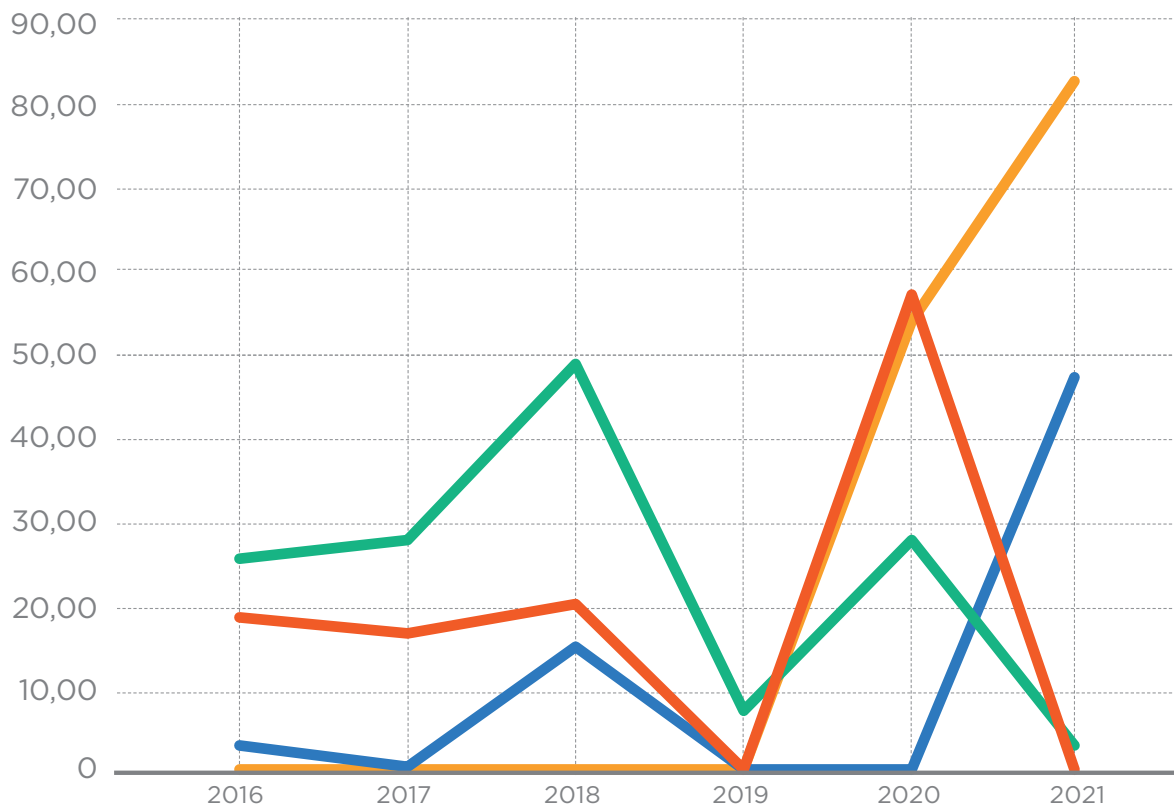
Alguns projetos avaliados apresentaram dados do início até 2020, porém, em outros não foi possível a atualização dos dados²⁵. Dessa forma, usou-se como referência os relatórios de monitoramento dos projetos para o Fundo Amazônia.

A Figura 7 apresenta a participação das atividades ligadas ao uso sustentável da floresta focadas nos produtos da sociobiodiversidade que foram gerados.

25. Os projetos apoiados pelas Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWTXA) e Comissão PróÍndio (CPI-Acre) não enviaram as atualizações dos dados de monitoramento dos indicadores.



Figura 7: Evolução da produção dos produtos da sociobiodiversidade [em toneladas]



	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Castanha do Pará	4,50	0,10	15,85	0,00	0,00	47,75
Açaí	0,00	0,00	0,00	0,00	54,00	84,47
PFMN in natura	26,80	28,81	49,63	8,00	28,00	4,00
Óleos vegetais beneficiados	19,06	17,31	20,55	0,00	57,00	0,00

Fonte: Elaborado pela consultoria a partir dos relatórios de monitoramento

Também se observou a produção da sociobiodiversidade, tendo como referência os dados da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), elaborado pelo IBGE em 2020. Para o açaí, a produção gerada a partir das intervenções equivale a um total de 23,8% de toda a produção do município de Oiapoque, no Amapá. De 2020, quando se



tem a primeira produção, até a produção em 2021, houve um acréscimo de 56,43%. Além do açaí, foram comercializados na feira de produtos agroextrativistas do Oiapoque quase 9 mil kg de diversos outros produtos da sociobiodiversidade. Observa-se que foi possível gerar mudanças significativas no aumento do volume de produção desses produtos e consequentemente um aumento na renda dessas populações.

Quanto a produção de castanha-do-pará, o que foi produzido equivale a 6,6% da produção total dos municípios em que se encontram situadas as TIs que tiveram projetos implementados. Parte da comercialização desse produto é, hoje, realizada dentro de uma parceria com o setor empresarial, na qual a produção é comercializada diretamente com a empresa *Wickbold* (empresa de alimentos, conhecida pela fabricação de pães)²⁶. A comercialização da outra parte da produção se dá a partir do coletivo de associações que compõe a Rede de Cantinas da Terra do Meio.

Para os óleos vegetais produzidos, destaque-se o murumuru (*Astrocaryum murumuru*) e a andiroba (*Carapa guianensis Aubl.*). Esses dois produtos tiveram no decorrer dos projetos uma produção crescente. No momento de seu início, a produção destes óleos foi de 19 toneladas. Após a conclusão em 2020, a produção chegou a um total de 57 toneladas, o que equivale a um aumento de 185% da produção inicial. Essa produção deve-se à implementação de uma estratégia de elaboração e implementação de planos de manejo desses produtos, apoiados no contexto dos projetos apoiados.

Com isso, é pertinente avaliar que as intervenções apoiadas pelos projetos em relação a esses produtos têm um indicador de efetividade, pois, mesmo após a conclusão dos projetos, a produção continua ocorrendo de forma ascendente. Assim como em relação a sustentabilidade da produção, foi possível, a partir dos projetos, a realização de importantes parcerias com o setor empresarial em relação à cadeia das sementes oleaginosas. Dessas parcerias, tem-se, hoje, a experiência dos produtos pré-beneficiados e comercializados diretamente com a *Natura Cosméticos* e a rede de Cantinas Solidárias da Amazônia.

Em relação a receita e o volume de produção das atividades relacio-

26. Houve a comercialização direta com a Natura a partir do projeto da OPAN, e a da comercialização direta de castanhas dentro da rede de Cantinas da Terra do Meio e com o Wickbold do projeto da TNC. Houve ainda a parceria com a rede de restaurantes “Sabores da Amazonia”.



Tabela 4: Evolução da produção e da receita das atividades de manejo de pirarucu

Produção de Pirarucu	Volume comercializado (T)					Receita obtida (R\$/mil)					
	Anos	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
Pirarucu		271	356	291	254	213	1.238	16.505	1.569	1.440	1.132

Fonte: Elaborado pela consultoria a partir dos relatórios de monitoramento

nadas ao manejo de pirarucu (*Arapaima gigas*), observado para o projeto *Arapaima: Redes Produtivas*, e outros peixes e quelônios, tem-se os resultados descritos na Tabela 4.

O volume de pirarucu produzido teve um aumento de 326%, levando em consideração que a linha de base era uma produção de 50 toneladas no início do ano de 2015. Importante ressaltar que, até no ano de 2018, os valores de produção e receita eram acumulativos²⁷. Quanto a receita gerada com a venda desse produto, tem-se um aumento de 194,26% quando comparado com a linha de base. A partir da produção do pirarucu desde o início até o final do projeto, foi possível gerar um acumulado de receita de R\$ 7.271.867,01.

A partir desses resultados, observa-se que ocorreram avanços significativos em relação a produção do pirarucu manejado, além do aumento do volume da produção e da receita gerada com a venda, não somente no período de execução do projeto, mas também após a sua finalização. A experiência com o manejo do pirarucu teve um efeito não previsto, que foi que a intervenção acabou gerando um conjunto de atividades de *advocacy*²⁸ sobre o potencial de comercialização do pirarucu de manejo. Parte da produção do pirarucu foi comercializada em programas de compras governamentais. Avaliando esse indicador, não foi possível avançar de for-

²⁷. Observa-se que, no momento de elaboração desta avaliação, os dados relativos ao ano de 2021 ainda não estão disponibilizados, pois a pesca ocorre durante os meses de agosto, setembro e outubro, assim ainda não se tem os dados da produção deste ano.

²⁸. *Advocacy* é o conjunto de ações, estrategicamente definidas e orientadas, que busca promover mudanças em políticas públicas locais, regionais, nacionais ou internacionais, visando alcançar a missão, a visão e objetivos estratégicos de uma organização ou coalizão de organizações. In: Gozetto, Andrea C.; Morgado, Renato P. Guia para a Construção de Estratégias de Advocacy: como influenciar políticas públicas. Piracicaba, SP: Imaflores, 2019. 68 p



ma significativa, pois a comercialização deu-se somente até o ano de 2019, quando se chegou a uma receita de R\$ 664.770,04, valor que, comparado a linha de base, representou um aumento de 72%.

Um dos principais fatores que não favoreceram a venda governamental em alguns anos tem relação com o baixo atrativo do preço praticado pelos programas. Além disso, outro desafio para inserção do pescado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi o fato de muitos municípios não disporem de nutricionistas em suas Secretarias Municipais de Educação, dificultando a inclusão do pescado nos cardápios e nas receitas da alimentação escolar.

O projeto assessorou as organizações para cadastro e emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) na modalidade jurídica. Porém, ainda permanece um desafio no tocante aos processos burocráticos de emissão desse documento na modalidade pessoa física, assim como para as pequenas associações indígenas.

Em relação a sustentabilidade do manejo do pirarucu, a estruturação dessa atividade tem um enorme potencial para que os benefícios da intervenção continuem a acontecer após o seu término. Atualmente o governo do estado do Amazonas tem incentivado o fortalecimento dessa atividade com subvenção econômica para os manejadores do pirarucu. Além disso, ainda poderá ser viabilizada a implementação do estudo do uso do couro do pirarucu e a efetivação do plano de negócios do couro. Já foram iniciadas algumas tratativas com o setor empresarial e a indústria da moda, como a marca de roupas Osklen, porém não foi efetivado o arranjo comercial proposto. Outro fator que será fundamental para continuidade dos efeitos da intervenção é que se retome as tratativas com a cadeia produtiva da gastronomia, para maior inserção e agregação de valor do pirarucu de manejo em redes de restaurantes e de chefes de cozinha.

Em consideração aos indicadores respondidos pelos projetos, observou-se, nesta avaliação, o indicador sobre geração de receita e volume produzido, no âmbito da comercialização de produtos *in natura* e beneficiados. Com base na captação direta de dados com os projetos, foram identificadas respostas a partir de 2016, tendo sido solicitada a atualização para os anos de 2020 e parcial de 2021.

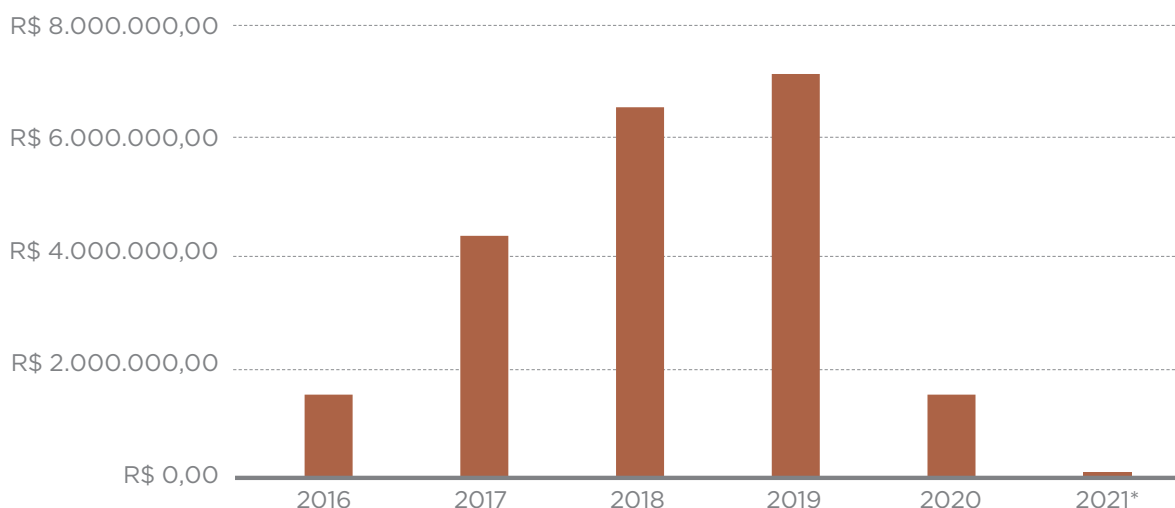
Verificou-se que Kanindé, Operação Amazônia Nativa (OPAN), The Nature Conservancy (TNC) e Comissão Pró-Índio (CPI) realizaram análises anuais e, exceto a TNC, as demais organizações indicaram os valo-



res anuais obtidos, principalmente com a comercialização de banana, farinha de mandioca e pesca. Dessa maneira, é possível identificar que houve uma evolução crescente em receitas e que, em 2019, os projetos tiveram a maior receita no período, alcançando R\$ 7.097.714,92.

Entre 2016 e 2021 (parcial,) foi gerada uma receita de R\$ 20.854.234 no contexto das cadeias produtivas apoiadas pelo Fundo Amazônia. Como dito, o ano de 2021 possui resultado parcial, ou seja, ainda há geração de receitas com base nos indicadores firmados junto ao Fundo Amazônia. Na Figura 8 podemos identificar a evolução da receita obtida pelo conjunto dos projetos de maneira resumida.

Figura 8: Evolução da receita obtida pelo conjunto dos projetos



Fonte: Elaborado pela consultoria

A produção sustentável foi importante também para a conservação ambiental, de tal forma que os projetos buscaram manter o monitoramento e a conservação da floresta. Nesse sentido, parte-se do pressuposto da fruticultura da banana, atividade que depende da preservação ambiental. Em relação ao volume total, a produção foi de 65,5 toneladas, o que equivale a um percentual de aumento de 2% quando se compara com a linha de base. Já em termos de geração de receita, totalizou-se R\$ 130.250,00, o que também simboliza um aumento de 2%. Na Tabela 5, tem-se uma descrição da evolução da produção da banana e da receita gerada pelo projeto *Amazônia Indígena Sustentável*.



Tabela 5: Evolução da produção e da receita das atividades de produção sustentável

Anos	Volume comercializado (T)				Receita obtida (R\$/mil)			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Banana	0	64	64	65,5	0,00	128,00	128,00	130,25

Fonte: Elaborado pela consultoria a partir dos relatórios de monitoramento

Avaliando as estratégias de meliponicultura, registrou-se que estavam previstas a implantação de até 200 colmeias para abelhas sem ferrão para produção de mel. Foi alcançado um total de 130. Várias comunidades indígenas receberam doações de caixas de abelhas, assim como foram capacitadas para fabricar suas próprias caixas.

Nesse contexto, não foi possível observar o indicador após a finalização da intervenção. Porém, destaca-se que a atividade de meliponicultura é extremamente sustentável e com possibilidade de se ter produção mesmo após a conclusão do projeto. Além disso, esta atividade tem um enorme potencial ambiental, nutricional e econômico.

A atividade de meliponicultura garante uma série de serviços ambientais vantajosos para a flores, tais como: alternativa ao desmatamento, polinização de árvores, regeneração das florestas e fixação de carbono. Economicamente, é uma atividade que tem se desenvolvido como alternativa de renda para povos e comunidades tradicionais e hoje é usada na alta gastronomia. Em termos nutricionais e medicinais, tem elevada atividade antibacteriana.

Já a partir da elaboração e implementação de planos de manejo e coleta de sementes nativas, foi possível realizar a medição da área diretamente manejada. Até a finalização do projeto, foram alcançados 550 hectares manejados. É uma atividade que tem se mostrado sustentável pois as famílias continuam trabalhando na recuperação de áreas que estavam abandonadas. Além disso, parte das sementes que estão sendo plantadas são de produtos florestais não madeireiros. Dessa maneira, encontra-se o território buscando soluções para manutenção de seus próprios meios de preservação da floresta, assim como esse modelo apoiado no território tem conseguido gerar segurança alimentar e nutricional para os que lá vivem.



4.2.2 Cadeias de produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado e ampliado

Os projetos desenvolveram atividades econômicas que buscaram proporcionar a ampliação do valor agregado dos produtos agroflorestais, por meio do fortalecimento das cadeias relacionadas a farinha, a cana-de-açúcar e a extração e beneficiamento dos óleos vegetais, assim como promoveu o artesanato indígena, dinamizando a economia local e incrementando a renda *per capita*.

A valorização das cadeias de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da agroflorestais e da biodiversidade representa grande oportunidade para o atendimento integrado de prioridades para as comunidades indígenas, com destaque para: o desenvolvimento econômico baseado em vantagens comparativas e competitivas; a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais; o desenvolvimento de arranjos produtivos locais e regionais; e a inclusão dos povos indígenas em cadeias de alto valor potencial agregado, com respeito as suas peculiaridades socioculturais.

Entre as atividades de produção sustentável desenvolvidas, no cultivo de mandioca, buscou-se desenvolver toda uma cadeia de produção. Assim, não se focou apenas no cultivo, que era algo já natural para as comunidades, mas no beneficiamento dessa mandioca para produção de farinha de mandioca, usada tanto para o consumo quanto para a comercialização. A construção de estruturas e implementação de casas de farinha para realizar tal beneficiamento proporcionou o aumento da produção e, conseqüente, da comercialização. Tem-se um aumento substancial de 671% dessa produção, quando comparado o momento inicial e final. Além disso, a produção traz segurança alimentar e nutricional dos que vivem nestas TIs. No caso do projeto *Amazônia Indígena Sustentável*, tem-se o desenvolvimento da marca de produtos *Zoró* e ampliação da produção de farinha nesse território. Essa marca foi criada, registrada e certificada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

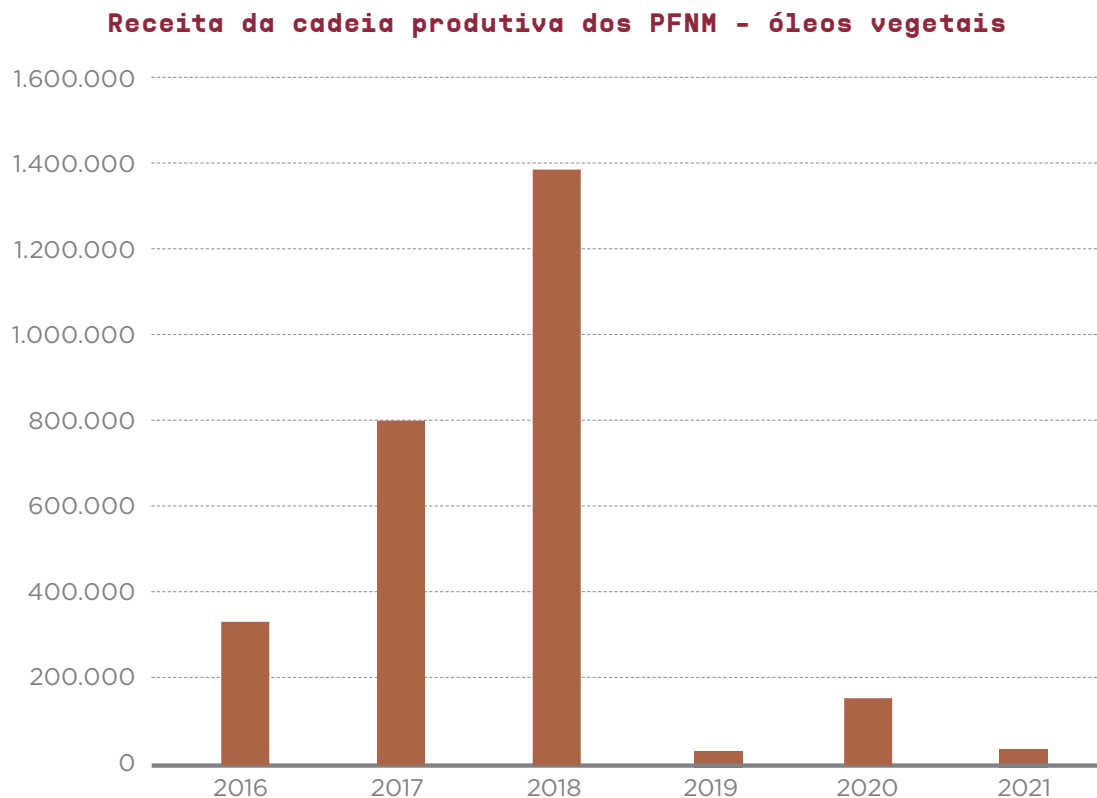
Em maio de 2020 – período pós-encerramento do projeto – os indígenas, que se organizaram para manter todas as aldeias abastecidas com alimentos no período da pandemia, alcançaram um excedente de 600 kg de produtos, que posteriormente foi doado à Secretária Municipal de Assistência Social da cidade de Ji-Paraná (RO), para serem distribuídos a população carente não-indígena.



Investir e apoiar atividades como a da cadeia produtiva da farinha de mandioca tem um enorme potencial de sustentabilidade. A farinha produzida no estado do Acre, por exemplo, é considerada uma das melhores do país, possuindo inclusive um selo de certificação reconhecido nacionalmente. Quanto a farinha produzida em Rondônia, com a criação da marca dos produtos e o seu registro, identifica-se um indicador de eficácia, pois a marca tem um importante papel de agregar valor a seus produtos.

Em relação ao artesanato, foi possível a comercialização de aproximadamente 1.321 peças. Apesar da pandemia ter causado impactos negativos para o setor, o efeito foi inverso, pois as associações beneficiárias do projeto IGATI (Xikrin e Parakanã) se uniram e montaram uma plataforma virtual para venda estes produtos. A partir disso, foi possível aproximar os produtos artesanais com potenciais consumidores. Isso demonstra que os resultados desse projeto permanecem sustentáveis e esta é uma atividade que tem conseguido gerar renda para os beneficiários.

Figura 9: Evolução da receita das atividades da cadeia produtiva dos PFNM – óleos vegetais



Fonte: Elaborado pela consultoria



Quanto a cadeia produtiva dos Produtos Florestais Não Madeireiros – óleos vegetais, no item anterior foi apresentada a evolução do volume de produção destes bens. Na Figura 9 tem-se um gráfico da evolução da receita gerada por essa cadeia produtiva.

A meta do projeto *Arapaima: Redes Produtivas*, era proporcionar um aumento da receita em 10% ao ano com a comercialização dos PFNM. Nesse sentido, nos anos em que a intervenção estava em implementação, a meta conseguiu ser cumprida, chegando no ano de 2018 com um aumento de mais 313%. Porém, a partir de 2019 ocorre uma diminuição substancial da receita gerada por essa cadeia produtiva. Para os anos de 2020 e 2021, houve uma diminuição em relação a linha de base de - 91% e - 54% respectivamente. Importante ressaltar que os dados de 2021 ainda são dados preliminares. Um dos principais fatores dessa queda é a dificuldade de algumas organizações acessarem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Jurídica), que é uma das formas para que essa produção possa ser comercializada a partir dos programas gerenciados pela Conab para os produtos da sociobiodiversidade. Um outro desafio identificado é que a Funai não está inserida no apoio para a aquisição de instrumentos legais que possam favorecer melhor comercialização e conseqüentemente uma maior geração de receitas para as comunidades.

Em suma, foi possível identificar que o conjunto das intervenções apoiadas conseguiu conciliar desenvolvimento econômico com conservação ambiental e inclusão social. Além disso, fortaleceu cadeias produtivas que basearam o seu desenvolvimento em estratégias capazes de manter a floresta em pé, tornando as organizações e comunidades indígenas em espaços de produção e empreendedorismo.

4.2.3 Capacidades gerenciais e técnicas ampliadas para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da biodiversidade

Como resultado das ações dos projetos é possível avaliar de forma positiva a contribuição das intervenções em ações de capacitação e formação para os beneficiários e organizações indígenas. Foram ações que apoiaram atividades gerenciais e foram importantes para a autonomia dos povos indígenas. Desse conjunto de intervenções dos projetos apoiados, tem-se os resultados descritos no Quadro 2.



Quadro 2: Resultados das intervenções de capacitação para atividades econômicas, produtivas e gerenciais

Projetos	Capacidade gerencial para organizações indígenas	Capacidade para atividades econômicas
Alto Juruá		55 pessoas capacitadas em agroecologia e em boas práticas de extrativismo agroflorestral para fins comerciais
Amazônia Indígena Sustentável		77 indígenas capacitados para atividades de produção de mandioca, piscicultura e viveiros
Arapaima: Redes Produtivas	2.000 beneficiários capacitados em associativismo, cooperativismo, organização comunitária, gestão administrativa e gestão de projetos	241 beneficiários capacitados para o desenvolvimento de boas práticas em cadeias produtivas sustentáveis
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre		88 agentes florestais indígenas
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	165 indígenas capacitados para realização de atividades administrativo-financeiras	Capacitação de 87 indígenas em manejo/ beneficiamento/ comercialização de produtos locais

Fonte: Elaborado pela Consultoria

A partir dessas intervenções, foram apoiadas 262 capacitações/ eventos. Desse total, foram mais de 7.000 pessoas envolvidas em vista do fortalecimento para autonomia dos povos indígenas, assim como para o fortalecimento de suas atividades produtivas e para a garantia de gestão ambiental. Conseqüentemente, isso contribuiu para segurança alimentar e nutricional de seus territórios.

Foram realizadas capacitações com foco no desenvolvimento de atividades econômicas, tais como: piscicultura, produção de farinha de mandioca, manejo pesqueiro, manejo de produtos florestais não-madeireiros, gestão de viveiros e sistemas agroflorestrais. Essas capacitações contemplaram desde aspectos de assistência técnica e extensão rural até a recuperação de áreas degradadas a partir da implantação de sistema agroflorestral. Após a conclusão das intervenções, tem-se uma área de 87.401,31 hectares recuperados a partir dos projetos *Alto Juruá*, *Amazônia Indígena Sustentável* e *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre*.

A implementação dos sistemas agroflorestrais tem uma grande importância tanto para o equilíbrio entre a produção florestal e a produção de alimentos, como para a diminuição de pressão pelo desmatamento e pelo



uso da terra para fins de produção agrícola. Em razão desses efeitos, teve-se como resultados indiretos esperados nesses projetos: a conscientização sobre o desmatamento; o maior controle e conhecimento de técnicas sustentáveis, auxiliando na preservação ambiental dos territórios; o aumento da qualidade de vida das populações indígenas e a melhoria dos ecossistemas.

Em relação ao efeito renda e aumento da qualidade de vida, tem ocorrido, nesses territórios, uma produção mais eficiente, capaz de competir no mercado e, ao mesmo tempo, gerar benefícios concretos na própria renda e na qualidade de vida de seus praticantes.

No projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*, também foi realizado um conjunto de capacitações que deram suporte à implementação de atividades relacionadas ao manejo, ao beneficiamento e à comercialização de produtos agroflorestais, tais como as castanhas, o açaí e o babaçu. Inicialmente, o projeto tinha uma meta de capacitar 60 indígenas, e alcançou 87, ultrapassando-a em 45%.

A partir do projeto *Arapaima: Redes Produtivas*, também foram realizadas capacitações de beneficiários para o desenvolvimento de boas práticas em cadeias produtivas sustentáveis e aplicadas as técnicas aprendidas, num total de 2.481 capacitados. A meta inicial era de 573 pessoas, ou 10% do público beneficiado, e, ao final, o projeto conseguiu capacitar 43,3% do total atendido. Após a finalização do projeto, não foi mais capacitado nenhum outro beneficiário.

Ainda nesse projeto, também foi realizado um conjunto de capacitações em manejo pesqueiro e de produtos florestais não madeireiros, com 53 ações, totalizando 2.760 pessoas treinadas e aptas a realizarem atividades produtivas relacionadas à produção sustentável. O projeto também apoiou o fortalecimento de ações de duas associações indígenas e quatro associações extrativistas. Para essas últimas, ocorreu um aumento de 100% da meta estipulada.

Um impacto identificado nas entrevistas de avaliação é que, nas duas organizações indígenas (Conselho dos Povos Indígenas de Jutai – COPIJU e Associação do Povo Deni do rio Xeruã – ASPODEX) e nas quatro extrativista²⁹, as ações estiveram focadas nos aspectos relacionados à melhoria

29. Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS de Uacari – AMARU, Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim – AERDSC, Associação dos Produtores Rurais de Carauari – Asproc e Associação dos Comunitários que trabalham com o Desenvolvimento do Município de Jutai - ACJ



das organizações em relação ao seu funcionamento e capacitação gerencial e contábil. Houve também um apoio efetivo que possibilitou que essas organizações pudessem melhorar a partir de reformas de suas sedes e, inclusive, hoje encontram-se conectadas à rede de internet.

Nesses projetos também foi realizado um conjunto de oficinas focadas em associativismo, cooperativismo, organização comunitária, gestão administrativa e gestão de projetos. Inicialmente, o projeto *Arapaima: Redes Produtivas* tinha como meta realizar um total de 24 oficinas temáticas com esse foco, e alcançou 40, com a participação de 2.000 beneficiários.

Avaliando a coesão do projeto e sua relação com o fortalecimento dessas organizações e a sustentabilidade, verifica-se que, mesmo após o término do projeto, essas entidades possuem maior grau de maturidade e compreensão do seu papel, tanto de representação dos seus territórios, como de se encontrarem aptas para a apresentação de projetos que possam apoiar e fomentar suas atividades produtivas e sustentáveis, bem como em relação a possuírem melhor estrutura operacional e de gestão financeira. São organizações que hoje têm capacidade de influenciar e negociar a implementação de políticas públicas, dos diferentes governos, federal e subnacionais, em seus territórios, além de terem acesso e condições de gerir diretamente recursos em projetos futuros.

Em relação ao projeto *Amazônia Indígena Sustentável*, os coordenadores das organizações indígenas passaram por diversas capacitações e processos de aprendizagem, que contemplaram aspectos administrativos, financeiros e contábeis. Hoje dispõem de um conjunto de habilidades que os tornam aptos para gerenciar e propor projetos.

Nessa avaliação, identificou-se duas experiências consideradas de impacto oriundas das capacitações, já que as organizações apresentaram recentemente um projeto para o Fundo Casa Socioambiental e elaboraram um projeto para acessarem recursos federais a partir de emenda parlamentares.

Esse conjunto de atividades que gerou capacidade gerencial e técnica para os beneficiários para o desenvolvimento de atividades econômicas, também foi extremamente importante para dar suporte ao próximo componente que será analisado.

Assim, vale trazer algumas reflexões sobre o papel das capacitações como estratégia transversal e que apoiou dois efeitos indiretos. Em relação à proteção territorial, o conjunto de capacitações apoiou – a partir dos agentes florestais (projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre*) e dos agentes socioambientais (projeto *Fortalecimento da Gestão*



Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia) – um conjunto de ações que também estiveram focadas na gestão e segurança das terras indígenas. Essas ações não ficaram restritas apenas aos povos indígenas, pois muitas dessas capacitações também tiveram o envolvimento de coordenadores e gestores de programas e políticas públicas do governo federal e dos governos subnacionais.

4.3 Componente Ordenamento Territorial [3]

4.3.1 Terras indígenas [TIs] com gestão territorial e/ou ambiental consolidada

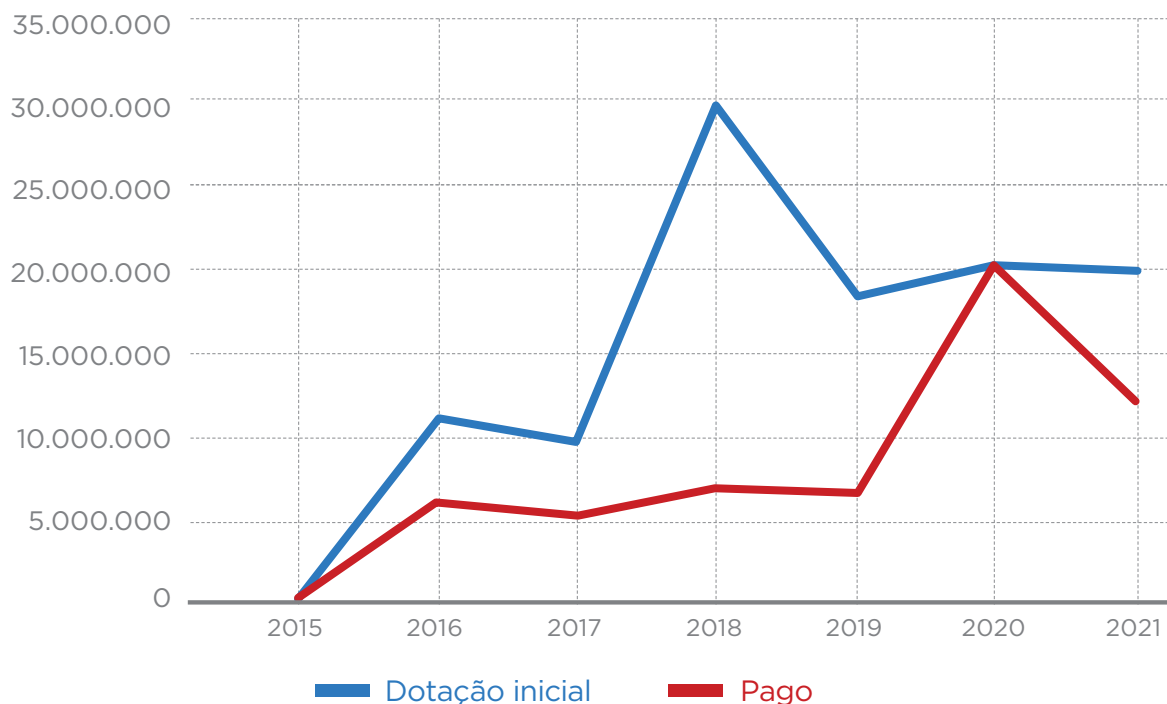
Territórios protegidos são verdadeiros escudos, tanto para o combate ao desmatamento, como para a exploração ilegal por invasores. Se não houvesse o apoio, a realidade seria ainda mais desafiadora, pois as áreas de abrangência dos projetos despertam interesses de invasores, principalmente para a implantação de garimpos e exploração mineral e de madeira ilegal. Como foi visto no item anterior, acerca dos efeitos indiretos, o desmatamento avançou menos sobre as áreas de atuação dos projetos durante o período da intervenção.

Observou-se, na avaliação, que as estratégias, os produtos e os serviços que contemplam a componente Ordenamento Territorial foram fundamentais para, em primeiro lugar, dar suporte à componente Produção Sustentável, com atividades que mantêm a floresta em pé, fazendo, assim, com que tenha ocorrido uma diminuição do desmatamento nessas áreas. Da mesma forma, serviram para diminuir a pressão de garimpeiros e madeireiros nesses territórios, garantindo a valorização dos saberes e das práticas indígenas e de comunidades tradicionais, além do fortalecimento das organizações aglutinadas, visando, assim, o aprimoramento da gestão do território e seus recursos.

Além disso, essas intervenções ocorrem em um momento em que tem havido uma diminuição da atuação da Funai por diversos fatores, que vão desde cortes orçamentários até a mudança de visão dos gestores em relação à proteção dos territórios indígenas. Se avaliarmos a partir do Orçamento da União, o Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, que prevê ações de fiscalização e monitoramento territorial das terras indígenas e gestão ambiental em terras indígenas,



Figura 10: Evolução dos gastos do Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (2015-2021)



Fonte: Elaborado pela consultoria a partir dos dados do SIOP – Painel de Orçamento Federal

apresenta a evolução dos gastos descrita no gráfico da Figura 10 no período que compreende a implementação dos projetos até o ano de 2021.

Importante ressaltar que, a partir de 2020, apesar do programa continuar com o mesmo nome, a ação orçamentária contempla uma gama de ações numa mesma rubrica. Assim, em uma mesma ação programática encontra-se regularização, demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados. O estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “demonstrou que entre 2012 e 2017, a partir dos critérios e opções metodológicas delineadas, os povos indígenas se mostraram mais presentes nos instrumentos orçamentários.”³⁰

A partir dos dados apresentados na Figura 10, percebe-se que os projetos apoiados tiveram papel relevante no sentido de apoiar a gestão territorial, com foco no reforço para as ações de proteção de territórios, visto que parte do orçamento do governo federal hoje é insuficiente para

30. SILVA, Frederico A. Barbosa; LUNELLI, Isabella Cristina. Estudo sobre orçamento indigenista federal: Desafios e limitações aos direitos e políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil. IPEA: Brasília : Rio de Janeiro: Textos para discussão 2583. 2020. 56p.



essas ações. Identificou-se maior inserção das comunidades indígenas como protagonistas em ações de proteção, planejamento, ordenamento territorial e ambiental em seus territórios.

Além disso, o conjunto de projetos apoiados, inclusive na Chamada Pública, voltados ao apoio a PGTAs³¹, que tinham como efeitos indiretos a componente Ordenamento Territorial, tiveram grande relevância para a temática do planejamento, da organização, do ordenamento e da proteção dos territórios indígenas, pois conseguiram tanto realizar a proteção dos beneficiários, quanto dos seus territórios.

4.3.2 Organização do território definida através de Planos de Gestão Territorial e Ambiental [PGTAs]

A elaboração de instrumentos de planejamento, como os Planos de Gestão Territoriais e Ambientais (PGTAs), contribui com a autonomia dos diversos povos que habitam esses locais, como também para a proteção da natureza. É “uma forma de preservar os meios de vida de comunidades indígenas, garantindo-lhes o acesso e o manejo de terras compatíveis com suas práticas tradicionais.

Conforme as orientações da Funai para elaboração de PGTAs, esses planos compõem importante ferramenta para implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), visando a conservação e a valorização dos patrimônios material e imaterial indígenas, bem como a recuperação, o uso sustentável e a segurança para reprodução da forma de viver indígena em seus territórios. Além disso, os PGTAs deveriam servir como subsídio para acesso a políticas públicas orientadas ao fortalecimento, autodeterminação dos povos e controle territorial³².

Assim, os projetos avaliados tinham, entre os produtos a serem elaborados, dentro dos efeitos diretos relacionados à organização dos territórios indígenas, a elaboração e revisão de um conjunto de PGTAs. Foram, então, desenvolvidos os planos dos projetos *Amazônia Indígena*

31. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/chamadas-publicas/projetos-voltados-ao-apoio-a-PGTAs/>

32. Disponível em: http://cggamgati.funai.gov.br/files/6413/8685/5847/Cartilha_PGTA.pdf



Sustentável e Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terra Indígenas na Amazônia, como detalhado na Figura 6.

Figura 11: PGTAs apoiados pelos projetos



Fonte: Elaboração pela consultoria

Nesse contexto, identificou-se que esses instrumentos se encontram em sintonia com o modelo proposto pelo documento “Orientação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas”, elaborado pela Funai em 2013. Os planos possuem assimetrias e singularidades. Observa-se que modelos padrões não devem ser levados em consideração quando se analisa territórios indígenas, visto que alguns já possuem maior experiência que outros em relação às atividades como planejamento, organização territorial e capital social.



Quadro 3: Síntese dos aspectos contemplados nos PGTAS de TIs apoiados pelos projetos

Aspectos Observados/ TIs Apoiadas	Rio Guaporé	Rio Negro Ocaia	Galibi, Juminã e Uaçá Oiaipoque	Apyterewa	Trincheira Bacajá	Wajãpi
Caracterização do território	X	X	X	X	X	X
Diagnóstico do território	X	X	X	X	X	X
Objetivos					X	X
Visão de futuro		X			X	
Eixos estratégicos			X		X	X
Atividades / ações	X	X	X	X	X	X
Projetos						
Parcerias	X	X	X			
Arranjos institucionais e modelos de gestão			X		X	X
Sistema de monitoramento e avaliação			X			X

Fonte: Elaborado pela consultoria

Em todos os planos, se observa a caracterização dos territórios e o diagnóstico das terras indígenas. A caracterização do territorial e o diagnóstico são peças-chave para compreensão da espacialização e formas de uso, o que se diferencia pela experiência de exploração de recursos, organização social e expressão cultural desses povos. São planos que possuem legitimidade social forte e valorizaram os processos de construção coletiva e o aprendizado dos públicos beneficiários, conforme observado nos atores elencados em cada um dos planos observados. Dessa forma, os referidos documentos estão qualificados e estruturados.

Porém, é importante que esses instrumentos de planejamento possam também trazer inovações, necessárias para avançar nos âmbitos econômico, social, político, cultural e ambiental. Um plano com ações e atividades bem definidas sem dúvida torna-se componente fundamental para uma boa execução desses PGTAs.

Assim, teria mais viabilidade se esses planos pudessem ter inovado e contemplado um conjunto maior de ações e iniciativas com potencial



de fortalecer o planejamento e impulsionar a implementação de políticas públicas nas terras indígenas. Por exemplo, em relação às ações e atividades, os PGTAs avaliados focam em atividades genéricas e não contemplam propostas de diretrizes de ações ou macroações para servir de marco orientador para possíveis projetos.

No âmbito da PNGATI, os planos necessitam de articulação de um conjunto de atores políticos e institucionais (governo federal e subnacionais, organizações não governamentais, agências de fomento) que possam apoiar esse planejamento. É importante também que esses instrumentos de planejamento identifiquem possíveis parcerias e compromissos de outros atores que possam apoiar a implementação dos referidos planos.

Assim, é importante que os planos possam ser mais programáticos, focados em eixos e com possibilidade de articular políticas públicas de abrangências locais, territoriais e subnacionais. Reiterando, um plano com ações, atividades e projetos bem definidos é essencial em um momento como o atual, em que a Funai tem diminuído seu protagonismo e atuação junto aos territórios indígenas.

Além da elaboração dos PGTAs, um dos projetos avaliados – *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* – tinha como produto a ser entregue a realização de um Plano de Sustentabilidade Econômica desses planos territoriais. Esse documento contém um diagnóstico tanto de investimentos mínimos como de possíveis fontes para o financiamento das ações e propostas contempladas nos PGTAs apoiados.

Dessas ações, foi possível identificar alguns avanços, inclusive após a finalização dos projetos. Foi também possível fazer uma articulação com a Embrapa e com a Emater para a implementação de ações de alguns eixos pontuais propostos nos PGTAs. Dessa experiência, também foi possível iniciar um diálogo entre empresas e possíveis articulações para o reconhecimento de potenciais produtos florestais não madeireiros, que poderão, no futuro, apoiar a produção sustentável e aumentar a renda dos povos indígenas.

A elaboração desses planos teve um importante efeito não esperado, mas que foi de grande importância para a inserção da participação e envolvimento das mulheres nos projetos. Em alguns dos projetos, originalmente não tinham atividade específica para mulheres, o que acabou acontecendo dentro dos processos de elaboração dos PGTAs.

Além disso, foi possível articular para que os Planos de Gestão das



Políticas Estaduais do Clima incorporassem os PGTAs elaborados nos estados do Pará e Amapá. Os PGTAs elaborados pela TNC nesses estados são relevantes para as respectivas políticas estaduais do clima. No Pará, a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC/PA), instituída em maio de 2020, relaciona que a sua implementação deve se articular tanto com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas quanto com os seus planos territoriais. Em parte das ações propostas no PGTA do povo Xikrin foi possível articular a sua implementação a partir do plano de compensação ambiental que foi implantado nas áreas impactadas pela usina hidrelétrica de Belo Monte.

Em suma, os PGTAS elaborados foram entregues aos governos federal (Funai e Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde) e aos governos subnacionais, junto aos seus órgãos responsáveis por apoiar intervenções, programas e políticas públicas de saúde, educação, meio ambiente e assistência social voltadas aos povos indígenas.

Outro ponto avaliado de forma positiva, em relação ao projeto Arapaima: Rede Produtivas, foi que esses instrumentos foram fundamentais para mobilizar os diversos territórios indígenas apoiados no tocante à garantia e segurança dessas áreas. Nesse sentido, outro produto se relaciona com a implementação de um plano de vigilância territorial e proteção dos recursos naturais de TIs. Para essa atividade, estavam previstas desde a aquisição de equipamentos até a realização de missões de vigilâncias.

Todas essas atividades foram realizadas, além de também ter sido criado um sistema de denúncias para identificar possíveis invasores circulando pelos territórios. As denúncias foram fundamentais para a consolidação da proteção das TIs. A partir desse sistema de denúncias, órgãos de fiscalização foram informados, sendo desencadeada uma operação conjunta da Polícia Federal, Ibama e Funai para desativar balsas que realizavam garimpo ilegal numa área dos Katuquina do Rio Biá e na RDS Cujubim, que são áreas de atuação dos projetos avaliados, assim como em terras no entorno das TIs.

Nas entrevistas com os beneficiários, observou-se que as próprias associações indígenas usam os planos como referencial para a elaboração dos seus projetos e que a experiência com o planejamento e elaboração de seus PGTAS teve um papel pedagógico para as organizações indígenas. Alguns desafios ainda permanecem em relação aos referidos PGTAs, e os principais encontram-se descritos no Quadro 9.


Quadro 4: Desafios para implementação dos PGTAS

Áreas	Desafios
FUNAI	Fazer com que a Funai use esses planos para implementar suas intervenções nas TIs. Em algumas áreas foi possível algum nível de articulação, mas na maioria dos projetos apoiados ocorreu uma baixa interlocução.
Monitoramento e Avaliação	A inexistência de uma estratégia de monitoramento das ações implementadas a partir dos PGTAs fragiliza o fortalecimento, a governabilidade e a accountability das intervenções implantadas, assim como a ausência dessas informações geradas por um monitoramento não possibilita a mensuração para melhorar o desempenho do conjunto de intervenções planejadas, mas também de verificar se os resultados previstos estão sendo alcançados.
Recursos Financeiros	A diminuição de orçamentos do governo federal para apoiar recursos financeiros para implementação de PGTAs tem sido um enorme desafio nos últimos quatro anos. Não adianta a elaboração dos planos se não houver uma estratégia que possa apoiar o financiamento para a implementação destes instrumentos.

Fonte: Elaborado pela consultoria

4.3.3 Estrutura de proteção territorial fortalecida

Terras indígenas são fundamentais para a contenção do desmatamento, além de apoiar a preservação das comunidades extrativistas e ribeirinhas, assim como unidades de conservação que estão no entorno das terras indígenas. Assim, uma estratégia de proteção territorial fortalece a vigilância não somente das comunidades indígenas, mas também dos não indígenas que vivem no território.

Os projetos contaram com a contratação de indígenas para participarem da coordenação e implementação. Além disso, foi realizado um conjunto de capacitações e formações que possibilitaram, aos beneficiários, maior fortalecimento no tocante ao seu papel como agentes de proteção do território. A partir das capacitações, foi possível gerar conhecimentos sobre a legislação que afeta a realidade indígena e um fortalecimento dos povos para o combate ao compreender ilegalidades em seus territórios. Com essas intervenções, ocorreu ainda, maior conscientização do papel dos povos indígenas como atores de resistência e defesa de seus territórios.

No caso do projeto *Amazônia Indígena Sustentável*, foi observado que as TIs nas quais foi implementado são marcadas por sérios conflitos, que vão desde invasão das terras e danos ao meio ambiente até a exploração de garimpos ilegais. O projeto proporcionou, aos beneficiários, um conjunto de capacitações em vigilância e proteção territorial. Um importante impacto



identificado dessas atividades, tanto pelos indígenas quanto pelos coordenadores do projeto, é que, após a sua finalização e a partir do sistema de vigilância territorial implementado, foram realizadas denúncias junto aos órgãos competentes e se chegou à prisão de um grupo de garimpeiros ilegais que estavam realizando exploração de ouro dentro da TI Igarapé Lourdes. Nessa operação, foram apreendidos diversos equipamentos do garimpo. Em 2021, também a partir do sistema de vigilância e de denúncias realizadas junto à Polícia Federal, foi deflagrada a operação “Caraíba”, que teve o objetivo de prender um suspeito de invadir a TI Igarapé Lourdes e perturbar costumes e tradições culturais daquela população.

Dentro da estratégia de preservação e valorização cultural, o projeto apoiou a criação de um Centro de Promoção Cultural e Proteção Territorial na TI Zoró. Hoje, tanto o Centro da TI Zoró quanto o da TI Arara Gavião encontram-se em pleno funcionamento. Estas estruturas são utilizadas para a realização de atividades de saúde e educação, em parceria com organizações não-governamentais (Doutores da Amazônia) e governos federal (Distrito Sanitário Especial Indígena – Disei) e subnacionais (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia e Secretaria Municipal de Assistência Social de *Ji-Paraná*). São espaços estruturados com acesso à internet, salas de aula, refeitórios e cozinhas e têm sido usados para a discussão de políticas públicas, principalmente em articulação com os atores subnacionais.

As ações e intervenções apoiadas pelo projeto *Amazônia Indígena Sustentável* se mantém até o momento e, em relação ao critério de sustentabilidade, o projeto conseguiu alcançar esse efeito. Sem dúvida, para que essa sustentabilidade tenha sido alcançada, todos os aspectos analisados passam pela questão das capacitações realizadas junto aos beneficiários do projeto.

Essa proteção do território não está focada apenas nos aspectos de desmatamento e gestão territorial. Na área de abrangência desse projeto, um importante impacto identificado foi que a vigilância também contemplou a identificação de possíveis atividades focadas em exploração ilegal da pesca do pirarucu nos lagos das TIs.

Quanto ao projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas*, ele foi implementado em áreas de grandes conflitos, onde tem-se desde áreas atingidas pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte até áreas de intensa interferência de exploração ilegal de madeira e garimpo, grilagem de terras, desmatamento, exploração da pecuária e



ameaças às lideranças indígenas.

A partir desse projeto, foi possível realizar um conjunto de ações na área de vigilância territorial e monitoramento ambiental. Segundo um dos coordenadores do projeto, em algumas áreas têm ocorrido, da época de sua implementação até hoje, enfraquecimento de algumas intervenções implementadas, principalmente por ser uma região de sérios conflitos.

Nas áreas do projeto, foram realizadas diversas ações conjuntas entre extrativistas e indígenas, o que foi extremamente importante para melhorar a relação entre os indígenas e os demais do entorno: ribeirinhos e quilombolas. Essas ações foram, então, fundamentais para o apoio em intervenções de monitoramento e ordenamento territorial, assim como para melhorar a convivência entre os diversos atores que ali vivem.

A partir das estratégias que o projeto conseguiu implementar, foi possível conter e reduzir riscos em diversas situações de conflitos no território. Na área de abrangência da usina hidrelétrica de Belo Monte, foi possível implementar estratégias de acordo de vizinhança, e articulá-lo com o PGTA elaborado pelos povos indígenas.

No estado do Amapá, também foi possível implementar os acordos de vizinhança com os extrativistas próximos. Nas TIs do Oiapoque, os núcleos de vigilância territorial continuam a realizar expedições de vigilância em conjunto com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Exército. Nos dois últimos anos, ocorreram operações dos órgãos de segurança e de fiscalização ambiental, tendo parte das denúncias surgido a partir de intensa comunicação entre os diversos atores sociais que vivem nesses territórios. O papel das articulações com foco na comunicação do entorno, contemplando os diversos atores territoriais, tem sido importante para trazer os atores locais para trabalhar em conjunto com os indígenas.

Quanto ao projeto de Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia, sua relevância está relacionada à contribuição para o tema e para as políticas indigenistas no país. Além disso, proporcionou a realização de um conjunto de capacitações tanto para organizações indígenas quanto para técnicos da Funai. O projeto contribuiu, durante sua implementação, para a ampliação da capacidade de interlocução das organizações indígenas locais com instituições governamentais e não governamentais, visando à ampliação e à diversificação de parcerias estáveis e apropriadas.

A partir desse projeto, a pauta da necessidade de se avançar na proteção de povos indígenas isolados e de recente contato foi sua maior



contribuição. Em contextos como o que se vive atualmente, com avanços em alguns momentos e retrocessos em outros, um projeto como esse traz, sem dúvida, uma reflexão para que o Estado brasileiro adote medidas para a proteção desses povos. E a proteção desses territórios passa por um monitoramento e uma vigilância efetiva.

Entre 2019 e 2021, foram apresentados nove requerimentos de audiência pública em várias comissões da Câmara dos Deputados, sendo um total de cinco apresentados e aprovados só em 2021. As discussões da necessidade do apoio aos povos indígenas isolados e de recente contato tem tido uma pauta recorrente nessa Casa, tendo sido, no último ano, realizada uma audiência pública e, mais recentemente, em outubro, proposta a realização de outra discussão no âmbito de uma Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa para tratar do tema da situação dos povos indígenas isolados e de recente contato. Nesses dois requerimentos, os territórios e povos objetos das discussões se assemelham aos locais do projeto apoiado pelo Fundo Amazonia.

Em relação à sustentabilidade do que fora implementado pelo projeto, tem-se um desafio pois, após seu final, houve uma desconstrução desse tema e do papel institucional da Funai na consolidação de seus objetivos junto ao governo federal. A baixa atuação da Funai na defesa desses territórios tem sido um desafio para a sustentabilidade das ações implementadas neles. Com isso, as organizações indígenas têm buscado se fortalecerem, articulando junto ao Ministério Público Federal (MPF) e, mais ainda, se aproximando dos governos estaduais para buscarem apoio na implementação de instrumentos de gestão e proteção territorial, que foram acessados a partir dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

A partir da implementação dos projetos, foi possível ainda incluir diversos beneficiários em atividades produtivas e, assim, tirá-los da informalidade e de possíveis envolvimento com atividades de suportes à exploração de madeiras e garimpos ilegais. Outro achado importante, identificado nesta avaliação temática, em relação à proteção dos territórios indígenas, na visão de alguns coordenadores das intervenções, foi o fato de se ter um conjunto de projetos focado nesse efeito direto, possibilitando que, a partir das intervenções dos projetos, ocorresse maior articulação e, até mesmo, forçando a Funai a conduzir, de forma mais efetiva, a realização das fiscalizações nesses territórios indígenas. É consenso entre os indígenas e coordenadores que os projetos apoiados conseguiram diminuir e inibir as invasões destas TIs.

**BOX 1.****Aspectos Transversais:
Articulação de políticas públicas nas TIs**

Dentro dos eixos transversais encontram-se a capacidade de inserção e a articulação dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia com outras políticas e intervenções territoriais. As políticas públicas implantadas nos diferentes espaços de abrangência locais ou regionais, são compostas por programas governamentais de várias origens (federal, estadual, municipal), além das que são implementadas ou executadas através de parcerias e de programas com organizações não governamentais ou da cooperação técnica internacional.

Uma das questões mais importantes identificadas e avaliadas atualmente diz respeito ao desafio para a articulação desses diferentes programas e políticas. Esse tem sido um dos pontos debatidos por organizações e entidades representativas dos movimentos sociais, o que representa uma tarefa desafiante para os gestores governamentais. Para a superação desse problema entende-se que as políticas públicas devam ser articuladas para que seus objetivos sejam realmente alcançados e os seus titulares de direitos possam, efetivamente, ter acesso a elas.

A possibilidade de articulação interinstitucional está diretamente ligada à capacidade de gerar um ambiente inovador para o desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas, através do acesso a serviços e recursos que possam materializar os resultados do trabalho, garantindo tanto a geração de melhorias de qualidade de vida quanto sua apropriação mais equitativa. As articulações interinstitucionais permitem integrar horizontalmente programas públicos com foco na realidade local. Também permitem uma integração vertical, rompendo as visões normalmente predominantes nas políticas públicas, que tendem a desconsiderar as diversidades locais e regionais.

A articulação de políticas públicas observada nesta avaliação ocorreu de maneira exitosa em alguns projetos, porém, em outros, os desafios ainda permanecem. Foi possível identificar em maior grau uma articulação dos projetos de produção sustentável com as políticas de compras governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Isso ficou bem explícito nos projetos *Amazônia Indígena Sustentável*, *Arapaima: Redes Produtivas*, *Alto Juruá* e *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de*



Terras Indígenas na Amazônia. De forma pontual, foi possível identificar acesso à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) no projeto *Arapaima: Redes Sustentáveis*.

Também foram realizadas parcerias com órgãos do governo federal, como a Embrapa para apoiar o programa de formação de agentes ambientais (projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia).

No tocante aos governos subnacionais, em alguns projetos foi possível articular a sua implementação com políticas públicas e programas de governos estaduais. No projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* conseguiu articular a efetivação da Política Estadual de Sistema de Pagamento por Serviços Ambientais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e das políticas indígenas em articulação com a implementação do projeto.

No Amapá e no Pará, a partir do projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia, foi possível a participação e parcerias dos órgãos ambientais nas capacitações dos beneficiários do projeto. Também foi negociada a incorporação dos Planos de Gestão das Políticas Estaduais do Clima a partir dos PGTAs elaborados nas TI beneficiárias desse projeto.

Na área de abrangência do Projeto Amazônia Indígena Sustentável, foi possível realizar diversas articulações com governos e com organizações não governamentais. A experiência do projeto favoreceu uma relação mais próxima com os agentes públicos e a implementação de algumas políticas públicas. Uma importante iniciativa foi a articulação para a implantação de uma estrada para o escoamento da produção do projeto. Ocorreram também iniciativas que favoreceram a implementação de políticas públicas de saúde e educação nas TIs contempladas pelo projeto.

Uma intervenção da organização não governamental Doutores da Amazônia, da área da saúde, tem sido implementada em um espaço físico construído com recursos do projeto. Esse espaço também é usado pelos técnicos do Distrito Sanitário Especial Indígena (Disei) para a realização de atendimentos, reuniões e capacitações.

Com as políticas municipais de segurança alimentar e nutricional, o projeto Alto Juruá, a partir da implementação dos sistemas agroflorestais, tem proporcionado às famílias uma estratégia de produção sustentável articulada com a recuperação de áreas abandonadas e a geração de segurança alimentar e nutricional.



Acessar programas e articular políticas públicas foi importante para a geração de renda nos projetos de compras governamentais, para que assim os beneficiários pudessem ampliar o acesso a serviços e melhorar a qualidade de vida e alimentação nas escolas das TIs. No quadro a seguir, é apresentado um esquema da articulação observada nos projetos.

Projetos/ Articulação	Governos municipais	Governos estaduais	Organizações não governamentais	Governo federal
Alto Juruá	X			X
Amazônia Indígena Sustentável	X	X	X	X
Arapaima: Redes Produtivas				X
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre		X		
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia		X		X
Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia				

Fonte: Elaborado pela consultoria

Porém, desafios ainda permanecem pois existem diversas políticas e programas que não conseguem se articular e integrar nas TIs apoiadas. Ainda persistem desintegração e consequente ineficácia e ineficiência destas políticas. Ficou nítido nas entrevistas realizadas para esta avaliação com gestores e beneficiários que, para algumas políticas e programas, ainda não é possível o acesso dos povos indígenas. O que fica evidenciado nos seguintes pontos:

- Dificuldade para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP-Indígena);
- Dificuldade da Inserção da produção nos comércios locais.
- Falta de nutricionistas para inclusão do pescado no cardápio das escolas, dificultado a comercialização do pirarucu junto ao PNAE (destacado pelo projeto *Arapaima: Redes Produtivas*).



- Burocracias que dificultam o acesso a algumas políticas públicas governamentais;
- Economias locais desconectadas com o viver indígena.
- Não inserção da Funai na articulação com os governos estaduais e municipais para implementação de políticas públicas nas áreas de abrangência dos projetos.
- Necessidade de uma maior articulação e interlocução entre políticas e programas implementados pela Funai e pelo Estado nas terras indígenas, em total sintonia com os PGTAs já elaborados pelas comunidades indígenas.;
- Necessidade de melhor integração entre as ações desenvolvidas pelos gestores da Reserva Extrativista (Resex) Alto Juruá com as ações do projeto Alto Juruá.

4.3.4 Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental

Além da demarcação dos territórios indígenas, a gestão efetiva passa pela elaboração dos instrumentos de planejamento e pela aquisição de equipamentos para o monitoramento territorial e ambiental. A partir da implementação de mecanismos, é possível que os povos e organizações indígenas possam criar condições mínimas para aplicá-los em seus territórios. Além dos povos indígenas, é importante inserir técnicos, gestores dos governos nacional e subnacionais e os burocratas do nível de rua³³ nessas estratégias.

No que se refere aos projetos apoiados, esses conseguiram capacitar lideranças e organizações indígenas e instituições governamentais para apoiarem e fortalecerem a gestão ambiental nos territórios indígenas.

No que se refere aos projetos apoiados, esses conseguiram capacitar

33. No Brasil, os burocratas de nível de rua também são chamados de agentes de implementação de políticas públicas. Lotta, Gabriela. Agentes de implementação: uma forma de análise das políticas públicas. Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, v. 19, n. 65, p. 186-206, jul./dez. 2014.



lideranças e organizações indígenas e instituições governamentais para apoiarem e fortalecerem a gestão ambiental nos territórios indígenas.

Um dos principais achados na avaliação refere-se aos projetos que tiveram a implementação da estratégia de capacitação voltadas para indígenas e demais beneficiários, que desempenharam funções extremamente relevantes no tocante à proteção e gestão ambiental e territorial. A formação para agentes ambientais e florestais ocorreu nos projetos *Cadeias de Valor em Terras indígenas no Acre* e *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*. Os agentes tiveram papéis que foram desde a recuperação de áreas improdutivas e degradadas até o envolvimento efetivo na prevenção de desmatamento, assim como no envio de informações e denúncias para os órgãos de controle e fiscalização ambiental. Além disso, esses agentes têm sido importantes na articulação com outros atores que vivem no entorno das TIs, tendo papel na articulação com outras estratégias e/ou políticas, tanto de proteção territorial quanto de outras atividades econômicas implementadas pelos governos nos territórios indígenas.

Estratégias como a dos agentes ambientais e florestais foram sem dúvida de impacto considerável para os territórios, pois, mesmo com a finalização dos projetos, os investimentos realizados junto a esse público permanecem. Tais atores ainda desempenham papéis importantes nas TIs, já que conseguem, a partir de suas atividades dentro dos territórios, interagir com as questões da preservação, da proteção e da gestão ambiental.

Outro importante impacto é que os projetos conseguiram obter melhorias nas capacidades das organizações e dos atores, no sentido de buscarem, mesmo após a finalização das intervenções, meios que possam financiar os seus PGTA's. Nesse sentido, eles têm buscado fontes de financiamento a partir de recursos do governo da Noruega; do Fundo Casa, com recursos para combate à pandemia (organizações beneficiárias do projeto *Amazônia Indígena Sustentável*), do Fundo Global LEAF, com um projeto focado em gestão territorial e outro em combate ao desmatamento (organizações representantes dos povos Xikrins e Paracanãs beneficiárias do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*).

**BOX 2.****Estudo de caso:****A Terra Indígena Raposa Serra do Sol**

O presente estudo de caso aborda 12 atividades realizadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Tais atividades são correlatas aos cinco projetos apoiados pelo Fundo Amazônia presentes nesta avaliação. Observa-se que a TI analisada não recebeu qualquer tipo de apoio do Fundo Amazônia.

A escolha desta TI justifica-se pelo fato de se identificar semelhanças e diálogos entre as experiências vivenciadas pelos cinco povos que vivem nesse território com a realidade vivenciada pelos povos indígenas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, possibilitando análises comparativas produtivas e significativas.

A Raposa Serra do Sol possui 1.747.464 ha e está localizada no nordeste de Roraima. Nessa terra indígena vivem cinco grupos étnicos: Ingarikó, Patamona, Macuxi, Taurepang e Wapichana, distribuídos em 222 aldeias, totalizando uma população com cerca de 26.048 pessoas (DSEI Leste-RR)³⁴.

Nas análises realizadas até 2019, constatou-se o fortalecimento institucional da organização indígena para gestão de PGTA, incluindo a participação de comunidades nas diferentes etnorregiões e plano de vigilância territorial, com apoio do Conselho Indígena de Roraima e parcerias com a Agência Católica para o Desenvolvimento Ultramarino, a The Nature Conservancy (TNC), a Embaixada da Noruega e a Fundação Tebtebba, envolvendo os agentes territoriais e ambientais e com garantia dos direitos territoriais e preservação do meio ambiente.

As ações – elaboração de plano de gestão territorial e ambiental; implementação de plano de gestão territorial e ambiental; capacitação de indígenas para gestão territorial e ambiental; desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com geração de renda e qualidade ambiental; e capacitação para as atividades a serem desenvolvidas – tiveram desenvolvimento parcial. Elas foram iniciadas, porém não foi possível gerar os impactos esperados, devido a pandemia da covid-19. Como medida de segurança, a Fundação Nacional do Índio proibiu todas as entradas de não indígenas em TIs.

34. Disponível em: <https://saudeindigena1.websiteseuro.com/coronavirus/dsei/>



Outros resultados previstos – como realização de ações de monitoramento de focos de calor e desmatamento; realização de ações de combate ao avanço do garimpo ilegal; realização de fiscalização (vigilância); implantação de infraestrutura produtiva; fortalecimento da gestão administrativo-financeira dos empreendimentos econômicos (associações e cooperativas); agregação de valor à produção; e sobreposição da terra indígena – tiveram resultados não efetivos, pois não houve a realização das ações propostas e/ou não foram desenvolvidas de forma satisfatória.

O estudo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol mostra a relevância de projetos apoiados para a formação, capacitação e empoderamento das lideranças e de gestores locais para a defesa e proteção de seus territórios, assim como o desenvolvimento de economias sustentáveis que garantam a subsistência dessas populações humanas, mantendo e preservando a floresta.

No Quadro I, a seguir, apresenta-se a análise segmentada das ações desenvolvidas pelas iniciativas observadas. Nessa análise, observou-se uma escala de avaliação do alcance das ações, sendo: i) não: quando as ações não foram desenvolvidas ou os resultados obtidos são reduzidos; ii) parcial: apresentam crescimento limitado; e iii) efetivo: quando as mudanças apresentadas são significativas.

Quadro I.
Quadro analítico em relação as iniciativas observadas

Ações	Não	Parcial	Efetivo	Situação da Terra Indígena
1 Fortalecimento institucional de organização indígena para gestão de Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)				<p>O Conselho Indígena de Roraima (CIR) tem sido fortalecido pelo Projeto Bem Viver para promover a governança da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em Roraima. O fortalecimento institucional tem ocorrido pelo projeto para a condução da gestão administrativa e financeira, com a contratação de especialistas em gestão e contabilidade; aquisição de infraestrutura e equipamentos; apoio na realização de assembleias gerais; visitas de intercâmbios; e, participação dos membros em eventos relacionados à PNGATI.</p> <p>Para a gestão dos Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), o CIR criou o Departamento de Gestão Territorial e Ambiental (DGTA) para monitoramento ambiental participativo, com a realização de reuniões comunitárias para monitoramento dos problemas internos e externos das comunidades.</p>

(continua)



(continuação)

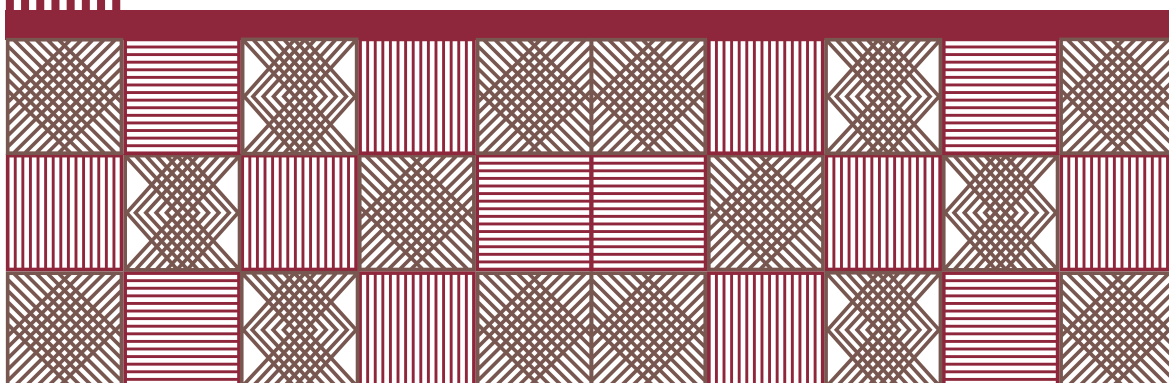
Ações		Não	Parcial	Efetivo	Situação da Terra Indígena
2	Elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental				<p>Anteriormente ao Projeto Bem Viver, o CIR conduziu a elaboração de quatro PGTAs na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, nas seguintes etnorregiões: 1) Serras; 2) Raposa; 3) Baixo Cotingo. Os PGTAs das etnorregiões das Serras e Surumu serão revisados e publicados.</p> <p>Há a previsão e recursos financeiros do Projeto Bem Viver para elaboração do PGTA de toda a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.</p>
3	Implementação de Plano de Gestão Territorial e Ambiental				<p>O Projeto Bem Viver tem apoiado a implementação das ações nos quatro PGTAs elaborados na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Implementando ações dentro dos PGTAs, com projetos priorizados pelas comunidades, tais como: apicultura, reflorestamento, agricultura, pecuária, piscicultura e monitoramento. No entanto, essas ações produtivas, apenas vêm sendo priorizadas pelas comunidades, mas não há, pela instituição financiadora e executora, uma orientação planejada sobre como essas ações possam vir a ser incorporadas na discussão das cadeias produtivas sustentáveis.</p>
4	Elaboração de plano de vigilância territorial				<p>Foi elaborado o Plano de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena, uma iniciativa do CIR que contou com o apoio da Agência Católica para o Desenvolvimento Ultramarino (CAFOD), TNC, Embaixada da Noruega e Fundação Tebtebba, envolvendo os Agentes Territoriais e Ambientais (ATAI) nas discussões sobre gestão das terras indígenas, com garantia dos direitos territoriais e preservação do meio ambiente dos povos indígenas, por meio de ações de monitoramento, vigilância e proteção territorial.</p>
5	Capacitação de indígenas para gestão territorial e ambiental				<p>Desde 2011, o CIR deu forte ênfase ao processo de formação dos ATAI para atuarem na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esses agentes receberam treinamento e capacitação em diversas áreas temáticas como: direito ambiental, indígena e indigenista; monitoramento e proteção do território; soberania alimentar e alimentação alternativa; funcionamento da PNGATI; manejo de resíduos sólidos e rejeitos e manejo de fauna e flora.</p> <p>Há previsão do Projeto Bem Viver de apoiar o programa de formação continuada dos Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas, envolvendo os seguintes temas: mudanças climáticas, monitoramento ambiental, mitigação e técnicas de adaptação de manejo de gado; além da capacitação e treinamento continuado para a implementação dos PGTAs, com o desenvolvimento de um programa de capacitação de gestores de projetos.</p>
6	Implantação e operacionalização do sistema de vigilância territorial				<p>Em 2017, os Agentes Territoriais e Ambientais receberam equipamento e o aplicativo do programa Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena (SOMAI), realizado pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM) em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), contando com o apoio da United States Agency for International Development (USAID), Embaixada da Noruega, World Wide Fund for Nature (WWF) e Google. O Departamento de Gestão Territorial e Ambiental (DGTA) do CIR passou a apoiar a estruturação dos Postos de Vigilância e Monitoramento territorial, articulando quatro atores que atuam nos postos: Operadores de Direito, ATAI, Brigadista e Grupo de Proteção e Vigilância Territorial (GPVIT). No período da pandemia de COVID-19, o CIR fortaleceu os GPVITI com a entrega de motocicletas, impressoras, <i>notebooks</i> e rádios comunicadores, máquinas fotográficas e celulares, para implantação de um sistema de vigilância territorial contra o avanço do garimpo ilegal. Nesse sentido, contata-se que o sistema de vigilância territorial está na fase inicial de implantação.</p>

(continua)



(continuação)

Ações		Não	Parcial	Efetivo	Situação da Terra Indígena
7	Realização de ações de monitoramento de focos de calor / queimadas / incêndios florestais				Atividades produtivas como a pecuária extensiva e o avanço dos garimpeiros ilegais podem contribuir para o aumento do desmatamento. Não foi identificada nenhuma iniciativa para conter essas atividades, como por exemplo, monitoramento de focos de calor / queimadas / incêndios florestais. Segundo o informante, representante do Instituto Internacional de Educação do Brasil – Brasília (IIEB), há previsão do Projeto Bem Viver de implementar um sistema de monitoramento ambiental, que inclui uso de sensoriamento remoto para detectar as mudanças no uso e cobertura do solo.
8	Realização de ações de combate ao avanço do garimpo ilegal				Foram identificadas 18 áreas de garimpo ilegal na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que têm contribuído para o aumento da violência, desmatamento e degradação ambiental. O conflito socioambiental envolvendo o avanço de garimpeiros ilegais sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol tem se intensificado no período da pandemia da COVID-19. O CIR tem apoiado as comunidades na implantação de barreiras sanitárias e Postos de Vigilância e Monitoramento territorial para conter o avanço da pandemia, mas, com relação aos garimpos ilegais, não foi identificado nenhuma iniciativa de discussão do tema.
9	Realização de Fiscalização/ Rondas de vigilância				Os GPVIT são responsáveis pelo monitoramento da terra indígena. Não foi possível identificar atividades de Fiscalização / Visitas / Rondas de vigilância.
10	Fortalecimento da gestão administrativo-financeira dos empreendimentos econômicos (associações e cooperativas)				Há previsão do Projeto Bem Viver elaborar um plano de negócios para a produção sustentável de gado na Terra Indígena da Raposa Serra do Sol.
11	Sobreposição da Terra Indígena				Os conflitos socioambientais decorrentes da sobreposição da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e do Parque Nacional Monte Roraima continuam sem solução. Não foi identificada nenhuma iniciativa de discussão do tema.
12	Desmatamento na Terra Indígena				Há uma tendência ascendente de desmatamento. Não foi identificada nenhuma iniciativa de discussão do tema.



5

Gestão e Monitoramento de projetos

A presente seção tem por finalidade apontar os pontos positivos e desafios no contexto da gestão e do monitoramento de projetos. Aqui, foram abordadas questões ligadas à estrutura, aos recursos humanos, aos fluxos de trabalho, ao tempo de implementação e à comunicação para gestão e execução.

Os seis projetos de apoio a indígenas totalizaram, juntos, cerca de R\$ 59 milhões em recursos (em média R\$ 9,8 milhões por projeto) e o tempo de execução foi de quatro anos em média.

5.1 Pontos positivos

Nesse contexto, observamos que todos os projetos apoiados possuíam uma equipe técnica dedicada à sua gestão. A maior parte das equipes era composta por coordenadores e assistentes não terceirizados nos níveis administrativo, executivo, indigenista e de ações no campo, voltadas ao apoio de comunicação e logística. Em média, essas equipes eram formadas por oito pessoas. Destaca-se também que três projetos contaram com indígenas das terras indígenas (TIs) apoiadas. Importante destacar o caso do projeto *Alto Juruá*, que foi gerido somente pela própria organização indígena. Ademais, as intervenções do projeto estiveram focadas no apoio às comunidades não indígenas



do entorno (Reserva Extrativista Alto Juruá).

Dessa forma, observamos que a gestão foi compartilhada com lideranças indígenas das comunidades, conselhos ou associações. Os indígenas participaram de maneira ativa em tomadas de decisão de ações técnicas e logística. Em um dos projetos, foi criada uma comissão, para acompanhamento e avaliação das iniciativas, composta pelas lideranças das TIs apoiadas. Em três projetos, os indígenas foram capacitados para compreender a gestão administrativa e financeira em suas associações. Por fim, em um dos projetos, a execução ocorreu no por meio de subprojetos, que, por sua vez, foram acompanhados pelo executor principal.

Outras importantes iniciativas que foram positivas para o processo de implementação na maioria dos projetos foi a definição, nas equipes técnicas, de pessoal focado no monitoramento e acompanhamento dos projetos. As equipes do monitoramento, foram capazes de desenvolver estratégias de acompanhamento contínuo dos indicadores, e essas informações puderam ser usadas para melhorar o processo de implementação dos projetos e, a partir disso, conseguir gerar bons resultados e melhores indicadores para as intervenções. Também foi identificada a criação de fluxos e processos que buscaram dar maior agilidade às demandas para o funcionamento do dia a dia dos projetos.

Em suma, os executores tiveram capacidade satisfatória para gestão e execução de recursos, promovendo a participação e comunicação com lideranças indígenas, por meio da construção de fóruns, comitês consultivos, comissões de acompanhamento e avaliação ou formação de núcleos técnicos para acompanhamento, o que facilitou o planejamento e a execução de atividades na ponta. Em média, os projetos realizaram reuniões semestrais para apresentação de atividades e prestação de contas. Uma das ONGs, com intuito de ampliar o acesso às informações, disponibilizou informações sobre ações e orçamento diretamente em seu *website*.

Tais processos foram agilizados devido a prévia pactuação do projeto com os povos indígenas. Para compreender fatores externos que poderiam causar entraves aos projetos, alguns deles elaboraram matrizes de gestão e riscos para discussão com os coordenadores indígenas.

A relação com o BNDES foi eficiente para a gestão e orientação sobre trâmites que os projetos deveriam cumprir junto ao Banco. A equipe técnica do Fundo Amazônia realizou missões de campo para acompanhamento do projeto.



5.2 Desafios

O tempo para implementação foi revisto para quatro dos seis projetos. Por vezes, foi necessário reajustar prazos devido à sazonalidade de cadeias produtivas e a interlocução com órgãos indigenistas e federais para liberação de atividades, como psicultura. Um dos projetos relatou que houve considerável hiato entre a aprovação e a liberação de recursos, o que levou a necessidade de repactuação com os substitutos de antigos líderes de organizações aglutinadas, além da atualização de valores para aquisições e serviços previstos, devido a defasagem entre o período de contratação e execução.

Sobre os fatores externos, influenciaram o tempo de execução das intervenções para parte dos projetos. O baixo envolvimento e compreensão da Funai da importância da conservação e do uso da terra pautados pelos conhecimentos indígenas dificultou a alavancagem de parte das ações. Além disso, ainda é desafiante obter licenciamento ambiental para atividades como a psicultura e construção de açudes.

As questões ligadas a mudanças no clima também influenciaram parte dos projetos, levando a modificações no tempo necessário para executar atividades previstas.

Um dos projetos destacou que conflitos fundiários, a partir da invasão de terras indígenas, dificultam profundamente o avanço em suas ações. O baixo envolvimento de órgãos de fiscalização e gestão, facilitam a grilagem e o avanço de atividades como o garimpo.

No diálogo com a equipe técnica do Fundo Amazônia, houve lacunas de entendimento, principalmente, sobre a forma de operacionalização de atividades nos projetos, porém, a disponibilidade dos técnicos permitiu o esclarecimento de dúvidas. Os projetos realizavam a comunicação com beneficiários e subprojetos por meio das instâncias já listadas (fóruns, comitês ou comissões).

6

Conclusões

Passados sete anos do início da implementação dos projetos avaliados, foi identificado que a proteção dos territórios indígenas e da natureza foram os principais impactos da intervenção apoiada pelo Fundo Amazônia. São inegáveis as conquistas e os avanços propiciadas pelas intervenções dos projetos contemplados no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Porém, se identifica ainda uma crescente necessidade de ampliar e aprofundar iniciativas e estratégias que visem promover processos de adequação e internalização sociocultural de novas habilidades e competências promovidas pelos projetos, para assim garantir a sustentabilidade das aprendizagens nas áreas temáticas e os processos de formação, capacitação, pesquisa e experimentação antes, durante e após o tempo de execução dos projetos.

Nesta avaliação, foi possível identificar que é consenso, para os coordenadores e beneficiários, o reconhecimento de que os projetos ajudaram a resgatar e aumentar a autoestima e autoconfiança das comunidades indígenas beneficiadas, o que abriu um conjunto de possibilidades para maior autonomia e protagonismo no enfrentamento de seus desafios e projetos. Isso ocorre diante da história marginalização por parte de políticas públicas e da presença do Estado na região.

Observou-se que os impactos e resultados positivos dos projetos que envolviam produção são melhores e maiores do que os de proteção e gestão territorial, principalmente nos casos em que as ações já sejam de conhecimento, por exemplo os que se relacionas com os pro-



duto da sociobiodiversidade e agroflorestais. Isso pode indicar maior dificuldade com novas habilidades e competências, como no caso dos processos de gestão e proteção territorial, estranhos às culturas e cosmovisões dos povos indígenas.

Ainda sobre o efeito indireto dentro do componente de ordenamento territorial, alguns desafios persistem. Porém, o apoio das intervenções foi fundamental para que ocorresse a preservação dos territórios, que ainda sofrem frequentes pressões e tentativas de invasões para exploração ilegal de madeira e de minério. Apesar da existência da política, os territórios indígenas passam por desafios principalmente para a implementação de seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental e de seus projetos, pois, como o financiamento dessas intervenções são centralizados no governo federal e no contexto dos governos subnacionais, ainda há ausência de financiamentos para tais ações.

A partir deste trabalho de avaliação, foi possível identificar como principais contribuições dos projetos:

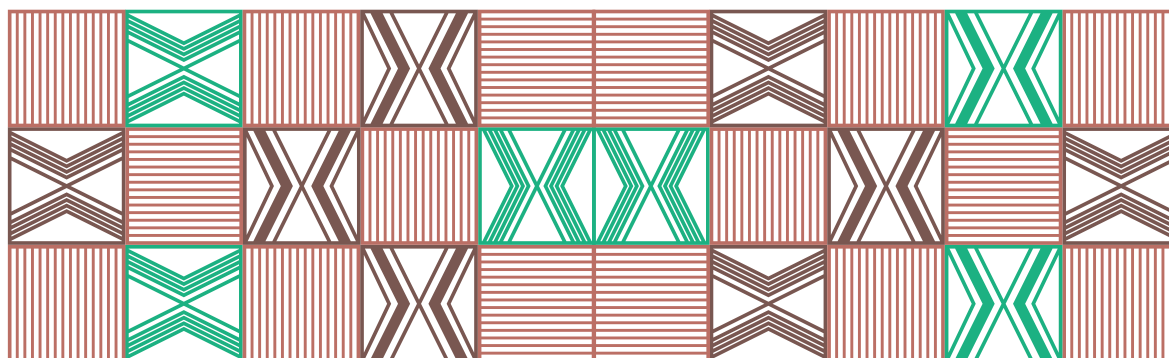
- i) Protagonismo e participação indígena no tocante à gestão social dos projetos;
- ii) Fortalecimento das entidades representativas das comunidades indígenas;
- iii) Empoderamento e aumento da participação das mulheres nas decisões da comunidade e das entidades;
- iv) Contribuição para a superação do paradigma tutelar nas políticas para povos indígenas;
- v) Promoção da articulação de algumas políticas públicas de abrangência territorial.

Chegou-se aos resultados avaliativos dos projetos, de acordo com os critérios avaliativos recomendados pela OCDE, apresentados no Quadro 5.



Quadro 5: Resultados Avaliativos de acordo com os critérios da OCDE

Critério	Resultado
Relevância	Os projetos tiveram relevância. É importante reafirmar a importância na formação, capacitação e empoderamento das lideranças e gestores locais, pois deles depende o protagonismo indígena na defesa e proteção efetiva de seus territórios e da Amazônia como um todo e no desenvolvimento coerente de economias sustentáveis que garantam a subsistência digna dessas populações.
Eficiência	De um modo geral, as metas foram atingidas. Onde as metas não foram atingidas, identificaram-se falhas no planejamento, na estimativa de custos e/ou na logística do projeto.
Eficácia	Os projetos podem ser considerados, em geral, como eficazes, uma vez que a maioria das metas foi atingida e as atividades foram. Em alguns casos, não havia metas ou uma alinha e não foi possível avaliar a eficácia.
Efetividade/ Impacto	As entrevistas demonstraram um elevado sentido de impacto e efetividade dos projetos entre os beneficiários, notadamente pela população indígena das áreas selecionadas. Os projetos foram mais efetivos do ponto de vista da produção sustentável do que do ordenamento territorial.
Sustentabilidade	<p>Quase a totalidade dos projetos realizaram oficinas e capacitações, o que contribui para efeito duradouro ao permitir aos seus beneficiários aumentar sua produção e, conseqüentemente suas receitas. Os projetos fortaleceram as associações indígenas e executores, permitindo que as instituições passem a elaborar projetos e busquem financiadores. Além das organizações indígenas foram realizadas capacitações com técnicos e gestores dos governos federal e subnacionais.</p> <p>A sustentabilidade dos resultados dos projetos de intervenção externa implementados junto aos povos indígenas depende de vários fatores, mas, principalmente, do tempo de implementação dos projetos, entendido como tempo de nova vivência, de aprendizagem e de apropriação conceitual e cultural da nova prática e das metodologias utilizadas que precisam levar em conta o tempo necessário para a consolidação da mudança cultural, sem a qual, a sustentabilidade das novas práticas não se efetivam em médio e longo prazo.</p>



7

Lições aprendidas e recomendações

7.1 Lições aprendidas

- Os projetos apresentam relação com parceiros locais para a realização de algumas atividades. Assim, houve uma combinação de novas habilidades e conhecimentos, como a formulação de planos de manejo florestal não madeireiro e o acompanhamento do manejo de bancos de sementes. Além de ampliar o escopo das atividades econômicas da população local e agregar valor aos resultados da associação, essa atividade também fortaleceu o compromisso das lideranças indígenas apoiadas com a proteção das florestas e suas espécies nativas.

- Do ponto de vista da gestão, percebeu-se a importância de se ter planejamentos detalhados de orçamentos e cronogramas, levando em consideração o aumento dos custos ao longo do tempo e atrasos devido ao clima ou outros motivos além de sua capacidade de gestão. Por outro lado, a possibilidade de ajustar a estratégia durante a execução também ajudou a atingir os objetivos.

- Sobre a importância das atividades de monitoramento, as dificuldades observadas nas atividades poderiam ter sido mitigadas através de cursos de atualização e aperfeiçoamento. Dessa forma, nas



metas que foram de difícil alcance ou até mesmo não apresentando números suficientes, tais cursos poderiam ser empreendidos para reverter a situação.

- Independente do contexto, deve-se colocar sempre o interesse da comunidade e dos beneficiários em primeiro lugar. De qualquer forma, cada executor é diferente do outro. Portanto, as flexibilizações nos projetos junto aos povos indígenas são fundamentais. Apoiar outras iniciativas indígenas e da sociedade civil já existentes convergentes ao projeto é um caminho para evitar retrocessos. Da mesma forma, fortalecer a Sociedade Civil Organizada (SCO) gera a defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

- Cada estratégia de intervenção é diferente e dependerá da capacidade de escuta das demandas e expectativas de cada comunidade. A forma de implementação afeta os resultados obtidos. Nesse sentido, as oficinas de planejamento se mostraram fundamentais. Repassar as ações e adotar o planejamento participativo pode atrasar o projeto, mas gera legitimidade nas ações e nos resultados, facilitando sua implementação, pois os indígenas têm seu próprio tempo de fazer as coisas acontecerem, o que pode afetar o ritmo que se espera no início do planejamento. Os diálogos (reuniões) entre os indígenas têm de ocorrer no tempo que idealizarem, visto que consideram aspectos ancestrais em suas decisões. De maneira geral, os indígenas tendem a ser mais objetivos e menos ambiciosos.

- O sucesso de um projeto passa por ele estar bem-conceituado e contar com a participação dos beneficiários. Uma boa equipe técnica não pode estar só preocupada em colocar no papel sem pensar no impacto. É necessária uma organização fortalecida para boa condução.

- Contratar indígenas para coordenação locais faz diferença. Isso tem facilitado a execução dos projetos. Muitos indígenas já estão preparando os futuros projetos de suas associações, o que se revelou muito produtivo e eficaz. Existe a facilidade da comunicação e o Coordenador Indígena sabe o que é importante para a comunidade. Não adianta só realizar oficinas de gestão administrativa e financeira. É preciso aplicar os conceitos de gestão no dia a dia das instituições indígenas.

- O Fundo Amazonia foi fundamental para fortalecer iniciativas. Isso



garantiu que as associações fortalecessem suas estruturas administrativa e financeira para a gestão mais robusta.

7.2 Recomendações

Para o BNDES

- Chamadas públicas tendem a focar em objetivos claros e atrair atores para temas específicos. No entanto, o BNDES precisa trabalhar por meio de chamadas públicas com valores menores para atrair pequenas organizações indígenas, mas de alta representatividade étnica, social e cultural. Oferecer linhas de financiamento com editais específicos para pequenos (até R\$ 100.000,00), médios (de R\$100.001,00 até R\$500.000,00) e grandes projetos (acima de R\$ 500.000,00). Dessa forma, o Fundo Amazônia poderá envolver e atender diferentes atores importantes no desenvolvimento de iniciativas que venham contribuir para o alcance de seus objetivos. Nesse sentido, é importante envolver e atender desde grupos familiares que moram em pequenos sítios até grande aldeias ou comunidades ou organizações indígenas pan-étnicas ou regionais. A soma de esforços desses pequenos, médios e grandes comunidades ou organizações podem garantir maiores possibilidades e capacidades de atuar de forma mais efetiva na conservação dos territórios e recursos naturais neles existentes.

- Futuros editais do Fundo Amazônia/BNDES deveriam contemplar também intervenções (ou arranjos institucionais) na área de saúde e educação indígena, que se mostrou um ponto frágil dos projetos, muito embora esse não tenha sido o objetivo central das intervenções.

- O BNDES poderia ampliar o corpo técnico dedicado ao Fundo Amazônia para dedicação exclusiva ao ciclo dos projetos que possam ser incorporados a carteira, além de colocar recursos próprios nos projetos indígenas e dar prosseguimento às chamadas públicas, enquanto não é tomada uma decisão acerca da retomada do Programa Fundo Amazônia.

- Nem todas as associações ou organizações estão preparadas para ser parceiras do BNDES. Sugere-se minicursos de elaboração e gestão de



projetos antes do início dos editais, para que mais associações indígenas possam participar dos certames, explicando o que é permitido incluir no projeto e o que não é.

- Projetos deveriam ser planejados para durar cerca de quatro a cinco anos, pois é preciso tempo para concluir todas as capacitações (de ordenamento territorial e produção sustentável), a elaboração do planejamento territorial (os PGTA) e as ações na área produtiva para o projeto se tornar autossustentável.

- O BNDES poderia contratar tradutores³⁵ para apoiar nas dificuldades com a língua portuguesa. Muitos indígenas não falam português e muitos funcionários das organizações (ONGs) encarregadas não falam a língua indígena local. É preciso trabalhar com consultores que dominem ao menos uma das línguas indígenas ou trabalhar com tradutores.

- Observou-se ainda uma falta de articulação dos projetos apoiados com os setores públicos (estaduais e municipais) e privados locais. Recomenda-se ao BNDES que inclua, nos editais, a exigência das associações/organizações (ONGs) vencedoras realizarem parcerias locais, seja com entes públicos ou privados, para assegurar a sustentabilidade do projeto após sua conclusão. Dessa forma, poderia se obter maior articulação dos projetos apoiados com o setor privado e com o poder público, garantindo uma transferência de expertise e uma maior articulação para obtenção de futuros projetos, uma vez que os projetos tiveram um papel pedagógico para as organizações indígenas.

- O BNDES poderia ter um equilíbrio maior entre as questões financeiras e o impacto social dos projetos, dada sua importância para o país e para a sociedade. Os projetos poderiam não ser focados apenas em grandes intervenções e valores elevados, mas também em projetos de pequeno e de médio porte. O BNDES precisa ter outro olhar para os projetos indígenas e ambientais. Deveria haver um outro tipo de seleção simplificada com uma linha específica de valores reduzidos (menos de um milhão de reais) para que mais associações indígenas possam poder participar.

35. Ainda que como prestadores de serviços.



- O BNDES precisa aprender com os projetos exitosos e criar alguns critérios – como os que foram utilizados com os Ashaninka. Esse modelo pode funcionar bem com as demais organizações indígenas. Muitas associações indígenas não estão preparadas, mas o BNDES pode ajudar a prepará-las, fortalecendo a discussão dentro dos departamentos voltados para esta temática ou que participam da aprovação dos projetos no próprio Banco (como o Fundo Amazônia).

- O BNDES precisa fazer um maior estudo das verdadeiras demandas e necessidades dos povos indígenas, por meio de uma discussão aberta com seus representantes, para que, assim, possa fortalecer mais as organizações indígenas e não apenas ONGs indigenistas.

- O BNDES precisa trabalhar com redes de monitoramento para assegurar que os projetos tenham resultados robustos e sustentáveis durante o projeto. Dessa forma, se fortalece as Associações dos Povos Indígenas com apoio do Estado brasileiro e se evita que as metas não sejam atingidas, como ocorreu em algumas atividades.

- Estreitar diálogo, colaboração, parceria e cooperação interinstitucional com instituições públicas, tais como: universidades, instituições de pesquisa, entidades de assistência técnica, municípios, estados e União.

- O Fundo Amazônia poderia subcontratar instituições públicas ou privadas para gerir os projetos de pequeno e médio porte. Uma alternativa muito inovadora e promissora seria subcontratar fundos indígenas já existentes na Amazônia para gerir os pequenos e médios projetos. Atualmente existem dois fundos estruturados e conhecidos em operação na Amazônia: (i) o Fundo Podali, sob a gestão da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), com sede na cidade de Manaus; (ii) o FIRN, Fundo Indígena do Rio Negro, sob a gestão da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e apoio da Embaixada da Noruega. São fundos com alta capacidade e qualidade de governança aproveitando-se de todas as lições aprendidas até aqui, das experiências acumuladas e dos novos jovens profissionais indígenas egressos de universidades. Além desses, existem, na Amazônia, outros fundos, fundações e instituições não indíge-



nas e indígenas com capacidades para gerir tais recursos e projetos.

- Promover linhas de apoio técnico e financeiro para fortalecimento institucional de comunidades e organizações indígenas em seus diferentes níveis: micro locais, locais e regionais. Dever-se-ia pensar um componente específico para essa ação, considerando a importância estratégica das comunidades e organizações indígenas na conservação das florestas dentro dos territórios indígenas, objetivos maiores do Fundo Amazônia.

- O BNDES pode recorrer a projetos baseados em associações ou entidades aglutinadoras, nas quais as entidades vencedoras ficariam encarregadas de distribuir os recursos entre várias associações indígenas.

- Apoiar estudos e pesquisas que visem compreender e indicar perspectivas de apropriação sociocultural de novas concepções, habilidades e competências no campo da proteção e gestão territorial e no uso sustentável dos recursos naturais. Apropriação de experiências com boas práticas e transferências de tecnologias e expertises específicas;

- Gestão junto ao Ministério do Meio Ambiente pela criação de um Fundo Nacional de Financiamento dos PGTAs, inclusive com apoio do Fundo Amazônia;

- Criar a possibilidade, em casos específicos não protocolares, de apoio financeiro à continuidade dos projetos, quando isso for considerado de alta importância para maior efetividade e avanço do projeto (da experiência).

Para proponentes/executores de projetos

- Proporcionar linhas de apoio técnico e financeiro voltado para formação técnico-política de lideranças e gestores indígenas voltado para a compreensão do funcionamento das políticas públicas, dos direitos dos cidadãos, do Estado, da sociedade nacional e global e das instituições, públicas, privadas, estatais e do terceiro setor. Esse tipo de capacitação poderá ajudar no diálogo qualificado, construtivo e produtivo com os agentes de políticas públicas capaz de influenciar ou incidir sobre elas por



meio de incorporação e internalização de boas práticas e experiências exitosas no atendimento aos direitos das comunidades e povos indígenas.

- É preciso planejar melhor a logística para não ter de refazer o projeto. Sugere-se que os projetos detalhem mais os aspectos logísticos. Esse foi um dos pontos fracos de vários projetos.

- Incentivar a criação de gestão compartilhada – indígenas e não indígenas – no desenvolvimento de projetos, inclusive de instituições interétnicas ou pluriétnicas, nas suas direções ou coordenações.

- Fazer um planejamento com atores envolvidos aumenta a capilaridade dos projetos, especialmente se diversas organizações indígenas puderem vir a ser contempladas com valores menores.

- Em relação à execução dos projetos, deve-se promover mais a transparência nas ações dos projetos. O BNDES precisa se adaptar aos novos tipos de garantias existentes em projetos indígenas, que não são as contrapartidas tradicionais. Da mesma forma, o BNDES precisa de mais flexibilidade ao lidar com projetos Indígenas. É preciso sempre refletir sobre a necessidade de encontrar vias alternativas caso as ações propostas não possam ser viabilizadas por qualquer motivo. Os projetos indígenas devem sempre conter um plano alternativo. É fundamental ter e manter um diálogo com todos os atores durante o projeto para que ele possa ser monitorado com mais frequência e regularidade.

Para os Doadores

- Realocar os recursos que iam para o Fundo Amazônia para outros fundos que atuam na temática indígena e ambiental, enquanto não ocorre a retomada do Fundo Amazônia.

- Criar lista com critérios para ONGs terem acesso a recursos de fora do Fundo Amazônia.

- Apoiar diretamente organizações não governamentais (ONG) voltadas para a temática da conservação da Amazônia e das terras indí-



genas (TIs) que atendessem aos critérios dos doadores.

Para Atores Públicos

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

- Adotar medidas concretas para reduzir o desmatamento ilegal na Amazônia, tais como reestruturar o corpo funcional do Ministério, fortalecendo seus quadros e carreiras voltados para a temática indígena e para proteção das unidades de conservação, e realizar concursos públicos a fim de aumentar o número de agentes voltados para a proteção da Amazônia e das TIs.

- Retomar o funcionamento do Fundo do Amazônia, pois os valores que estão situados no Fundo são de suma importância para os povos indígenas.

- Fazer chamadas a empresas para financiar novos projetos fora do Fundo Amazônia.

Ministério da Economia

- Realizar aportes anuais no Fundo Amazônia.

- Apoiar financeiramente outros fundos, por exemplo o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), para que possam receber recursos de isenção do Imposto de Renda e contemplem projetos voltados para a conservação Amazônia e das TIs.

Ministério da Educação

- Articular a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação para dar apoio aos projetos aprovados pelo Fundo Amazônia/BNDES e demais fundos voltados para os povos indígenas.



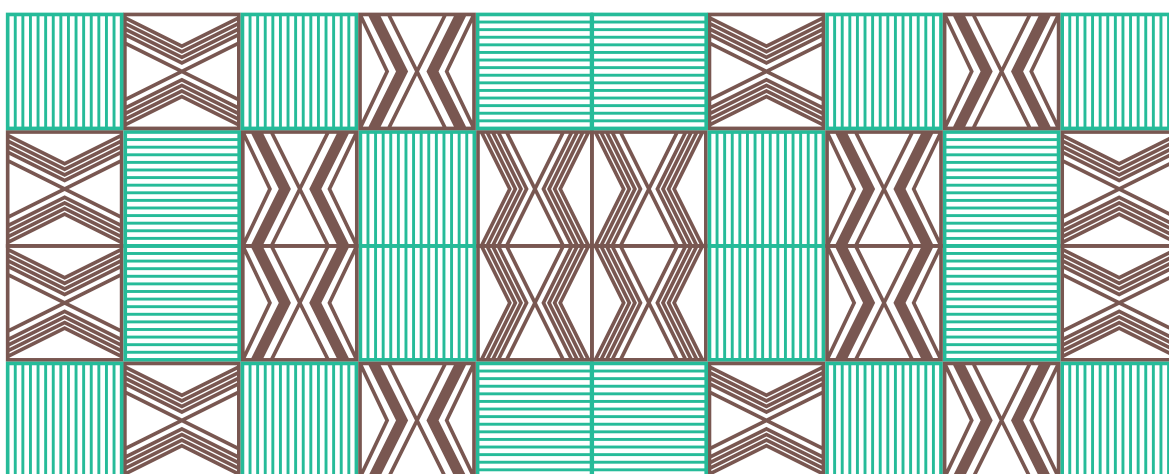
- Lançar editais com linhas específicas de reduzido valor (até R\$ 500.000,00) voltadas para a educação indígena para atingir o maior número possível de organizações indígenas e indigenistas.

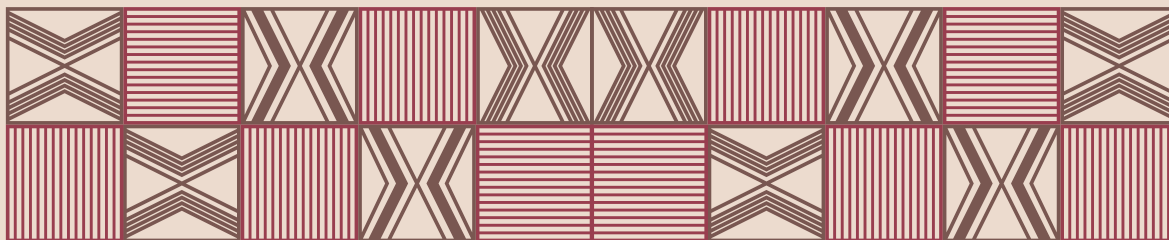
Ministério da Saúde

- Articular a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde para dar apoio e se integrar aos projetos aprovados pelo Fundo Amazônia/BNDES e demais fundos voltados para os povos indígenas.
- Lançar editais com linhas específicas de reduzido valor (até R\$500.000,00) voltadas para a saúde indígena para atingir o maior número possível de organizações indígenas e indigenistas.

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

- Elaborar lista de ONGs que desejam receber recursos externos;
- Encaminhar potenciais doadores para ONGs em busca de recursos.

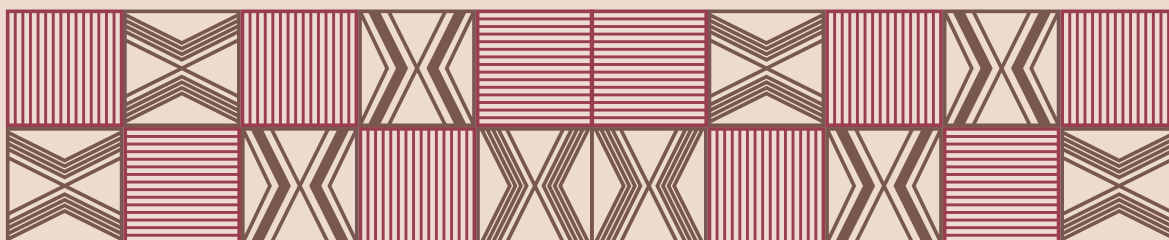




Avaliação De Efetividade De Projetos
Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

Anexo 1

Salvaguardas de Cancun (REDD+)





ANEXO I - SALVAGUARDAS DE CANCUN (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Comentários
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	Os projetos estavam alinhados com os dois principais eixos do PPCDAm de promoção das Atividades Produtivas Sustentáveis e de Ordenamento Territorial, tendo seus objetivos orientados aos resultados de acordo com os objetivos do PPCDAm.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	Os projetos estiveram alinhados com outras políticas públicas como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Além disso, podemos citar também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	Os resultados indicam que os projetos tiveram um impacto positivo no combate ao desmatamento. As taxas de desmatamento durante o período de execução (2014 a 2018) diminuíram em relação a linha de base em todos os projetos.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional		
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	Grande parte dos projetos tiveram articulações com as diferentes instâncias de governança durante sua execução, tais como governos municipais e estaduais. Foram realizadas atividades pontuais, porém não foi feito de fato uma gestão compartilhada da execução dos projetos.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	Parte dos projetos tinham como objetivo a implementação dos seus PGTAs, que são instrumentos de gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas, e tais instrumentos fortaleceram a gestão do território.
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas		
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	A implementação dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial, sendo um importante instrumento de gestão do território, influenciou positivamente na gestão do território garantindo uma maior seguridade para essas populações sobre suas áreas.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Sim	Os projetos tinham como objetivo o fortalecimento das atividades produtivas sustentáveis o que conseqüentemente gerou resultados positivos para o uso sustentável dos recursos. A implementação dos Sistemas Agroflorestais pode ser considerada um dos principais resultados nesse sentido.

(Continua)



ANEXO I - SALVAGUARDAS DE CANCUN (REDD+)

(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socio-culturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Sim, foi constatado em todos os projetos que os seus sistemas socioculturais e conhecimentos foram considerados e respeitados e levados em consideração em todos os processos de tomada de decisão e de atividades que envolviam a implementação do projeto.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	Implementação de práticas sustentáveis como a dos Sistemas Agroflorestais para melhor uso da terra. Além disso, os projetos impactaram positivamente as populações no sentido de melhorar o monitoramento e vigilância de suas áreas. Positivamente, também foram implementadas capacitações em diferentes temas que melhoraram a gestão do território e as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16		
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	As ações dos projetos foram desenvolvidas juntos aos povos indígenas beneficiários de cada projeto e foi verificado que, durante sua implementação, a participação e tomadas de decisões eram feitas a partir do consentimento dos povos beneficiários.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Sim	Os projetos que tinham a componentes de Atividade Produtiva Sustentável cumpriram a salvaguarda.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	Foi verificado que, em todos os projetos, os beneficiários diretos tinham conhecimento acerca das ações dos projetos.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Em parte	Alguns projetos tiveram uma boa performance na gestão e monitoramento dos projetos, mas, no geral, ainda é um gargalo implementar um monitoramento efetivo dessas atividades junto a essas populações. Porém, os resultados foram amplamente divulgados levando em consideração a especificidade de cada projeto e população beneficiária.

(Continua)



ANEXO I - SALVAGUARDAS DE CANCUN (REDD+)

(Continuação)

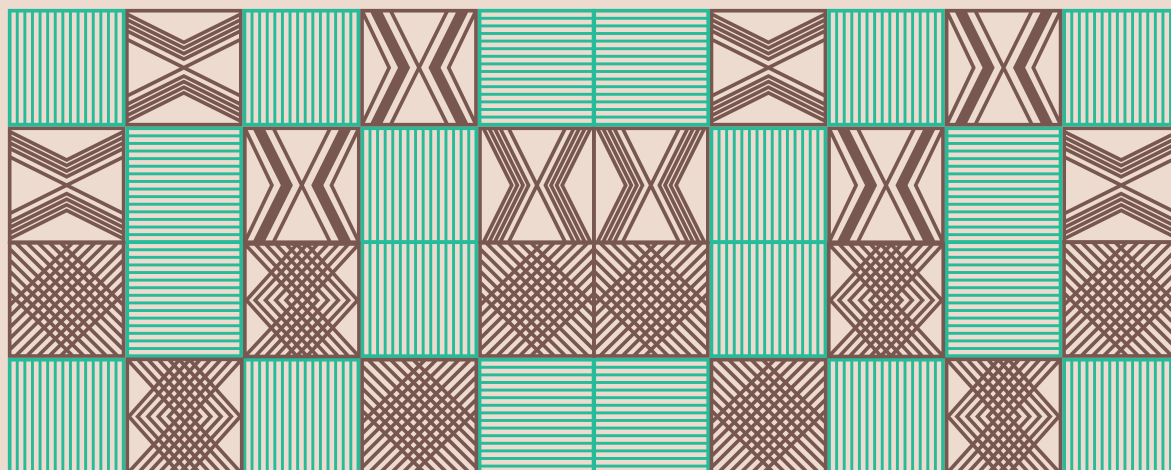
Salvaguarda	Atende	Comentários
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16³⁶ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	Os projetos foram implementados em Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Amazônia e tinham, em sua grande maioria, ações voltadas para a consolidação do território, tais como implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental, que são instrumentos de gestão eficientes para esses territórios.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Sim	A implementação de Sistemas Agroflorestais, por parte dos projetos, permite uma melhor utilização do território para a implementação de atividades produtivas sustentáveis.
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Não se aplica	
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Não se aplica	
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?		Frequentes ameaças externas como invasão do território por garimpeiros e grileiros de terras ameaçam diretamente a sustentabilidade dos resultados dos projetos, principalmente aqueles relacionados a manutenção da floresta em pé dentro dos territórios e essa questão vem sendo tratada com as ações voltadas.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Não	Não foi identificado a partir das ações do projeto o deslocamento de emissões evitadas para outras áreas. As TIs apoiadas pelo projeto não estão localizadas nas áreas de pressão do desmatamento ilegal.

36. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



Critérios transversais

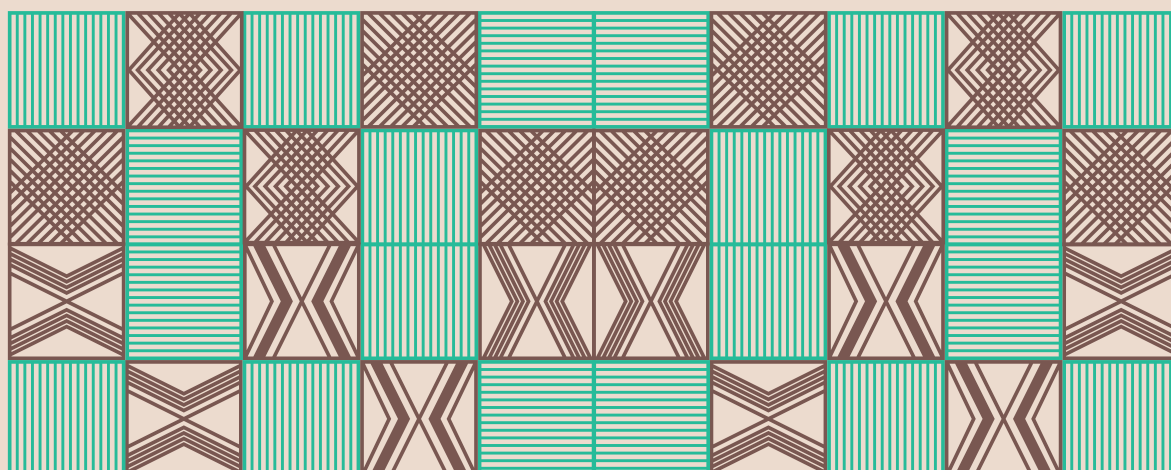
Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	Parte dos projetos tiveram em seus objetivos a implementação de Sistemas Agroflorestais, que são sistemas mais sustentáveis e que permite uma melhor utilização da terra para o desenvolvimento das atividades produtivas sustentáveis voltadas para o manejo florestal não madeireiro, como a plantação de mandioca, açaí e outros produtos que, além de fazerem parte da alimentação dessas população, têm a produção excedente utilizada para a geração de renda, consequentemente permitindo o empoderamento econômico essas comunidades.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Sim	As ações dos projetos permitiram com que a população beneficiada tivesse uma melhora significativa em sua qualidade de vida, como foi apontado durante as entrevistas. O empoderamento econômico foi importante para gerar renda e permitir que essas populações tivessem recursos para ter acesso a bens de consumo, além disso as ações dos projetos voltadas para as atividades produtivas sustentáveis permitem também a garantia da segurança alimentar dessas populações.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	Os projetos em sua grande maioria possibilitaram uma melhora econômica significativa para as populações beneficiárias. Foi verificado que houve um aumento de produção nas diferentes cadeias produtivas apoiadas, como farinha, açaí, pescado
Equidade de gênero	Os projetos conseguiram integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como?	Em parte	Na concepção dos projetos o tema de gênero não foi priorizado, porém algumas organizações conseguiram trabalhar de forma pontual a temática via inclusão e incentivo de mulheres indígenas nas atividades do projeto por meio de capacitações, como foi o exemplo do fortalecimento da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM) do Amapá, apoiado pelo projeto <i>Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia</i> .
	Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento dos projetos?	Em parte	Os projetos não tinham em seus objetivos atividades definidas para mulheres ou para trabalhar a equidade de gênero. Porém alguns projetos fizeram essa separação.
	Como os projetos contribuíram para a equidade de gênero?	Em parte	Embora os projetos avaliados não tivessem como objetivo superior questões de gênero, durante sua execução, verificou-se que as mulheres desempenharam um papel estratégico para incentivar a participação feminina em tomadas de decisões. Como exemplo, pode-se citar a Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM) do Amapá, que por meio de capacitações, participações em debates e eventos.



Avaliação De Efetividade De Projetos
Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

Anexo 2

Avaliações individuais dos projetos





Avaliação De Efetividade De Projetos Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

PROJETO 01

Projeto Alto Juruá

Título do projeto:	Alto Juruá
Entidade responsável:	Associação Ashaninka do Rio Amônia - APIWTXA
Período do projeto:	Abril de 2015 - novembro de 2018 - 43 meses
Abrangência territorial:	Alto Juruá (Acre)
Beneficiários:	Populações indígenas que habitam as Terras Indígenas (TIs) Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio do Breu, além de comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá e Ashaninka no Peru ³⁷
Objetivo:	Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas; apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território; e fortalecer a organização comunitária local
Valor total do projeto:	R\$ 6.597.581,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 6.597.581,00

³⁷. Informação disponível no site do Fundo Amazônia.
Confira: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Alto-Juruá/>.



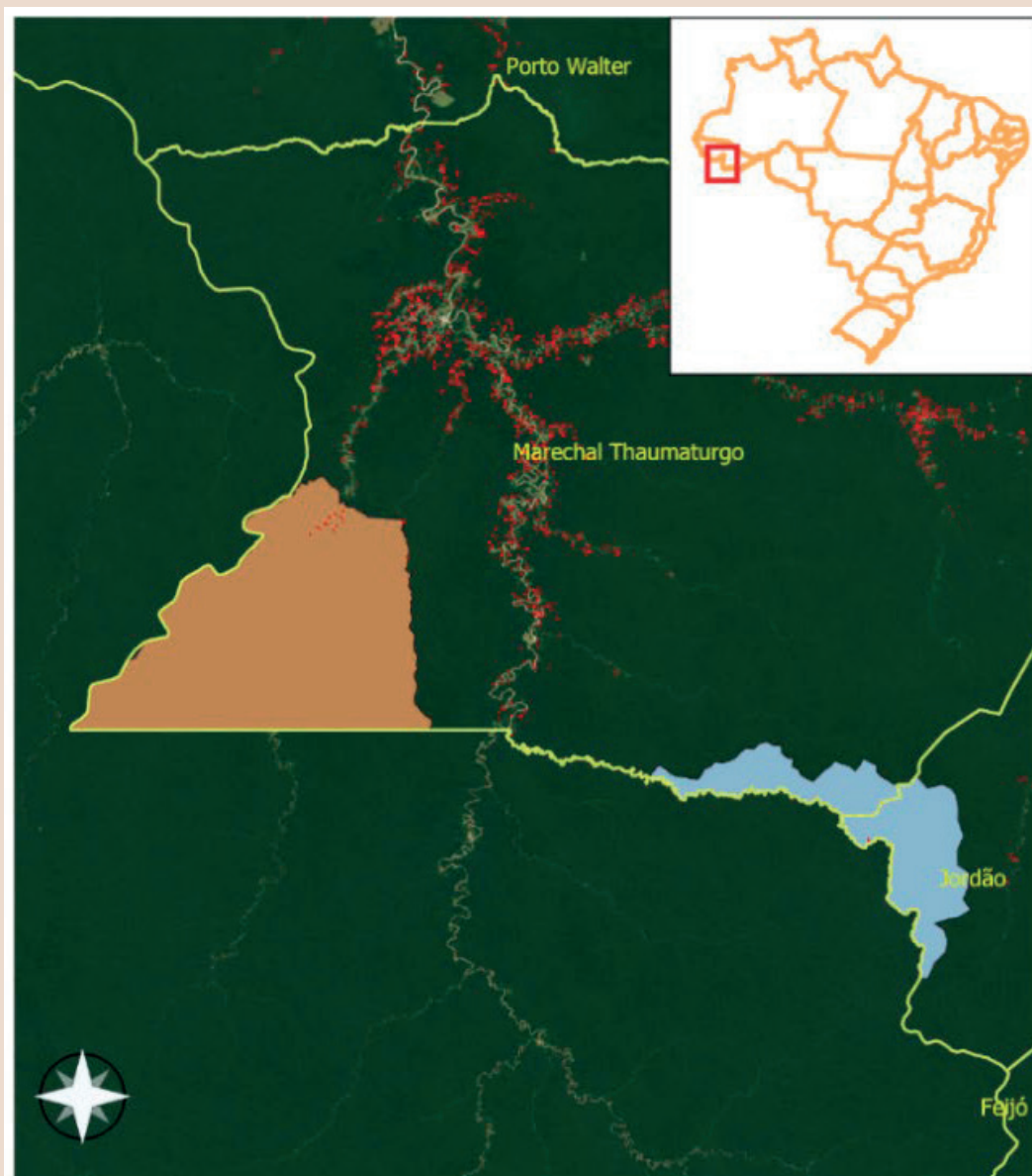
1. Resumo do projeto

O projeto *Alto Juruá*, no Acre, foi executado pela Associação Ashaninka do Rio Amônia - APIWTXA, sendo um projeto pioneiro por ter na sua coordenação e execução uma entidade indígena. O projeto tinha um orçamento de R\$ 6.597.581,00 e atendia a uma expectativa do povo indígena Ashaninka, conhecido por suas lutas em favor de seu território e por combater o desmatamento. A comunidade Ashaninka habita diversas áreas do Alto Juruá, que vão desde a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia (TI Kampa do Rio Amônia) até a fronteira do Peru de forma descontínua, passando pela Reserva Extrativista (RESEX) do Alto Juruá. O Fundo Amazônia entendeu que essas áreas citadas estavam ameaçadas pelo desmatamento e pela degradação florestal e apoiou a Associação Ashaninka para coordenar o projeto.³⁸ O projeto situa-se no estado do Acre (indo até a fronteira com o Peru) em uma ampla região do Alto do Juruá que pode ser vista no mapa da Figura 1.

³⁸. Informação disponível no site do Fundo Amazônia.
Confira: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Alto-Juruá/>.



Figura 1: Mapa de abrangência do projeto Alto Juruá



LEGENDA

- Municípios
- PRODES

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Alto Juruá

- Kampa do Rio Amônia
- Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu

0 10 20 30 40 50 km



SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021

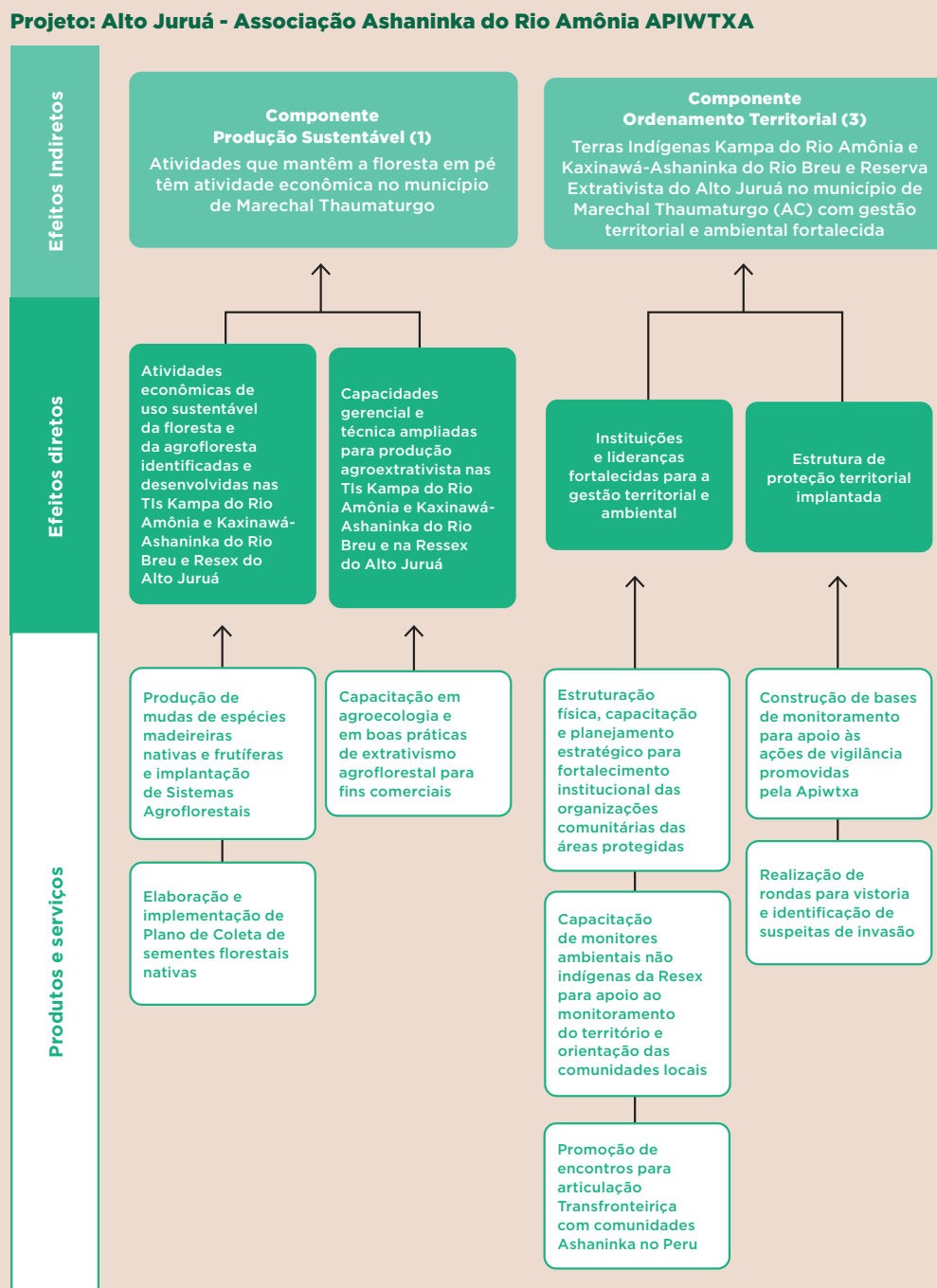
Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)



2. Lógica da intervenção

No Quadro Lógico do Fundo Amazônia, o projeto *Alto Juruá* dialoga com as componentes (1) Produção Sustentável; e (3) Componente Ordenamento Territorial. (Figura 2)

Figura 2: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto Alto Juruá



Fonte: Elaboração própria



3. Metodologia

- Os critérios e a metodologia utilizados nesta avaliação de efetividade do projeto *Alto Juruá* contemplaram os mesmos do percorrer metodológico já apresentado no relatório temático da avaliação, com base nos critérios da OCDE.
- Assim como nos demais, foram realizadas entrevistas por videoconferência com a equipe técnica do projeto *Alto Juruá*, que esteve envolvida diretamente na implementação do projeto.
- Outro subsídio utilizado nesta avaliação de efetividade foi o aproveitamento de dados secundários e documentais do projeto *Alto Juruá* que se encontram na base de informações do Fundo Amazônia/BNDES.
- Uma limitação identificada nesta avaliação é que não foi possível realizar entrevistas com os beneficiários no local do projeto.

4. Avaliação dos resultados

Na Tabela 1, tem-se o resultado dos trabalhos realizados por consultoria contratada pela GIZ acerca do desmatamento na área dos Ashaninka.

Tabela 1: Resultado do levantamento do desmatamento nas áreas de atuação dos projetos. (Os dados são apresentados em km²)

Projetos	Área total dos projetos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alto Juruá	1.184,8	0,00	0,29	0,47	0,07	0,00	0,08	0,00	0,15	0,07	0,00	0,07	0,38
Total Geral	107.536,1	40,48	24,29	10,81	6,44	17,55	11,28	8,77	9,86	10,92	35,65	129,44	94,38

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)



A consultoria contratada dividiu a média de desmatamento de acordo com a execução dos projetos em antes³⁹, durante⁴⁰ e depois⁴¹. A consultoria concluiu que as TIs apoiadas pelos respectivos projetos apresentaram um desmatamento menor durante a execução deles, contribuindo para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazonia de reduzir o desmatamento na Amazônia com desenvolvimento sustentável⁴². (Quadro 1)

Quadro 1: Desmatamento na área de atuação do projeto Alto Juruá, considerando a linha de base, período de execução e pós-projeto. (Dados apresentados em km²)

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Durante os projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 -2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

No caso do projeto Alto do Juruá, pode-se perceber claramente não apenas a redução do desmatamento durante o projeto, como também o fato que o declínio do desmatamento durante a sua execução foi de cerca de 2/3 (64,63%) superior ao declínio do desmatamento nos demais projetos, que foi, em média, de cerca de um quarto (23,19%). Esse fenômeno pode ser verificado na Tabela 2.

Portanto, pode-se concluir que o projeto Alto Juruá, assim como os demais projetos apoiados pelo Fundo Amazona/BNDES contribuíram para o objetivo geral, que era a redução do desmatamento na Amazônia. Em relação aos efeitos indiretos sobre o desmatamento, pode-se concluir que o desmatamento em TIs, que já era inferior o restante da Amazônia Legal, foi ainda menor durante a execução dos projetos apoiados pelo Fundo Amazonia/BNDES. O estudo da Busca Terra (2021)

39. Antes é a linha de base, de 2009 a 2013.

40. A execução dos projetos foi entre 2014 e 2018.

41. O período pós-projetos foi estabelecido de 2019 a 2020.

42. A área apoiada apresentou, durante o projeto, um desmatamento de 15,3 km², enquanto, no período anterior imediatamente ao projeto (a linha de base), teve 19,9 km² desmatados e, no período após a execução do projeto, f111 km². TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)



concluiu que as Terras Indígenas observadas possuem baixa taxa de desmatamento.⁴³ Além disso, a Busca Terra observou que a taxa de desmatamento apresentou um expressivo declínio durante a execução dos projetos em relação à linha de base, 23,19% em média, mas aumentou 462% em média após o fim deles, o que implica que o efeito dos projetos na redução do desmatamento foi inegável.

Tabela 2: Taxa de desmatamento em relação a linha de base

Projetos	Linha de base (km ²)	Período de execução dos Projetos (%)	Pós-Projeto (%)
Alto Juruá	0,166555068	-64,63	33,40
Amazônia Indígena Sustentável	3,343512385	-74,93	-36,89
Arapaima: Redes Produtivas	1,335469284	-5,62	63,33
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,622696639	-38,91	126,97
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44487521	-11,68	633,72
Total Geral	19,91310859	-23,19	462,00

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

4.1. Componente Produção Sustentável: *Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica, no município de Marechal Thaumaturgo*

Este componente possui dois efeitos diretos: i) Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da agrofloresta identificadas e desenvolvidas nas TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu e na Resex do Alto Juruá e ii) Capacidades gerencial e técnica ampliadas para produção agroextrativista nas TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu e na Resex do Alto Juruá. Ambas com o mesmo objetivo maior de fortalecer as *atividades econômicas sustentáveis no município de Marechal Thaumaturgo*.

43. TERRA, Busca et. al. Análise da Evolução do Desmatamento em Áreas de Projetos de Apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia. Brasília, GIZ, 2021. p. 07.



Nesse sentido, era fundamental identificar a potencialidade da região e fortalecer as cadeias produtivas locais. No caso deste projeto, tinha-se como produtos e serviços previstos pelo projeto a produção de mudas de espécies madeireiras nativas e frutíferas e a implantação de sistemas agroflorestais; a elaboração e implementação de plano de manejo e coleta de sementes florestais nativas e a capacitação em agroecologia e em boas práticas de extrativismo agroflorestal para fins comerciais. Como efeito imediato (e direto) das atividades realizadas (acima), tem-se:

- O uso sustentável da floresta via sistemas agroflorestais;
- Aumento da produção agrícola para consumo próprio e para comercialização externa de forma sustentável e, conseqüentemente, das receitas dos produtores locais;
- A capacitação, gerando maior domínio sobre a coleta de sementes florestais nativas e sobre o extrativismo em geral.
- Sabe-se da importância dos sistemas agroflorestais no equilíbrio entre a produção florestal e a produção de alimentos, diminuindo a pressão pelo desmatamento e pelo uso da terra para fins de produção agrícola.

Em razão desses efeitos, tem-se como resultados indiretos esperados:

- A redução do desmatamento;
- Maior controle e conhecimento de técnicas sustentáveis, auxiliando na preservação ambiental do território trabalhado;
- Aumento da qualidade de vida do povo indígena Ashaninka.
- Melhoria do ecossistema do ponto de vista dos Ashaninka.

4.2. Componente Ordenamento Territorial: *Terra Indígenas Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio do Breu e Reserva Extrativista do Alto Juruá no município de Marechal Thaumaturgo (AC) com gestão territorial e ambiental fortalecida*

Para tanto, esta componente (Fortalecimento da Gestão Territorial Ambiental das Terras Indígenas) foi dividida em dois efeitos diretos: Ins-



tuições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental e Estrutura de proteção territorial implantada.

O principal resultado direto do projeto *Alto Juruá* na área de Ordenamento Territorial, foram as seguintes atividades: realização de planejamento estratégico, viagens de monitoramento, expedições de vigilância/fiscalização; Intercâmbios entre as comunidades Ashaninka dos dois lados da fronteira Brasil-Peru para monitoramento e controle; e seminários sobre processo de gestão territorial e ambiental compartilhada. Todas essas atividades tinham o mesmo objetivo: aumentar a segurança dos Ashaninka no Alto Juruá e nas áreas circunvizinhas.

Portanto, pode-se afirmar que o principal efeito indireto da componente Ordenamento Territorial era reduzir o desmatamento (como já demonstrado) e o número de invasões, este último indicador de mais difícil mensuração. De qualquer forma, a redução do desmatamento e a redução das invasões na área do projeto do Alto Juruá foi também confirmada pelo levantamento realizado pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes)⁴⁴ entre agosto de 2016 a julho de 2017. O Acre foi o 3º Estado na redução do desmatamento (-34%), após Tocantins (-55%) e Roraima (-43%).⁴⁵ Segundo o PRODES, a área desmatada no Acre foi de 372 km em 2016 e 244km em 2017², uma redução de 16%, contra 6 mil km² em toda a Amazônia Legal.

De acordo com o Terras+, Sistema de Indicadores de Consolidação Territorial para Terras Indígenas, criado pelo Instituto Socioambiental (ISA) para: “ajudar a avaliar a consolidação territorial de uma Terra Indígena”,⁴⁶ as terras Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, coberta pelo projeto Alto Juruá, possuem uma integridade ambiental de 0,99/1 e uma integridade territorial de 0,78, em que 1 é a escala máxima (positiva).⁴⁷ Esse resultado confirma o êxito dos projetos do Fundo Amazônia na redução do desmatamento e na redução das invasões.

44. Projeto coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

45. Fonte: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/acre-e-o-3o-estado-que-mais-reduziu-desmatamento-na-amazonia-legal-aponta-inpe>

46. Confira em: <https://terrasmais.eco.br/v1/?compareWidgets=2&compareTooltips=false&lang=pt-br&year=2017>

47. Para maiores detalhes, vide: <https://terrasmais.eco.br/v1/?compareWidgets=2&compareTooltips>



4.3. Síntese dos Efeitos Diretos

Os efeitos diretos estão divididos em duas componentes: (1) Componente Produção Sustentável e (3) Componente Ordenamento Territorial.

4.3.1 Componente Produção Sustentável

Nessa componente, os produtos/serviços oferecidos foram, essencialmente, produção de mudas de espécies madeireiras nativas e frutíferas e implantação de sistemas agroflorestais; elaboração e implementação de um plano de coleta de sementes florestais nativas; e capacitação em agroecologia e em boas práticas de extrativismo agroflorestal para fins comerciais. Como resultados dessa componente, destaca-se o número de mudas produzidas no viveiro implantado pelo projeto, cuja meta era de 60 mil, tendo sido produzidas 70.756 em 2018, 17,92% acima da meta estipulada. Além disso, houve a realização de 2 planejamentos estratégicos no Centro Yorenka Ætame (CYÆ) no município de Marechal Thaumaturgo.⁴⁸

Em relação à área reflorestada por meio de sistemas agroflorestais implantados pelo projeto, tinha-se como meta uma área de 100ha, chegando-se a uma área de 97ha, ou seja, 3% abaixo das metas estabelecidas. Da mesma forma, a área prevista para implantação de sistema agroflorestal enriquecidos era igualmente de 100 ha, sendo 81,5ha de fato enriquecidos, ou seja, cerca de 18,5% abaixo da meta do projeto.

Destaca-se que, a partir do primeiro semestre de 2018, as atividades com os SAFs haviam estacionado. Apontou-se como causa a não disponibilização de roçadeiras. Esse foi um fator fundamental para explicar o não atingimento de metas, o que afetou o resultado dos esforços de conversão agroflorestal, além de interromper a geração de novas mudas. Porém, analisando o conjunto dos resultados as ações do projeto foram positivas para a região. Outros motivos alegados foram além da falta de roçadeiras, cartografia defeituosa e falta de acesso às Terras Indígenas do Rio do Breu.⁴⁹ ***O fato é que o sistema de planejamento***

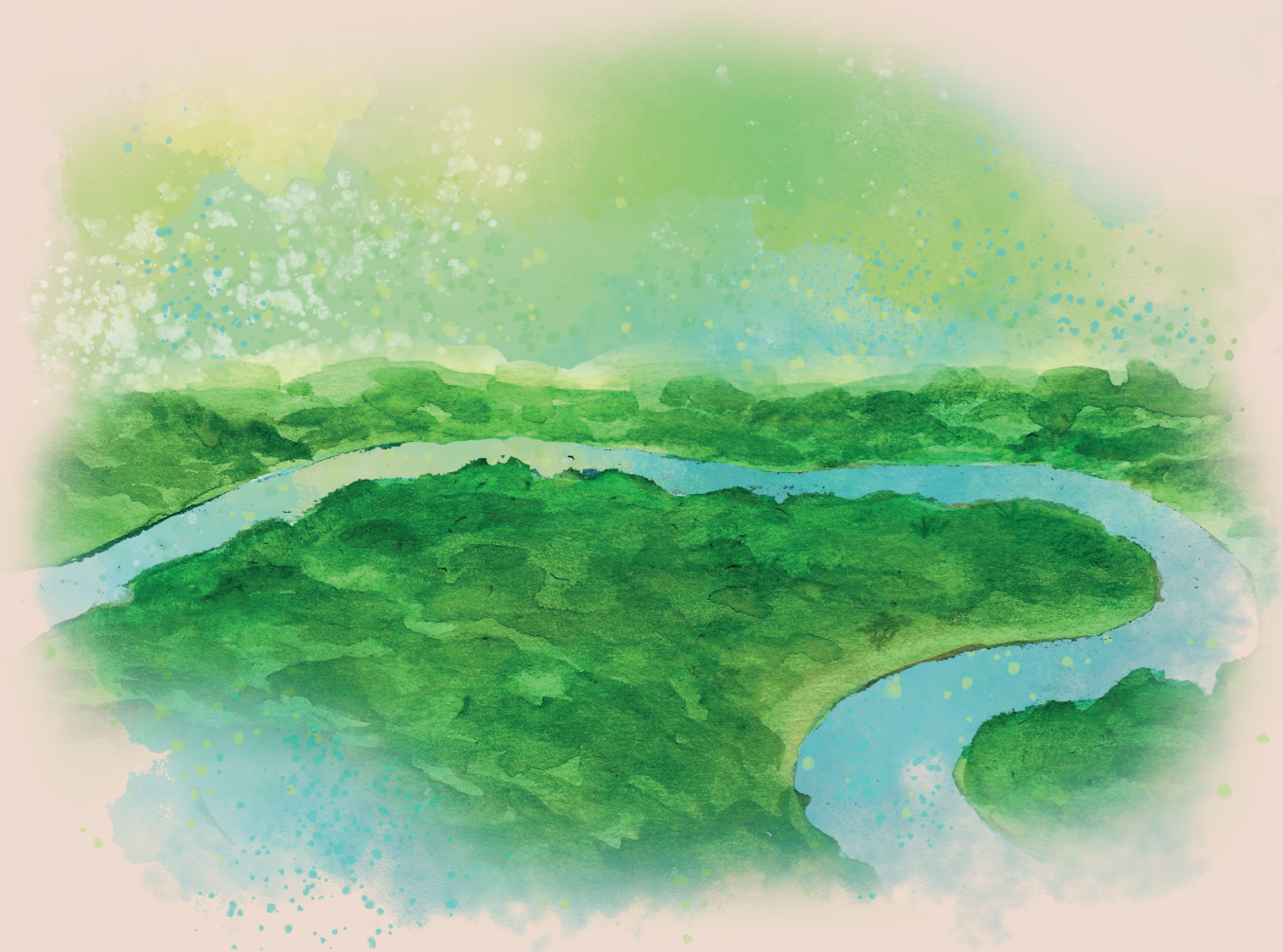
48. Indicador de eficácia.

49. Cartografia defeituosa, falta de acesso às Terras Indígenas do Rio do Breu, falta de roçadeiras etc. Disponível em: ASSOCIAÇÃO ASHANINKA DO RIO AMÔNIA – APIWTXA.



*do projeto, no que tange à expansão do sistema agroflorestal, precisa ser aperfeiçoado.*⁵⁰ Dessa forma, a área prevista para implantação dos SAFs enriquecidos e a execução das rondas poderia ter sido executada de forma mais eficiente.

A partir dessas constatações, de acordo com os critérios avaliativos recomendados pela OCDE, pode-se fazer as considerações que constam no Quadro 2.



Relatório de Avaliação de Resultados. Projeto Alto Juruá. Brasília, APIWTXA, 2019. p.10

50. Em alguns relatórios, admite-se que houve lacunas no planejamento ao não se incluir no orçamento recursos para obter insumos, como combustíveis e sementes, bem como equipamentos suficientes para a manutenção dos SAFs (sistemas agroflorestais).



Quadro 2: Considerações sobre o projeto Alto Juruá de acordo com os critérios da OCDE

Critério	Resultado
Relevância	<p>Pode-se afirmar que o projeto <i>Alto Juruá</i> é consistente com os objetivos do Fundo Amazônia e com os objetivos e interesses dos beneficiários do projeto.⁵¹</p> <p>A mudança de prioridades nas políticas públicas de 2014 para 2020 torna o projeto ainda mais relevante e os objetivos das intervenções ainda mais adequados do que no momento da concepção do projeto.</p>
Eficiência	<p>Do ponto de vista econômico, o planejamento, o monitoramento e o cálculo de custos, especialmente na área da logística, poderiam ser aperfeiçoados. Cabe lembrar que a logística é dinâmica e precisa ser flexível para melhor possibilitar o atingimento das metas.</p>
Eficácia	<p>Os objetivos da intervenção foram atingidos quase que em sua totalidade, levando em consideração que as metas não foram atingidas no que se refere aos SAFs e o número de rondas, atividades-chave do projeto. Os custos das atividades e os custos logísticos foram subestimados pelos coordenadores do projeto. Portanto, além das metas não terem sido atingidas, o custo de cada atividade foi superior ao previsto. Para se alcançar todos os resultados esperados, os coordenadores teriam que aumentar o valor global do projeto.</p>
Efetividade/ Impacto	<p>O projeto gerou impactos positivos. Houve mudanças reais nas condições de vida e de trabalho do povo Ashaninka e das demais comunidades de beneficiários. A contribuição do Fundo Amazônia foi fundamental para se alcançar os impactos desejados. Com efeito, pode-se considerar que o impacto foi positivo, no sentido que o projeto gerou um aumento da produção e, indiretamente, da renda dos beneficiários e estimulou à manutenção não apenas dos SAFs criados e enriquecidos, mas igualmente de outros SAFs.</p>
Sustentabilidade	<p>Pode-se analisar a sustentabilidade de mais de uma perspectiva:</p> <p>a) Do ponto de vista dos benefícios, das ações e das atividades realizadas, no geral, pode-se afirmar que o projeto possui mecanismos que garantem a sustentabilidade, como as oficinas e as capacitações realizadas. As ações desenvolvidas e executadas, no âmbito do projeto, se mostraram ser sustentáveis após sua finalização.</p> <p>b) Do ponto de vista da Componente Ordenamento Territorial, o projeto fortaleceu ações já existentes da Associação Ashaninka e contribuiu para potencializar outras. A Associação destacou que, desde 2020, desenvolveu outras parcerias com outras iniciativas e elaborou novos projetos com novos financiadores anônimo. Esses projetos são de cunho de fortalecimento institucional, a proteção territorial. Esse fato demonstra que as ações na Componente Ordenamento Territorial se tornaram sustentáveis ao longo do tempo.</p> <p>c) Do ponto de vista da Componente Produção Sustentável, a Associação APIWTXA sempre teve atuação em outras iniciativas na área do Alto Juruá. Muitas das técnicas introduzidas pelo projeto <i>Alto Juruá</i> (FA/BNDES) contribuíram para potencializar essas ações, além de possibilitar que essas novas técnicas fossem compartilhadas com outros povos indígenas. Houve, portanto, um efeito “multiplicador” para fora da área e dos beneficiários previstos no projeto original (FA/BNDES). Nesse sentido, pode-se destacar que várias dessas atividades continuaram a ser realizadas pela Associação Ashaninka por si mesma (diretamente) ou por meio de outras iniciativas. Dessa forma, independente de uma possível renovação (um Projeto Alto Juruá II), os resultados executados nesse projeto tornaram-se sustentáveis na medida em que as ações continuam a ser executadas ao longo do tempo e sua execução ultrapassa a finalização do projeto original <i>Alto Juruá</i> (FA/BNDES).</p>

51. Populações indígenas que habitam as Terras Indígenas (TIs) Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio do Breu, além de comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá e Ashaninka no Peru.



Além dos fatores indicados, pode-se argumentar que, apesar de não ter atingido as metas propostas, a implantação das SAFs teve, como efeito, fortalecer os ecossistemas das Terras Indígenas e das RESEX, na medida em que fortaleciam o estilo de vida dos Ashaninka em seu território e desestimulava o desmatamento.

No que tange ao Plano de Manejo e Coleta de Sementes Florestais Nativas, previa-se a elaboração de um plano e a obtenção do registro no RENASEM⁵² ambos ocorreram. Como consequência, foi possível fazer a medição da área de floresta diretamente manejada, segundo o plano elaborado, e chegou-se a uma área de 550 hectares. No entanto, é difícil avaliar esse resultado, uma vez que não havia uma meta pré-estabelecida.

Do ponto de vista da capacitação, previa-se a formação de 150 indivíduos, sendo 90 em agroecologia e 60 em boas práticas de manejo para comercialização. No total, 211 indivíduos foram capacitados, sendo 154 em agroecologia (71,1% acima da meta estabelecida) e 57 em boas práticas de manejo para comercialização (5% abaixo da meta).

Em função dessas ações, foi possível aumentar o volume da produção in natura gerada pelo projeto nos 100 ha enriquecido com o SAF de uma produção média de 4 toneladas por ano para 8 toneladas por ano. Da mesma forma, foi possível estabelecer a meta de 50% do produto beneficiado ou industrializado oriundo da cadeia extrativista apoiada pelo projeto, estimada em 226 toneladas de polpa de fruta ao ano. Assim, foi possível, para os Ashaninka, obter uma receita de cerca de R\$ 700 mil com sua produção a partir desse projeto. Outro valor agregado pelo projeto foi o curso de formação em comunicação. Com o curso, foi possível trabalhar o conceito de branding e gestão de marca. Assim, o branding atingia dois objetivos distintos: fortalecia os projetos da região do Alto do Juruá ao mesmo tempo que contribuía para o fortalecimento da identidade e dos valores da comunidade Ashaninka.

52. A produção de sementes e sua respectiva comercialização são atividades reguladas, o que exigiu o protocolo do plano de manejo junto ao Ibama e a obtenção de certificado de inscrição da Cooperativa Ayōpare no Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



4.3.2 Componente Ordenamento Territorial

A componente de Ordenamento Territorial tinha os seguintes Efeitos: “instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental” e “estrutura de proteção territorial implantada.”

No total, o projeto beneficiou mais de 2500 pessoas (2.505, superando a meta em 76,4%. Estima-se em 1.365 o número de indígenas diretamente beneficiados pelo projeto, acima dos 1.320 indígenas previstos inicialmente, o que corresponde a um aumento da meta em 3,4%. Já o número de não indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto foi estimado em 1.140⁵³, contra uma meta inicial de 100 indivíduos, superando a meta em mais de 1000% (1040%). Por outro lado, o número de monitores não indígenas capacitados ficou abaixo da meta proposta de 60 indivíduos, atingindo apenas 42 monitores, ou seja, uma queda de 30% em relação à meta proposta inicialmente.

Um ponto fundamental do projeto do Alto do Juruá foram as atividades de fortalecimento das organizações comunitárias de gestão territorial e ambiental por meio de capacitação e do Planejamento Estratégico, que atingiram três organizações, ou seja, 100% da meta proposta. No entanto, o curso de capacitação em gestão comunitária, de novembro de 2016, voltado para os membros da Associação de Seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá – ASAREAJ, previa um público de 60 pessoas, mas apenas 25 indivíduos atenderam ao curso. O relatório associa esse baixo comparecimento a questões institucionais enfrentadas pela associação (ASAREAJ).⁵⁴

Já o número de rondas de vigilância realizadas ficou abaixo do previsto, com apenas 18 rondas realizadas, para uma meta de 36 rondas, ou seja, o atingimento de apenas 50% da meta proposta inicialmente.⁵⁵ A explicação dada para o não cumprimento dessa meta foi o alto custo envolvido nas rondas.⁵⁶ Foi citado, ainda, especificamente, o crescente custo do combustível, das diárias e da alimentação. A Associação foi obrigada

53. Todos os habitantes da região do Alto Juruá.

54. ASSOCIAÇÃO ASHANINKA DO RIO AMÔNIA – APIWTXA. Relatório de Avaliação de Resultados – 2015 A 2018. Projeto Alto Juruá. Período de Implantação do Projeto: 16/04/2015 a 30/11/2018.

55. Indicador de eficácia do projeto.

56. ASSOCIAÇÃO ASHANINKA DO RIO AMÔNIA – APIWTXA. Explicação de Indicadores 5º. Desembolso. Brasília, APIWTXA, 2019. p. 02.



a fazer remanejamentos dos recursos. Ainda assim, alegou não ter sido possível realizar as rondas previstas inicialmente nas metas estabelecidas. Aqui, observa-se uma necessidade de aperfeiçoamento no planejamento dessas atividades. De fato, foi feita uma alocação inferior às necessidades em um item tão importante para o projeto que são as rondas e, apesar do projeto ter contratado uma excelente equipe técnica e financeira, *em função da realidade ser mais dinâmica, não foi possível estimar acertadamente os custos das rondas ao não levar em consideração, de forma adequada, os custos necessários, como combustíveis e logística, em geral.*⁵⁷

Segundo entrevistas realizadas com um dos coordenadores do projeto, houve a criação de um comitê de acompanhamento e avaliação por trimestre e avaliação do projeto.⁵⁸ No entanto, apesar desse fato, pode-se verificar que, em alguns casos, as metas não foram cumpridas.

Houve casos de atividades em que não havia uma linha de base ou uma meta inicial, o que dificulta o julgamento se as metas foram atingidas ou não. Esse foi o caso, por exemplo, da medição dos números de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos para a implantação de sistemas agroflorestais e produção agroextrativista; de indígenas exercendo cargos de coordenação na Apiwtxa; de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos em gestão de organização comunitária; de monitores ambientais não indígenas capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos. Outro exemplo é a medição do número de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos para a implantação de sistemas agroflorestais e produção agroextrativista.

Além disso, também há casos de não preenchimento de dados atualizados até o fim do projeto, dificultando a avaliação de eficácia e efetividade do projeto. Foram os casos das medições do volume de produção *in natura* gerada pelo projeto apoiado, discriminado por produto; do volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto, discriminado por produto; e da receita obtida com a atividade econômica de uso

57. O relatório do projeto cita ainda que o alto rodízio da equipe e a diminuição do efetivo afetou o registro de rondas realizadas. Algumas das rondas previstas teriam sido custeadas por parceiros, porém essas rondas não foram registradas como rondas realizadas. Entrevista realizada com um dos coordenadores do projeto *Alto Juruá*.

58. Entrevista realizada com um dos coordenadores do projeto *Alto Juruá*.



sustentável apoiada pelo projeto discriminada por produto.

De acordo com as entrevistas, faltou um melhor planejamento das atividades e um melhor sistema de monitoramento das etapas, que consolidasse todas as ações previstas e seus resultados e permitisse mudanças em função de alterações no contexto⁵⁹. Um exemplo evidente foi a questão logística que gerou muitos desafios ao projeto.

Esses fatores mencionados dificultaram a afirmação mais precisa de qual foi a agregação do valor pelo projeto. O conjunto de indicadores do projeto *Alto Juruá* aparece no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Indicadores do Projeto Alto Juruá

Indicador	Definição	Linha de base	Meta	Em: 23.03.16	Em: 08.08.16	Em: 04.07.17	Em: 30.11.18
Nº de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	Medição do nº de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	0	1320	733	800	1152	1365
Nº de não indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	Medição do nº de não indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	0	100	274	500	1140	1140
Nº de indígenas exercendo cargos de coordenação na Apiwtxa e número total de indivíduos exercendo cargos de coordenação nessa instituição	Medição do nº de indígenas exercendo cargos de coordenação na Apiwtxa e número total de indivíduos exercendo cargos de coordenação nessa instituição	0	-	11	11	11	10
Nº de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos em gestão de organização comunitária	Medição do nº de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos em gestão de organização comunitária	0	-	28	90	135	135

(Continua)

59. Entrevista realizada com um dos coordenadores do projeto *Alto Juruá*.

ANEXO 2 - AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS
I - PROJETO ALTO JURUÁ



(Continuação)

Indicador	Definição	Linha de base	Meta	Em: 23.03.16	Em: 08.08.16	Em: 04.07.17	Em: 30.11.18
Nº de monitores ambientais não indígenas capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	Medição do nº de monitores ambientais não indígenas capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	0	-		42	42	42
Nº de organizações comunitárias fortalecidas para a gestão territorial e ambiental	Medição do nº de organizações comunitárias fortalecidas para a gestão territorial e ambiental	0	3 (Breu)			3	3
	Medição da extensão das áreas protegidas apoiadas pelo projeto sob proteção e vigilância comunitária (hectares)	0	87.205	87.205	87.205	87.205	87.205
Nº de ocorrências de invasão territorial observadas nas áreas protegidas apoiadas pelo Projeto	Medição do nº de ocorrências de invasão territorial observadas nas áreas protegidas apoiadas pelo Projeto		-	1	1	3	3
Volume de produção in natura gerada pelo projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	Medição do volume de produção in natura gerada pelo projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	100 ha com produção média de 4 ton/ano	100 ha com produção média de 8 ton/ano				
Volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	Medição do volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	0	50% da produção (226 ton de polpa de fruta/ano)				
Receita obtida com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto discriminada por produto	Medição da receita obtida com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto discriminada por produto	0	R\$ 700.000,00 / ano				

(Continua)



(Continuação)

Indicador	Definição	Linha de base	Meta	Em: 23.03.16	Em: 08.08.16	Em: 04.07.17	Em: 30.11.18
Nº de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos para a implantação de sistemas agroflorestais e produção agroextrativista	Medição do nº de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos para a implantação de sistemas agroflorestais e produção agroextrativista	0	-	93	125	154	154

Fonte: APIWTX Plano de Monitoramento

5. Gestão e Monitoramento

A presente seção tem por finalidade apontar os pontos positivos e desafios no contexto da gestão e monitoramento do projeto. Aqui, foram abordadas questões ligadas a estrutura, recursos humanos, fluxos de trabalho, tempo de implementação e comunicação para gestão e execução.

O projeto *Alto Juruá* contou com uma equipe selecionada pelos executores. Ela era formada por oito pessoas, entre elas, estavam os coordenadores geral, executivo, financeiro, além de secretários voltados a administração e comunicação do projeto.

5.1. Pontos positivos

Nesse contexto, a gestão do projeto ocorreu de maneira compartilhada com lideranças da comunidade e instituições internas, capacitadas pelo projeto para que pudessem acompanhar sua execução e gestão. Essas atividades foram fundamentais para facilitar a mobilização e o engajamento da comunidade.

Também foi formado um comitê consultivo para avaliação e acompanhamento das iniciativas. Dessa maneira, toda a comunicação de acordos e resultados com os beneficiários era realizada por meio do comitê.

Já na comunicação e gestão do projeto com a equipe técnica do BNDES, o projeto destacou que houve boa interlocução e entendimento para que fossem feitas alterações de cronograma e custos, devido, principalmente, a questões climáticas na região. A realização de ajustes foi fundamental para o alcance dos objetivos propostos pelo projeto.



5.2. Desafios

O engajamento da comunidade no projeto foi um desafio para seus executores. A realização de atividades de capacitação e oficinas foram fundamentais para formação e, destacadamente, para mobilizar e consolidar a importância das iniciativas realizadas pelo projeto.

Apesar dos avanços alcançados com o projeto, não houve uma estratégia que garantisse a sustentabilidade dos resultados, o que ainda demonstra a necessidade de novos aportes de fundos e programas que possam alavancar ações, mas sem os Ashaninkas perderem de vista a necessidade tornar-se sustentável.

Atualmente, um dos principais impactos e desafios causados pela pandemia da covid-19 é a baixa capacidade tecnológica para realização de reuniões online. Isso obrigou os executores a buscarem soluções rápidas para otimizar a comunicação. Destaca-se ainda que, de maneira geral, a pandemia causou aumentos em preços, escassez de materiais e mão-de-obra, o que diretamente afeta projeções e proposições de propostas de novos projetos.

6. Conclusões

O projeto Alto Juruá, executado pela Associação Ashaninka do Rio Amônia -APIWTXA, contribui para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia, que é a redução do desmatamento da Amazônia na região do projeto, ou seja, as Terras Indígenas (TIs) Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio do Breu, além de comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

O projeto também teve o método de disseminar novas técnicas, por meio das diversas capacitações realizadas na região do projeto, permitindo o aumento da produção e da produtividade das comunidades indígenas.

Também foi possível verificar o aumento do número de mudas produzidas no viveiro implantado pelo projeto, que ultrapassam as metas previstas. Por outro lado, o projeto não atingiu (ou declarou quais serem) as metas em alguns indicadores, tais como o número de formados em curso de capacitação em gestão comunitária, um curso altamente estratégico para o projeto.

Segundo as entrevistas realizadas, faltou um planejamento mais



abrangente do projeto.⁶⁰ Ainda segundo as entrevistas, faltou prever a logística de forma adequada.⁶¹

O projeto ficou abaixo de suas metas (em quase 20%) na implantação de sistemas agroflorestais devido a dificuldades no planejamento.

O projeto também não realizou as metas previstas no que tange às rondas e expedições, atingindo apenas 50% das rondas previstas, ou seja, 18 de 36. Faltou também a inserção das áreas apoiadas no Cadastro de Ambiental Rural (CAR).⁶²

Segundo as entrevistas realizadas, essas dificuldades mencionadas impediram que o projeto atingisse todas as suas metas. Outras causas que poderiam ser apontadas são:

- dificuldades orçamentárias;
- situação climática adversa;
- falta de passagens, diárias e auxílio para os líderes comunitários.⁶³

De qualquer forma, foi um projeto relevante e de alto impacto para a região do Alto Juruá, no Acre, tendo atingido os objetivos maiores do Fundo Amazônia, conforme já foi assinalado.

7. Lições aprendidas e recomendações

7.1. Lições aprendidas

A principal lição aprendida desse projeto foi em relação à necessidade de se realizar um planejamento mais adequado à realidade e com algum grau de flexibilidade para adaptar a rubrica quando necessário, em imprevistos. Como foi dito nas entrevistas: “Não se pode realizar um projeto que não seja completo”.⁶⁴ É preciso ter uma visão global do projeto e das dificuldades que ele poderá enfrentar. Ou seja, é preciso se antecipar às dificuldades que poderão surgir.

60. Entrevista realizada com um dos Coordenadores do Projeto (Alto Juruá).

61. Entrevista realizada com um dos Coordenadores do Projeto (Alto Juruá).

62. Entrevista realizada com um dos Coordenadores do Projeto (Alto Juruá).

63. Entrevista realizada com um dos Coordenadores do Projeto (Alto Juruá).

64. Entrevista realizada com um dos Coordenadores do Projeto (Alto Juruá).



Outra importante lição aprendida é que os insumos (utilizados no projeto) sobem de preço e é necessário que o projeto tenha condições de se adaptar a esse cenário.

Não menos importante, o atraso na compra e na entrega de equipamentos, tais como roçadeiras, afetou o resultado da implantação de sistema agroflorestais, um importante componente do projeto. Portanto, a entrega dos equipamentos de forma tempestiva, ou seja, dentro do tempo previsto, traz resultados positivos para o projeto.

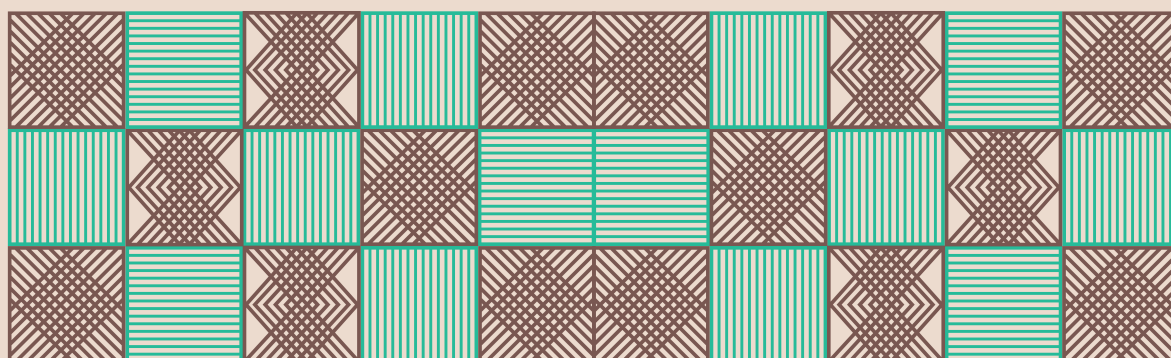
Dessa forma, atividades de suma importância, como rondas e a implantação de sistemas agroflorestais, foram afetados devido as dificuldades de planejamento ao longo da implementação do projeto.

Conclui-se, portanto, que a fase de planejamento de um projeto é um momento de grande importância e deve ser realizado com visão de médio e longo prazo, permitindo algum grau de mudança e de adaptabilidade, dada a grande variedade de preços no Brasil, tanto nos índices de preços (IPCA) como nos insumos utilizados.



7.2. Recomendações

	Recomendação	Executores	Estados	Fundo Amazônia	Governo Federal	Setor Empresarial	Doadores
Efeito direto	Apoiar diretamente organizações indígenas como executoras de projeto.	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer parcerias privadas para a comercialização dos produtos advindos do projeto no Brasil.	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer parcerias para a exportação de produtos resultados das atividades do projeto.	X	X	X	X	X	X
	Propor uma maior articulação com estados e municípios para possibilitar a entrada dos produtos das TIs na merenda escolar e em programas públicos de compras de alimentos.	X	X	X	X		
Efeito indireto	Apoiar a apresentação de projetos que permitam a continuidade deste e de outros projetos do Fundo Amazônia.		X	X	X	X	X
	Buscar maior apoio e envolvimento da Funai, órgão federal responsável pela política indigenista, para articular ações e programas com os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.		X		X		
	Apoiar novos projetos e parcerias que dialoguem com os atuais e integrem atividades de produção sustentável em terras indígenas e unidades de conservação.	X	X	X	X	X	X
Gerais	Fazer parcerias com instituições nacionais (Ex.: EMATER, EMBRAPA) e internacionais (IICA) de assistência técnica e extensão rural.	X	X		X		
	Apresentar canais de acesso para outras fontes de recursos, nacionais e internacionais.	X	X	X	X	X	X





8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Comentários
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	Sim	Os sistemas agroflorestais propostos no projeto Alto Juruá, no Acre, contribuem para a preservação das florestas e dialogam com os programas florestais nacionais e estaduais.
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	O projeto contribui com o combate ao desmatamento e é consistente com Programa Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCD-AC).
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	Acordo do Clima (Paris): sistemas agroflorestais contribuem para a preservação do meio ambiente e diluem o efeito do aquecimento global nos territórios beneficiados PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas: na medida em que fortalece a ocupação das TIs com atividades econômicas sustentáveis. Programas culturais de preservação da memória indígena: em função do apoio ao artesanato. Programa Monitora (ICMBio-MMA): permite monitorar a situação da biodiversidade nas áreas beneficiadas pelo projeto. Programa Bioeconomia Brasil: o projeto apoiou atividades que fortaleceram as cadeias produtivas locais das TIs com atividades de uso dos recursos naturais com sustentabilidade. Programas Estaduais de Mudanças Climáticas: vide acima.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	O sistema de agroflorestas (SAFs) contribui para reduzir as emissões de CO2.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional	Sim	O projeto apoiado pelo Fundo Amazônia é fruto de uma articulação internacional (doadores e o Brasil) que está de acordo com a legislação nacional e é consistente com acordos internacionais do qual o Brasil faz parte na área florestal.
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	O projeto apresentou exemplos de articulação com as autoridades subnacionais, especialmente municipais, conseguindo participar do Programa de Merenda Escolar do município de Marechal Thaumaturgo.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto adotou sistemas de agroflorestas, o que intensifica a relação das comunidades indígenas com as florestas e ajuda a preservá-las.
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	O projeto possui atividades de preservação da cultura indígena, na área de alimentos (farinhas) e fortalecimento da floresta.

(Continua)

ANEXO 2 - AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS

I - PROJETO ALTO JURUÁ



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	Com o uso econômico das TIs de forma sustentável, o projeto reforçou os direitos das comunidades indígenas sobre suas terras.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Sim	A utilização econômica das florestas no sistema de agroflorestas nas TIs influencia o uso dos recursos naturais de forma sustentável!
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Exemplo disso foi o fortalecimento de suas culturas e plantações embora não previsse uma atividade voltada especificamente à área cultural (como o artesanato indígena, por exemplo).
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	A interferência percebida (positiva) é reforçar suas culturas (econômicas) tradicionais.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	Sim	Houve participação expressiva na maioria das capacitações, tanto de indígenas como de outros beneficiários pelo projeto.
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	O projeto foi executado pela própria instituição que representa os povos indígenas Ashaninka (APIWTXA) e pela associação que representa os seringueiros, Associação de Seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá - ASAREAJ.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	Adotou-se o Planejamento Estratégico nas instituições representativas dos povos indígenas Ashaninka (APIWTXA) e dos seringueiros (ASAREAJ).
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Sim	Sim. As associações citadas (APIWTXA e ASAREAJ) ficarão com os recursos financeiros obtidos pela venda de seus produtos (a partir das atividades desenvolvidas) nas suas respectivas áreas e controlarão o seu uso no futuro.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	Utilizou-se, desde o início do projeto, um sistema de planejamento estratégico que garantisse a participação e conhecimento de todas as ações previstas pelos projetos. Em relação ao público beneficiário, foram feitas oficinas, cursos e capacitações para apresentadas novas técnicas de atuação.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Em parte	O projeto falhou no que tange ao monitoramento das atividades de implantação do sistema agroflorestal e ao número de rondas.

(Continua)



(Continuação)

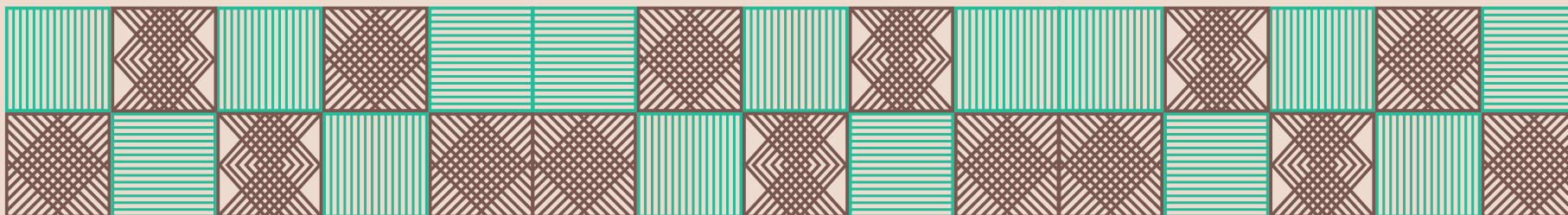
Salvaguarda	Atende	Comentários
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16⁶⁵ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais	Sim	O sistema de agroflorestas garante a conservação das florestas naturais e diversidade biológica.
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A partir do uso sustentável dos recursos naturais e da capacitação de monitores e de rondas nas áreas abrangidas pelo projeto.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Sim	Pelo sistema de agroflorestas (SAFs).
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Sim	Sim. Certamente. Por meio da plantação de mudas nativas.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Não se aplica	A partir do uso sustentável dos recursos naturais e do sistema de agroflorestas, o qual garante a conservação das florestas naturais e diversidade biológica. Houve também várias oficinas e capacitações no sentido de implantação de agroflorestas e novas técnicas de plantio e coleta de sementes.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	Sim	A informação que se possui é que o mecanismo de compensação financeira (REDD) não foi utilizado neste projeto, embora considere-se completamente compatível pela preservação das florestas que o projeto Alto Juruá, no Acre, promove.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Sim	O próprio de sistemas de agroflorestas contribui para a captura de carbono e para a redução das emissões.

65. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



9. Critérios transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	As atividades do projeto Alto Juruá eram voltadas para produção sustentável, agregar valor nas cadeias produtivas e preservação da biodiversidade.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Sim	O projeto gerou uma renda adicional para as comunidades e aumentou as atividades, permitindo que toda a comunidade participasse das ações previstas, muito embora não tenha sido possível estimar o valor com os dados disponibilizados.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	Sim. A maioria das metas foram alcançadas e algumas mesmo ultrapassadas. Elas foram descritas com detalhe na seção de resultados (Efeitos Diretos).
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	As mulheres indígenas puderam participar das capacitações promovidas. Os cursos também foram abertos para beneficiários não indígenas, como no caso dos seringueiros.
	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	As atividades do projeto empoderaram as mulheres e promoveram a equidade de gênero na medida em que permitiram que as mulheres puderam aprender novas técnicas em suas atividades produtivas.





Avaliação De Efetividade De Projetos Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

PROJETO 02

Amazônia Indígena Sustentável

Título do projeto:	Amazônia Indígena Sustentável
Entidade responsável:	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé
Período do projeto:	2015 - 2020
Abrangência territorial:	Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO)
Beneficiários:	Comunidades indígenas das TIs Igarapé Lourdes, Zoró, Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia
Objetivo:	Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica nas Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO) e Zoró (MT) e Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO) com gestão territorial e ambiental consolidada
Valor total do projeto:	R\$ 7.352.757,03
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	100% do total

Fonte: Ficha elaborada a partir de adaptação de informações do site do Fundo Amazônia (<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Amazonia-Indigena-Sustentavel/>)



1. Resumo do projeto

O projeto *Amazônia Indígena Sustentável* tinha como um dos seus objetivos auxiliar na execução dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das TIs Igarapé Lourdes e Zoró e a elaboração dos PGTAs das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia.⁶⁶

O projeto atuou em Rondônia e Mato Grosso, mais especificamente nas Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO). Estima-se que ao menos 2.840 indígenas foram beneficiados pelo projeto, dos quais 600 mulheres.

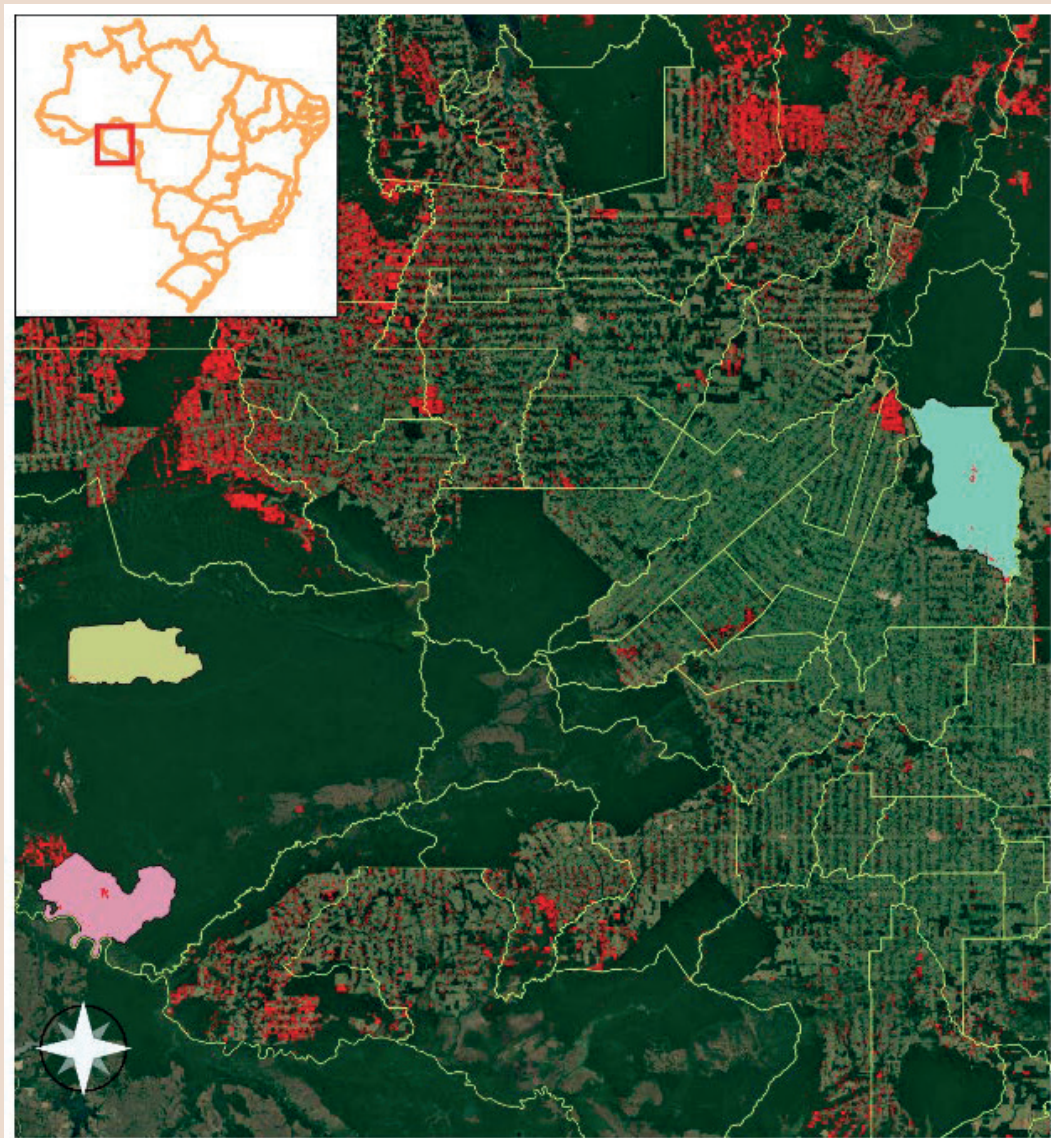
O projeto situa-se na fronteira de Rondônia com a Bolívia (ao oeste) e ao leste com o Estado de Mato Grosso.

A Figura 3 ilustra o alcance do projeto Amazônia Indígena Sustentável.



66. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Amazonia-Indigena-Sustentavel/>



**Figura 3: Localização e Alcance do projeto
Amazônia Indígena Sustentável**




LEGENDA


 Municípios  PRODES

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

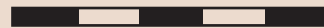
Amazônia Indígena Sustentável

 Igarapé Lourdes

 Rio Guaporé

 Rio Negro Ocaia

0 30 60 90 120 150 km



SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)



Como se demonstrará a seguir, o projeto Amazônia Indígena Sustentável tinha duas componentes: Ordenamento Territorial e Produção Sustentável. Na componente de Ordenamento Territorial, a elaboração e execução do Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTAs) era a principal atividade, enquanto na componente de Produção Sustentável, foi fundamental a identificação das cadeias produtivas compatíveis com as áreas alcançadas pelo projeto e a recuperação de áreas degradadas, em geral pelo manejo de sistemas agroflorestais (SA). Essa técnica, também utilizada em outros projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, permite um aumento da produção e um fortalecimento dos ecossistemas. Adotou-se como estratégia, igualmente, a agregação de valor e a criação de marcas de comercialização próprias. Não apenas foi desenvolvida uma marca, também foram desenvolvidos os rótulos (Produtos Zoró) e conseguiu o certificado do INPI de depósito da marca.

Pode-se afirmar que, de um modo geral, os principais resultados do projeto Amazônia Indígena Sustentável foram⁶⁷:

- Elaboração dos PGTAs da TI Rio Guaporé e da TI Rio Negro Ocaia;
- Implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das TIs Igarapé Lourdes e Zoró;
- Seis tanques de piscicultura;
- Seis casas de farinha na TI Igarapé Lourdes;
- Capacitação para os povos indígenas em atividades econômicas sustentáveis e
- Produção de farinha de mandioca.

2. Lógica da intervenção

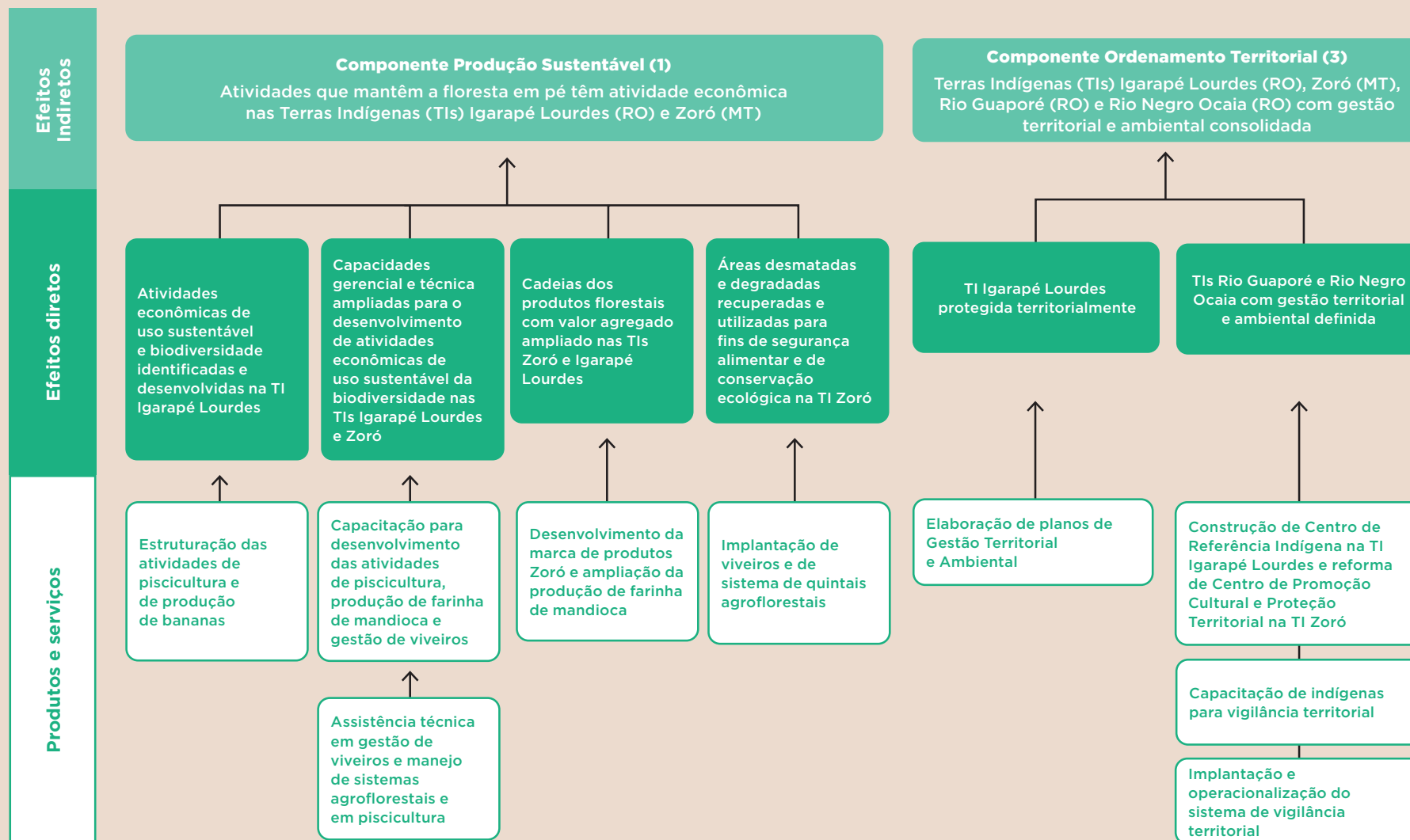
No Quadro Lógico (Figura 4) do Fundo Amazônia, o projeto Amazônia Indígena Sustentável encontra-se inserido nas componentes: (1) Produção Sustentável; e (3) Ordenamento Territorial.

⁶⁷. GIZ, Termo de Referência, página 06.



Figura 4: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto Amazônia Indígena Sustentável

Projeto: Amazônia Indígena Sustentável - Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé



Fonte: Elaboração própria



3. Metodologia

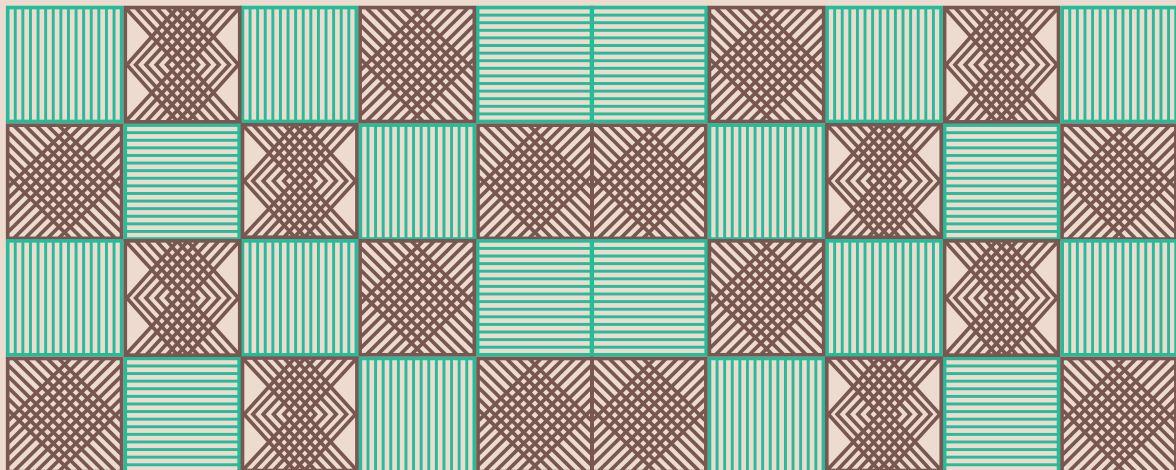
- Nesta avaliação específica do projeto *Amazônia Indígena Sustentável*, os critérios e a metodologia utilizados na avaliação de efetividade do projeto contemplaram os mesmos do percorrer metodológico, com base nos critérios da OCDE, já apresentado no relatório temático da avaliação.
- Assim como nos demais avaliações, foram realizadas entrevistas por videoconferência com a equipe técnica do projeto *Amazônia Indígena Sustentável* e da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que esteve envolvida diretamente na implementação do projeto.
- Outro importante subsídio utilizado nesta avaliação de efetividade foi o aproveitamento de dados secundários e documental do projeto *Amazônia Indígena Sustentável* que se encontram na base de informações do Fundo Amazônia/BNDES.
- Uma limitação identificada nesta avaliação é que, em função da pandemia, não foi possível realizar entrevistas com os beneficiários no local do projeto.

4. Efeitos

4.1. Efeitos indiretos [Globais]

O principal efeito indireto do projeto Amazônia Indígena Sustentável foi a redução do desmatamento nas áreas de cobertura do projeto, um dos maiores objetivos do Fundo Amazônia. Serão divididos, a seguir, os efeitos indiretos na área de ordenamento territorial e de produção sustentável.

Ao final do projeto, esperava-se que essas atividades tivessem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas alcançados pelo projeto, nas terras indígenas mencionadas, por meio da promoção de atividades econômicas sustentáveis.



4.1.1. Componente Ordenamento Territorial: Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO) e Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO) com Gestão Territorial e Ambiental Consolidadas

Entre os objetivos do Fundo Amazônia, destacam-se a preservação do ecossistema e biodiversidade da Amazônia e a redução do desmatamento, com desenvolvimento sustentável.

No caso desse projeto, focou-se na: “implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das TIs Igarapé Lourdes e Zoró e para a elaboração dos PGTAs das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia”.⁶⁸

Além disso, foram realizadas atividades que buscaram a redução do desmatamento da Floresta Amazônica e a contenção de invasão e grilagens nas TIs alcançadas pelo projeto *Amazônia Indígena Sustentável*.

Pode-se afirmar que, a partir dessas atividades, houve uma redução do desmatamento nos territórios indígenas cobertos por este projeto (TIs Igarapé Lourdes, Zoró, Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia). Segundo a consultoria contratada pela GIZ⁶⁹, o desmatamento na região coberta pelo projeto *Amazônia Indígena Sustentável* foi de 0,84 km² durante o projeto, contra 3,34 km² antes do projeto ser iniciado. O Quadro 4 sintetiza esses achados.

⁶⁸. Informações extraídas do site do Fundo Amazônia (<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Amazonia-Indigena-Sustentavel/>)

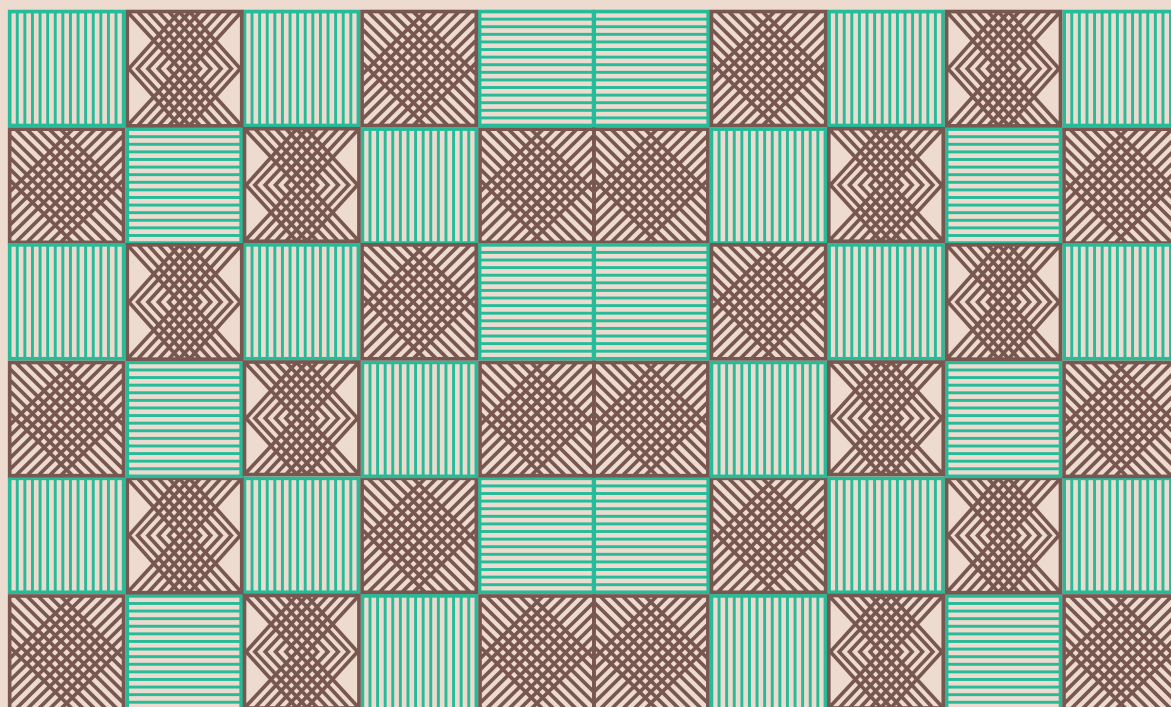
⁶⁹. TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia. Brasília, GIZ, 2021.



Quadro 4: Desmatamento na área de atuação dos projetos, considerando a linha de base, período de execução e pós-projeto. (Dados apresentados em km²)

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Durante os projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 -2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	
Amazônia Indígena Sustentável	3,34	0,84	2,11	
Arapaima: Redes Produtivas	1,34	1,26	2,18	
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,62	0,38	1,41	
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44	12,76	105,99	
Total Geral	19,91	15,30	111,91	

Fonte: BUSCA TERRA. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a terras indígenas no Fundo Amazônia. Brasília: GIZ, 2021





O estudo de Busca Terra considerou que a queda no desmatamento durante projeto foi expressiva, chegando a 74,93%, como se pode verificar no Quadro 5, a mais elevada entre todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia relacionados à temática indígena no mesmo período (2014-2018).

Quadro 5: Taxa de desmatamento em relação a linha de base. Em vermelho estão as taxas de aumento do desmatamento referente a linha de base

Projetos	Linha de base (km ²)	Período de execução dos Projetos (%)	Pós-Projeto (%)
Alto Juruá	0,166555068	-64,63	33,40
Amazônia Indígena Sustentável	3,343512385	-74,93	-36,89
Arapaima: Redes Produtivas	1,335469284	-5,62	63,33
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,622696639	-38,91	126,97
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44487521	-11,68	633,72
Total Geral	19,91310859	-23,19	462,00

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Dessa forma, o projeto *Amazônia Indígena Sustentável* teve vários objetivos alcançados a partir do seu ordenamento territorial⁷⁰:

- Proteção da Floresta Amazônica, seu ecossistema e sua biodiversidade;
- Redução do desmatamento;
- Aumento das atividades econômicas sustentáveis;
- Melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas nas TIs apoiadas por esse projeto – TIs Igarapé Lourdes e Zoró – e para a elaboração dos PGTA das Tis Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia.

Pode-se inferir que o projeto Amazônia Indígena Sustentável foi o fa-

⁷⁰. Nas áreas cobertas pelo projeto: TIs Igarapé Lourdes, Zoró, Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia.



tor decisivo na redução do desmatamento nas TIs apoiadas durante a execução do projeto. Em razão dos conhecimentos adquiridos e das atividades realizadas durante a elaboração e/ou a implementação dos Planos de Gestão território Ambiental, houve uma consolidação das TIs Igarapé Lourdes e Zoró e para a elaboração dos PGTA's das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia.

4.1.2. Componente Produção Sustentável: Atividades Que Mantêm a Floresta em Pé tem Atratividade Econômica em Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (Ro) E Zoró (MT)

O projeto *Amazônia Indígena Sustentável* realizou várias atividades e ações com o objetivo de: “aumentar a atratividade da floresta em pé”. Dessa forma, foram adotadas as seguintes estratégias nesse projeto:

- i) Capacitação (técnica e gerencial)
- ii) Identificação das atividades econômicas sustentáveis compatíveis com as áreas cobertas pelo projeto, notadamente nas TIs Igarapé Lourdes e Zoró (MT)
- iii) Agregação de valor nas cadeias produtivas com a criação de uma marca própria;
- iv) Apoio às seguintes atividades econômicas sustentáveis: piscicultura, a produção de farinha de mandioca e de banana.

Cabe lembrar que todas essas atividades selecionadas têm um alto efeito sobre a renda e a autoestima, reforçam as tradições dos povos indígenas e, simultaneamente, contribuem para a preservação dos ecossistemas da Amazônia.

Dessa forma, pode-se afirmar que, além do efeito renda, houve um efeito de fortalecimento do estilo de vida e da preservação da cultura dos povos indígenas, o que é um dos objetivos da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, executora deste projeto

4.2. Análise Efeitos Diretos

4.2.1. Componente Ordenamento Territorial

Na componente de Ordenamento Territorial, havia dois objetivos es-



pecíficos: i) TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia com gestão territorial e ambiental definida ii) TI Igarapé Lourdes protegida territorialmente.

Como resultado da intervenção promovida por este projeto, os principais efeitos diretos do projeto foram, no caso do primeiro objetivo (TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia com gestão territorial e ambiental definida), a elaboração e publicação de dois Planos de Gestão Territorial e ambiental (PGTAs) da Terras Indígenas de Rio Guaporé e da TI Rio Negro Ocaia, que não contavam com tais planos.

No caso do segundo objetivo específico (TI Igarapé Lourdes protegida territorialmente), o plano já existia, mas necessitava de implementação. Optou-se, então – a fim de fortalecer a segurança e a gestão territorial da Tis cobertas pelo projeto –, pela construção/reforma de dois centros indígenas, cumprindo 100% da meta prevista (dois Centros construídos e/ou reformados). Além disso, havia uma meta de capacitar 30 indígenas para vigilância territorial, tendo sido capacitados 41 indígenas, 36,67% acima da meta estabelecida.

Outras três atividades foram fundamentais para se alcançar o objetivo de ordenamento territorial: realizar expedições de vigilância na TI Igarapé Lourdes, preparar um manual de procedimentos de vigilância e reformar e equipar postos de vigilância.

No caso das expedições de vigilância, havia uma previsão de 12 expedições, sendo realizadas um total de 13, ultrapassando a meta em 8,33%. Em relação ao manual de procedimentos, havia uma meta de elaboração de um manual, que foi cumprida. Acerca das reformas e dos equipamentos para os postos de vigilância, havia uma previsão de dois postos de vigilância reformados e equipados na TI Igarapé Lourdes. Essa meta também foi integralmente alcançada.

Em síntese, pode-se afirmar que todas as metas na área de Ordenamento Territorial e ambiental foram atingidas, e duas delas foram ultrapassadas: a de capacitação (41 indígenas capacitados, contra uma meta de 30 indígenas) e a de expedições de vigilância (13 expedições realizadas para uma meta de 12).

Conclui-se, nesse ponto, que houve eficácia na elaboração do planejamento e no atingimento das metas propostas.

4.2.2. Componente Produção Sustentável

O componente Produção Sustentável, foi subdividido em cinco ativi-



dades ou produtos, a saber:

- i) Estruturação das atividades de piscicultura e produção de bananas;
- ii) Capacitação para desenvolvimento das atividades econômicas propostas (piscicultura, produção de farinha de mandioca e gestão de viveiros);
- iii) Assistência técnica (piscicultura, manejo de Sistemas Agroflorestais /SAF e gestão de viveiros);
- iv) Desenvolvimento da marca de produtos Zoró e ampliação da produção de farinha;
- v) Implantação de viveiros e de sistemas de quintais agroflorestais SAFs;

Em relação à estruturação das atividades de piscicultura e produção de bananas, havia um a meta de construção de seis açudes e de plantar 3.334 mudas de banana. A primeira meta (açudes) foi alcançada em 100% (seis construídos para seis planejados), mas a segunda não foi alcançada. Foram plantadas 2.700 mudas de um total de 3.334 planejadas, o que corresponde a um atingimento de cerca de 4/5 (80,98%) das metas estabelecidas.

No que tange à capacitação para desenvolvimento das atividades econômicas propostas (piscicultura, produção de farinha de mandioca e gestão de viveiros), havia uma previsão de 60 indígenas. No total, 63 indígenas foram capacitados, ultrapassando a meta em 5%.

Acerca da assistência técnica (piscicultura, manejo de Sistemas Agroflorestais /SAF e gestão de viveiros), havia uma meta de prestação de serviços equivalentes a 960 homens-hora até o final do projeto. No total, ao final do projeto, haviam sido prestados serviços de assistência técnica equivalente a 7384 horas, ultrapassando as metas em quase sete vezes (669,17%).

Sobre o Desenvolvimento da marca de produtos Zoró e ampliação da produção de farinha, a marca proposta (Zoró) foi criada, registrada e recebeu certificado do INPI; e foram construídas seis casas de farinha das seis previstas, com a meta sendo cumprida integralmente (100%).

Em relação ao número de viveiros, a meta estabelecida foi a implantação de dois viveiros, tendo sido cumprida na sua totalidade. Havia também uma previsão de recuperação de 11 hectares de áreas degradadas com a implantação de sistema agroflorestais (SAFs). Ao final do projeto, 10 hectares de áreas degradadas haviam sido recuperados por meio de SAFs, equivalendo a mais de 90% (90,9%) da meta estabelecida (11 hectares).



Em síntese, das oito metas previstas na Componente Produção Sustentável, seis foram integralmente atingidas, duas superaram as metas e duas foram atingidas apenas parcialmente.

De um modo geral, pode-se considerar que o projeto Amazônia Indígena Sustentável, do ponto de vista de Produção Sustentável, foi eficaz, pois as metas não atingidas foram compensadas pelas metas que foram ultrapassadas.

4.3. Síntese dos Efeitos Diretos

Em resumo, os principais resultados do projeto são apresentados a seguir.

As receitas totais com as atividades econômicas de uso sustentável apoiadas pelo projeto alcançaram um total de R\$ 130.250 em 2019, com a venda de banana in natura. Em relação à receita gerada com a atividade de produção de farinha de mandioca, obteve-se uma receita de R\$15.300,00 no mesmo ano, totalizando R\$145.550,00.

A linha de base (2013) sugere que as TIs não possuíam receita oriunda da comercialização de produtos ou não foi declarada. Dessa forma, embora o resultado seja expressivo, a falta de um valor declarado (inicial) na linha de base impede o cálculo da evolução do projeto. A inexistência de uma meta impede que se afirme se o projeto foi eficaz (atingiu as metas) ou não.

Da mesma forma, do ponto de vista do volume produzido apoiado pelo projeto, obteve-se 65.500 kg com a produção de banana (in natura) e 2.750 kg de farinha de mandioca no mesmo período. Como também não existe uma linha de base ou uma meta para a produção, não se pode calcular a eficácia do projeto nessas duas atividades.

Não há dúvida, porém acerca da efetividade do projeto, uma vez que ele gerou uma produção significativa e abundante, que permitiu inclusive a doação para outros povos indígenas e comunidades, segundo relatos obtidos por meio das entrevistas realizadas.⁷¹

Outros resultados foram: a capacitação de 77 indígenas, contra uma meta de 60, em atividades produtivas sustentáveis (acréscimo de 28,33%) e a preparação de 32 indígenas para participar de ações de vigilância e monitoramento territorial da TI Igarapé Lourdes (contra uma meta de 30). Outro resultado foi a recuperação de 10 ha de florestas por

71. Entrevista com um dos Coordenadores do Projeto Amazônia Indígena Sustentável.



meio de sistema agroflorestais.

Estima-se que o total de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto tenha chegado a 2.840 indivíduos, superando a meta inicial de 2.762 indígenas (acréscimo de 2,82%), dos quais 600 mulheres, acima da meta inicial de 400 mulheres, um aumento de 50% da meta estabelecida. Essas informações dos resultados podem visualizadas na no Quadro 6.

Quadro 6: Indicadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável

Indicador	Definição	Linha de base	Meta	10/ 2017	04/ 2018	08/ 2018	06/ 2019
Receita gerada com atividades econômicas de uso sustentável (produtos <i>in natura</i>) - banana	Medição da receita obtida com as atividades econômicas de uso sustentável apoiadas pelo projeto (produtos <i>in natura</i>). Considerar como linha de base a receita dos produtos apoiados pelo projeto no ano anterior ao início de sua execução. Abrir linha pelos principais produtos.	0		128.000,00	128.000,00	128.000,00	130.250,00
Volume de produção <i>in natura</i> gerado com atividades econômicas de uso sustentável (quilos) - banana	Medição do volume de produtos <i>in natura</i> gerado com as atividades econômicas de uso sustentável apoiada pelo projeto. Considerar como linha de base o volume da produção apoiada pelo projeto no ano anterior ao início de sua execução. Abrir linha pelos principais produtos.	0		64.000 kg	64.000 kg	64.000 kg	65.500 kg
Receita gerada com a atividade econômica de uso sustentável - farinha de mandioca	Medição da receita obtida com as atividades econômicas de uso sustentável apoiadas pelo projeto (produtos beneficiados). Considerar como linha de base a receita dos produtos apoiados pelo projeto no ano anterior ao início de sua execução. Abrir linha pelos principais produtos.	0		348,00	3.288,00	5.100,00	15.300,00
Volume de produto beneficiado gerado (em quilos) - farinha de mandioca	Medição do volume de produtos beneficiados gerado com as atividades econômicas de uso sustentável apoiada pelo projeto. Considerar como linha de base o volume da produção apoiada pelo projeto no ano anterior ao início de sua execução. Abrir linha pelos principais produtos.	0		90kg	548kg	1.050kg	2.750kg

(Continua)



(Continuação)

Indicador	Definição	Linha de base	Meta	10/2017	04/2018	08/2018	06/2019
Nº de indígenas capacitados em atividades produtivas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	Mensurar o número de indígenas capacitados em atividades produtivas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	0	60 indígenas	47	77	77	77
Área recuperada por meio de SAFs (com + de 2 anos de recuperação)	Mensurar a área recuperada por meio de SAFs (com + de 2 anos de recuperação)	0	10 hectares	0	0	0	10 hectares
Extensão de terras indígenas com gestão ambiental e territorial fortalecida (hectares)	Mensurar a extensão das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia com gestão ambiental e territorial definida por meio de PGTA (hectares)	0	219.851 hectares	115.788	115.788	219.851	219.851
	Mensurar a extensão total da 4 TIs apoiadas pelo projeto (hectares) Valor total das Tis do Projeto	0	761.193 hectares	657.130	657.130	761.193	761.193
Extensão da TI Igarapé Lourdes sob proteção e vigilância comunitária (hectares)	Mensurar a extensão da TIs Igarapé Lourdes com o controle de seu território fortalecido (hectares)	0	185.553 hectares	0	185.553	185.553	185.553
Nº de ocorrências de invasão territorial e outros conflitos socioambientais observados na TI Igarapé Lourdes	Mensurar o número de ocorrências de invasão territorial de e outros conflitos socioambientais observados na TI Igarapé Lourdes	5 ocorrências		0	13	13	13
Nº de indígenas participando da vigilância e monitoramento territorial da TI Igarapé Lourdes	Mensurar o número de indígenas participando da vigilância e monitoramento territorial da TI Igarapé Lourdes	0	30 indígenas	0	22	32	32

Em função do Quadro 6, chegou-se aos seguintes resultados avaliativos, de acordo com os critérios avaliativos recomendados pela OCDE. (Quadro 7)



Quadro 7: Considerações sobre o projeto *Amazônia Indígena Sustentável* de acordo com os critérios da OCDE

Critério	Resultado
Relevância	O projeto <i>Amazônia Indígena Sustentável</i> converge com os objetivos do Fundo Amazônia e é de grande importância para o país, uma vez que trata da conservação do bioma Amazônia nas TIs selecionadas pelo projeto.
Eficiência	Em alguns casos, as metas não foram atingidas, o que demonstra falta de planejamento no que tange a algumas atividades, tais como a plantação de 3.334 mudas, que atingiu 80,98%, cerca de 4/5 das metas estabelecidas. Mas, no geral, o atingimento das metas foi a norma, mostrando que a Associação seguiu adequadamente o Plano de Monitoramento estabelecido pelo projeto.
Eficácia	A intervenção do projeto pode ser considerada como eficaz, uma vez que a quase totalidade de metas das atividades foi atingida, embora, em algumas das atividades propostas a meta não tenha sido atendida. Porém a falta de uma linha de base, em algumas atividades, e de metas, em outras, impede a verificação se o projeto foi realmente eficaz nessas atividades.
Efetividade/ Impacto	As entrevistas demonstraram um elevado sentido de impacto pela população indígena selecionada, especialmente no que se refere ao aumento da produção. Certamente, o projeto teve e terá efeitos positivos sobre a vida dos povos indígenas na Amazônia que habitam as TIs cobertas pelo projeto <i>Amazônia Indígena Sustentável</i> , em Rondônia e Mato Grosso, pois tiveram capacitações acerca de produção sustentável e ordenamento territorial.
Sustentabilidade	Pode-se ser analisar a sustentabilidade do projeto <i>Amazônia Indígena Sustentável</i> de mais de uma perspectiva: a) Do ponto de vista dos benefícios, das ações e das atividades realizadas: no geral, pode-se concluir que, pelo elevado número de atividades previstas e executadas, bem como de produtos entregues, o projeto gerou mecanismos que garantem a sustentabilidade de suas ações, notadamente a assistência oferecida e as capacitações realizadas. Portanto, as ações desenvolvidas e executadas, no âmbito do projeto são perfeitamente sustentáveis ao longo do tempo após a finalização do projeto. b) Do ponto de vista da Componente Ordenamento Territorial: a fim de fortalecer a segurança e a gestão territorial da TIs cobertas pelo projeto, foram elaborados e ou implementados PGTA's. Além disso, o projeto previa a construção e/ou reforma de dois centros indígenas que foram cumpridas. A meta de capacitar 30 indígenas para vigilância territorial foi ultrapassada, pois 41 indígenas foram capacitados. As demais atividades previstas também foram de grande importância para a Componente Ordenamento Territorial, a saber: realizou-se expedições de vigilância na TI Igarapé Lourdes (12 previstas), preparou-se um manual de procedimentos de vigilância e reformou-se e equipou-se postos de vigilância. Todas essas atividades asseguraram sustentabilidade das ações após a finalização dos projetos. c) Do ponto de vista da Componente Produção Sustentável: da mesma forma, o número de capacitações realizadas e indígenas beneficiados por este projeto foi expressivo (2.840), mostrando o seu impacto do projeto. Foi estimulada uma mentalidade empreendedora entre os Kanindé, que vai continuar a estimulá-los a aumentar sua produção de farinha de mandioca e de banana, mesmo depois de encerrado o projeto, assegurando a sustentabilidade das ações. Com efeito, a Associação Kanindé percebeu a importância de uma postura empreendedora para manter as ações desenvolvidas neste projeto, mesmo depois do projeto encerrado. A fim de assegurar a sustentabilidade, destaca-se a capacitação para desenvolvimento das atividades econômicas sustentáveis propostas (piscicultura, produção de farinha de mandioca e gestão de viveiros), com 63 indígenas capacitados (acima da previsão de 60) na produção de farinha de mandioca, piscicultura e gestão de viveiros. Da mesma forma, cabe destacar a assistência técnica prestada no âmbito deste projeto (piscicultura, manejo de Sistemas Agroflorestais / SAF e gestão de viveiros) para garantir a sustentabilidade das ações. Havia uma previsão de prestação de serviços equivalentes a 960 homens-hora até o final do projeto. Mas, no total, ao final do projeto, haviam sido prestadas assistência técnica equivalente a 7384 horas. Esse fato demonstra o efeito multiplicador da assistência técnica prestada e assegura a sustentabilidade das ações. Houve ainda o desenvolvimento da marca de produtos Zoró para garantir a colocação dos produtos do projeto, dando a eles uma identidade e agregação de valor ⁷² .

72. Sobre a marca proposta (Zoró), esta foi criada e registrada e recebeu certificado do INPI. Não houve informações nos relatórios acerca da sua utilização nos relatórios.



5. Gestão e Monitoramento

A presente seção tem por finalidade apontar os pontos positivos e desafios no contexto da gestão e monitoramento do projeto. Aqui, foram abordadas questões ligadas a estrutura, recursos humanos, fluxos de trabalho, tempo de implementação e comunicação para gestão e execução.

O projeto envolveu 12 pessoas em sua gestão, sendo cinco indígenas. Além das coordenações geral, técnica e administrativa-financeira, foram envolvidos coordenadores indígenas para atividades de campo com antropólogos e estagiários.

5.1. Pontos positivos

A gestão do projeto foi compartilhada com lideranças indígenas, que apoiaram em tomadas de decisão e apoio a ações técnicas e logísticas do projeto. Além disso, previamente, essas lideranças foram capacitadas em gestão administrativa e financeira, visando o acompanhamento de atividades e realização de acordos com as associações. A formação dessa equipe foi fundamental para que o projeto tivesse uma gestão própria, com funções definidas e sem a necessidade de terceirização de serviços, além de facilitar a interlocução direta com comunidades apoiadas.

A Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé possuía experiências anteriores na gestão e execução de projetos, o que facilitou a intervenção junto ao Fundo Amazônia. Essas experiências estiveram associadas ao envolvimento direto dos indígenas na coordenação e apoio de atividades em suas comunidades e associações, o que facilitou a execução de recursos na ponta.

A equipe de gestão do projeto realizou reuniões periódicas para acompanhamento da execução física financeira, tomadas de decisão e avaliações, com o uso da metodologia denominada Pleno Êxito⁷³.

Para os fatores externos que poderiam dificultar as ações previstas, o projeto elaborou e aplicou uma matriz de riscos e respostas junto aos coordenadores e associações indígenas para mitigação de conflitos e entraves.

73. Baseado em Medidas de Êxito - Diseño, manejo y monitoreo de proyectos de conservación y desarrollo. Foundations of Success. Island Press, Washington, D.C. Covelo, California, 1998. Autores: Richard Margoluis y Nick Salafsky.



Em relação a equipe técnica do BNDES, o projeto sempre contou com apoio para tirar dúvidas e orientações. A equipe também compreendeu os desafios enfrentados pelo projeto, visto que realizaram atividades de acompanhamento em campo, diretamente nas aldeias, o que facilitou o avanço nas atividades.

5.2. Desafios

Entre os fatores que influenciaram o projeto de maneira negativa, observou-se que a Funai teve baixo envolvimento nas ações do projeto e baixo controle nas ações do entorno, visto que os territórios apoiados pela Kanindé sofrem constantes pressões do garimpo e extração madeireira ilegais, além da grilagem de terras.

O bom diálogo com a equipe técnica do BNDES pode ser otimizado, pois o tempo necessário para realização de análises e obtenção de respostas vai ao encontro de alterações de preços de aquisições e serviços, o que demanda tempo para novos ajustes orçamentários. Sugere-se processos que viabilizem remanejamentos e ajustes com maior celeridade.

O atual momento político em torno do marco temporal da demarcação de terras indígenas e projetos de exploração da terra, principalmente para mineração e arrendamento, tem provocado invasões e conflitos. Além disso, parte dos indígenas tem fortalecido o atual discurso político e influenciado conflitos nas comunidades.

6. Conclusões

De acordo com as entrevistas realizadas, os objetivos gerais do projeto foram amplamente atingidos.⁷⁴

Este projeto poder ser considerado exitoso e eficaz. Mais de 90% das metas foram estabelecidas. As rondas foram feitas de acordo com as metas estabelecidas.

Ainda segundo as entrevistas, um dos anseios dos beneficiários eram ter um Centro de Referência de Cultura e Saúde. Este objetivo tam-

74. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.



bém foi contemplado.⁷⁵

De acordo com as entrevistas, alguns dos objetivos do projeto, como um tanque de alevinos, foi benéfico não apenas para os beneficiários diretos do projeto, mas também para outros povos indígenas do entorno. O projeto foi fortalecido também pelo recebimento de barcas fluviais e veículos para viabilizar a extração de castanhas.⁷⁶

Esse fato demonstra que o projeto *Amazônia Indígena Sustentável* gerou capital social, promovendo uma interação e se articulando, de forma horizontal, com outros povos indígenas. Esse fenômeno foi confirmado nas entrevistas, nas quais ficou claro que o projeto Amazônia Indígena Sustentável gerou uma rede de arceiros.⁷⁷

Destacou-se ainda, nas entrevistas, que o projeto promoveu uma maior articulação com as políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).⁷⁸ O projeto articulou parcerias também com a EMATER segundo as entrevistas. Além do plano federal, o projeto se articulou ainda no plano municipal, mas não no estadual.⁷⁹

Além disso, o projeto contribuiu, segundo as entrevistas, para o fortalecimento de outras associações, como a Associação Cultural Esportiva e Social de Apuiarés (Acesa).

Os beneficiários consideraram que sua qualidade de vida aumentou, com a introdução de novas facilidades, como os celulares e a internet, segundo as entrevistas.⁸⁰

O projeto gerou impacto na comunidade, com a mudança da realidade local, segundo um entrevistado, gerando uma mentalidade mais empreendedora, com a própria comunidade gerando renda para a própria comunidade.⁸¹ Esse fenômeno é de suma importância, pois aumenta a possibilidade de sustentabilidade do projeto Amazônia Indígena Sustentável. Foi citado, inclusive, que, durante a pandemia de covid-19, os povos beneficiados pelo projeto não solicitaram ajuda, apesar de muitos

75. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.

76. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.

77. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.

78. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.

79. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.

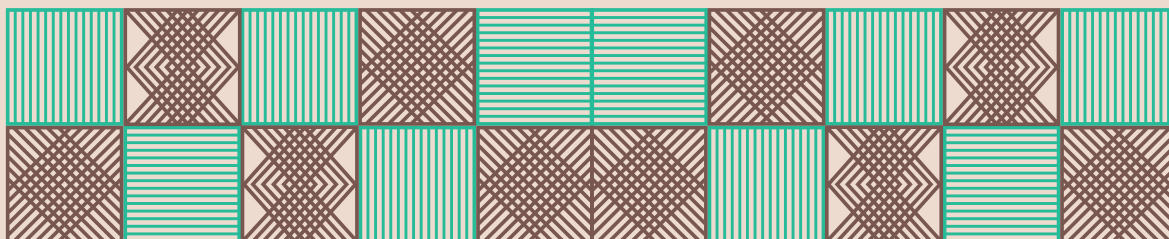
80. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.

81. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.



indígenas da comunidade já estarem acessando as políticas públicas.⁸²

Finalmente, ainda segundo as entrevistas, após este projeto, a Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé passou a atuar na área de proteção, segurança e monitoramento. A instituição quer ser vista como uma entidade apoiadora e não fiscalizadora. A vigilância é parte do trabalho.⁸³ O foco da Associação é na produção, na sustentabilidade e na segurança alimentar.⁸⁴



7. Lições aprendidas e recomendações

7.1. Lições aprendidas

De acordo com as entrevistas realizadas, as principais Lições Aprendidas do projeto Amazônia Sustentável foram⁸⁵:

- Cada projeto é único.
- A construção da chamada PNGATI pelo BNDES foi muito rica.
- É importante conhecer os processos internos de elaboração e de aprovação dos projetos do BNDES.
- É preciso sempre atender às demandas da comunidade.;
- Cada ONG tem sua própria cultura e é diferente das outras ONGs.
- É muito importante ouvir.
- Cada estratégia de intervenção é diferente. É preciso adaptar a intervenção/o às necessidades do momento.
- Os gastos com logística foram muito elevados. É preciso planejar melhor esses gastos.

⁸². Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.

⁸³. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.

⁸⁴. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.

⁸⁵. Entrevista com um dos coordenadores do projeto Amazônia Indígena Sustentável.



7.2. Recomendações

	Recomendação	Executores	Estados	Fundo Amazônia	Governo Federal	Setor Empresarial	Doadores
Efeito direto	Estabelecer parcerias privadas para a comercialização dos produtos advindos do projeto no Brasil.	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer parcerias para a exportação de produtos resultados das atividades do projeto.	X	X	X	X	X	X
	Propor uma maior articulação com estados e municípios para possibilitar a entrada dos produtos das TIs na merenda escolar e em programas públicos de compras de alimentos.	X	X	X			
Efeito indireto	Apoiar novas chamadas públicas de projetos que permitam a continuidade deste e outros projetos do Fundo Amazônia.		X	X	X	X	X
	Buscar maior apoio e envolvimento da Funai, órgão federal responsável pela política indigenista, para articular ações e programas com os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.		X		X		
	Apoiar novos projetos e parcerias que dialoguem com os atuais e integrem atividades de produção sustentável em terras indígenas e unidades de conservação.	X	X	X	X	X	X
	Criar um cadastro de empresas destruidoras do meio ambiente, semelhantes ao cadastro das empresas que praticam trabalho infantil ou trabalho escravo para ficarem impedidas de receber recursos públicos por meio de empréstimos, isenções ou deduções de imposto de renda.		X	X	X	X	X
Gerais	Fazer parcerias com instituições nacionais (Ex.: EMATER, EMBRAPA) e internacionais (IICA) de assistência técnica e extensão rural.	X	X		X		
	Apresentar canais de acesso para outras fontes de recursos, nacionais e internacionais.	X	X	X	X	X	X





8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Comentários
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	Sim	Os sistemas agroflorestais propostos no projeto <i>Amazônia Indígenas Sustentável</i> em Rondônia e Mato Grosso contribuem para a preservação das florestas e dialogam com os programas florestais nacionais e estaduais
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	O projeto contribui com o combate ao desmatamento e é consistente com Programa Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCD-AC).
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	Acordo do Clima (Paris): sistemas agroflorestais contribuem para a preservação do meio ambiente e diluem o efeito do aquecimento global nos territórios beneficiados; PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas: na medida em que fortalece a ocupação das TIs com atividades econômicas sustentáveis; Programas culturais de preservação da memória indígena: em função do apoio ao artesanato; Programa Monitora (ICMBio-MMA): permite monitorar a situação da biodiversidade nas áreas beneficiadas pelo projeto; Programa Bioeconomia Brasil: o projeto apoiou atividades que fortaleceram as cadeias produtivas locais das TIs com atividades de uso dos recursos naturais com sustentabilidade; Programas Estaduais de Mudanças Climáticas: vide acima;
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	O projeto recuperou 10 hectares de áreas degradadas. O sistema de agroflorestas (SAFs) contribui também para reduzir as emissões de CO2.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional	Sim	O projeto <i>Amazônia Indígena Sustentável</i> é fruto de uma articulação internacional (doadores/Brasil) que está de acordo com a legislação nacional e é consistente com acordos internacionais do qual o Brasil faz parte na área florestal.
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Em parte	O projeto apresentou poucos exemplos de articulação com as autoridades federais (FUNAI, EMATER) e municipais, como as prefeituras.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto adotou sistemas de agroflorestas, o que intensifica a relação das comunidades indígenas com as florestas e ajuda a preservá-las.

(Continua)

ANEXO 2 - AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS
II - PROJETO AMAZÔNIA INDÍGENA SUSTENTÁVEL



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	O projeto possui atividades de preservação da cultura indígena, na área de alimentos (farinhas) e fortalecimento da floresta.
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	Com o uso econômico das TIs de forma sustentável, o projeto reforçou os direitos das comunidades indígenas sobre suas terras.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Sim	A utilização econômica das florestas no sistema de agroflorestas nas TIs influencia o uso dos recursos naturais de forma sustentável
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Exemplo disso foi o fortalecimento de suas culturas e plantações, embora não previsse uma atividade voltada especificamente à área cultural (como o artesanato indígena, por exemplo).
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	A interferência percebida (positiva) é reforçar suas culturas (econômicas) tradicionais.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	Sim	Houve participação expressiva na maioria das capacitações, tanto de indígenas como de outros beneficiários pelo projeto.
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	O projeto foi executado pela própria instituição que representa os povos indígenas Kanindé e pela associação ACESA.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	Adotou-se o planejamento participativo nas decisões acerca do projeto.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Sim	Sim. As Associações Kanindé e ACESA ficaram com os resultados e benefícios (a partir das atividades desenvolvidas) nas suas respectivas áreas e controlarão o seu uso no futuro.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	Utilizou-se, desde o início do projeto, um sistema de planejamento participativo que garantisse a participação e conhecimento de todas as ações previstas pelos projetos. Em relação ao público beneficiário, foram feitas oficinas, cursos e capacitações para apresentar as novas técnicas de atuação.

(Continua)

ANEXO 2 - AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS
II - PROJETO AMAZÔNIA INDÍGENA SUSTENTÁVEL



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Em parte	O projeto falhou no que tange ao monitoramento das atividades de implantação do sistema agroflorestal e ao número de rondas.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16⁸⁶ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A partir do uso sustentável dos recursos naturais e da capacitação de povos indígenas e de rondas nas áreas abrangidas pelo projeto.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Sim	Pelo sistema de agroflorestas (SAFs).
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Sim	Sim. Certamente. Por meio da plantação de mudas nativas.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?		A partir do uso sustentável dos recursos naturais e do sistema de agroflorestas, o qual garante a conservação das florestas naturais e diversidade biológica. Houve também várias oficinas e capacitações no sentido de implantação de agroflorestas e novas técnicas de plantio e coleta de sementes.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?		A informação que se possui é que o mecanismo de compensação financeira (REDD) não foi utilizado neste projeto, embora considere-se completamente compatível pela preservação das florestas que o projeto Amazônia Indígena Sustentável promove.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Sim	O próprio de sistemas de agroflorestas contribui para a captura de carbono e para a redução das emissões.

86. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



9. Critérios transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	As atividades do projeto <i>Amazônia Indígena Sustentável</i> eram voltadas para produção sustentável, agregar valor nas cadeias produtivas e preservação da biodiversidade
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Sim	O projeto gerou uma renda adicional para as comunidades e aumentou as atividades, permitindo que toda a comunidade participasse das ações previstas, muito embora não tenha sido possível estimar o valor com os dados disponibilizados.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	Sim. A grande maioria das metas foi alcançada e algumas mesmo ultrapassadas. Elas foram descritas com detalhe na seção de resultados - Efeitos diretos.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	As mulheres indígenas puderam participar das capacitações promovidas. Os cursos também foram abertos para beneficiários não indígenas.
	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	As atividades do projeto empoderaram as mulheres e promoveram a equidade de gênero na medida em que permitiram que as mulheres pudessem aprender novas técnicas em suas atividades produtivas.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Sim	O projeto apresentou claros resultados concretos de parceria com entes públicos, como governo federal (FUNAI, EMATER) e município.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Sim	Sim, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas locais e de atividades produtivas sustentáveis como as agroflorestas.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Sim	Houve significativas articulações públicas-privadas e privadas-privadas (entre ONGs e associações indígenas) no projeto Amazônia Indígena Sustentável. Houve parcerias com programas oficiais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que permitiu o aumento da produção e da renda dos povos indígenas envolvidos, gerando um aumento da produção agrícola e das receitas que foram administradas pela Associação Kanindé.



Avaliação De Efetividade De Projetos Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

PROJETO 03

Arapaima: Redes produtivas

Título do projeto:	Arapaima: Redes Produtivas
Entidade responsável:	Operação Amazônia Nativa - OPAN
Período do projeto:	Outubro de 2014 - Agosto de 2020 - 47 meses
Abrangência territorial:	TIs do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni; Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim; e Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do Médio Juruá e do Médio Solimões, no estado do Amazonas
Beneficiários:	Povos indígenas e comunidades extrativistas.
Objetivo:	Apoiar atividades voltadas ao manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em terras indígenas (TIs) e unidades de conservação (UCs) e fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas.
Valor total do projeto:	R\$ 6.364.730,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	100% do total

Fonte: Ficha elaborada a partir de adaptação de informações do site do Fundo Amazônia/BNDES



1. Resumo do projeto

O projeto *Arapaima: Redes Produtivas* foi realizado nas Terras Indígenas (TIs) do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni; nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim e na Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do Médio Juruá e do Médio Solimões

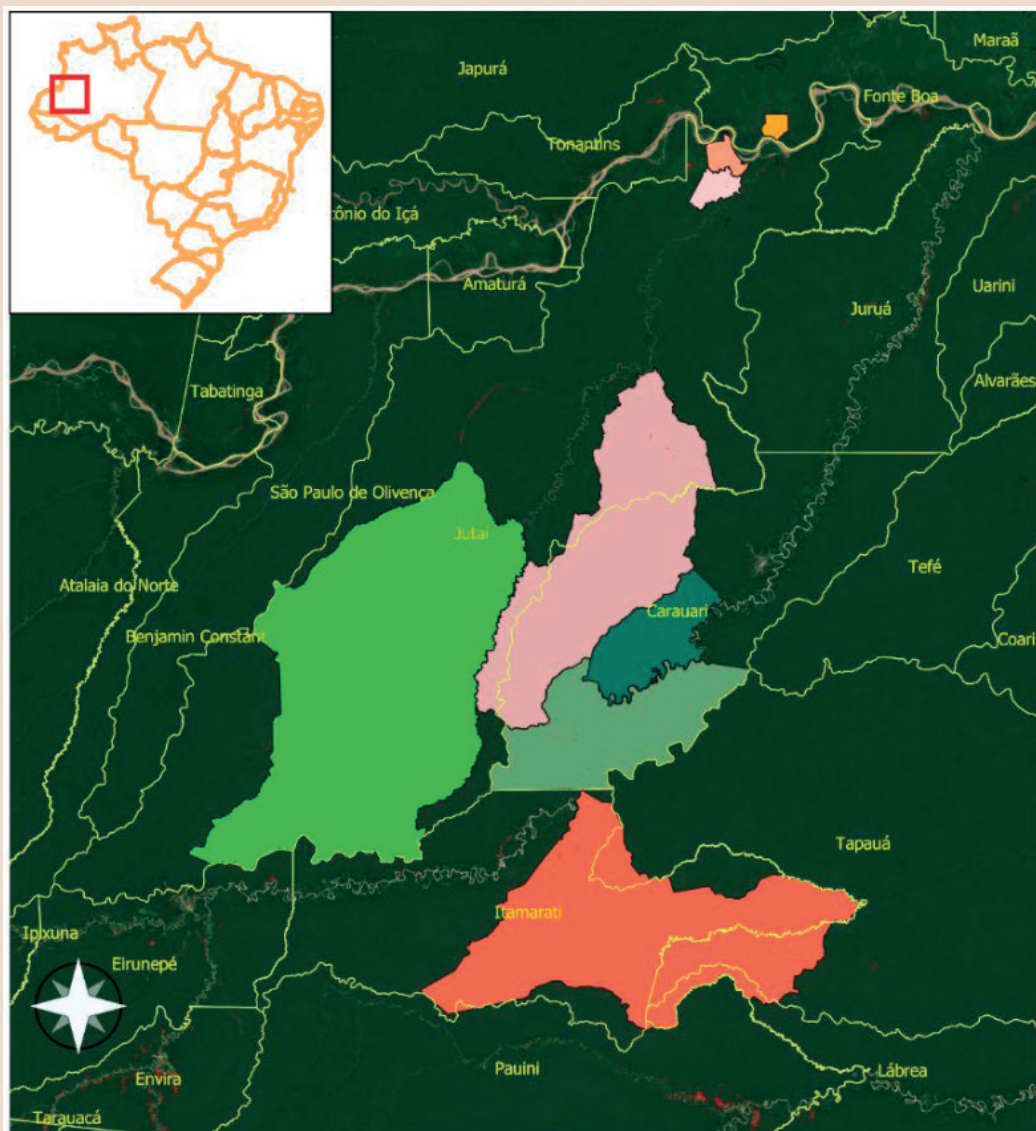
Ele beneficiou uma população total de 6.188 pessoas, entre indígenas, ribeirinhos e extrativistas. Desse total, 74,75% são indígenas. A região em que o projeto foi implementado (conforme apresentado na Figura 5) compreende uma extensão de 6.293.660 hectares e tem incidência nos seguintes municípios do estado do Amazonas: Jutaí, Tonantins, Carauari, Fonte Boa, Itamarati, Lábrea, Piauini e Tapauá.

O projeto está inserido na estratégia de uma chamada pública, realizada pelo Fundo Amazônia, de apoiar e implementar projetos direcionados a atender princípios e diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).

No processo de construção da PNGATI, ficou definido, como objetivo, a garantia e promoção da proteção, da recuperação, da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, garantindo a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações.



Figura 5: Abrangência territorial do Projeto



LEGENDA

- Municípios
- PRODES



Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Arapaima - Redes Produtivas

- Acapuri de Cima
- Deni
- Espírito Santo
- Macarrão
- Rio Bá

SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021

Unidades de Conservação

- RDS Cujubim
- RDS Uacarí
- RESEX Médio Juruá

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)



O projeto, que tem como coordenadora a organização indigenista Operação Amazônia Nativa (OPAN), se insere num contexto de modelo aglutinador de projeto. Nesse tipo de arranjo, a instituição aglutinadora (executora principal) atua como coordenadora e executora com subprojetos de outras organizações menores, denominadas aglutinadas, que, por sua vez, contribuem aos objetivos comuns do projeto (Kadri et al., 2020)⁸⁷.

Os objetivos do projeto foram apoiar atividades voltadas ao manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em terras indígenas (TIs) e unidades de conservação (UCs) e ao fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas⁸⁸.

A partir da Figura 6, tem-se uma sistematização dos objetivos, área de abrangência e resultados do projeto no território de abrangência.

Figura 6: Síntese do projeto Arapaima: Redes Produtivas



Fonte: Elaboração própria da consultoria

87. Kadri, N. M., Skaf, A. A., Freitas, M. B. De, Soeiro, D. R., Anache, B., & Budi, J. (2020). Fundo Amazônia : financiamento climático em prol da conservação e do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Cepal. <https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>.

88. Fundo Amazônia: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/ARAPAIMA-Redes-Produtivas/> - acesso em 20 de setembro de 2021.



A partir destas intervenções, o projeto obteve os seguintes resultados:

- Fomentou e estruturou a cadeia produtiva do manejo do pirarucu com a geração de receita de R\$ 1,56 milhões;
- Fomentou e estruturou o manejo da cadeia produtiva de produtos florestais não madeireiros (PFNM);
- Implantação de duas unidades de pré-beneficiamento de óleos vegetais;
- Capacitou em manejo pesqueiro e manejo de produtos florestais não madeireiros;
- Fortaleceu institucionalmente duas associações indígenas e duas associações de produtores extrativistas;
- Realizou oficinas de associativismo, organização comunitária, gestão administrativa e de projetos; e
- Executou o plano de vigilância territorial nas áreas protegidas de abrangência do projeto.

2. Lógica da intervenção

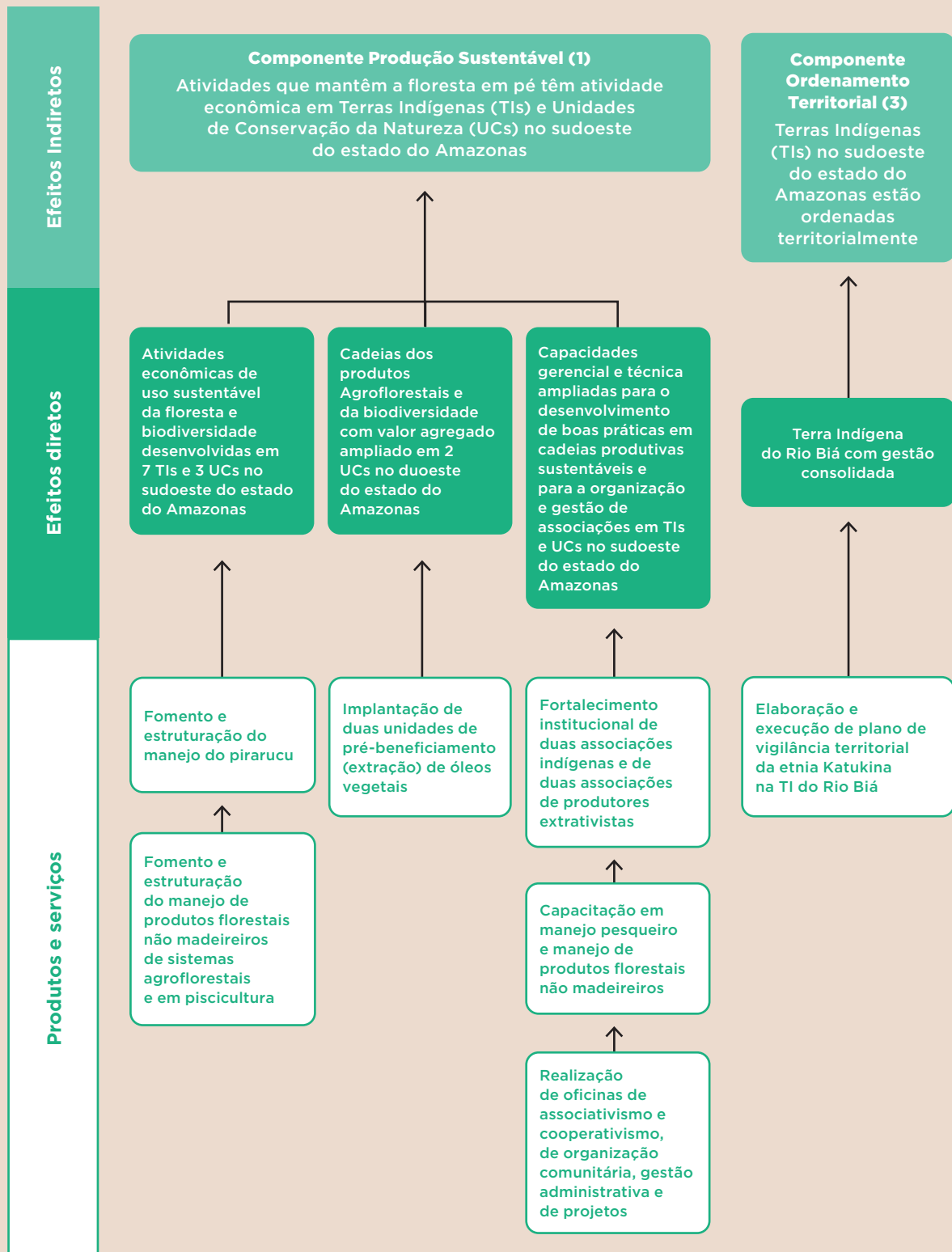
No Quadro Lógico do Fundo Amazônia (Figura 7), o projeto *Arapaima: Redes Produtivas* encontra-se inserido nas componentes: Produção Sustentável; e Ordenamento Territorial.





Figura 7: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto Arapaima: Redes Produtivas

Projeto: Arapaima: Redes Produtivas - OPAN



Fonte: Elaboração própria



3. Metodologia

- Os critérios e a metodologia utilizados na avaliação de efetividade do projeto *Arapaima: Redes Produtivas* contemplaram os mesmos do percorrer metodológico já apresentado no relatório temático da avaliação, com base nos critérios da OCDE.
- Assim como nos demais projetos, foram realizadas entrevistas por videoconferência com quase a totalidade da equipe técnica da OPAN, que esteve envolvida diretamente na implementação do projeto.
- Outro importante subsídio utilizado nesta avaliação de efetividade foi o aproveitamento de dados secundários e documental do projeto Arapaima: Redes Sustentáveis, que se encontram na base de informações do Fundo Amazônia/BNDES.
- Uma limitação identificada nesta avaliação é que não foi possível realizar entrevistas com os beneficiários no local do projeto.

4. Avaliação dos resultados

4.1. Efeitos Indiretos

4.1.1. Componente Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé tem atratividade Econômica em terras Indígenas (TIs) e unidades de conservação da natureza (UCs) no sudoeste do estado do Amazonas

O projeto desenvolveu um conjunto de atividades e intervenções econômicas com o objetivo de aumentar a atratividade da floresta em pé. Para tanto, foram realizadas ações de fortalecimento de duas importantes cadeias produtivas: a do pirarucu e a dos óleos vegetais.

Nesses territórios, a pesca e o extrativismo de produtos florestais não madeireiros são amplamente praticados e, sem dúvida, constituem-se importante fonte de renda para os indígenas, ribeirinhos e extrativistas.

Ao apoiar e implementar um projeto com essa dimensão, foi possível contribuir com os povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas de forma diferenciada, se comparado às atividades econômicas focadas em exploração madeireira, caracterizadas como atividades extremamente concentradoras de renda para o setor empresarial.



Intervenções e projetos focados no setor extrativista de produtos que mantêm a floresta em pé representam um conjunto de atividades com menores índices de concentração de renda, mas que assumem enorme importância com dimensões econômicas, sociais e ambientais para os povos indígenas e extrativistas.

A partir do projeto, conseguiu-se implementar o fortalecimento da cadeia dos produtos florestais não madeireiros, por meio de uma estratégia de agregar valor a esses produtos, assim como apoiar a conservação da biodiversidade e da floresta.

Em geral, o desmatamento cresceu na Amazônia durante as últimas duas décadas, como se pode verificar na Tabela 3.

Tabela 3: Total desmatado em terras indígenas na Amazônia (em km²)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total de área desmatada	331,19	293,75	225,69	159,04	167,74	96	73,03	105,09	198,04	260,57	497,37	427,94

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Por outro lado, segundo consultoria contratada pela GIZ,⁸⁹ o impacto da redução do desmatamento na área do projeto Arapaima: Redes Sustentável foi bem inferior, como se pode observar na Tabela 4, que apresenta a situação do desmatamento nas áreas de atuação do projeto.

Tabela 4: Resultado do levantamento do desmatamento nas áreas de atuação dos projetos. (Os dados são apresentados em km²)

Projetos	Área total dos projetos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Arapaima: Redes Produtivas	61.089,2	0,48	3,19	1,52	0,65	0,84	1,74	0,88	1,04	1,27	1,37	1,63	2,74

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

89. TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia. Brasília, GIZ, 2021. pp.5-6. Doravante apenas TERRA (2021).



Durante o início da execução do projeto, em 2014, o desmatamento era de 1,74km². Já no ano seguinte, o desmatamento teve uma queda significativa e, nos posteriores, ocorreu aumento da taxa de desmatamento.

O Quadro 8 apresenta um comparativo entre antes da implementação, o período de execução e o pós-projeto. Neste quadro verifica-se que antes do projeto o desmatamento teve o seu maior índice, apesar de um aumento no período pós-projeto.

Quadro 8: Desmatamento na área de atuação dos projetos, considerando a linha de base, período de execução e pós-projeto. Os dados apresentados em km²

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Período de execução dos projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 - 2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	
Amazônia Indígena Sustentável	3,34	0,84	2,11	
Arapaima: Redes Produtivas	1,34	1,26	2,18	
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,62	0,38	1,41	
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44	12,76	105,99	
Total Geral	19,91	15,30	111,91	

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Este mesmo estudo traz uma constatação importante pois, na área de abrangência do projeto, encontra-se a TI Acapuri de Cima, onde não foi identificado desmatamento durante todo período.



4.1.2. Componente Ordenamento Territorial: Terras indígenas (TI's) no sudoeste do estado do Amazonas estão ordenadas territorialmente

Na chamada pública, um dos elementos que mobilizou o Fundo Amazônia à realização de um edital com foco nos povos indígenas foi a questão ligada a ameaças em razão da exploração não sustentável e desordenada de recursos madeireiros e outros explorados de forma ilegal⁹⁰.

Com isso, o apoio do Fundo teria como foco a melhoria da qualidade de vida dessas populações, a partir de atividades sustentáveis e rentáveis e que não impactassem em desmatamento e/ou atividades ilegais.

Passados sete anos do início do projeto, tem-se uma realidade ainda mais desafiadora, que é o preocupante impacto em toda a área que compreende a Amazônia Legal, onde garimpos podem afetar diretamente terras indígenas, unidades de conservação federais, glebas federais e florestas públicas, gerando impactos sobre comunidades e florestas. A toda esta pressão pela qual passam os territórios indígenas, se somam desafios como o aumento do desmatamento de florestas, poluição de rios e violação de direitos humanos.

Nesse contexto, foi identificado, nesta avaliação de efetividade, que a proteção dos territórios indígenas, bem como a proteção da natureza, foram os principais impactos da intervenção apoiada pelo Fundo Amazônia.

Na visão dos gestores e coordenadores do projeto *Arapaima: Redes Sustentável* foi, a intervenção foi fundamental para impedir desmatamento e diminuir a pressão de garimpeiros e madeiros nesses territórios, garantindo a valorização dos saberes e práticas indígenas e de comunidades tradicionais, além do fortalecimento das organizações aglutinadas, visando assim, o aprimoramento da gestão do território e seus recursos.

4.2. Efeitos Diretos

O pirarucu (*Arapaima gigas*) é um produto amazônico de enorme relevância cultural, social, econômica e ambiental para os que vivem naquela região do país. É um peixe que, apesar dessa relevância, já correu inclusive risco de extinção e, devido a isso, no próprio estado do Ama-

⁹⁰. Fundo Amazônia. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/ARAPAIMA-Redes-Produtivas/> - acesso em 20 de setembro de 2021.



zonas – o maior produtor no País –, sua pesca chegou a ser proibida.

Hoje é permitida apenas a pesca do pirarucu manejado, o que tem se configurado como importante atividade não só econômica, mas também ambiental para as populações indígenas e ribeirinhas. Assim, fomentar e estruturar a pesca do pirarucu manejado foi um dos efeitos diretos deste projeto. (Quadro 9)

Quadro 9: Síntese dos Indicadores e Metas alcançadas pelo manejo do Pirarucu

Indicador	Linha de base	Meta	2015	2016	2018	2020	Varição % entre último ano x ano base
Receita obtida com a pesca manejada de pirarucu apoiada pelo projeto	R\$ 200.000,00 (50 Toneladas ano / R\$ 4,00 kg)	Aumentar pelo menos 10%/ano a receita obtida com a comercialização da pesca manejada	R\$ 385.000	R\$ 1.623.145	R\$ 3.129.010	R\$ 1.132.908	194%
Volume de pirarucu comercializado a partir da pesca manejada	50 toneladas	Aumentar pelo menos 10% / Ano volume da pesca manejada	170.000	441.000	797.000	213	25%

Fonte: Adaptados dos relatórios de monitoramento do Fundo Amazônia/BNDES

Para este conjunto de três indicadores, os relacionados à receita obtida e ao volume de pirarucu comercializado demonstraram valores muito acima do previsto pelas metas.

O indicador de receita obtida a partir da pesca manejada do pirarucu, que possuía uma meta de R\$ 292 mil, alcançou resultado bem acima do planejado. Temos aqui um importante indicador de efetividade do projeto, chegando a um resultado de R\$ 1,56 milhão.

A partir dos relatórios de monitoramento, identifica-se que em relação ao volume de pirarucu comercializado a partir da pesca manejada tinha-se uma meta de 73 toneladas, e o resultado que se conseguiu alcançar no ano de 2020 foi de 213 toneladas. Com isso, tem-se um valor mais alto do que fora planejado. Porém, é importante ressaltar que a maior produção foi no ano de 2019 com 1088 toneladas.

Em relação ao indicador de receita a partir da comercialização de compras ou subsídios governamentais, não foi possível avançar de forma significativa. Um dos principais fatores que não favorece-



ram a venda governamental em alguns anos tem relação com o baixo atrativo do preço praticado pelos programas. Além disso, outro desafio para inserção do pescado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi o fato de muitos municípios não disporem de nutricionistas em suas Secretarias Municipais de Educação, dificultando a inclusão do pescado nos cardápios e nas receitas da alimentação escolar.

O projeto assessorou as organizações para cadastro e emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) na modalidade jurídica. Porém, ainda permanece um desafio no tocante aos processos burocráticos de emissão desse documento na modalidade pessoa física, assim como para as pequenas associações indígenas.

Ainda sobre o fomento, estruturação e consolidação da cadeia do manejo do pirarucu, o projeto conseguiu viabilizar cinco acordos de pesca, aprovados coletivamente junto ao povo Deni, da RDS Uacari, Resex Médio Juruá, TI's Médio Solimões e RDS Cujubim. Todos esses acordos encontram-se regulamentados pelos órgãos competentes. Importante ressaltar que, mais uma vez, as metas do projeto foram superadas: no planejamento a meta era de manutenção de quatro acordos anualmente. O projeto manteve essa média e, em 2018, passou a manter cinco acordos aprovados e regulamentados.

Com relação à sustentabilidade do projeto, focada na cadeia produtiva do pirarucu de manejo, sem dúvida a estruturação dessa cadeia tem um enorme potencial para que os benefícios da intervenção continuem a acontecer após o seu término.

Hoje, o Amazonas, a partir do seu Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam), tem “aprovado incentivos para o fortalecimento da cadeia produtiva do pirarucu pelo Governo do Estado, a partir de subvenção econômica, além de valorizar a produção do pirarucu. O valor será repassado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável aos manejadores do Amazonas”⁹¹. Além disso, os territórios onde o projeto foi implementado, são prioritários no estado para esses incentivos, pois são áreas com maior potencial de produção. Para o Idam, “considerado altamente sustentável, o manejo do pirarucu garante a proteção e

91. Governo do Estado do Amazonas. <http://www.idam.am.gov.br/cadeias-produtivas-do-pirarucu-manejado-e-farinha-de-mandioca-terao-incentivos-do-governo-do-amazonas/> - acesso em 28 de setembro de 2021.



controle da espécie, tendo em vista que os próprios manejadores realizam a vigilância dos lagos para preservar os estoques e inibir a pesca ilegal. Conforme o último levantamento do Idam em 2019, a produção do pirarucu registrou mais de 2,8 mil toneladas. Desse total, os municípios da sub-região Jutai/Solimões/Juruá produziram juntos 1,7 mil toneladas, representando 63% da produção total.”⁹²

Um aspecto que merece atenção em relação à sustentabilidade, é a implementação do estudo do uso do couro do pirarucu e a efetivação do plano de negócios do couro. Foram iniciadas algumas tratativas com o setor empresarial e a indústria da moda, como a marca de roupas Osklen, porém não foi efetivado o arranjo comercial proposto, pois o projeto encerrou. Também foi identificada a necessidade de implementação de um plano de negócio com foco em melhor qualificação para o manejo do pirarucu junto aos indígenas da etnia Deni.

Retomar as tratativas com a cadeia produtiva da gastronomia, para maior inserção e agregação de valor do pirarucu de manejo em redes de restaurantes e de chefes de cozinha, também é um fator importante para que as associações que foram capacitadas neste projeto possam articular.

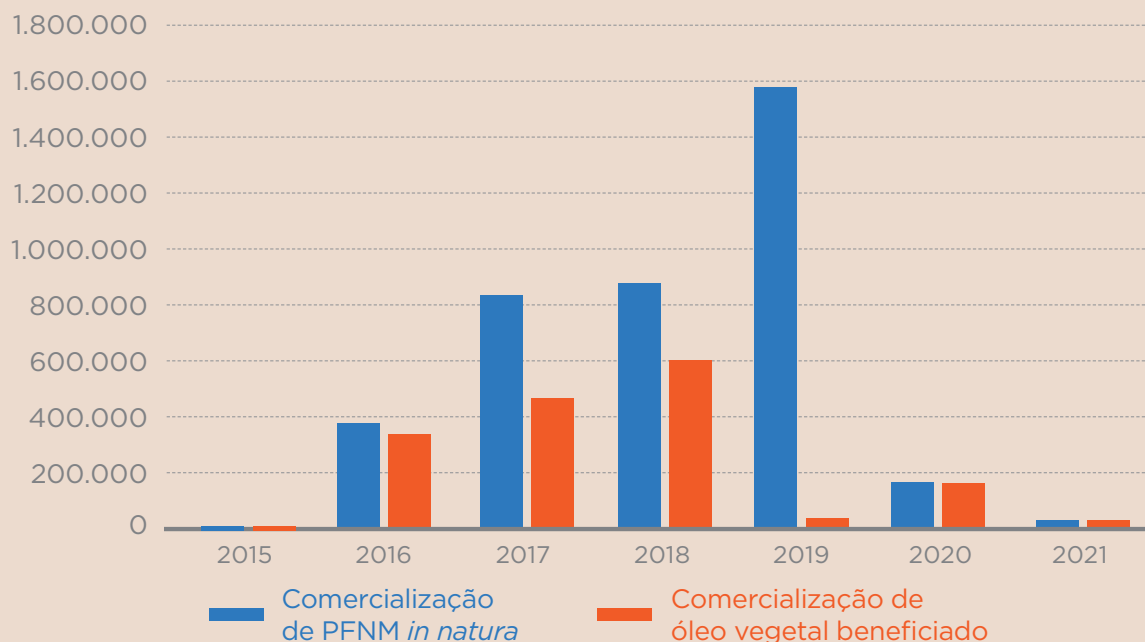
Em relação ao fomento e à estruturação do manejo da cadeia produtiva de PFNM, um dos indicadores para a mensuração estava relacionado à receita obtida com a comercialização destes produtos.

A partir do gráfico da Figura 8, observa-se, em todo o decorrer da implementação do projeto, que as receitas geradas com a comercialização estiveram sempre de forma ascendente. Ao final, foi possível gerar, para os PFNM, um total de R\$ 3.812.388,60 e, para os óleos vegetais, R\$ 1.604.234,30. O volume de renda gerada só passou a ter declínio após a conclusão do projeto.

⁹². Governo do Estado do Amazonas. <http://www.amazonas.am.gov.br/2020/11/assistencia-tecnica-do-idam-fortalece-pesca-manejada-do-pirarucu-no-amazonas/> - - acesso em 28 de setembro de 2021.



Figura 8: Receitas obtidas pelo projeto a partir da comercialização de PFMN e beneficiamento de óleo vegetal



Fonte: Elaboração da consultoria a partir dos relatórios de monitoramento do Fundo Amazônia/BNDES

Dos óleos vegetais produzidos, o destaque é para o murumuru e a andiroba. Esses dois produtos tiveram, no decorrer do projeto, uma produção crescente. No momento de seu início, a produção desses óleos foi de 19 toneladas. Após a conclusão do projeto no ano de 2020, a produção chegou a um total de 57 toneladas, o que equivale a um aumento de 185% da produção inicial. Essa produção deve-se a implementação de uma estratégia de elaboração e do Plano de Manejo destes produtos que foi apoiado pelo Fundo Amazônia.

Com isso, é pertinente avaliar que este projeto tem um bom indicador de eficiência, pois foi possível a realização de importantes parcerias com o setor empresarial em relação à cadeia das sementes oleaginosas. Nessas parcerias, tem-se hoje a experiência dos produtos pré-beneficiados e comercializados diretamente com a Natura Cosméticos. Foi possível também proporcionar, às associações indígenas, acessarem a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidades (PGPM-Bio), que é gerida pela Conab.

Para estruturar o conjunto de atividades focadas nessas duas cadeias produtivas, sem dúvida é preciso contemplar também um elemento fundamental que seja capaz de fazer a engrenagem funcionar. Assim,



a capacitação dos beneficiários é de vital importância para proporcionar o pleno funcionamento deste rol de ações, de modo a dar conta dessas duas cadeias de produção sustentável nas TIs e nas UCs.

Sobre à capacitação de beneficiários para o desenvolvimento de boas práticas em cadeias produtivas sustentáveis, e aplicando as técnicas aprendidas, tem-se um total de 2.481 capacitados. A meta inicial era de 573 pessoas, ou 10% do público beneficiado, e, ao final, o projeto conseguiu capacitar 43,3% do total atendido. Após a finalização do projeto, não foi capacitado nenhum outro beneficiário.

Também foi realizado um conjunto de capacitações em manejo pesqueiro e manejo de produtos florestais não madeireiros, com 53 ações, totalizando 2.760 pessoas treinadas e aptas a realizarem atividades produtivas relacionadas à produção sustentável.

Inicialmente, o projeto previa o apoio para o fortalecimento de duas associações indígenas e duas associações extrativistas. Ao final do projeto, foi possível apoiar duas associações indígenas e quatro associações extrativistas.

Um impacto identificado nas entrevistas de avaliação é que o apoio às duas organizações indígenas (Conselho dos Povos Indígenas de Jutai - COPIJU e Associação do Povo Deni do rio Xerua - ASPODEX) e à quatro extrativistas (Associação dos Moradores Agro-Extrativistas da RDS de Uacari - AMARU, Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim - AERDSC, Associação dos Produtores Rurais de Caruari - Asproc e Associação dos Comunitários que Trabalham com o Desenvolvimento do Município de Jutai - ACJ) não ficou focado apenas nos aspectos relacionados à melhoria das organizações em relação ao seu funcionamento e capacitação gerencial e contábil, mas houve também um apoio efetivo, que possibilitou que essas organizações pudessem melhorar a partir de reformas de suas sedes. Hoje, inclusive, encontram-se conectadas à internet.

Também foram realizadas oficinas de associativismo, cooperativismo, organização comunitária, gestão administrativa e gestão de projetos. Inicialmente, o projeto *Arapaima: Redes Sustentáveis* tinha como meta realizar um conjunto de 24 oficinas temáticas com esse foco. Ao final, foi possível a realização de 40 oficinas com a participação de 666 beneficiários.

Avaliando a coesão do projeto e sua relação com o fortalecimento das organizações apoiadas, verifica-se que, hoje, mesmo após o término do projeto, essas entidades possuem maior grau de maturidade e



compreensão do seu papel, tanto de representação dos seus territórios, como de se encontrarem aptas para apresentação de projetos que possam apoiar e fomentar suas atividades produtivas e sustentáveis, bem como em relação a possuírem melhor estrutura operacional e de gestão financeira. São organizações que hoje têm capacidade de influenciar e negociar a implementação de políticas públicas dos diferentes governos, federal e subnacionais, em seus territórios, além de terem acesso e condições de gerir diretamente recursos em projetos futuros.

Sem dúvida, esse conjunto de capacitações foi fundamental para a consolidação do arranjo produtivo entre as diversas organizações, tanto para o manejo do pirarucu, como da cadeia de sementes oleaginosas (murumuru e a andiroba).

Um outro indicador estava relacionado à estratégia de aumentar o envolvimento do número de mulheres em atividades apoiadas pelo projeto. No momento do planejamento, a meta estipulada foi de alcançar um percentual de 5%. Ao final do projeto, o indicador de planejamento foi superado, conseguindo-se um total de 22% de mulheres participando das atividades, inclusive em coordenação das organizações. Nesse sentido, a participação de mulheres ocorreu não somente junto às associações beneficiárias, mas também junto à organização implementadora do projeto – a OPAN.

Para os gestores da OPAN, um ponto foi importante para se chegar a esse percentual, além do que estava planejado, foi ter, na equipe de implementação do projeto, uma antropóloga especialista em gênero. Diversos processos formativos foram conduzidos por essa técnica, buscando incentivar a participação e o envolvimento de mulheres indígenas e extrativistas em todo o processo de implementação do projeto. Tem-se um relato de uma das estratégias de mobilização e sensibilização usada por essa profissional: “a antropóloga do projeto, no início das atividades, buscando sensibilizar as mulheres para participação, ia acompanhá-las nas atividades diárias que realizavam na beira do rio ou nas roças e, de lá, ela mostrava a importância do envolvimento das mulheres no projeto”.⁹³

Em relação ao efeito direto de proporcionar a consolidação da gestão territorial da TI do Rio Biá, existiam dois indicadores, sendo um relacionado à extensão da área da TI com o controle de seu território fortalecido, que tinha como meta abranger uma área de 400 km² e o resultado foi o mesmo

93. Depoimento de coordenador do projeto na oficina virtual de avaliação



do planejado. Quanto à área total de floresta preservada, a meta era manter acima de 99% e, ao final do projeto, a meta foi totalmente atendida. Segundo os dados obtidos a partir do monitoramento do projeto pela equipe do Fundo Amazonia tem-se o Quadro 10.

A partir desse conjunto de indicadores que foram contemplados no projeto, foi desenhado o seguinte cenário em relação à evolução do desmatamento no período de execução da intervenção apoiada pelo Fundo Amazônia: “observou-se a preservação da integridade florestal nos referidos territórios, consequência da atuação permanente das comunidades e entidades representativas locais e de projetos voltados para a proteção e o uso sustentável da floresta.”⁹⁴

Quadro 10: Indicadores de Terra Indígena do Rio Biá com gestão consolidada

Indicadores	Metas	Linha de Base	Resultados Alcançados
Extensão da área da TI do Rio Biá com o controle de seu território fortalecido (km ²)	250 km ² , sendo considerados o médio e baixo Rio Biá, 130 km ² no Rio Mutum (médio e baixo) e 20 km ² no Rio Pataua (médio e baixo) - com um total de 400 km ² .	250 km ² , sendo considerados o médio e baixo Rio Biá.	400 km ²
Área desmatada na Terra Indígena do Rio Biá	118.579,01 km ² , sendo 28,5 km ² (0,24%) dados do INPE.	118.579,01 km ² , sendo 28,5 km ² (0,24%) dados do INPE.	0,01%
Extensão de floresta preservada (km ²) das áreas protegidas com gestão consolidada (TI Rio Bia, TI Deni, TI Espírito Santo, TI, Macarrão, TI Acapuri de Cima, TI São Domingos de Jacapari e Estação, RDS Uacari e RDS Cujubim)	Manter a área total de floresta preservada, acima de 99%.	58.833,85 km ² de floresta (o que equivale a 99,27% da área total de floresta preservada).	Mais de 99% de área preservada.
Extensão de floresta desmatada nas áreas protegidas TI Rio Bia, TI Deni, TI Espírito Santo, TI Macarrão, TI Acapuri de Cima, TI São Domingos de Jacapari e Estação, RDS Uacari e RDS Cujubim.	Manter o índice de área desmatada abaixo de 0,3%.	186,20 km ² de floresta desmatada (o que equivale a 0,3% do total da área desmatada).	0,31% área desmatada

Fonte: Adaptados dos relatórios de monitoramento do Fundo Amazônia/BNDES

94. Fundo Amazônia. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/ARAPAIMA-Re-des-Produtivas/> - acesso em 10 de setembro de 2021.



O outro indicador do efeito direto de proporcionar a consolidação da gestão territorial da TI do Rio Biá estava relacionado à implementação de um plano de vigilância territorial e proteção dos recursos naturais da TI. Estavam previstas a realização de missões de vigilâncias, num total de 100, e a aquisição de equipamentos para esta finalidade.

Foram adquiridos equipamentos pelo projeto e realizadas 103 missões de vigilância, assim como efetuados acordos comunitários e inter-comunitários de ações de vigilância territorial na área de abrangência do projeto nos municípios de Carauari e Jutai no Estado do Amazonas.

Uma das estratégias bem-sucedidas, e que favoreceu o fortalecimento do sistema de vigilância para a proteção da TI, foi a criação de um sistema de denúncias para identificação, por exemplo, de balsas clandestinas circulando pelos territórios. Estas denúncias foram fundamentais para a consolidação da proteção da TI.

5. Gestão e monitoramento

A presente seção tem por finalidade apontar os pontos positivos e desafios no contexto da gestão e monitoramento do projeto. Aqui, foram abordadas questões ligadas a estrutura, recursos humanos, fluxos de trabalho, tempo de implementação e comunicação para gestão e execução.

O projeto *Arapaima: Redes Sustentáveis* contou com uma equipe exclusiva, com coordenador geral, duas pessoas administrativas, duas para apoio logístico, um coordenador de campo, quatro especialistas de campo e um comunicador.

5.1. Pontos positivos

Com uma equipe formada por 11 pessoas, houve uma divisão entre orientação estratégica, execução, monitoramento e atividades de campo em Carauari e Jutai. Enquanto a coordenação realizava o planejamento e elaborava metodologias de trabalho e comunicação, as equipes de campo garantiam a execução e articulação na ponta, incluindo relatorias sobre avanço do projeto. A equipe administrativa estava voltada para realização do orçamento, aquisições e acompanhamento.

Previamente ao projeto, a OPAN pactuou e buscou anuência de suas ações junto as comunidades apoiadas. As lideranças indígenas foram par-



ceiras por meios das iniciativas aglutinadas (subprojetos)⁹⁵. Participaram de atividades para detalhamento do orçamento e planejamento de atividades. O projeto visou a formação e fortalecimento do capital social dos atores e organizações de base envolvidos no projeto. Nesse contexto, foram realizados mais de 140 eventos, entre oficinas, capacitações e reuniões, em que foi contabilizada a presença de mais de 6.000 pessoas diretamente envolvidas, entre as quais 73% indígenas e 24% mulheres.

A equipe técnica do projeto possuía conhecimento e tinha sua atuação orientada por processos. Para aquisições ou contratações, o projeto realizava cotações (tomada de preço) por meio de carta convite com termo de referência. A equipe administrativa era responsável pelo controle do recebimento de notas fiscais e pagamento.

A OPAN utilizou seu website para ampliar a transparência das ações do projeto e auditorias. Nele, foram disponibilizadas informações sobre orçamento e ações locais para os parceiros. Foram feitas também assembleias e reuniões por demanda em fóruns locais.

O diálogo com o BNDES foi eficiente, com a equipe técnica do Banco disposta ao suporte e orientação para melhorias e atualizações de atividades e revisões do orçamento no projeto.

5.2. Desafios

O projeto precisou realizar um adendo de seis meses para sua finalização. Esse ajuste foi necessário devido o alinhamento de atividades com os ciclos sazonais das cadeias produtivas (por exemplo, a cadeia do pirarucu, cuja principais atividades acontecem anualmente no segundo semestre).

Entre o tempo de aprovação e operacionalização do projeto, parte do que foi projetado nos municípios (Carauari e Jutai) teve de ser atualizado, já que parte dos atores chave das organizações aglutinadas foram substituídos. O mesmo ocorreu para organizações parceiras. Além disso, houve mudanças nas demandas sobre produtos da sociobiodiversidade e atualização de itens/serviços orçados no momento da proposta.

Nesse contexto, foi necessário investir tempo na repactuação das parcerias e ações do projeto. Aqui, o diálogo com o BNDES foi fundamental para as adequações necessárias.

95. As organizações eram: Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (Copiju) e Associação do Povo Deni do rio Xerua (Aspodex); e duas associações extrativistas: Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Cujubim (AERDSC) e Associação dos Moradores da RDS Uacari (Amaru).



6. Conclusão

O projeto *Arapaima: Redes Sustentáveis* foi importante para o fortalecimento da cadeia de valor do território. Ao se ter uma estratégia aglutinadora na avaliação dos próprios executores, foi possível aliar cadeia de valor à gestão territorial e, sem dúvida, isso se mostrou eficaz no fortalecimento das organizações coletivas, geração de renda e proteção ambiental. O projeto também conseguiu aglutinar a gestão e a organização social e, a partir daí, oferecer aos beneficiários capacidade para pactuação de acordos coletivos, congregar pautas e diferenças internas.

Um projeto com essa dimensão tem importância simbólica para o fortalecimento da cultura associativa no território e, a partir dos seus resultados, dar aos beneficiários um conjunto de capacidades para fortalecer suas atividades produtivas em cadeias sustentáveis.

Avaliando os impactos e a efetividade do projeto, usando como referência os efeitos indiretos e diretos, têm-se alguns resultados identificados nesta avaliação:

- Após a finalização do projeto, as organizações indígenas e extrativistas criaram, a partir das cadeias produtivas, um fundo de repartição e gestão direta para as cadeias;
- Realização de parcerias com o setor empresarial, como já citado anteriormente com a Natura Cosméticos (cadeia das oleaginosas) e com a Rede de Cantinas Solidárias da Amazônia;
- Criação e certificação, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, do selo regional do pirarucu: “Sabores da Amazônia”;
- A partir do projeto, foi possível acessar a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidades (PGPM-Bio);
- Foi possível a realização de várias atividades de *advocacy*⁹⁶ sobre o potencial de comercialização do pirarucu de manejo;
- Comercialização do pirarucu por uma organização aglutinada no programa de compras governamentais, para aquisição de pescado para as Forças Armadas.

96. *Advocacy* é o conjunto de ações, estrategicamente definidas e orientadas, que busca promover mudanças em políticas públicas locais, regionais, nacionais ou internacionais, visando alcançar a missão, a visão e os objetivos estratégicos de uma organização ou coalizão de organizações. In: Gozetto, Andrea C.; Morgado, Renato P. Guia para a Construção de Estratégias de Advocacy: como influenciar políticas públicas. Piracicaba, SP: Imaflora, 2019. 68 p



Quadro 11: Considerações sobre o projeto Arapaíma: Redes Sustentáveis de acordo com os critérios da OCDE

Critério	Resultado
Relevância	O projeto <i>Arapaíma: Redes Sustentáveis</i> é de alta relevância pois trata da preservação de florestas e de terras indígenas na Amazônia. O projeto dialoga com os objetivos do Fundo Amazônia, pois contribuiu para a redução do desmatamento e o aumento da preservação da floresta em pé na região abrangida pelo projeto, após a entrada em vigor do mesmo. A capacitação no uso econômico sustentável de produtos florestais e não florestais também auxiliou na preservação das florestas no estado do Amazonas nas áreas cobertas pelo projeto. A motivação que originou o apoio a este projeto continua válida atualmente.
Eficiência	O projeto possui bons indicadores de eficiência, pois, não apenas realizou uma adequada gestão do projeto, como ainda realizou importantes parcerias com o setor empresarial em relação a algumas cadeias produtivas apoiadas por este projeto. Além disso, o projeto assegurou, às associações indígenas, o acesso à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidades (PGPM-Bio).
Eficácia	O projeto se mostrou eficaz no fortalecimento da cadeia de valor do território. Ao aliar cadeia de valor à gestão territorial, o projeto se mostrou eficaz no fortalecimento das organizações coletivas, nas parcerias, na geração de renda e na proteção ambiental. As parcerias foram importantes para o gerenciamento e aproveitamento dos recursos do projeto de forma eficaz.
Efetividade/ Impacto	O projeto apresentou impacto em diversas áreas. Após a final do projeto, as organizações indígenas e extrativistas criaram um fundo de repartição e gestão direta para as cadeias, o que gera a possibilidade de replicação de atividades. Houve parcerias com o setor empresarial, que geraram estrutura e aumento na escala de produção. Houve criação e certificação, pelo MAPA, do selo regional do pirarucu: “Sabores da Amazônia”. A partir do projeto, foi possível acessar a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidades (PGPM-Bio). Ocorreu, ainda, um fortalecimento da gestão territorial, com redução das invasões. Portanto, pode-se afirmar que o projeto <i>Arapaíma: Redes Sustentáveis</i> foi um projeto com efetividade.
Sustentabilidade	Pode-se ser analisar a sustentabilidade do projeto <i>Arapaíma: Redes Sustentáveis</i> de mais de uma perspectiva: a) Do ponto de vista dos benefícios, das ações e das atividades realizadas , no geral, observou-se que as várias atividades executadas e os produtos previstos – e entregues – possibilitaram a sustentabilidade de suas ações em geral, com destaque para a piscicultura, entre outras. As oficinas de associativismo, a organização comunitária e a gestão administrativa e de projetos asseguraram que haverá sustentabilidade das ações após o final do projeto, inclusive com a possibilidade de captação de recursos de outras fontes. b) Do ponto de vista da Componente Ordenamento Territorial , este projeto fortaleceu institucionalmente duas associações indígenas e quatro associações de produtores extrativistas por meio de oficinas de associativismo e organização comunitária. Esse fortalecimento possibilitou que o plano de vigilância territorial nas áreas protegidas de abrangência do projeto fosse executado com êxito e permite que novos planos de vigilância possam a vier a ser levado a cabo no futuro. As metas previstas de gestão territorial foram atingidas como os indicadores de cobertura e preservação da área demonstraram, confirmando o potencial de sustentabilidade dessas ações. ⁹⁷ c) Do ponto de vista da Componente Produção Sustentável , o projeto gerou os seguintes resultados, com elevado potencial de manutenção ao longo do tempo: a estruturação da cadeia produtiva do manejo do pirarucu com a geração de receita de R\$ 1,56 milhões; estruturação do manejo da cadeia produtiva de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM); implantação de duas unidades de pré-beneficiamento de óleos vegetais; capacitação em manejo pesqueiro e manejo de produtos florestais não madeireiros. Todas essas atividades executadas, aliadas ao fortalecimento institucionalmente duas associações indígenas e duas associações de produtores extrativistas por meio de oficinas de associativismo, organização comunitária, gestão administrativa e de projetos certamente contribuem para que as ações se tornem duradouras ao logo do tempo. Cabe um destaque a estruturação de uma cadeia produtiva em particular, que é a do pirarucu de manejo, que possui um grande potencial de ser mantida e, dessa forma, assegurar que os benefícios da intervenção sejam mantidos após o seu término. Um exemplo disso é a implementação do estudo do uso do couro do pirarucu e a efetivação do plano de negócios do couro. Essa possibilidade faz com que este projeto tenha um dos maiores potenciais de sustentabilidade financeira, entre os projetos avaliados quando a cadeia do pirarucu se tornar madura e consolidada.

97. A consolidação da gestão territorial da TI do Rio Biá possuía dois indicadores: i) Extensão da área da TI com o controle de seu território fortalecido (400 km²) e ii) área total de floresta preservada (99%). Ambas as metas foram atingidas.



7. Lições aprendidas e recomendações

	Recomendação	Executores	Estados	Fundo Amazônia	Governo Federal	Setor Empresarial	Doadores
Efeito direto	Apoiar projetos que possibilitem colocar em prática os diversos instrumentos de diagnósticos elaborados para as cadeias produtivas do território - pirarucu e óleos.	X	X	X	X	X	X
	Apoiar as associações na revisão das autorizações de pesca do pirarucu.	X	X				
	Diminuir os mecanismos burocráticos para emissão de DAPs para acesso aos programas de compras governamentais como o PAA e PNAE.		X		X		
	Propor arranjos comerciais que possibilitem a comercialização do pirarucu e de seus subprodutos com a cadeias produtivas, como a da gastronomia e moda.					X	
Efeito indireto	Apoiar projetos que consigam integrar cadeias de valor a gestão territorial	X	X	X	X		X
	Apoiar chamadas públicas de projetos na modalidade aglutinadora			X			
	Buscar maior apoio e envolvimento da Funai, órgão federal responsável pela política indigenista, para articular ações e programas com os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia				X		
	Apoiar intervenções que consigam integrar atividades de produção sustentável em terras indígenas e unidades de conservação		X	X	X		X
	Considerar as áreas protegidas que estejam em risco de avanço de desmatamento e exploração ilegal de mineração, para priorização de iniciativas de apoio dos órgãos de fiscalização nos níveis federal e estadual, além do fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais para consolidação da ocupação de seus territórios.		X	X	X		
	Fortalecer os projetos de lei ou propostas que têm por finalidade punir desmatadores e empresas de mineração ilegais, com o impedimento de acesso ao crédito por órgãos governamentais, e possibilidade de exploração econômica das áreas ilegalmente desmatadas e exploradas com garimpos clandestinos.		X			X	X
Gerais	Ter maior envolvimento dos órgãos e agência de assistência técnica e extensão rural nos projetos, colaborando para capacitação de indígenas e extrativistas.	X	X		X		
	Buscar recursos externos não reembolsáveis, como os disponibilizados pelo Fundo Amazônia.	X					



8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Comentários
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	Sim	O projeto tem total relação com o fortalecimento dos programas florestais nacionais e estaduais.
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	Encontra-se em sintonia com o Programa Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCD-AM).
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Em parte	O Projeto tem total alinhamento com as seguintes políticas: Do governo nacional: PNGATI, na época de sua implementação; Plano Nacional dos Produtos da Sociobiodiversidade; e, hoje, Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade. Dos governos subnacionais: Programa Estadual de Mudanças Climáticas. Porém, um desafio encontrado foi que poderia ter ocorrido uma maior interlocução entre o projeto e as políticas dos governos nacionais e subnacionais.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	Um dos indicadores do projeto estava relacionado ao controle e prevenção de desmatamento em terras indígenas e unidades de conservação.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional	Sim	
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	Por ser um projeto implementado na modalidade aglutinadora, houve uma intensa articulação com diversas organizações do território.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto apoiou a criação de um sistema de vigilância territorial.
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	O projeto apoiou a valorização e fortalecimento dos sistemas socioculturais e saberes tradicionais.
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	Totalmente.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Sim	Total. O projeto apoiou o uso da biodiversidade de forma sustentável tanto na criação do pirarucu de manejo quanto dos PFNM.

(Continua)

ANEXO 2 - AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS
III - PROJETO ARAPAIMA: REDES PRODUTIVAS



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Totalmente.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	Interferência positiva, principalmente no tocante a capacitação para uso da floresta de forma sustentável.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	Sim	Envolvimento total do público envolvido: indígenas e extrativistas.
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	Totalmente.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	Foram desenvolvidas diversas oficinas e todas elas baseadas no uso de metodologias de etnodesenvolvimento e construção coletiva dos beneficiários.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Sim	Intervenções e projetos focados no setor extrativista de produtos que mantêm a floresta em pé representa um conjunto de atividades com menores índices de concentração de renda, mas que assumem uma enorme importância com dimensões econômicas, sociais e ambientais para os povos indígenas e extrativistas.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	A partir de um conjunto de capacitações realizadas.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Sim	O projeto possuía um conjunto de indicadores que deveriam ser monitorados sistematicamente.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16⁹⁸ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A partir do projeto de vigilância territorial.

(Continua)

98. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Não se aplica	
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Não se aplica	
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Sim	Indiretamente ocorreu a partir das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade.

6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+

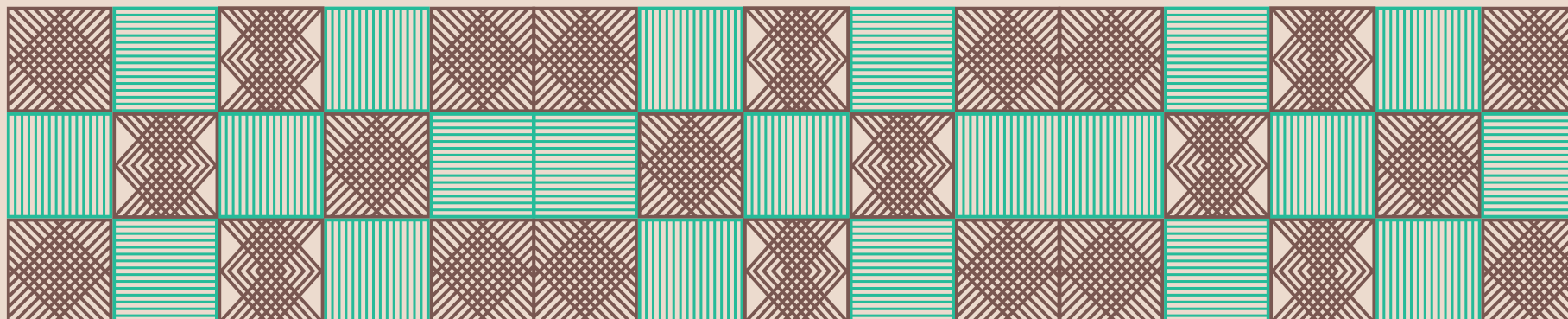
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?

Um desafio que são as licenças de pesca. Sem elas a produção do pirarucu ficará comprometida.

7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas

Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?

Sim





9. Critérios transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	Todas as ações implementadas estavam focadas na produção sustentável, no fortalecimento das cadeias produtivas e na gestão e vigilância territorial.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Em parte	A partir do projeto foram realizadas diversas negociações para acesso à serviços no território. Ainda existem algumas fragilidades no tocante a melhoria dos serviços de saúde.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	Estes eram os efeitos diretos do projeto e todas as metas e indicadores relacionados a este item foram alcançadas
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	Um dos indicadores do projeto tratava de incluir mulheres em cargos de coordenação, tanto na entidade implementadora quanto nas associações aglutinadas.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	Quanto a equidade de gênero, o projeto apresentou ações diretas que impactam diretamente esse tema.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Em parte	A partir do projeto, houve uma inserção tímida de construção de intervenções e arranjos junto as políticas de saúde e educação.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Sim	O projeto trabalhou cadeias produtivas articulada com segurança alimentar e nutricional.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Em parte	O projeto conseguiu acessar o Programa de Aquisição de Alimentos, porém teve muita dificuldade de inserir a comercialização do pescado no Programa Nacional de Alimentação Escolar.



Avaliação De Efetividade De Projetos Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

PROJETO 04

Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre

Título do projeto:	Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre
Entidade responsável:	Comissão Pró-Índio do Acre
Período do projeto:	Dezembro de 2015 - junho de 2019 - 29 meses
Abrangência territorial:	Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Rio Humaitá e TI Rio Gregório (Município de Tarauacá), TI Alto Rio Purus (Municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano) e TI Arara do Igarapé Humaitá (Município de Porto Walter), no estado do Acre
Beneficiários:	Populações indígenas que habitam as quatro TIs apoiadas pelo projeto.
Objetivo:	Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das Terras Indígenas (TIs) Kaxinawá do Rio Humaitá, Arara do Igarapé Humaitá, Rio Gregório e Alto Rio Purus, no estado do Acre, por meio da organização e promoção da cadeia de valor de produtos agroflorestais e da assistência técnica indígena.
Valor total do projeto:	R\$ 3.091.111,21
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 3.091.111,21

Fonte: Site do Fundo Amazônia/BNDES (<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/chamadas-publicas/projetos-produtivos-sustentaveis/>)



1. Resumo do projeto

O projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* foi implementado pela Comissão Pró-Índio do Acre a partir da Chamada Pública de 2012 para apoio a projetos produtivos sustentáveis, em conjunto com a Associação Sociocultural Yawanawa (ASCY), a Associação do Povo Shawadawa do Igarapé Humaitá (APSIH), a Associação do Povo Indígena do Rio Humaitá (ASPIRH) e a Organização do Povo Indígena Huni Kuĩ do Alto Rio Purus (OPIHARP), com um orçamento previsto de R\$ 3.187.698,00.⁹⁹ Segundo as entrevistas realizadas com coordenadores do projeto, o projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* atende a uma demanda de várias associações do Acre¹⁰⁰. Dessa forma, ainda segundo as entrevistas realizadas, o Fundo Amazonia permitiu a continuidade de atividades que estavam ameaçadas.¹⁰¹ O projeto encontra-se situado no estado do Acre nas Terras Indígenas do Rio Humaitá, do Rio Gregório, do Alto Rio Purus e Arara do Igarapé Humaitá.

O objetivo da Chamada Pública de 2012 era promover a sustentabilidade das atividades econômicas praticadas na referida região e ser uma alternativa concreta ao desmatamento. Segundo o site do Fundo Amazonia, os objetivos da Chamada Pública eram desenvolver atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, “promovendo benefícios diretos a povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, aquicultores familiares e agricultores familiares localizados no Bioma Amazônia”.¹⁰²

Segundo os documentos de avaliação do projeto¹⁰³, os objetivos específicos do projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* eram os seguintes: i) Promover as atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade; ii) Fortalecer as cadeias de produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado; iii) Capacitar os Agentes Agroflorestais Indígenas para a

99. Fundo Amazonia. Como Apresentar Projetos. Projetos Produtivos Sustentáveis. PROJETOS SELECIONADOS. In <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/chamadas-publicas/projetos-produtivos-sustentaveis/>

100. Entrevistas realizadas com técnicos do BNDES e com Coordenadores da instituição CPI do Acre.

101. Idem.

102. Fonte: Sítio do Fundo Amazônia/Chamadas Públicas.

103. Disponibilizados pela GIZ aos Avaliadores.



prestação de assistência técnica e extensão rural em atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade¹⁰⁴.

Pode-se afirmar que, de um modo geral, os principais resultados do projeto foram atingidos e as metas propostas foram alcançadas e mesmo superadas. Os resultados podem ser divididos por área, segundo os objetivos propostos¹⁰⁵. Dessa forma, no Efeito Indireto 1 – Promover as atividades econômicas de uso sustentável da floresta –, poderíamos citar os seguintes resultados atingidos:

- Implantação e enriquecimento de 186,31 hectares de sistemas agroflorestais, 9,69% acima da meta projeto de 170ha;
- Implantação de manejos e quelônios e peixes por meio da construção de 04 (quatro) açudes;
- Implantação da meliponicultura por meio da construção e instalação de 200 caixas de abelhas.
- Em relação ao efeito indireto 2, Cadeias Produtivas agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado, obteve-se os seguintes resultados:
 - Implantação de 20 casas de farinha e 1 moenda de cana-de-açúcar;
 - Realização de Oficinas de aprimoramento do artesanato indígena.

Em relação ao Efeito Indireto 3 – Agentes Agroflorestais Indígenas fortalecidos e capacitados –, obteve-se como resultado principal: Formação de 88 agentes agroflorestais indígenas.

Em síntese, pode-se resumir o projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* como aparece, a seguir, na Lógica da Intervenção.

2. Lógica da intervenção

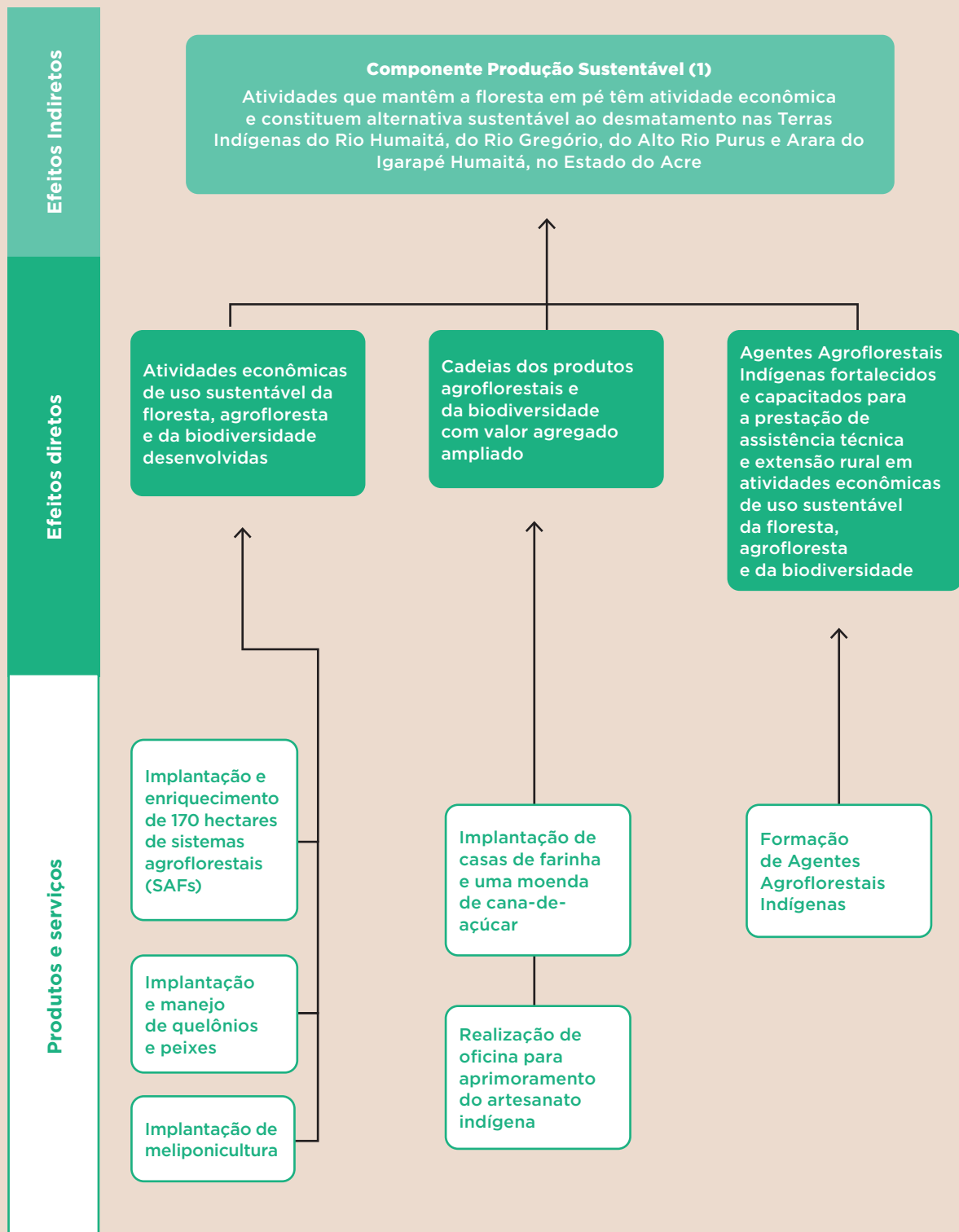
No Quadro Lógico do Fundo Amazônia, o projeto encontra-se inserido na Componente 1. (Figura 9).

¹⁰⁴. Disponibilizados pela GIZ aos Avaliadores.

¹⁰⁵. Informação baseada nos relatórios de avaliação do projeto.



Figura 9: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre



Fonte: Elaboração própria



3. Metodologia

- Os critérios e a metodologia utilizados na avaliação de efetividade do projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* contemplaram os mesmos do percorrer metodológico já apresentado no relatório temático da avaliação, com base nos critérios da OCDE.
- Assim como nos demais projetos, foram realizadas entrevistas por videoconferência com a equipe técnica da CPI do Acre, que esteve envolvida diretamente na implementação do projeto.
- Outro subsídio utilizado nesta avaliação de efetividade foi o aproveitamento de dados secundários e documentais do projeto *Cadeia de Valor em Terra Indígenas do Acre* que se encontram na base de informações do Fundo Amazônia/BNDES.
- Uma limitação identificada nesta avaliação é que não foi possível realizar entrevista com os beneficiários no local do projeto.

4. Avaliação dos resultados

4.1. Efeitos Indiretos

Alguns dos efeitos indiretos do projeto foram: reduzir o desmatamento, melhoria do balanço hídrico, estimular a atividade biológica e assegurar a sustentabilidade do sistema produtivo.

Em relação aos efeitos indiretos sobre o desmatamento, pode-se afirmar que, de um modo geral, o desmatamento em TIs é inferior à da Amazônia Legal como um todo (fora das TIs). O estudo de autor *Busca Terra: Análise da Evolução do Desmatamento em Áreas de Projetos de Apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia* concluiu que as terras indígenas observadas possuem baixa taxa de desmatamento.¹⁰⁶ A taxa de desmatamento, em relação a linha de base, caiu 38,91% durante o período de execução do projeto, mas voltou a subir para 126,97% após a finalização do projeto. Esses dados estão na Tabela 5.

106. TERRA, Busca et. al. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO EM ÁREAS DE PROJETOS DE APOIO A TERRAS INDÍGENAS NO FUNDO AMAZÔNIA. Brasília, GIZ, 2021. p. 07.



Tabela 5: Resultado do levantamento do desmatamento nas áreas de atuação dos projetos. Os dados são apresentados em km²

Projetos	Área total dos projetos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alto Juruá	1.184,8	0,00	0,29	0,47	0,07	0,00	0,08	0,00	0,15	0,07	0,00	0,07	0,38
Amazônia Indígena Sustentável	4.053,9	4,27	0,44	0,54	1,53	9,95	0,42	0,27	1,48	0,69	1,33	2,24	1,98
Arapaima: Redes Produtivas	61.089,2	0,48	3,19	1,52	0,65	0,84	1,74	0,88	1,04	1,27	1,37	1,63	2,74
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	5.709,4	0,58	0,75	0,75	0,77	0,26	0,93	0,00	0,44	0,15	0,38	0,63	2,20
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas	35.498,8	35,15	19,61	7,54	3,41	6,51	8,11	7,62	6,75	8,74	32,57	124,88	87,09
Total Geral	107.536,1	40,48	24,29	10,81	6,44	17,55	11,28	8,77	9,86	10,92	35,65	129,44	94,38

Fonte: TERRA, Busca et. al. Análise Da Evolução Do Desmatamento Em Áreas De Projetos De Apoio A Terras Indígenas No Fundo Amazônia. Brasília, GIZ, 2021





O projeto *Cadeia de Valor em Terras Indígenas no Acre* tinha uma das mais baixas taxas de desmatamento em relação aos demais projetos analisados. De fato, se for comparada com outros projetos, pode-se observar que o impacto do projeto sobre o desmatamento foi bastante significativo durante a execução, do projeto, como se pode verificar no Quadro 12.

Quadro 12: Desmatamento na área de atuação dos projetos, considerando a linha de base, período de execução e pós-projeto. Os dados apresentados em km²

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Período de execução dos projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 -2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	
Amazônia Indígena Sustentável	3,34	0,84	2,11	
Arapaima: Redes Produtivas	1,34	1,26	2,18	
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,62	0,38	1,41	
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44	12,76	105,99	
Total Geral	19,91	15,30	111,91	

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Em relação à evolução dos valores da linha de base e o período de execução e pós projeto, foram obtidos os seguintes resultados apresentados na Tabela 6.



Tabela 6: Taxa de desmatamento em relação a linha de base. Em vermelho estão as taxas de aumento do desmatamento referente a linha de base

Projetos	Linha de base (km ²)	Período de execução dos Projetos (%)	Pós-Projeto (%)
Alto Juruá	0,166555068	-64,63	33,40
Amazônia Indígena Sustentável	3,343512385	-74,93	-36,89
Arapaima: Redes Produtivas	1,335469284	-5,62	63,33
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,622696639	-38,91	126,97
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44487521	-11,68	633,72
Total Geral	19,91310859	-23,19	462,00

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

O projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* conseguiu reduzir em 38,91% o desmatamento em TIs, ainda que o desmatamento tenha voltado a subir após a finalização do projeto em 633,72%.

No mapa da Figura 10, é possível visualizar a localização do projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre.

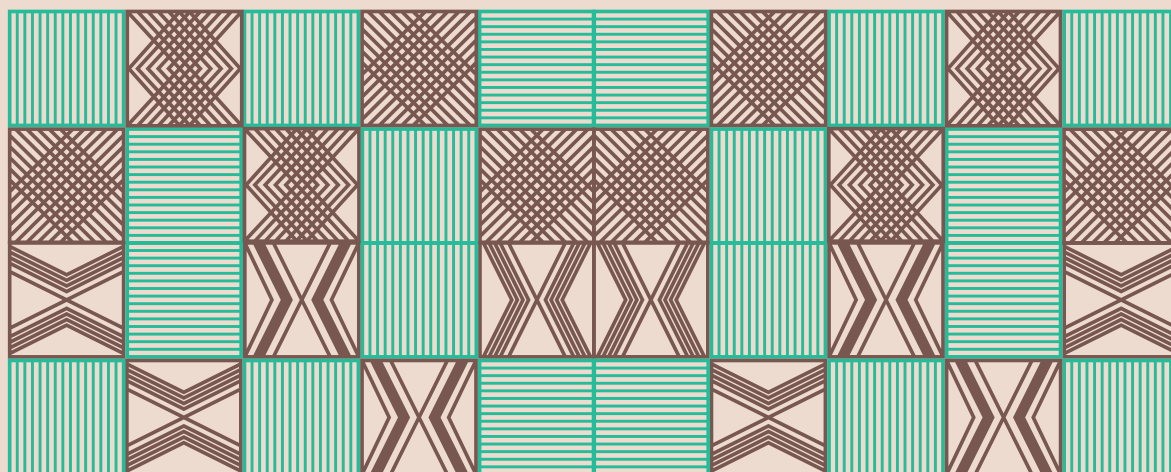
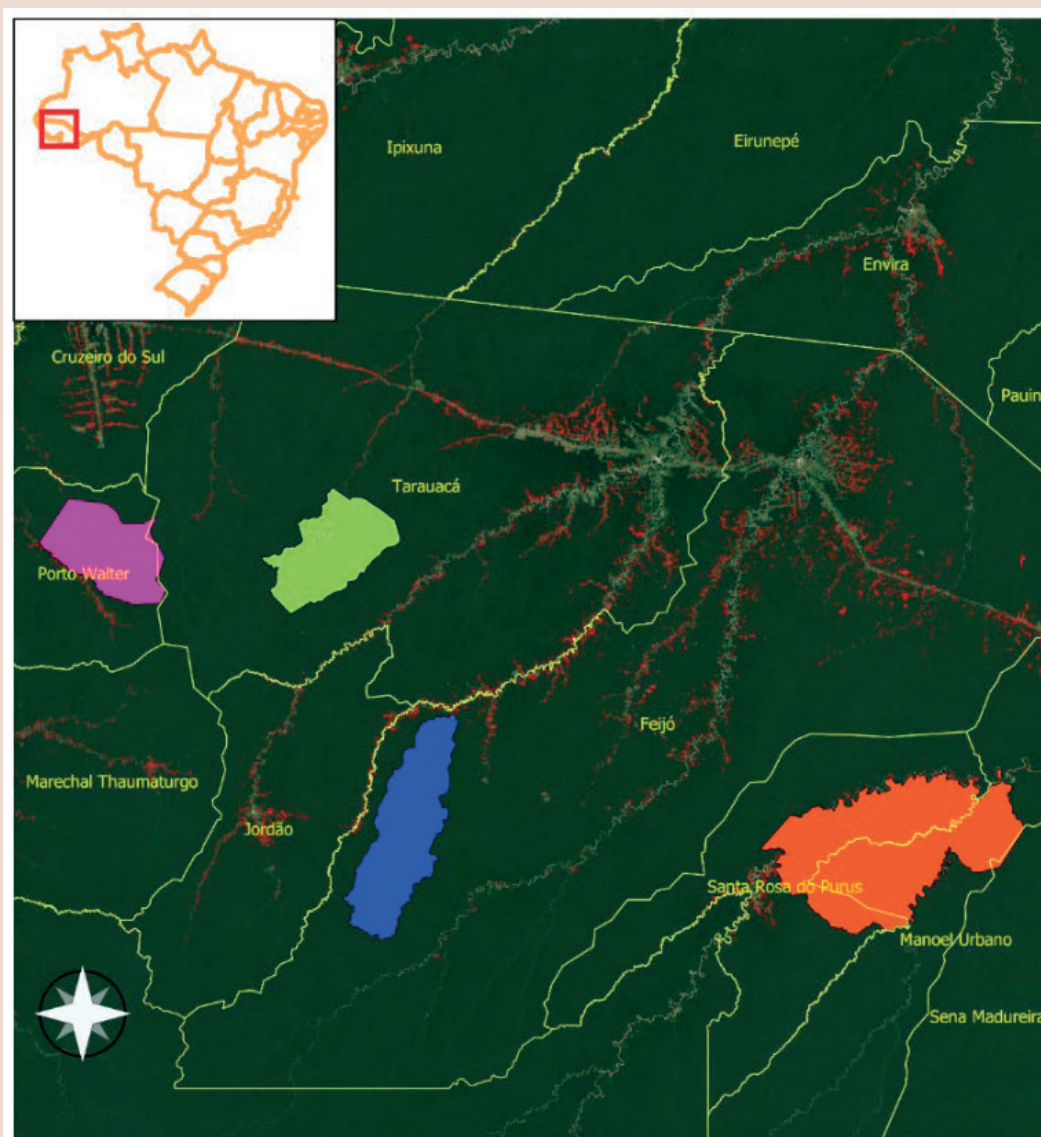




Figura 10: Mapa de abrangência do projeto
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre



LEGENDA

Municípios PRODES

0 20 40 60 80 100 km

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Cadeias de Valor

Alto Rio Purus Kaxinawá do Rio Humaitá
Arara do Igarapé Humaita Rio Gregório

SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)



4.1.1. Componente Produção Sustentável: *Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica e constituem alternativa sustentável ao desmatamento nas Terras Indígenas do Rio Humaitá, do Rio Gregório, do Alto Rio Purus e Arara do Igarapé Humaitá, no Estado do Acre*

Essa componente, conforme já visto anteriormente, se subdivide em três linhas centrais: atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta desenvolvidas; cadeias de produtos agrofloretais e da biodiversidade com valor agregado ampliado; e capacitação dos agentes agrofloretais indígenas. Mas todos com uma mesma lógica: o fortalecimento das cadeias produtivas de extrativismo florestais, como madeira e produtos oriundos do extrativismo, como castanhas, e de produtos não florestais, tais como a criação de peixes e quelônios, o mel, a cana-de-açúcar e a mandioca.

Se destaca, como efeito indireto, as atividades de oficinas e capacitação promovidas por este projeto para fins de uso sustentável da floresta e o círculo virtuoso que ele cria. Com efeito, pessoas capacitadas podem compartilhar, com outras pessoas que não participaram dos cursos e oficinas, as novas técnicas de plantação e de extração de produtos vegetais que aprenderam, gerando uma espécie de efeito multiplicador, incentivando, (e ensinando) aqueles que não puderam ou não tiveram a oportunidade de participar das atividades promovidas, que as repliquem ao atuar lado a lado com pessoas que presenciaram os cursos e oficinas.

Dessa forma, cria-se um interesse pela manutenção e ampliação das novas práticas sustentáveis, gerando um efeito renda de aumento da qualidade de vida, uma vez que haverá uma produção mais eficiente e menos destrutiva da natureza, capaz de competir no mercado e ao mesmo tempo gerar benefícios concretos e crescentes, como renda e qualidade de vida aos seus praticantes.

O resultado último da ação de todos esses efeitos indiretos acaba sendo, naturalmente, a preservação da floresta e a redução do desmatamento nas áreas (territórios indígenas) onde os projetos ocorreram, uma vez que as técnicas de produção e criação (de peixes) ensinadas são compatíveis com a manutenção da floresta e da sua biodiversidade.

Pode-se citar um último efeito indireto do projeto que é a possibilidade de maior dedicação das comunidades indígenas aos seus ritos e hábitos culturais em função do aumento de horas livres e de renda obtido com o projeto. Esse ponto do aumento da qualidade de vida foi destaca-



do nas entrevistas, assim como o aumento da segurança alimentar.¹⁰⁷

4.2. Síntese dos Efeitos Diretos

Para ter uma visão global dos resultados obtidos, recorreu-se aos indicadores das ações e atividades praticadas no projeto *Cadeias de Valor nas Terras Indígenas no Acre*. Os indicadores gerais podem ser visualizados no Quadro 13.

Quadro 13: Metas e Resultados dos indicadores gerais

#	Indicador	Meta	Linha de Base	Resultado Alcançado	Varição Aumento (%)
I	Receita obtida com produção <i>in natura</i>	-	R\$ 20.000,00	R\$ 99.875,00	399,37
II	Volume de produtos <i>in natura</i> comercializados	-	11 toneladas	89 toneladas	709,09
III	Receita obtida com artesanato e comercialização de produtos beneficiados (por produto)	-	R\$ 84.500,00	R\$ 520.996,00	516,56
IV	Volume total da produção de farinha de mandioca	-	56,5 toneladas	435,5 toneladas	667,25
V	Volume comercializado da produção de farinha de mandioca	-	24,5 toneladas	296 toneladas	1108,16
VI	Volume total da produção de derivados de cana-de-açúcar	-	1,2 toneladas	0	
VII	Volume comercializado da produção de derivados de cana-de-açúcar	-	800 kg	0	
VIII	Nº de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	-	676	974	44,08
IX	Nº de mulheres diretamente beneficiadas pelas atividades apoiadas pelo projeto	-	219	362	65,30
X	Área em processo de reflorestamento por meio de SAFs	-	170ha	186,31	9,59
XI	Nº de agentes agroflorestais indígenas (AAFIs) capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	-	60	88	46,67

¹⁰⁷. Entrevistas realizadas com Coordenadores do Projeto.



Como se pode verificar pela Quadro 13, os benefícios do projeto *Cadeia de Valor em Terras Indígenas no Acre* foram bastante significativos. Com efeito, observa-se que os valores financeiros obtidos com as atividades propostas foram expressivos para as comunidades indígenas, em particular a receita obtida com produção *in natura* e a receita obtida com artesanato e comercialização de produtos beneficiados, que subiram 399,37% e 516,56%, em reais para R\$ 99.875,00 e R\$ 520.996,00, respectivamente.

Da mesma forma, em relação à produção (em toneladas), verificou-se um incremento de 709,09% no volume de produtos *in natura* comercializados, de 667,25% no volume total da produção de farinha de mandioca (em função da distribuição dos kits de casas de farinha), e de 1108,16% no volume comercializado da produção de farinha de mandioca.

Do ponto de vista da capacitação, os resultados foram semelhantes. Foram 974 indígenas diretamente beneficiados pelas atividades do projeto (contra uma estimativa inicial de 676) e 362 mulheres indígenas foram apoiadas em suas atividades, notadamente, mas não apenas na área de artesanato, em contraposição a uma estimativa inicial de 219.

Os dados físicos por produto (e objetivos do projeto) podem ser visualizados no Quadro 14, mas os resultados positivos se repetem.

Os dados mais significativos foram as áreas referentes aos sistemas agroflorestais em funcionamento (186,31 ha), o número de caixas de abelha instaladas e o número de kits de casa de farinha distribuídos no âmbito do projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* (201).

Uma das dificuldades durante a execução do projeto foi o alcance de algumas metas, em particular em relação à manutenção das caixas de abelhas melíponas em produção, das moendas em funcionamento e da medição do número de barragens em que esteja ocorrendo a criação manejada de quelônios e/ou peixes. Ou seja, a instituição CPI do Acre atingiu todas as suas metas em relação à instalação de caixas de abelhas, açudes e casas de farinha, mas teve dificuldades em suas medições.



Quadro 14: Produtos por objetivos específicos

Produtos	Indicadores	Meta (previsto)	Efetivado
Produto 1.1: Implantação e enriquecimento de 170 hectares de sistemas agroflorestais (SAFs)	(I) Área correspondente aos sistemas agroflorestais implantados (hectares)	40	42,28
	(II) Área correspondente aos sistemas agroflorestais enriquecidos (hectares)	170	186,31
Produto 1.2: Implantação de manejo de quelônios e peixes	(III) N° de barragens construídas	4	4
	(IV) N° de barragens com manejo contínua	13	10
Produto 1.3: Implantação de meliponicultura	(V) N° de caixas de abelhas melíponas instaladas	200	201
	(VI) N° de caixas de abelhas melíponas em produção	200	130
Produto 2.1: Implantação de casas de farinha e uma moenda de cana-de-açúcar	(VII) N° de moendas instaladas no âmbito do projeto	1	1
	(VIII) N° de moendas em produção	2	1
	(IX) N° de casas de farinha instaladas no âmbito do projeto	20	118
	(X) N° de casas de farinha em produção	29	138
Produto 2.2: Realização de oficina para aprimoramento do artesanato indígena	(XI) N° de indígenas participantes da oficina	30	42
Produto 3.1: Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas	(XII) N° de AAFI's capacitados	60	88

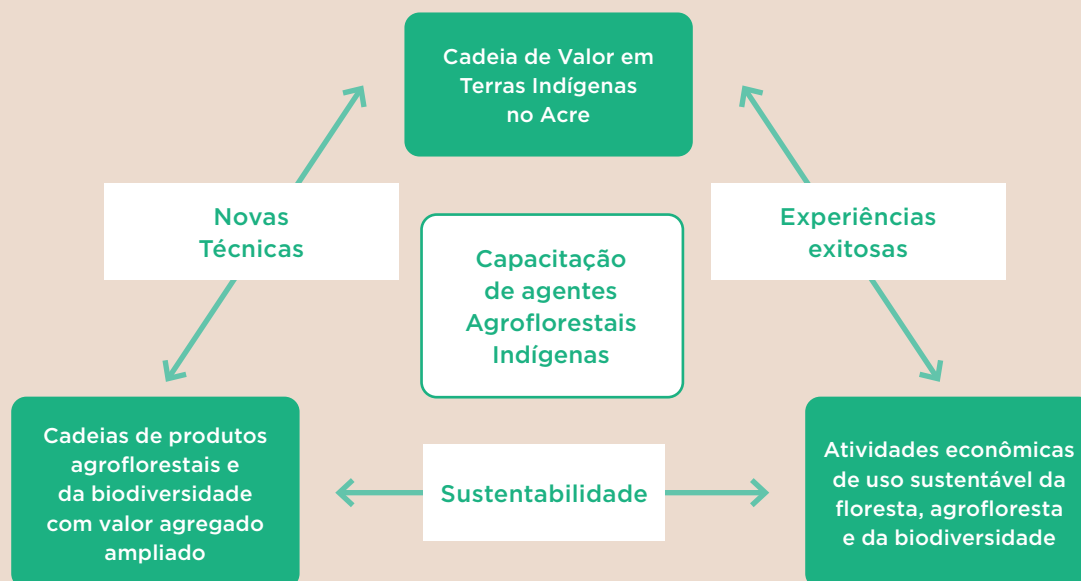
4.3. Efeitos Diretos

Conforme já mencionado anteriormente, este projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas Acre* era baseado no tripé: sustentabilidade, agregação de valor e capacitação, que pode ser melhor visualizado na Figura 11.

Percebe-se a importância da capacitação como a essência do projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* e para o seu êxito. A fim de se destacar do projeto os seus resultados diretos, estes serão divididos pelos tripés apresentados acima e seus respectivos produtos e serviços, iniciando-se pelo item 01 (Atividades econômicas de uso sustentável da floresta, groflorestal e da biodiversidade desenvolvidas). Neste item 01, tem-se como um dos seus produtos iniciais (Produto 1.1): Implantação e



Figura 11: Tripé de sustentabilidade do projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas



Fonte: Elaboração própria

enriquecimento de 170 hectares de sistemas agroflorestais (SAFs).

Apesar de prever a implantação e enriquecimento de 170 hectares de sistemas agroflorestais (SAFs) – Produto 1.1. –, na verdade, atingiu-se a marca de 186,31ha implantados e enriquecidos, 9,59% maior em relação à meta original. No caso da área de sistemas agroflorestais implantados (hectares), eram previstos 40 ha e foram implantados 42,28 ha, um resultado acima da meta de 5,7%. Em relação à área de sistemas agroflorestais enriquecidos (hectares), a meta era de 130 ha, mas foram atingidos 186,31 ha, ou seja, uma ultrapassagem da meta em mais 43,1%.

O Produto 1.1., além de sua importância explícita de implantação (e enriquecimento) de 186,31 ha de sistemas agroflorestais, possui claros efeitos que transbordam para os demais produtos. Como exemplo, pode ser mencionado, que os sistemas agroflorestais podem vir a desempenhar um importante papel na adaptação às mudanças climáticas, melhor aproveitamento da energia e, conseqüentemente, maior produtividade. Por serem mais eficientes e diversificados, os SAFs acabam contribuindo também para aumentar a segurança alimentar.¹⁰⁸

108. IPCC. Citado por WRI Brasil. In A ciência mostra as vantagens da agrofloresta e dos plantios mistos para a restauração. Acessado em 08/10/2021



Susan Stein, da Agência de Agrofloresta dos Estados Unidos (USAD), possui um estudo com 30 mil agricultores de sistemas agroflorestais nos EUA em que ela concluiu que os SAFs produzem importantes serviços ambientais, tais como: qualidade da água, sequestro de carbono, aumento da biodiversidade e conservação do solo.¹⁰⁹ Outros benefícios dos sistemas agroflorestais são a recuperação vegetal e do solo, além dos evidentes benefícios econômicos propriamente ditos de aumentar e diversificar a produção além dos produtos não madeireiros *in natura* que as florestas naturalmente oferecem.¹¹⁰

Em relação a implantação de manejo de quelônios e peixes (Produto 1.2), obteve-se resultados díspares. No item ‘construção de açudes e barragens’ a meta da construção de 4 açudes/barragens foi atingida em 100% da meta original. Já para o item ‘mediação dos açudes com a criação de peixes (já existentes)’, a meta não foi atingida, pois previa-se 13 medições e conseguiu-se implantar 10 medições, ou seja, 76,9% da meta original.

Aparentemente, a questão do manejo dos açudes não foi planejada adequadamente, o que impediu que o projeto atingisse suas metas no que tange ao número de barragens com manejo contínuo. Havia açudes prontos, mas que não estavam em funcionamento adequado. Talvez a contratação de mais assessores em manejo contínuo tivesse permitido que o projeto tivesse resultado mais substanciais nesse tópico. Fica aqui a lição da necessidade de diversificar mais a assessoria técnica para futuros projetos.¹¹¹

O relatório cita ainda a necessidade de regularização das barragens com o IBAMA, o que tomou muito tempo e atrasou esse item do projeto. Nas entrevistas, foi mencionado várias vezes que o tempo do projeto foi considerado curto (apenas 2 anos e 8 meses) e que a contratação do projeto também tomou muito tempo.¹¹²

Apesar desse fato, certamente houve um aprendizado, pela CPI do Acre e pelas comunidades indígenas locais, no caso a TI Alto Rio Purus,

109. Idem. Citado por WRI Brasil. In A ciência mostra as vantagens da agrofloresta e dos plantios mistos para a restauração. Acessado em 08/10/2021

110. Em particular, frutas e castanhas. Idem. Citado por WRI Brasil. In A ciência mostra as vantagens da agrofloresta e dos plantios mistos para a restauração. Acessado em 08/10/2021

111. Os relatórios de avaliação do projeto não aprofundam quais foram esses problemas que exigiram regularização.

112. Entrevistas realizadas com técnicos do BNDES e com Coordenadores da instituição CPI do Acre.



sobre as dificuldades e os desafios do manejo de barragens com a finalidade de criação de peixes e quelônios. Nada impede, portanto, que, em função das dificuldades encontradas, a organização CPI do Acre se prepare e organize um projeto específico para este fim: manejo de barragens. De qualquer forma, as entrevistas demonstraram que a instituição CPI como um todo cresceu com este projeto.¹¹³

Além disso, o fato do projeto ter capacitado 91 indígenas para o manejo nas 10 barragens em plena utilização com manejo contínuo (4 construídas e 6 barragens já existentes deixadas com manejo contínuo), deixou as comunidades beneficiadas pelo projeto certamente preparadas para avançar e aumentar o número de barragens com manejo contínuo para a criação de peixes e quelônios.

Cabe lembrar que a criação de peixes e quelônios pode ser estimulada tanto como complementação de renda das outras atividades agroflorestais, mas também como uma atividade importante da renda da comunidade. Peixes como o piraraucu, o tambaqui e a tilápia podem ser uma importante fonte de renda. A EMBRAPA, por exemplo, estima o preço dos alevinos em cerca de R\$ 330,00 o milheiro. Além disso, a criação de peixes pode gerar produtos de alto valor agregado caso cheguem na idade adulta, como o filé de peixe e o couro do peixe, muito apreciado por confecções para a fabricação de carteiras.

O consumo de mel é bastante reduzido no Brasil, estando em torno de 60 kg/pessoa/ano, contra um consumo de 910 kg/pessoa/ano nos EUA.¹¹⁴ Isso indica um alto potencial de demanda para os produtores de mel do projeto *Cadeias de Valor em Terra Indígenas no Acre*.

A meliponicultura representa uma importante atividade econômica, de alto valor agregado. Estima-se que ela gera mais de 350 mil empregos diretos e indiretos no Brasil.¹¹⁵ O preço médio obtido pelo apicultor é de R\$ 12,0 por quilo. Uma caixa de mel rende, em média, 14,5 kg. Além disso, cerca de 50% do mel produzido no Brasil é exportado, o que confirma o potencial do mercado.

No caso deste projeto, a meta era o estabelecimento de 200 caixas de abelhas melíponas. No entanto, foram construídas 201 caixas, ou seja

113. Entrevistas realizadas com técnicos do BNDES e com Coordenadores da instituição CPI do Acre.

114. Idem. p. 10.

115. Fonte: https://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=21035



0,5% acima da meta estabelecida. Por outro lado, havia a previsão de medição de 200 caixas, mas apenas 130 caixas de abelhas foram colocadas em produção e medidas, 65% do total previsto.

No âmbito do projeto, a atividade foi realizada em três das quatro TIs na última etapa do projeto. Dessa forma, a meta de caixas de abelha em produção ainda não foi atingida, mas não foi viável a captura de enxames na mesma proporção da quantidade de caixas para que fossem colonizadas em tempo hábil para multiplicação.

Um aspecto interessante deste projeto é que as comunidades indígenas não apenas receberam doações de caixas de abelhas e apoio para comprá-las, mas os beneficiários aprenderam a fabricar as caixas com recursos locais.¹¹⁶ Isso aumenta a sustentabilidade do projeto, pois, como foi informado nos relatórios de avaliação: “Porém é uma questão de tempo para que todas as caixas instaladas tenham seu próprio enxame, e estejam produzindo”. Esse foi, portanto, um grande ganho para as comunidades dos territórios indígenas do Acre: a expansão da atividade meliponicultura com apoio de assessores e consultores especializados e o domínio de todas as fases da atividade, da construção das caixas à comercialização do mel. Segundo informações disponibilizadas nos diversos relatórios de avaliação consultados, 133 pessoas foram capacitadas para os manejos das caixas de mel, 58 em 2017 e 74 em 2018.¹¹⁷

A meta inicial do projeto era de apenas 20 kits de casas de farinha. Ao final do projeto, 118 kits de casa de farinhas foram distribuídos. Isto representa um aumento de 490% em relação à meta original.

Em relação ao número de casas de farinha em produção ao final do projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre*, atingiu-se o total de 138 kits.¹¹⁸ Esse total representa um resultado de 375,86% maior em relação ao número de casas de farinhas em funcionamento demandada no início do projeto, que era de 29 casas de farinha em funcionamento.

Além disso, o projeto ainda previa a instalação de uma moenda de cana-de-açúcar, a qual, adicionada à moenda já existente, levaria que se chegasse a 2 moendas, possibilitando que a produção dobrasse. Isto, porém, não aconteceu. Uma moenda (nova) foi instalada em função do projeto. No entanto, ao final do projeto, apenas uma moenda se encontrava

¹¹⁶. Fonte: Documentos de avaliação disponibilizados aos avaliadores.

¹¹⁷. Fonte: Documentos de avaliação disponibilizados aos avaliadores.

¹¹⁸. CPI do Acre. Relatório de Avaliação. 20 casas de farinha já estavam em funcionamento quando o projeto iniciou suas atividades.



em funcionamento.

Tanto os produtos da casa de farinha (farinha de mandioca/tapioca), como os subprodutos da cana (açúcar, melado e rapadura), são produtos de fácil comercialização e que têm uma alta demanda no mercado.

Dessa forma, essa atividade de distribuição de kits de casas de farinha e de construção de uma moenda para cana-de-açúcar vai ao encontro dos objetivos do projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* de “Cadeias de produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado”. Apesar dos derivados da mandioca e da cana-de-açúcar não terem um valor unitário muito elevado, eles podem receber o selo de qualidade de produtos orgânicos e/ou certificado de origem, o que agrega valor ao seu preço final.

Não se pode dissociar o artesanato da cultura. Ao apoiar a realização de oficinas para aprimoramento do artesanato indígena, o projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* contribui não apenas para combater o desmatamento, mas igualmente para valorizar a cultura indígena.

As oficinas organizadas previam que seus cursos atingissem 30 pessoas, mas 42 pessoas foram capacitadas. Ou seja, a frequência foi 40% superior à meta estabelecida.

A Oficina de Artesanato e Beneficiamento de Sementes, realizada na TI Rio Gregório em março de 2018, foi concorrida e teve a presença de 42 indígenas, superando a meta inicial de 30 alunos.¹¹⁹ O fato que desperta a atenção é que as indígenas solicitaram não apenas cursos de capacitação em técnicas de artesanatos, mas igualmente de ferramentas. Foi possível atender a essa demanda e ferramentas e máquinas para beneficiar sementes foram entregues.¹²⁰ Dessa forma, assegurou-se a aplicabilidade dos ensinamentos obtidos nas oficinas e a sustentabilidade das ações previstas no projeto.

Considera-se que essa atividade também atingiu as metas propostas inicialmente com a vantagem de valorizar a cultura e a tradição das comunidades indígenas. Além disso, permitiu um aumento na renda da comunidade indígena, como se poderá verificar ao final desta seção de Efeitos Diretos (Resultados).

O papel dos agentes agroflorestais vai desde a gestão territorial

119. CPI do Acre. Relatórios de avaliação.

120. CPI do Acre. Relatórios de avaliação.



(segurança) dos territórios indígenas, passando por questões que perpassam a segurança alimentar e a qualidade de vida dos povos indígenas até chegar às atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade.

Dessa forma, ao apoiar essa atividade de capacitação dos agentes agroflorestais, o projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* facilitou o processo de absorção de novos ensinamentos e técnicas, apresentados nas atividades já citadas anteriormente. Esse fato ocorre porque os agentes desempenham uma função de ‘mensageiro’ entre as lideranças indígenas tradicionais e o contato com outros povos que trazem novidades para as TIs no formato de cursos, capacitações e oficinas.¹²¹



121. Fabricio Bianchini e Paola Cortez Bianchini (2019). Os agentes agroflorestais indígenas do Acre . In Revista V4N2 – Os agentes agroflorestais indígenas do Acre In <http://aspta.org.br/article/os-agentes-agroflorestais-indigenas-do-acre/>



Quadro 15: Considerações sobre o projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* de acordo com os critérios da OCDE

Critério	Resultado
Relevância	O projeto <i>Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre</i> converge com os objetivos do Fundo Amazônia, pois trata da preservação da floresta por meio do uso econômico sustentável de seus produtos e promovendo sua preservação.
Eficiência	O projeto se mostrou eficiente na gestão das construções, implementações de açudes, caixas de abelha e construção de casas de farinha. Porém, houve dificuldades na área da manutenção dos serviços. O manejo apresentou dificuldades com o atingimento das metas. Tanto o manejo dos açudes como o das caixas de abelha não atingiram as metas propostas.
Eficácia	Os objetivos físicos da intervenção foram plenamente atingidos e mesmo superados. Algumas atividades não puderam ser medidas em termos de eficácia pela falta de uma meta inicial, o que dificulta a avaliação.
Efetividade/ Impacto	O projeto teve impactos positivos sobre a vida dos povos indígenas das quatro TIs cobertas pelo projeto <i>Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre</i> . Entrevistas com coordenadores confirmaram a melhoria de qualidade de vida dos povos indígenas beneficiados pelo projeto. Houve várias capacitações na área de agroflorestas (SAFs), nas quais foram apresentadas novas técnicas de atuação. Essas novas técnicas de agroflorestas promove a conservação das florestas naturais e diversidade biológica. Nesse sentido, o impacto do projeto foi positivo e pode ser considerado um projeto com efetividade.
Sustentabilidade	<p>A discussão acerca da continuidade do projeto permeia todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia e não é diferente com este projeto <i>Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre</i>. A diferença é o que torna este projeto mais administrável é que, ao contrário dos demais, possui apenas um Componente, o que permite a focalização na adoção de atividades e produtos voltados para sua sustentabilidade.</p> <p>a) Do ponto de vista dos benefícios, das ações e das atividades realizadas, em geral, concluiu-se que o projeto <i>Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre</i> permite uma continuidade por meio das capacitações, das ações realizadas, de atividades empreendidas pelos conhecimentos acumulados, que poderão ser replicados ainda que o projeto não tenha sido renovado. Essas experiências permitirão que a instituição executora (a CPI do Acre) possa elaborar e buscar novas parcerias na área coberta pelos povos indígenas das TIs abrangidas por este projeto</p> <p>b) Do ponto de vista da Componente Produção Sustentável, o projeto apresentou atividades com grande potencial de serem mantidas ao longo do tempo: tais como a promoção de atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade; o fortalecimento das cadeias de produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado e a capacitação dos agentes agroflorestais indígenas para a prestação de assistência técnica e extensão rural em atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade. Essas atividades permitiram a implantação de manejos e quelônios e peixes por meio da construção de 4 (quatro) açudes; a implantação da meliponicultura por meio da construção e instalação de 200 caixas de abelhas e a implantação de 20 casas de farinha e 1 moenda de cana-de-açúcar. Essas atividades permitem que a associação executora (a CPI do Acre) utilize a estrutura criada para executar este projeto para manter a produção agrícola e gerar renda para seus beneficiários de forma sustentável ao longo do tempo, após a conclusão do projeto FA/BNDES.</p>



5. Gestão e monitoramento: avanços e desafios

A presente seção tem por finalidade apontar os pontos positivos e desafios no contexto da gestão e monitoramento do projeto. Aqui, foram abordadas questões ligadas a estrutura, recursos humanos, fluxos de trabalho, tempo de implementação e comunicação para gestão e execução.

Esse projeto contou com uma equipe formada por 11 pessoas, divididas entre coordenador geral, dois assessores administrativo e financeiro, quatro assessores e auxiliares técnicos, sendo um indígena.

5.1. Pontos positivos

O projeto criou uma comissão voltada para o acompanhamento e avaliação. Ela foi constituída por duas lideranças indígenas das TIs beneficiárias.

Nesse contexto, a equipe da CPI realizou reuniões no seu Centro de Formação dos Povos da Floresta a cada oito meses em média, para apresentação das atividades e recursos executados no âmbito do projeto para a comissão. Em campo, os assessores técnicos forneciam informações sobre o avanço da execução física e financeira.

Com o projeto do Fundo Amazônia, a CPI-AC pode fortalecer sua capacidade institucional sobre a gestão e execução de recursos.

5.2. Desafios

Houve a necessidade de um aditivo de oito meses para encerramento de suas atividades e realização de auditoria. Foi necessário ajustar atividades para realizar o último desembolso previsto, e entraves no diálogo com o IBAMA para dispensa de licenças, foi um fator externo que dificultou e atrasou a construção de açudes e piscicultura.

Ainda há necessidade de ampliar a participação e diálogo das comunidades apoiadas no acompanhamento de suas intervenções. No caso do projeto, as comunidades foram consultadas inicialmente sobre a priorização de atividades, insumos e equipamentos a serem adquiridos para as intervenções.

A relação com a equipe do BNDES foi aprimorada ao longo do



projeto. Se, no início, houve entraves para entendimento de atividades, com o tempo, foi possível compreender demandas e necessidades operacionais específicas para região.

6. Conclusões

O projeto *Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre* atingiu, e mesmo ultrapassou, a maioria das suas metas físicas, notadamente aquelas relacionadas com a instalação ou a construção de obras e equipamentos, tais como açudes, caixas de abelha, moenda e casas de farinha. Esse foi um dos pontos fortes do projeto da instituição CPI do Acre.

Além disso, também foi obtido, por meio das atividades apoiadas pela organização CPI do Acre, um incremento expressivo nas receitas das comunidades indígenas apoiadas pelo projeto, que passaram de cerca de R\$ 100.000,00 (R\$ 104.500,00) para mais de R\$ 600.000,0 (R\$ 620.871,00).

Não menos importante a organização atingiu todos os objetivos e metas em relação à capacitação do público-alvo do projeto, com quase mil indígenas (974) beneficiados por algum tipo de oficina, curso ou capacitação. Destaca-se, em particular, a capacitação dos agentes agroflorestais indígenas (AAFI), que atingiu 88 pessoas, pela importância estratégica dessa função de mensageiro e de levar novas técnicas para as comunidades indígenas, além de sua importância na segurança alimentar e autonomia indígena.

Dessa forma, pode-se afirmar que a CPI do Acre demonstrou capilaridade e proatividade para chegar às terras indígenas do Acre e atuar da forma que atuou, com dedicação e empenho, conforme as entrevistas demonstraram.

As entrevistas também sugeriram que houve uma alta receptividade e interatividade entre os professores e alunos, o que permitiu que se gerasse um aumento de produção de frutas, de artesanato e de criação de peixes.

Do ponto de vista dos sistemas agroflorestais, os objetivos e metas foram plenamente atingidos, com cerca de 186,31 ha adaptados para o sistema de agroflorestal. Da mesma forma, também foram atingidos no que se refere às construções e implementações de açudes, caixas de abelha, construção de casas de farinhas. O mesmo não pode ser dito em relação ao manejo dos açudes e das caixas de abelha, que ficaram abaixo das metas.

O principal ponto fraco da organização (CPI) é que ela teve dificulda-



de em cumprir suas metas no que tange a manutenção de funcionamento dos equipamentos já instalados, ficando abaixo da meta no número de barragens com manejo contínua (10, contra uma meta de 13), número de caixas de abelhas melíponas em produção (130, abaixo da meta de 200 caixas em produção) e do número de moendas de cana em funcionamento (uma, em relação às duas prometidas).

É preciso, portanto, que a instituição CPI do Acre melhore seus sistemas de acompanhamento, medição e assistência técnica em futuros projetos.

7. Lições aprendidas e recomendações

7.1. Lições Aprendidas

Segundo as entrevistas realizadas, as principais Lições Aprendidas foram¹²²:

- As mulheres foram incentivadas a participar dos cursos, mas não eram a maioria. No entanto, agora, elas estão mais proativas. Muitas não fizeram o curso, mas viram outras mulheres que fizeram. O projeto contribuiu para este empoderamento.
- É preciso fortalecer mais as instituições que vão gerir os recursos dos projetos. Nesse sentido, as entrevistas indicam que o papel do BNDES foi essencial na capacitação dos gestores das instituições. Durante as entrevistas, mencionou-se que é preciso alinhar melhor entre os técnicos para evitar perdas como o que ocorreu na questão das barragens/açudes onde não foi possível fazer um manejo adequado. Quando o açude rompe, perde-se toda a criação de peixe.

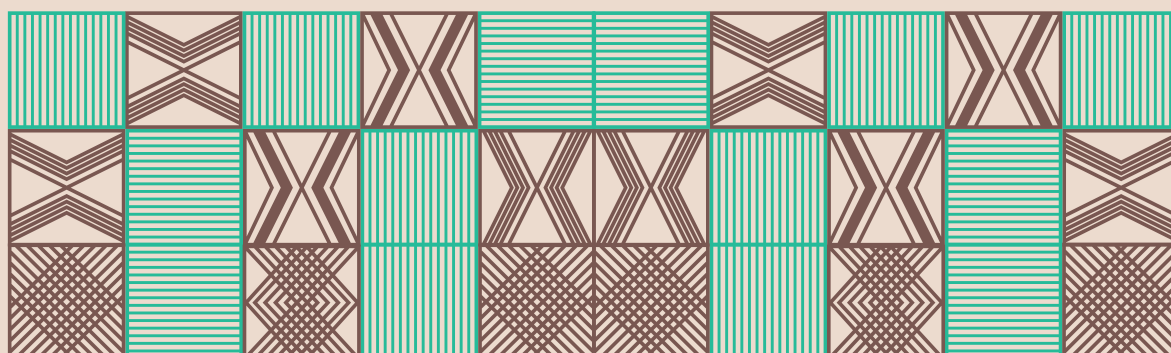
As principais recomendações obtidas nas entrevistas foram: Alinhar os técnicos a todo o instante e cuidar mais das políticas públicas, pois o tempo é muito curto. De qualquer forma, houve articulação com o PNAE e com o PAA.

¹²². Entrevistas realizadas com técnicos do BNDES e com Coordenadores da instituição CPI do Acre.



7.2. Recomendações

	Recomendação	Executores	Estados	Fundo Amazônia	Governo Federal	Setor Empresarial	Doadores
Efeito direto	Estabelecer parcerias privadas para a comercialização dos produtos advindos do projeto no Brasil	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer parcerias para a exportação de produtos resultados das atividades do projeto.	X	X	X	X	X	X
	Propor uma maior articulação com estados e municípios para possibilitar a entrada dos produtos das TIs na merenda escolar e em programa públicos de compras de alimentos	X	X	X	X		
Efeito indireto	Apoiar novas chamadas públicas de projetos que permitam a continuidade deste e outros projetos do Fundo Amazônia		X	X	X	X	X
	Buscar maior apoio e envolvimento da Funai, órgão federal responsável pela política indigenista, para articular ações e programas com os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia		X		X		
	Apoiar novos projetos e parcerias que dialoguem com os atuais e integrem atividades de produção sustentável em terras indígenas e unidades de conservação	X	X	X	X	X	X
	Criar um cadastro de empresas destruidoras do meio ambiente, semelhantes ao cadastro das empresas que praticam trabalho infantil ou trabalho escravo para ficarem impedidas de receber recursos públicos por meio de empréstimos, isenções ou deduções de imposto de renda		X	X	X	X	
Gerais	Fazer parcerias com instituições nacionais (Ex.: EMATER, EMBRAPA) e internacionais (IICA) de assistência técnica e extensão rural	X	X		X		
	Apresentar canais de acesso para outras fontes de recursos, nacionais e internacionais	X	X	X	X	X	X





8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Comentários
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	Sim	Os sistemas agroflorestais propostos no projeto Cadeias de Valor nas Terras Indígenas no Acre contribuem para a preservação das florestas e estão relacionados com os programas florestais nacionais e estaduais.
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	O projeto contribui para que o Programa Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCD-AM) atinja seus objetivos.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Acordo do Clima (Paris): sistemas agroflorestais contribuem para a preservação do meio ambiente e diluem o efeito do aquecimento global nos territórios beneficiados. • PNGATI: Política Nacional de Gestão, Territorial e Ambiental Indígenas: na medida em que fortalece a ocupação das TI com atividades econômicas sustentáveis. • Programas culturais de preservação da memória indígena: em função do apoio ao artesanato. • Projeto Práticas Inovadoras: muitas práticas adotadas no projeto são inovadoras (açudes). • Programa Monitora (ICMBio-MMA): permite monitorar a situação da biodiversidade nas áreas beneficiadas pelo projeto. • Programa Bioeconomia Brasil: o projeto apoiou atividades que fortaleceram as cadeias produtivas locais das TIs com atividades de uso dos recursos naturais com sustentabilidade. • Programas Estaduais de Mudanças Climáticas: justificado acima.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	O sistema de agroflorestas contribui para reduzir as emissões de CO2.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional	Sim	O projeto apoiado pelo FA é fruto de uma articulação internacional (doadores e o Brasil) que está de acordo com a legislação nacional e é consistente com acordos internacionais do qual o Brasil faz parte na área florestal.
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Em parte	O projeto apresentou poucos exemplos de articulação com as autoridades subnacionais e algumas nacionais, como a FUNAI. A ação de articulação com essas autoridades deixou a desejar e atrasou o projeto, como o caso da autorização das barragens (açudes) evidenciou.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto adotou sistemas de agroflorestas, o que intensifica a relação das comunidades indígenas com as florestas ao seu redor.

(Continua)



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	O projeto tinha atividades relacionadas com a preservação da cultura indígena, como o artesanato, que valoriza os saberes tradicionais.
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	Com o uso econômico das TIs de forma sustentável, o projeto reforçou os direitos das comunidades indígenas sobre suas terras.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Sim	A utilização econômica das florestas no sistema de agroflorestas nas TIs influenciou o uso dos recursos naturais de forma sustentável.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Sim. Exemplo disso foi, entre outros, as atividades de apoio ao artesanato indígena.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	A interferência positiva tanto na área cultura (apoio ao artesanato indígena) como na exploração dos recursos de forma sustentável, como o sistema de agroflorestal ilustra bem.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	Sim	Houve grande participação, com atividades promovidas pelo projeto, tanto de indígenas como de outros beneficiários pelo projeto.
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	Os líderes indígenas foram consultados antes da implementação de cada atividade do projeto e consentiram com elas.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	Oficinas e reuniões com líderes indígenas. Foi um projeto de parceria: governo federal - ONGs indigenistas - lideranças indígenas.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Sim	Sim. As comunidades indígenas ficarão com os recursos financeiros obtidos pela venda de seus produtos (a partir das atividades desenvolvidas) e controlarão o seu uso no futuro.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	Utilizou-se, desde o início do projeto, um sistema de editais que garante transparência a todas as ações desenvolvidas pelos projetos. Em relação ao público beneficiário, foram feitas oficinas, cursos e capacitações, em que foram apresentadas novas técnicas de atuação.

(Continua)

ANEXO 2 - AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS
IV - PROJETO CADEIAS DE VALOR EM TERRAS INDÍGENAS NO ACRE



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Sim	O projeto possuía um conjunto de indicadores que deveriam ser monitorados sistematicamente
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16¹²³ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A partir do uso sustentável dos recursos naturais e da capacitação de 88 agentes agroflorestais indígenas.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?		Essa informação não está nos relatórios do projeto, mas acredito-se que sim.
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Sim	Sim. Certamente.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?		A partir do uso sustentável dos recursos naturais e do sistema agroflorestal, o qual garante a conservação das florestas naturais e diversidade biológica. A capacitação de 88 agentes agroflorestais indígenas também priorizou a utilização econômica sustentável das TIs.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?		A informação que se possui é que o mecanismo de compensação financeira (REDD) não foi utilizado neste projeto, embora considere-se completamente compatível pela preservação das florestas que o projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre promove.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Sim	O próprio de sistemas de agroflorestas contribui para a captura de carbono e para a redução das emissões.

123. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



9. Critérios transversais

	Critérios transversais	Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	As atividades do projeto eram voltadas para produção sustentável, para agregar valor nas cadeias produtivas e para a preservação da biodiversidade.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Sim	O projeto gerou uma renda adicional para as comunidades e aumentou as atividades, permitindo que toda a comunidade participasse das ações previstas.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	Sim. A maioria das metas foram alcançadas e algumas mesmo ultrapassadas. Elas foram descritas com detalhe na seção 'Resultados - Efeitos Diretos'.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	As mulheres indígenas participaram ativamente das capacitações promovidas, sendo maioria em algumas delas.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	As atividades do projeto empoderaram as mulheres e promoveram a equidade de gênero na medida em que permitiram que as mulheres pudessem se sentir mais seguras em suas atividades produtivas voltadas para o mercado.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Em parte	Houve algumas iniciativas importantes, mas o projeto apresentou poucos resultados concretos de parceria com estados e municípios.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Sim	Sim, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas locais e de atividades produtivas sustentáveis.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Em parte	Não nos programas oficiais, mas permitiu o aumento da produção e da renda, gerando um importante excedente agrícola graças ao sistema de agroflorestas.



PROJETO 05

Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia

Título do projeto:	Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia
Entidade responsável:	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)
Período do projeto:	Novembro- 2014 a dezembro 2018 - 49 meses
Abrangência territorial:	Amapá e Pará
Beneficiários:	Cerca de 8.800 indígenas e 100 servidores públicos
Objetivo:	“Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis terras indígenas nos estados do Amapá e do Pará, visando contribuir para a redução do desmatamento nestas áreas” ¹²⁴
Valor total do projeto:	R\$ 16.308.105,98 ¹²⁵
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 15.750.406,00 ¹²⁶

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES (www.fundoamazonia.gov.br)

¹²⁴. Fonte: Fundo Amazônia. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-da-Gestao-Territorial-e-Ambiental-de-Terras-Indigenas-na-Amazonia/>

¹²⁵. Fonte: Fundo Amazônia. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-da-Gestao-Territorial-e-Ambiental-de-Terras-Indigenas-na-Amazonia/>

¹²⁶. Fonte: Tdr



1. Resumo do projeto

O projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* (IGATI) foi apresentado pela The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) e buscou fortalecer a gestão territorial e territorial em seis terras indígenas (TIs), sendo quatro no estado do Amapá e duas no estado do Pará. Estas TIs são: Galibi; Jumina; Uaçá; Waiapi; Trancheira Bacajá; Apyterewa.

Estima-se que cerca de 8.800 indígenas tenham sido beneficiados por este projeto, bem como cerca de 100 servidores públicos. O projeto teve formalizado em contrato um orçamento de R\$ 15.750.406,00. Este projeto contribui para objetivo maior do Fundo Amazônia que é combater o desmatamento na Amazônia.

O projeto tinha dois objetivos gerais: i) Seis Terras Indígenas (TIs) nos estados do Pará e Amapá com gestão territorial e ambiental consolidada e ii) Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em seis Terras Indígenas nos estados do Pará e Amapá.

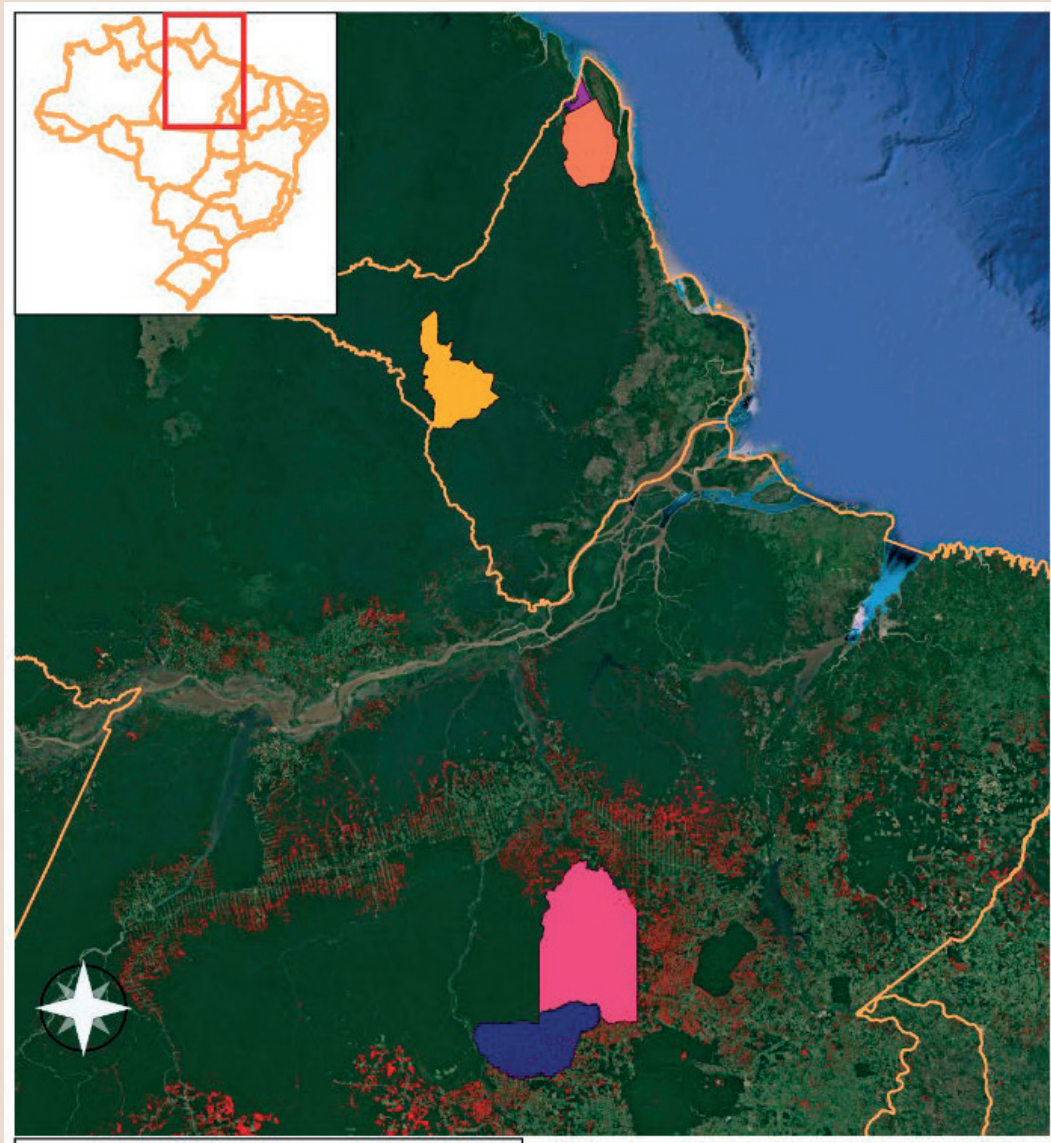
O principal resultado do projeto foi o número expressivo de oficinas realizadas para construção participativa dos PGTAs (43), quase o dobro da meta estabelecida, e os 4 PGTAs elaborados ou atualizados.¹²⁷ Além disso, o projeto inovou ao preparar outros 4 planos de sustentabilidade econômica dos PGTAs, com diagnóstico de investimentos mínimos e de fontes de recursos para o seu financiamento. Houve ainda sete oficinas para capacitação em gestão territorial e ambiental em terras indígenas, da qual participaram 101 servidores públicos. Nesse sentido, pode-se afirmar que o projeto contribuiu para fortalecer a gestão territorial e ambiental sustentável nas seis TIs cobertas pela intervenção. O resultado foi a redução do desmatamento nas seis TIs alcançadas pelo projeto até o ano de 2020. Do ponto de vista da produção sustentável, o projeto capacitou 87 indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais.

A abrangência do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* (IGATI) pode ser verificada no mapa da Figura 12.

¹²⁷. Cumprindo integralmente a meta prevista de 4 PGTAs.



Figura 12: Mapa de abrangência do projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia (IGATI)



LEGENDA

- Estados
- PRODES

0 70 140 210 280 350 km

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental

- Apyterewa
- Trincheira Bacaja
- Galibi
- Uaçá
- Jumina
- Waiãpi

SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)



Em síntese, pode-se dividir as principais atividades realizadas pelo projeto em três grandes eixos: i) ordenamento territorial, ii) produção sustentável e iii) capacitação:¹²⁸

i) Ordenamento Territorial

- Elaboração de quatro novos PGTA's (TIs Trincheira Bacajá, Apyterewa e Waiãpi);
- Atualização de um PGTA integrado das TIs Galibi, Jumina e Uaçá (Oiapoque);
- Elaboração de quatro planos de sustentabilidade econômica, um por PGTA.
- Fortalecimento de quatro núcleos técnicos de implementação dos PGTA's com PCs e internet,
- Preparação de quatro planos de vigilância e monitoramento territorial e ambiental
- Organização de três redes de monitoramento ambiental abrangendo as TIs do Oiapoque, TI Waiãpi e TI Trincheira Bacajá.
- Realização de 29 expedições de vigilância e monitoramento ambiental, na qual participaram 1.200 indígenas, de seis etnias, alcançando 2,2 milhões de hectares de floresta de cinco TIs.
- Elaborado quatro diagnósticos socioeconômicos e de ameaças das seis Tis cobertas pelo projeto.

ii) Produção Sustentável

- Apoio à seis projetos comunitários: três no Oiapoque, um na TI Apyterewa, um na TI Trincheira Bacajá e um na TI Wajãpi;
- Fortalecimento da cadeia produtiva da castanha nas TIs Trincheira Bacajá e Apyterewa;
- Fortalecimento da atividade do artesanato nas TIs do Oiapoque e na Apyterewa;
- Fortalecimento da cadeia produtiva do açaí nas TIs do Oiapoque;
- Criação de um novo sistema de logística para a venda de casta-

¹²⁸. Fonte: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-da-Gestao-Territorial-e-Ambiental-de-Terras-Indigenas-na-Amazonia/>



nha-do-brasil, na TI Trincheira Bacajá (dos Xikrin) e na TI Apyterewa (dos Parakanã), a preços acima do mercado nacional;

iii) Capacitação

- Capacitação de 87 indígenas em manejo/beneficiamento/comercialização de produtos locais;
- Fortalecimento de instituições e lideranças indígenas em gestão territorial e ambiental, a saber: Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura (Awatac), da TI Waiãpi; Organização Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (Amim), das TIs do Oiapoque; Associação Instituto Bepotire Xikrin (Ibkrin); Associação Bebô Xikrin do Bacajá (Abex), da TI Trincheira Bacajá; e Associação Indígena Tato'a (AIT), da TI Apyterewa
- Preparação de 26 indígenas em atividades administrativo-financeiras.
- Realização de sete cursos de gestão territorial e ambiental de TIs no contexto da PNGATI.
- Formação de 133 agentes socioambientais indígenas para a gestão de PGTA's, ações de campo de vigilância territorial e monitoramento ambiental.



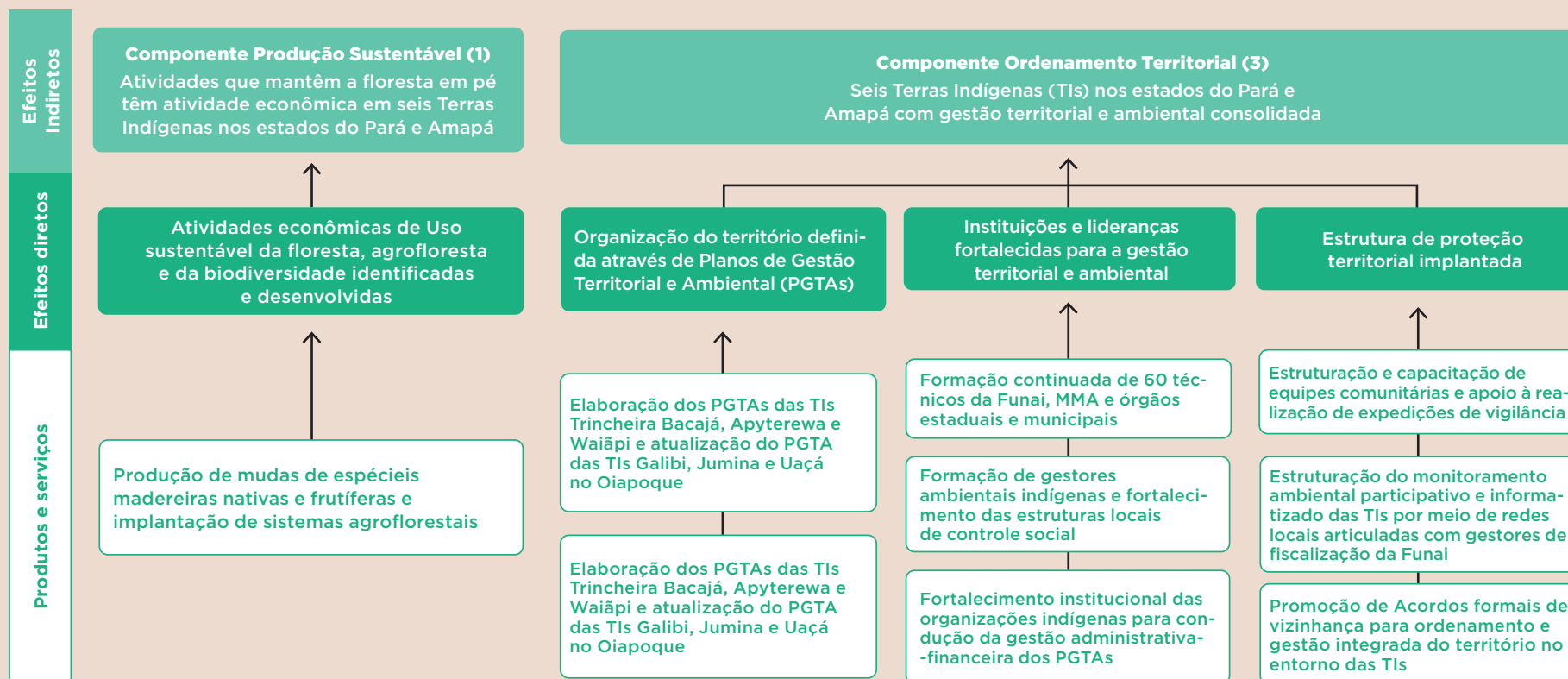


2. Lógica da intervenção

No quadro lógico do Funda Amazônia, o projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* dialoga com os seguintes componentes: (1) Produção Sustentável; e (3) Componente Ordenamento Territorial.

Figura 4: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*

Projeto: Fortalecimento de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia - TNC Brasil



Fonte: Elaboração própria



3. Metodologia

- Os critérios e a metodologia utilizados na avaliação de efetividade do projeto contemplaram os mesmos do percorrer metodológico já apresentado no relatório temático da avaliação, com base nos critérios da OCDE.
- Assim como nos demais, foram realizadas entrevistas por videoconferência com a equipe técnica da TNC, que esteve envolvida diretamente na implementação do projeto.
- Outro importante subsídio utilizado nesta avaliação de efetividade foi o aproveitamento de dados secundários e documentais do projeto, que se encontram na base de informações do Fundo Amazônia/BNDES.
- Foram realizadas entrevistas com beneficiários e líderes de associações indígenas.

4. Avaliação dos resultados

4.1. Efeitos Indiretos

Na análise dos efeitos indiretos, leva-se em consideração os objetivos maiores do Fundo Amazônia. Esses objetivos podem ser divididos em sete grandes áreas temáticas.¹²⁹

1. Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
2. Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
3. Manejo florestal sustentável;
4. Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
5. Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
6. Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
7. Recuperação de áreas desmatadas.

¹²⁹. Essas áreas foram definidas pelo Decreto nº 6.527/2008. BNDES/FA. QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA 2017. Brasília, BNDES/FA, 2017. P. 28.



Dentre essas sete áreas, este projeto dialoga com praticamente todas elas, muito embora se destaquem as áreas temáticas 2 (Controle, monitoramento e fiscalização ambiental) e 7 (Recuperação de áreas desmatadas).

Na próxima seção, concentrar-se-á no maior efeito indireto do projeto, que foi a redução do desmatamento na área abrangida pelo projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*.

4.1.1. Efeito Geral

Em geral, o desmatamento cresceu na Amazônia durante as últimas duas décadas, como se pode verificar na Tabela 7.

Tabela 7: Total desmatado em terras indígenas na Amazônia (em km²)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total de área desmatada	331,19	293,75	225,69	159,04	167,74	96	73,03	105,09	198,04	260,57	497,37	427,94

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Por outro lado, segundo consultoria contratada pela GIZ,¹³⁰ o impacto da redução do desmatamento na área do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* foi bem inferior, como se pode observar na Tabela 8.

Tabela 8: Resultado do levantamento do desmatamento nas áreas de atuação dos projetos. Os dados são apresentados em km²

Projetos	Área total dos projetos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	35.498,8	35,15	19,61	7,54	3,41	6,51	8,11	7,62	6,75	8,74	32,57	124,88	87,09
Total Geral	107.536,1	40,48	24,29	10,81	6,44	17,55	11,28	8,77	9,86	10,92	35,65	129,44	94,38

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

130. TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia. Brasília, GIZ, 2021. pp.5-6. Doravante apenas TERRA (2021).



Durante o início da execução do projeto, em 2014, o desmatamento era de 8,11 km². Ao longo dos anos, o desmatamento cai para 7,62 km² em 2015 e 6,75 km² em 2016, mas volta a subir a partir de 2017, quando se aproxima o fim do projeto, até chegar praticamente aos níveis de 2009 (35,15 km²) em 2018 (32,57 km²). Segundo a consultoria contratada pela GIZ, a redução do desmatamento nas áreas cobertas pelo projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia foi de 12,76 km², uma redução expressiva e a mais alta verificada entre todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, como pode ser confirmado no Quadro 16.

Quadro 16: Desmatamento na área de atuação dos projetos, considerando a linha de base, período de execução e pós-projeto. Os dados apresentados em km²

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Período de execução dos projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 -2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	
Amazônia Indígena Sustentável	3,34	0,84	2,11	
Arapaima: Redes Produtivas	1,34	1,26	2,18	
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,62	0,38	1,41	
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44	12,76	105,99	
Total Geral	19,91	15,30	111,91	

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no FA (2021)



Por outro lado, após o fim de duração dos projetos, a taxa de desmatamento foi também a mais alta na região coberta pelo projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*, com 105,99 km². (Quadro 16).¹³¹

A principal conclusão da consultoria foi que áreas cobertas pelos projetos apoiados pelo FA tiveram um desmatamento menor durante a execução dos projetos, comparados com o período imediatamente anterior ou posterior, sem exceção.¹³²

Dessa forma, pode-se afirmar que o projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*, assim como os demais projetos analisados nesta avaliação contribuiu para o atingimento do objetivo maior do Fundo Amazônia, qual seja, a redução do desmatamento na Amazônia. No caso específico do projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia, a redução do desmatamento durante o projeto em termos percentuais foi de 11,68%. (Tabela 9)

Tabela 9: Taxa de desmatamento em relação a linha de base

Projetos	Linha de base (km ²)	Período de execução dos Projetos (%)	Pós-Projeto (%)
Alto Juruá	0,166555068	-64,63	33,40
Amazônia Indígena Sustentável	3,343512385	-74,93	-36,89
Arapaima: Redes Produtivas	1,335469284	-5,62	63,33
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,622696639	-38,91	126,97
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44487521	-11,68	633,72
Total Geral	19,91310859	-23,19	462,00

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

131. Cabe lembrar que a metodologia adotada pela consultoria contratada foi de dividir a média de desmatamento de acordo com a execução dos Projetos em antes (2009-2013), durante (2014-2018) e pós-execução dos projetos (2019-2020).

132. O único projeto que não pode ser mensurado foi o projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira que, pelas suas características e amplitude da área coberta, não permitiu uma medição da redução do desmatamento em suas áreas abrangidas pelo projeto.



Por outro lado, a taxa de desmatamento apresentou um expressivo acréscimo, de 462%, após a finalização dos projetos. No caso específico do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*, o aumento pós-projeto foi de 633,72%, de acordo com o estudo de Busca Terra (2021)¹³³.

O projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* tem dois eixos centrais. O Eixo I: Componente Ordenamento Territorial e o Eixo II: Componente Sustentável.

4.1.2. Componente Ordenamento Territorial: Seis Terras Indígenas (TIs) nos estados do Pará e Amapá com gestão territorial e ambiental consolidada

Objetivo Geral 1: Seis Terras Indígenas (TIs) nos estados do Pará e Amapá com gestão territorial e ambiental consolidada

O Eixo I (Ordenamento Territorial) foi dividido em três linhas centrais: i) Organização do território definida através de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs); ii) Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental, iii) Estrutura de proteção territorial implantada.

O principal resultado indireto do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* na Componente Ordenamento Territorial foi a sensação de segurança e proteção. Segundo entrevistas realizadas com uma das coordenadoras da AMIN¹³⁴, a vigilância aumentou e reduziram-se as invasões, gerando essa sensação de segurança na sua área e nas TIs no entorno. Ainda segundo as entrevistas, as expedições realizadas também aumentaram a sensação de proteção, uma vez que as áreas cobertas pelo projeto são muito extensas. Um ponto importante levantado nas entrevistas, que é outro efeito indireto importante e que foi resultado do aumento da vigilância e do ordenamento territorial das TIs (além da redução do desmatamento, já apontado anteriormente), foi a redução das queimadas na TIs na área de

¹³³. TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia. Brasília, GIZ, 2021. pp. 6-7.

¹³⁴. Associação das Mulheres Indígenas. A AMIN representa oficialmente 250 mulheres oficialmente e cerca de 2000 informalmente. Entrevista com Renata e Bernadete.



abrangência do projeto e nas suas proximidades.¹³⁵

Portanto, pode-se afirmar que os principais efeitos indiretos da Componente Ordenamento Territorial do projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia foram: reduzir o desmatamento, redução das queimadas e redução do número de invasões¹³⁶ na área abrangida pelo projeto.

4.1.3. Componente Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em seis Terras Indígenas nos estados do Pará e Amapá

Objetivo Geral 2: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em seis Terras Indígenas nos estados do Pará e Amapá

O Objetivo Geral 2 (acima) foi trabalhado em apenas uma linha ou objetivo específico: 2.1: Atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas

Ao capacitar os indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais, o projeto fortaleceu o manejo e uso sustentável de recursos naturais previstos nos PGTAs, os quais foram plenamente elaborados e executados durante a vigência do projeto, apesar de algumas metas não terem sido atingidas, o que se verá na próxima seção.

Dessa forma, pode-se afirmar que os principais efeitos indiretos do projeto foram:

- O fortalecimento do papel das mulheres, uma vez que elas receberam capacitação para melhorar as técnicas de produção e atuaram fortemente no projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia. Segundo entrevistas realizadas com coordenadoras da AMIN, a maior parte dos indígenas que trabalham na geração de renda nas TIs são mulheres, pois

¹³⁵. Entrevista com Coordenadoras da AMIN.

¹³⁶. Este é um indicador de difícil mensuração, mas que alguns projetos, como o projeto Ashaninka, conseguiu mensurar.



são elas que trabalham nas casas de farinha e no artesanato, que geram receitas para as suas respectivas TIs.

- O fortalecimento e agregação de valor das cadeias produtivas apoiadas pelo projeto (castanha, óleo do babaçu, açaí, farinha de mandioca), que gerou aumento da renda e, conseqüentemente, segundo as entrevistas realizadas, o aumento da qualidade de vidas nas TIs apoiadas pelo projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia.

4.2. Efeitos Diretos

Os Efeitos Diretos estão divididos em duas componentes: (1) Componente Produção Sustentável e (3) Componente Ordenamento Territorial.

4.2.1. Componente Ordenamento Territorial

A Componente Ordenamento Territorial, conforme já destacado, tinha os seguintes objetivos específicos: i) Organização do território definida através de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs); ii) Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental (iii) Estrutura de proteção territorial implantada.

Em relação ao objetivo “Organização do território definida através de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs)”, ele foi subdividido em produtos, a saber: Produto 1.1.1: Elaboração dos PGTAs das TIs Trincheira Bacajá, Apyterewa e Waiãpi e atualização do PGTA das TIs Galibi, Jumina e Uaçá no Oiapoque e Produto 1.1.2: Elaboração de Planos de Sustentabilidade Econômica dos PGTAs com diagnóstico de investimentos mínimos e de fontes de recursos para o seu financiamento.

O Produto 1.1.1. teve todas as suas metas atingidas e superadas. Havia uma previsão de realização de 24 oficinas para a construção participativa dos PGTAs e foram realizadas 43, superando a meta em 79,16%. Ao final das oficinas, esperava-se a elaboração de quatro PGTAs e essa meta foi integralmente cumprida, com 100% dos PGTAs propostos finalizados. Em relação ao Produto 1.1.2, as metas foram superadas: estava prevista a realização de três planos de sustentabilidade econômica dos PGTAs e foram desenvolvidos quatro, um para cada PGTA elaborado.



Em relação ao segundo objetivo específico, “Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental”, para atingi-lo, ele foi subdividido em diversas atividades: i) formação de servidores públicos, ii) formação de gestores e lideranças indígenas e iii) fortalecimento institucional das organizações indígenas.

Em relação à formação de servidores públicos, havia uma previsão de 32 oficinas e 60 servidores públicos capacitados. Na realidade, foram realizadas seis oficinas e 101 servidores públicos foram capacitados. No primeiro caso, apenas pouco mais de um quinto (21,87%) das oficinas previstas foram efetivamente realizadas. Já em relação aos servidores públicos capacitados, houve uma extrapolação das metas em mais de 2/3 (68,33%)¹³⁷.

No que tange à formação de gestores e lideranças indígenas, havia uma meta da realização de três cursos de formação de gestores ambientais indígenas realizados, com a capacitação de 60 indígenas como gestores ambientais nos cursos realizados e, posteriormente com a realização de oito reuniões promovidas pelas lideranças indígenas. Na realidade, nesse objetivo específico, todas as metas foram cumpridas e superadas. De fato, foram promovidos 21 cursos, 133 indígenas foram capacitados e, a partir dessas capacitações, 18 reuniões com lideranças indígenas foram realizadas. As metas foram superadas em 600% nos cursos promovidos, 121,67% quanto ao número de indígenas capacitados e 125% no número de reuniões com lideranças indígenas.

Em relação ao fortalecimento institucional das organizações indígenas, também se superou todas as metas estabelecidas. A meta era de fortalecer três organizações indígenas para a gestão administrativa-financeira dos PGTAs e capacitar 20 indígenas para a gestão dos PGTAS. Na realidade, cinco associações foram beneficiadas pelas capacitações de fortalecimento institucional, superação da meta em 66,67%, e 26 indígenas foram capacitados em atividades de gestão administrativa-financeira, uma extrapolação das metas em 30%.

Pode-se afirmar, portanto, que na Componente de Ordenamento Territorial e Ambiental, todas as metas foram atingidas e/ou ultrapassadas.

137. O reduzido número de oficinas para a capacitação dos servidores públicos deve-se provavelmente ao fato da meta do número de servidores públicos a serem capacitados já ter sido atingida com apenas 07 oficinas.



4.2.2. Componente Produção Sustentável

A Componente Produção Sustentável possuía apenas um produto, a saber: Produto 2.1.1: Implantação de projetos comunitários locais de manejo e uso sustentável de recursos naturais. Esse produto foi subdividido em duas atividades: o desenvolvimento de projetos prioritários de manejo e uso sustentável de recursos naturais previstos nos PGTA e a capacitação de indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais.

Havia uma meta de apoiar 11 projetos prioritários, mas foram apoiados apenas seis, ou seja, 54% da meta estabelecida. Já no caso da capacitação dos indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais, havia uma meta de capacitar 60 indígenas, mas foram capacitados 87. Ou seja, a meta foi ultrapassada em 45%.

Segundo um dos coordenadores do projeto entrevistados, o ponto alto do projeto foi ter atuado nos processos produtivos, agregando valor aos produtos das TIs, em particular do Oiapoque¹³⁸. Os produtos mais beneficiados pela agregação de valor foram as castanhas, o açaí e o babaçu. As castanhas passaram a ser selecionadas e retiradas as impurezas e foram vendidas já ensacadas. O açaí foi vendido no formato de óleo, melhorou-se o seu processamento e embalagem. Foi instalada uma usina de processamento em função do projeto. Foi possível encontrar compradores fixos para esses produtos, que estavam dispostos a pagar mais por eles. No caso do óleo de babaçu o óleo passou a ser colocado em garrafas e foram criados rótulos para agregar valor. Dessa forma, foram trabalhadas as principais cadeias produtivas das TIs abrangidas pelo projeto. Elas se estruturaram melhor e houve introdução de novas tecnologias. Investiu-se ainda na facilitação de transporte com melhoria da logística de comercialização dos produtos.

Segundo um entrevistado, os recursos do projeto não foram suficientes, mas ajudaram as comunidades indígenas. O fortalecimento da cadeia produtiva do açaí e a criação de peixes trouxe segurança alimentar para as comunidades indígenas das TIs cobertas pelo projeto.¹³⁹

¹³⁸. Entrevista com coordenador, da TNC

¹³⁹. Entrevista com o cacique Gilberto. Segundo o cacique, a piscicultura não deu os resultados esperados.



4.2.3. Síntese dos Efeitos Diretos

Em síntese, os resultados do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* estão apresentados no Quadro 17 a seguir.

Quadro 17: Síntese dos Resultados do projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia

Indicador	Definição	Linha de base	Meta ¹⁴⁰	Em: 31.12.18
Nº de Terras Indígenas com PGTAs desenvolvidos e formalizados nos Comitês Regionais da FUNAI	Medição do nº de Terras Indígenas com PGTAs desenvolvidos e formalizados nos Comitês Regionais da FUNAI	3	6	6
Área das TIs com organização do território definida através de PGTAs formalizados nos Comitês Regionais da Funai	Medição da área das TIs com organização do território definida através de PGTAs formalizados nos Comitês Regionais da Funai (hectares)	518.454	3.549.857	3.549.857
Nº de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	Medição do nº de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	0	8.805	8.805
Nº de indígenas capacitados como gestores ambientais e em atividades de gestão administrativa-financeira efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	Medição do nº de indígenas capacitados como gestores ambientais e em atividades de gestão administrativa-financeira efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	20	80	146
Nº de servidores públicos capacitados em temas relacionados ao trabalho de gestão territorial e ambiental em terras indígenas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	Medição do nº de servidores públicos capacitados em temas relacionados ao trabalho de gestão territorial e ambiental em terras indígenas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	0	60	101
Volume de recursos geridos pelas organizações indígenas fortalecidas pelo projeto	Medição do volume de recursos geridos pelas organizações indígenas fortalecidas pelo projeto (R\$)	0	incremento anual de pelo menos 15% de volume	834.119,19
Área das TIs sob proteção e vigilância comunitária	Medição da área das TIs sob proteção e vigilância comunitária (hectares)	0	2.839.886	2.221.110
Nº de acordos formais de vizinhança firmados com atores sociais no entorno das TIs	Medição do nº de acordos formais de vizinhança firmados com atores sociais no entorno das TIs	0	10	1

(Continua)

140. Incremento com base em linha de base definida no primeiro ano do projeto



(Continuação)

Indicador	Definição	Linha de base	Meta	Em: 31.12.18
Nº de ocorrências de invasão territorial observadas nas TIs	Medição do nº de ocorrências de invasão territorial observadas nas TIs	-	-	1
Volume de produção in natura gerada pelo projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	Medição do volume de produção in natura gerada pelo projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	0	Incremento anual de pelo menos 15% de volumes	448,8 hectolitros
Volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	Medição do volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	0	Incremento anual de pelo menos 15% de volumes	0
Receita obtida com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto discriminada por produto	Medição da receita obtida com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto discriminada por produto	0	Incremento anual de pelo menos 10% da receita obtida com atividade econômica de uso sustentável	205%

As metas de Terras Indígenas com PGTAs desenvolvidos e formalizados nos Comitês Regionais da FUNAI, da medição da área das TIs com organização do território definida através de PGTAs formalizados nos Comitês Regionais da Funai (hectares) e da medição do nº de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto foram integralmente atingidas. No primeiro caso, foram 6 Tis com PGTAs desenvolvidos. No segundo caso, a mediação de área atingiu a 3.549.857 há, conforme previsto. O número de indígenas beneficiado, 8805, também correspondeu à meta proposta.

Em relação ao número de indígenas capacitados como gestores ambientais e em atividades de gestão administrativa-financeira efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos e o nº de servidores públicos capacitados em temas relacionados ao trabalho de gestão territorial e ambiental em terras indígenas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos as metas foram superadas. Havia uma previsão de 80 indígenas capacitados e atingiu-se 146 indígenas (superação das metas em 82,5%). Já o número de servidores chegou a 101, contra uma meta de 60 servidores capacitados, com a superação das metas em 68,33%.



A medição da área das TIs sob proteção e vigilância comunitária (hectares) ficou abaixo das metas que eram de 2.839.886 ha, mas chegaram a 2.221.110 ha. Pode-se afirmar que 78,21% da meta foi atingida. Da mesma forma, havia uma previsão de concretização de dez acordos formais de vizinhança firmados com atores sociais no entorno das TIs, mas apenas um foi firmado, o que corresponde a 10% da meta estabelecida.

Em quatro casos, indicadores que fazem parte do projeto não puderam ser avaliados ou porque faltava uma linha de base ou porque faltava uma meta pré-estabelecida. Esse foi o caso da: i) medição do número de ocorrências de invasão territorial observadas nas TIs; ii) medição do volume de produção *in natura* gerada pelo projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto; iii) medição do volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto; e iv) medição do volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto.

Dessa forma, pode-se chegar às conclusões do Quadro 18, de acordo com os critérios recomendados pela OCDE:

Quadro 18: Considerações sobre o projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia de acordo com os critérios da OCDE

Critério	Resultado
Relevância	O projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia é de extrema importância para todos o país pois trata do ordenamento das TIs no Pará e no Amapá. O referido projeto contribui para os objetivos do Fundo Amazônia. A mudança de orientação das políticas públicas prioridades nas políticas públicas a partir de 2016 foi sentida diretamente neste projeto, com aumento do desmatamento durante o final do projeto. Esse fato torna os objetivos da intervenção ainda mais necessários atualmente (2020) do que no momento da concepção do projeto.
Eficiência	Do ponto de vista da eficiência, houve lacunas no planejamento que afetaram o atingimento de algumas metas. O planejamento da logística do projeto precisa ser aperfeiçoado.
Eficácia	Do ponto de vista da eficácia, a maioria substancial das metas foi atingida. No entanto, muitas atividades não possuíam uma linha de base ou uma meta pré-estabelecida, impedindo uma avaliação de eficácia do projeto nessas atividades.
Efetividade/ Impacto	As entrevistas demonstraram que o projeto teve uma elevada efetividade e impacto. Foi mencionado um aumento da segurança e da qualidade de vida, em função do projeto. Pode-se ouvir nas entrevistas depoimentos de mudanças reais nas condições de vida e de trabalho dos povos indígenas das seis TIs cobertas pelo projeto. A intervenção estruturada foi essencial para se atingir os impactos relatados.

(Continua)



(Continuação)

Critério	Resultado
Sustentabilidade	<p>A questão da manutenção deste projeto IGATI é fundamental pois, ainda mais que os demais projetos, sofreu em decorrência de ameaças externas, tais como invasões e desmatamento. Assim como os demais projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, ele dependeu de recursos públicos e de doadores para sua manutenção.</p> <p>a) Do ponto de vista dos benefícios, das ações e das atividades realizadas, em geral, a capacitação de indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais permite a sustentabilidade das ações do projeto.</p> <p>b) Do ponto de vista da Componente Produção Sustentável, o projeto possui atividades que contribuem com a sustentabilidade, tais como os indígenas (146) capacitados como gestores ambientais e em atividades de gestão administrativa-financeira que passaram a utilizar os conhecimentos adquiridos, assegurando a manutenção de atividades voltadas para o manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais. Estima-se que o número de indígenas beneficiado pelo projeto tenha chegado a 8805, o que demonstra o alcance do projeto e seu potencial de sustentabilidade.</p> <p>c) Do ponto de vista da Componente Ordenamento Territorial, o número de servidores públicos capacitados em temas relacionados ao trabalho de gestão territorial e ambiental em terras indígenas superou as metas atingindo 101 servidores contra uma previsão de 60. Com efeito, atingiu-se as metas de terras Indígenas com PGTAs desenvolvidos e formalizados nos Comitês Regionais da FUNAI, de medição da área das TIs com organização do território definida através de PGTAs formalizados nos Comitês Regionais da Funai (hectares). No primeiro caso, foram seis TIs com PGTAs desenvolvidos. No segundo caso, a mediação de área atingiu a 3.549.857 ha, conforme previsto, mostrando o potencial de replicabilidade (e sustentabilidade) dessas atividades.</p> <p>Em síntese, as oficinas e as capacitações realizadas fortaleceram as associações indígenas beneficiadas e asseguraram a possibilidade dos povos indígenas, alvos do projeto, virem a pleitear apoio financeiro em outras instâncias e fundos, a fim de garantir a sustentabilidade das atividades desenvolvidas por este projeto em um futuro próximo por meio de outros projetos.</p>

5. Gestão e monitoramento do projeto

A presente seção tem por finalidade apontar os pontos positivos e desafios no contexto da gestão e monitoramento do projeto. Aqui, foram abordadas questões ligadas a estrutura, recursos humanos, fluxos de trabalho, tempo de implementação e comunicação para gestão e execução.

O projeto contou com um coordenador e um técnico responsável pela operacional e logística, além de três técnicos/as, com dedicação parcial, para acompanhamento financeiro, contratual e contas.

5.1. Pontos positivos

A TNC executou um projeto anteriormente ao IGATI, trazendo consigo a experiência de implementação e diálogo com a equipe técnica do BNDES.

Houve a criação de um núcleo técnico de planejamento e acompanhamento, incluindo o diálogo com lideranças indígenas locais de cada



PGTA apoiado e parceiros. Foram realizadas oficinas para planejamento de atividades e, outras, com beneficiários indígenas, voltadas para prestação de contas sobre a implementação nos PGTA's apoiados.

Como anteriormente dito, a TNC foi responsável pela gestão, contratações e aquisições, mas também houve a contratação de consultorias técnicas em parceria com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) no Amapá, o que foi relevante para a execução e acompanhamento do projeto no estado.

5.2. Desafios

Devido a desafios logísticos e forma de execução do projeto, beneficiários não participaram diretamente da gestão ou do diálogo direto com o BNDES. Essa questão ainda é um desafio latente para que os indígenas possam melhor dominar formas para operacionalizar projetos.

O projeto cumpriu com os objetivos previstos, porém, houve a necessidade de ajustes nos prazos, com a solicitação de extensão de um semestre para que fossem encerradas.

A invasão da TI Apyterewa dos Parakanã foi vista como um entrave externo. Isso impactou a implementação do plano de gestão na TI e demonstra que ainda é necessário ampliar o diálogo e proposição de parcerias com atores públicos em ações para combate a invasões e garantia jurídica sobre territórios indígenas.

6. Conclusões e lições aprendidas

O projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia dialogou com o objetivo geral do Fundo Amazônia, qual seja, a redução do desmatamento da Amazônia, na região do projeto, ou seja, nas seis TIs apoiadas pelo projeto no Amapá e no Pará.

Em síntese, os efeitos deste projeto foram:

Efeitos Indiretos: o projeto reduziu o desmatamento, reduziu as queimadas, reduziu as invasões às áreas do projeto, aumentou a qualidade de vida das comunidades indígenas das TIs apoiadas e aumentou seu sentimento de segurança e de proteção.¹⁴¹

¹⁴¹. Até 2018. Após 2018, o desmatamento aumentou, bem como as queimadas e as inva-



Efeitos Diretos: o projeto fortaleceu as cadeias produtivas típicas da região do projeto, agregando valor a produtos como açaí, castanhas e babaçu. A piscicultura, segundo as entrevistas realizadas, teve resultados abaixo do esperado.

Apesar de ter dois eixos (ordenamento territorial e produção sustentável), o projeto realizou mais atividade na componente Ordenamento Territorial.

Por meio das várias oficinas e capacitações realizadas na região do projeto, foi possível elaborar e/ou implementar os PGTAs para todas as TIs abrangidas pelo projeto, com exceção de Cachoeira Seca.

Segundo um dos entrevistados, a capacitação dos agentes ambientais contribuiu para o fortalecimento das entidades parceiras do projeto.¹⁴²

Segundo entrevistas realizadas, o projeto resolveu várias situações e problemas da comunidade indígena.¹⁴³

De acordo com as entrevistas, os PGTAS permitiram estabelecer quais eram os limites das TIs. A capacitação dos agentes ambientais também teve um papel importante nas reuniões sobre o território, em particular nos assentamentos com os vizinhos.¹⁴⁴

De acordo com um dos entrevistados, o projeto gerou mais segurança por meio da fiscalização e do monitoramento. Houve uma demarcação das TIs em função do projeto.¹⁴⁵ Foi possível fazer acordos de vizinhança com indígenas que viviam nas proximidades do projeto.

O projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* dialogou com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em terras indígenas (PNGATI). Em função do projeto, foi possível realizar planos de vigilância para praticamente todas as TIs, foram adquiridos equipamentos de proteção e foram realizadas expedições de vigilância.

Segundo um dos entrevistados, um dos efeitos do projeto foi o fortalecimento das instituições associadas ao projeto, que estão inseridas no mercado e captando recursos e administrando-os.¹⁴⁶

De fato, o projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* pode ser considerado eficiente, por ter admi-

sões de terras.

142. Entrevista com Fernando, um dos coordenadores do projeto (TNC).

143. Entrevista com o cacique Gilberto.

144. Entrevista com o cacique Gilberto.

145. Entrevista com o cacique Gilberto.

146. Entrevista com Fernando, um dos coordenadores do projeto (TNC).



nistrados bem as atividades e eficaz, pois atingiu a maioria das metas estabelecidas. Com efeito, das cerca de 20 metas existentes, o projeto atingiu 15, ou seja, 75% das metas propostas. Das 15 metas atingidas, em 10 casos (2/3) os resultados foram superiores ao que as metas estabeleciam.

Por outro lado, em vários casos, não foram declaradas quais seriam as metas de vários indicadores ou qual seria a linha de base, impossibilitando, portanto, a avaliação de eficácia dessas atividades.

7. Recomendações

	Recomendação	Executores	Estados	Fundo Amazônia	Governo Federal	Setor Empresarial	Doadores
Efeito direto	Apoiar diretamente organizações indígenas como executoras de projeto.	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer parcerias privadas para a comercialização dos produtos advindos do projeto no Brasil.	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer parcerias para a exportação de produtos resultados das atividades do projeto.	X	X	X	X	X	X
	Propor uma maior articulação com estados e municípios para possibilitar a entrada dos produtos das TIs na merenda escolar e em programa públicos de compras de alimentos.	X	X	X	X	X	X
Efeito indireto	Apoiar a apresentação de projetos que permitam a continuidade deste e outros projetos do Fundo Amazônia.		X	X	X	X	X
	Buscar maior apoio e envolvimento da Funai, órgão federal responsável pela política indigenista, para articular ações e programas com os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.	X	X	X	X		
	Apoiar novos projetos e parcerias que dialoguem com os atuais e integrem atividades de produção sustentável em terras indígenas e unidades de conservação.	X	X	X	X	X	X
Gerais	Fazer parcerias com instituições nacionais (Ex.: EMATER, EMBRAPA) e internacionais (IICA) de assistência técnica e extensão rural.	X	X	X	X	X	X
	Apresentar canais de acesso para outras fontes de recursos, nacionais e internacionais.	X	X	X	X	X	X



8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Comentários
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	Sim	O fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açai, babaçu e castanha) no Amapá e Pará contribuem para a preservação das florestas e dialogam com os programas florestais nacionais e estaduais
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	O projeto contribui para o combate ao desmatamento e é consistente com Programa Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCD-AC).
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	Acordo do Clima (Paris): sistemas agroflorestais contribuem para a preservação do meio ambiente e diluem o efeito do aquecimento global nos territórios beneficiados PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas: na medida em que fortalece a ocupação das TIs com atividades econômicas sustentáveis. Programas culturais de preservação da memória indígena: em função do apoio ao artesanato. Programa Monitora (ICMBio-MMA): permite monitorar a situação da biodiversidade nas áreas beneficiadas pelo projeto. Programa Bioeconomia Brasil: o projeto apoiou atividades que fortaleceram as cadeias produtivas locais das TIs com atividades de uso dos recursos naturais com sustentabilidade. Programas Estaduais de Mudanças Climáticas: vide acima.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	O fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açai, babaçu e castanha).
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional	Sim	O projeto apoiado pelo Fundo Amazônia é fruto de uma articulação internacional (doadores e o Brasil) que está de acordo com a legislação nacional e é consistente com acordos internacionais na área florestal dos quais o Brasil faz parte.
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	O projeto apresentou exemplos de articulação com as autoridades federais, estaduais e municipais.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto buscou o fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açai, babaçu e castanha), o que intensifica a relação das comunidades indígenas com as florestas e ajuda a preservá-las.

(Continua)



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	O projeto possui atividades de preservação da cultura indígena na área de alimentos, como a cultura do açaí e do babaçu, que contribuem para o fortalecimento da floresta.
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	Com o uso econômico das TIs de forma sustentável, o projeto reforçou os direitos das comunidades indígenas sobre suas terras.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Sim	A utilização econômica das florestas no sistema de fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) influencia o uso dos recursos naturais de forma sustentável.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Exemplo disso foi o fortalecimento de suas culturas e plantações. embora não previsse uma atividade voltada especificamente à área cultural.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	A interferência percebida (positiva) é reforçar suas culturas (econômicas) tradicionais por meio do fortalecimento das cadeias produtivas tradicionais da área projeto (açaí, babaçu e castanha).
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	Sim	Houve participação expressiva na maioria das capacitações, tanto de indígenas como de outros beneficiários pelo projeto.
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	O projeto foi executado de forma participativa.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	Adotou-se o planejamento participativo na tomada das decisões.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Sim	Sim. As associações parceiras da TNC no projeto ficaram com os recursos financeiros obtidos pela venda de seus produtos (a partir das atividades desenvolvidas) nas suas respectivas áreas.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	Utilizou-se, desde o início do projeto, um sistema de planejamento participativo nas reuniões que garantisse a participação e conhecimento de todas as ações previstas pelos projetos. Em relação ao público beneficiário, foram feitas oficinas, cursos e capacitações para apresentadas novas técnicas de atuação.

(Continua)



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Em parte	O projeto falhou no que tange ao monitoramento de algumas das atividades e não cumpriu algumas metas.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16¹⁴⁷ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		Sim. O fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) garante a conservação das florestas naturais e diversidade biológica
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A partir da elaboração e/ou implementação dos PGTA's nas áreas abrangidas pelo projeto, bem como pela capacitação de agentes ambientais e pelas expedições e rondas de monitoramento realizadas.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Sim	Pelo uso sustentável dos recursos naturais e pelo fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha).
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Sim	Sim.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?		A partir do fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha). Houve também várias oficinas e capacitações no sentido de agregação de valor a esses produtos.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	Sim	A informação que se possui é que o mecanismo de compensação financeira (REDD) não foi utilizado neste projeto, embora seja compatível com a preservação das florestas e fortalecimento das cadeias produtivas do açaí, do babaçu e da castanha que o projeto promove.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Sim	O próprio fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) contribui para a captura de carbono e para a redução das emissões.

147. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



9. Critérios transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	As atividades do projeto eram voltadas para a produção sustentável por meio do fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) e por buscar agregar valor nessas cadeias produtivas e na preservação da biodiversidade.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Sim	O projeto gerou uma renda adicional para as comunidades e aumentou as atividades, permitindo que toda a comunidade participasse das ações previstas, muito embora não tenha sido possível estimar o valor com os dados disponibilizados.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	Sim. A maioria das metas foi alcançada e algumas mesmo ultrapassadas. Elas foram descritas com detalhe na seção 'Resultados - Efeitos diretos'.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	As mulheres indígenas puderam participar das capacitações promovidas.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	As atividades do projeto empoderaram as mulheres e promoveram a equidade de gênero na medida em que permitiram que as mulheres pudessem aprender novas técnicas em suas atividades produtivas.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Sim	O projeto apresentou parcerias com o setor público (união, estados e municípios) e com outras associações privadas (OSC/ONGs).
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Sim	Sim, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas locais e de atividades produtivas sustentáveis.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Sim	O projeto previa o fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) e, dessa forma, permitiu que houvesse uma inserção maior dos beneficiários (indígenas) nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.



Avaliação De Efetividade De Projetos Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

PROJETO 06

Proteção Etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira

Título do projeto:	Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira
Entidade responsável:	Centro de Trabalho Indigenista - CTI
Período do projeto:	Dezembro de 2014 - março de 2020
Abrangência territorial:	Amazônia Legal
Beneficiários:	Povos indígenas isolados e de recente contato e populações que habitam o entorno de seus territórios.
Objetivo:	Apoiar a proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato de forma a assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, de modo a contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia.
Valor total do projeto:	R\$ 19.043.330,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	100% do total

Fonte: Fundo Amazônia/ BNDES



1. Resumo do projeto

A denominação “povos indígenas isolados” se refere especificamente a grupos indígenas com ausência de relações permanentes com as sociedades nacionais ou com pouca frequência de interação, seja com não índios, seja com outros povos indígenas.¹⁴⁸

O projeto teve como objetivo fortalecer a estratégia da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC) da FUNAI. A CGIIRC estrutura seu pessoal em Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) a fim de localizar os índios isolados. Para tanto, a CGIIRC interage com populações contíguas às dos territórios onde foi notificada a presença de povos indígenas isolados, a fim de obter registros mais concretos da presença de índios isolados. Por fortalecer o estilo de vidas dos povos indígenas isolados, que atuam preservando a natureza e os ecossistemas, entende-se que este projeto contribui para o objetivo maior do Fundo Amazônia, qual seja, a redução do desmatamento.

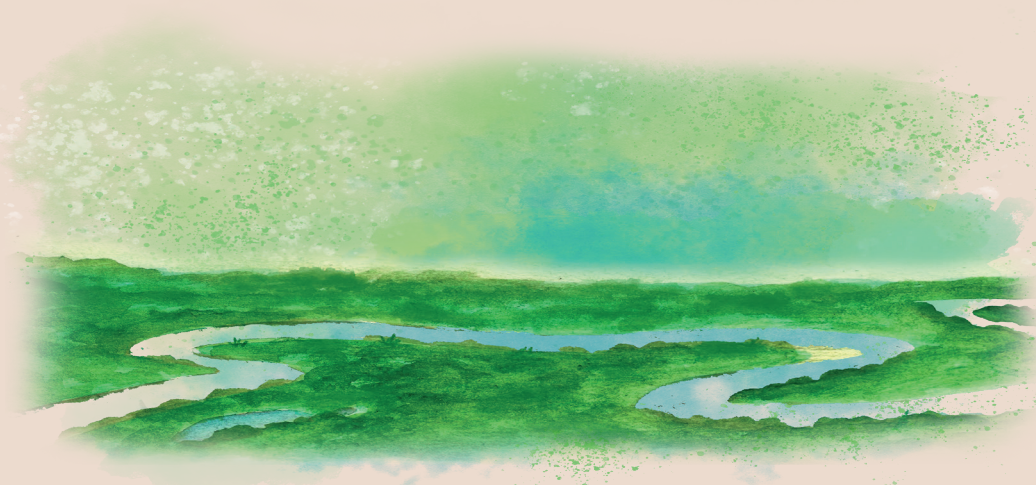
É um projeto que tem como abrangência praticamente toda a Amazônia Legal¹⁴⁹, embora o projeto se concentre no entorno das áreas onde foram feitos registros de povos indígenas isolados (114 registros), ou seja, onde foram dadas informações sobre a existência ou a passagem de povos indígenas isolados pela região¹⁵⁰. O projeto proposto pelo Centro de Trabalho Indigenista teve como foco prioritário os 114 registros da presença de indígenas isolados no Brasil, os povos considerados de recente contato pela Funai, bem como povos vizinhos aos mesmos (Korubo, Kanamari, Kulina Pano, Marubo, Matis, Matsés, Tyohom Dyapá, Ashaninka, Kulina Madiha, Huni Kuin, Manchineri, Suruwahá, Jamamadi, Jarawara, Banawa, Tenharin, Tapayuna, Awá-Guajá, Guajajara, Zo'é, Wai Wai, Hexkaryana, Katxuyana, Kahyana, Yanomami, Ye'kwana, dentre outros).

O projeto possui apenas um Objetivo Geral: a *Gestão consolidada*

148. Fonte: www.funai.gov.br. In <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato>.

149. Lembrando que a Reserva Legal possui uma área de 5.217.423 km², ou seja, 61% do território brasileiro.

150. Os registros podem ser de três tipos: i) “Informação”, referente à notícia da existência de índios isolados sem qualquer estudo de qualificação; ii) “referência em estudo”, quando há forte evidência da existência de grupos, porém carente ainda de comprovação por esforços sistemáticos de localização; e iii) “referência confirmada”. Vide: <http://www.funai.gov.br/index/php/nossas-acoas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato>



de Terras Indígenas com presença de povos índios isolados e de recente contato contribui para o ordenamento territorial do Bioma Amazônia. Para alcançar esse objetivo geral, o projeto possui dois efeitos diretos: i) Proteção de povos indígenas isolados e de recente contato fortalecida em diálogo com populações do entorno e ii) Órgão Oficial Indigenista (FUNAI) fortalecido para localização, proteção e monitoramento de povos indígenas isolados e de recente contato.

A fim de atingir esses objetivos, o projeto foi dividido em cinco elementos ou eixos, a saber:¹⁵¹ i) pesquisa (localização) em pelo menos 20 referências de índios isolados; ii) melhoria na pesquisa de índios isolados por meio de sensoriamento remoto; iii) incremento da interlocução com povos indígenas e populações do entorno; iv) ampliação da participação da sociedade em agenda internacional para a proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados na bacia amazônica; v) capacitação de servidores das Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs) em metodologias de proteção de povos isolados. O projeto dialoga com a Componente 3: Ordenamento Territorial do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A lógica da intervenção, bem como seus efeitos, diretos e indiretos, será apresentada na próxima seção. A área acoberta pelo projeto pode ser visualizada na Figura 14.

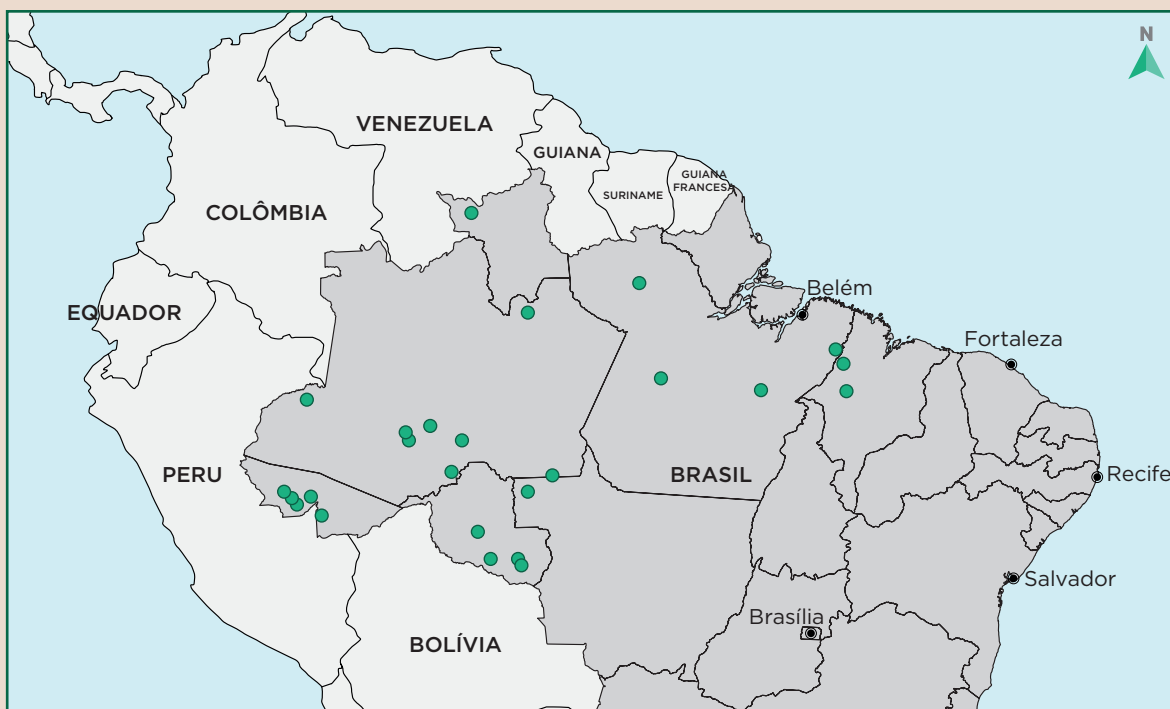
Em síntese, os principais resultados do projeto, de acordo com os indicadores estabelecidos para o projeto, foram os apresentados na Tabela 10¹⁵²:

151. Baseado em Fundo Amazonia: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Protecao-Etnoambiental-de-Povos-Indigenas-Isolados-e-de-Recente-Contato-na-Amazonia/?contrato>

152. Baseado no sítio do Fundo Amazônia: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Protecao-Etnoambiental-de-Povos-Indigenas-Isolados-e-de-Recente-Contato-na-Amazonia/?contrato>



Figura 14: Área de abrangência do projeto *Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira*



Fonte: Fundo Amazônia/BNDES

Tabela 10: Principais indicadores e resultados alcançados pelo projeto *Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira* [síntese].

Principais Indicadores	Meta	Resultados alcançados
Número de registros de povos indígenas isolados e número de indivíduos de povos de recente contato e de populações do entorno diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto (indicador de efetividade).	20	29 ¹⁵³
Número de registros de índios isolados qualificados a partir do aprimoramento de ferramenta de tecnologia da informação - banco de dados georreferenciados (indicador de efetividade).		114
Número de informações sobre índios isolados fornecidas às FPEs por povos indígenas ou por comunidades do entorno (indicador de efetividade).	32	146

Fonte: Fundo Amazônia

153. Sendo 28 nos subgrupos “referência em estudo” e “informações”), beneficiando 1.166 indivíduos de recente contato. Vide: Baseado no site do Fundo Amazônia: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Protecao-Etnoambiental-de-Povos-Indigenas-Isolados-e-de-Recente-Contato-na-Amazonia/?contrato>

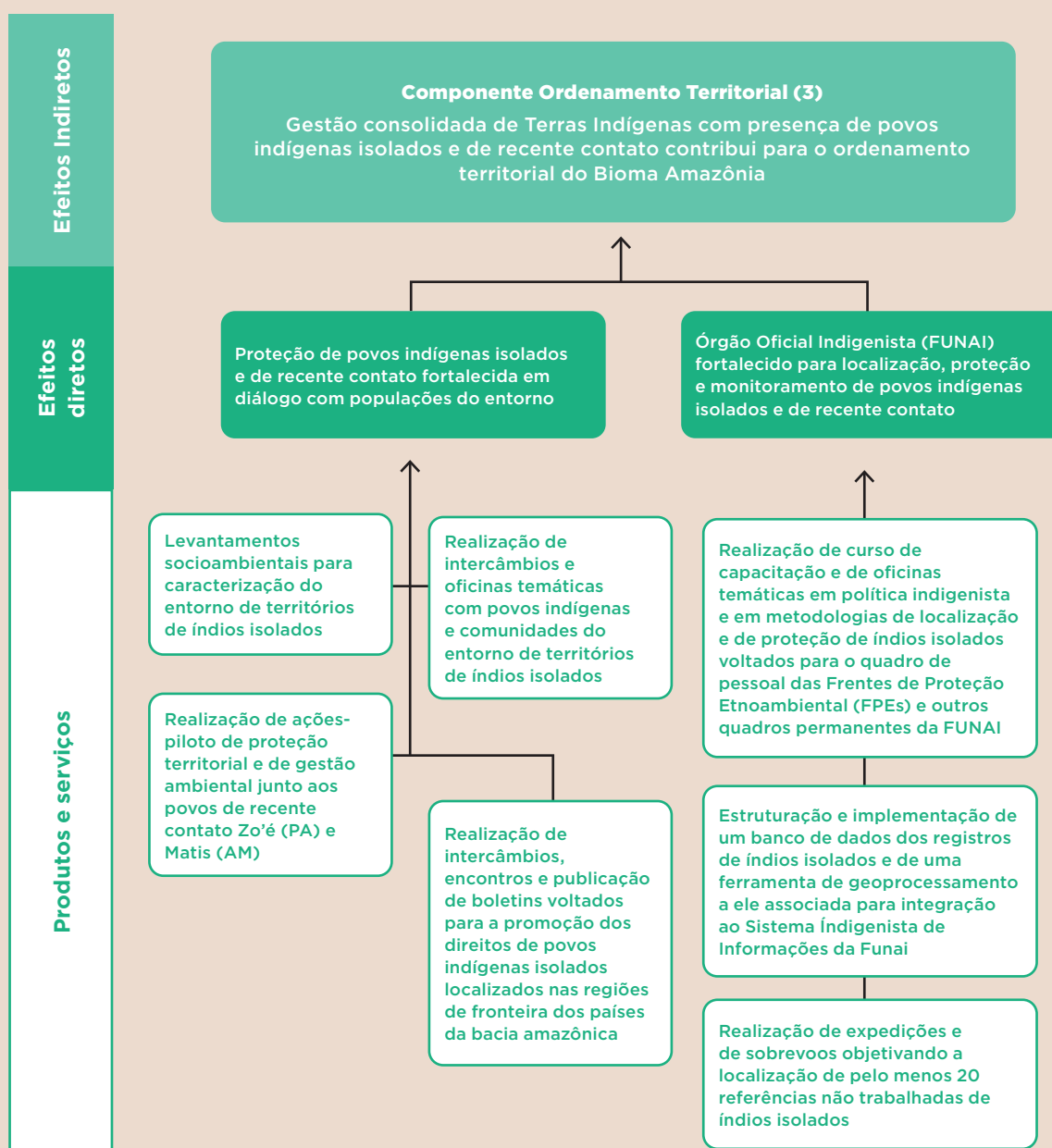


2. Lógica da intervenção

Em síntese, na lógica da intervenção, pode ser resumir o projeto *Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira* como aparece na Figura 15.

Figura 15: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto *Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira*

Projeto: Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira - CTI



Fonte: Elaboração própria



3. Metodologia

- Os critérios e a metodologia utilizados na avaliação de efetividade do projeto *Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira* contemplaram os mesmos do percorrer metodológico já apresentado no relatório temático da avaliação, com base nos critérios da OCDE.
- Assim como nos demais projetos, foram realizadas entrevistas por videoconferência com a equipe técnica da CTI, que esteve envolvida diretamente na implementação do projeto.
- Outro importante subsídio utilizado nesta avaliação de efetividade foi o aproveitamento de dados secundários e documental do projeto, que se encontram na base de informações do Fundo Amazônia/BNDES.
- Uma limitação identificada nesta avaliação é que não foi possível realizar entrevista com os beneficiários no local do projeto. .

4. Avaliação dos resultados

4.1. Efeitos Indiretos [Globais]

O principal efeito indireto do projeto *Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira* foi, certamente, a contenção do desmatamento na Amazônia Legal, o que é um dos objetivos maiores do Fundo Amazônia. Não houve redução expressiva na Amazônia Legal como um todo em função da situação no Pará, que puxou a taxa média de desmatamento para cima em toda a região. Esse fenômeno pode ser visualizado no gráfico da Figura 16.

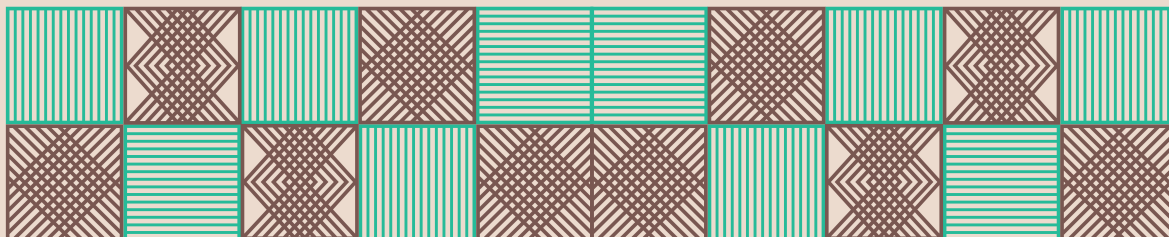
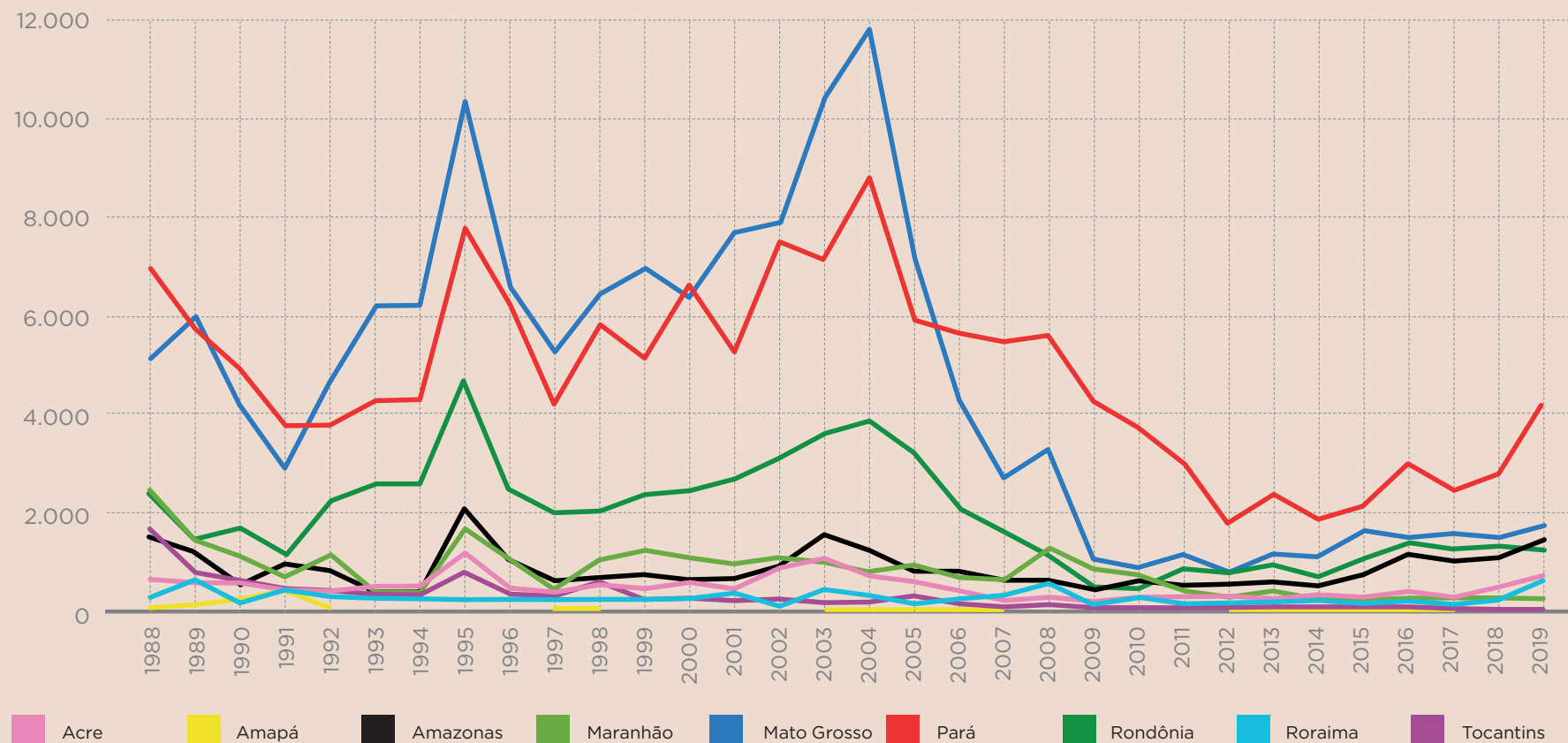




Figura 16: Média de desmatamento na Amazônia Legal de 1988 a 2019

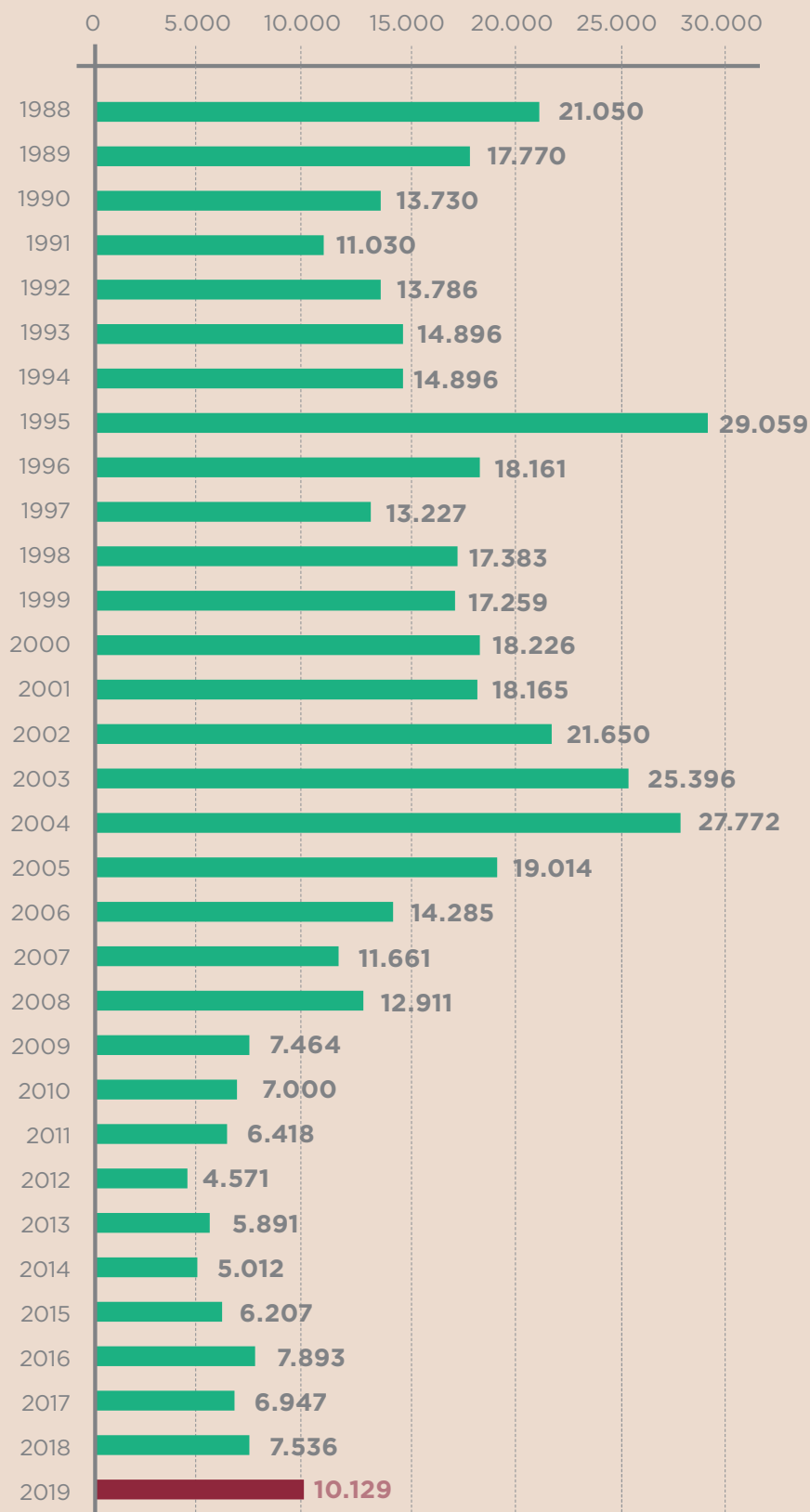


Fonte: INPE

Apesar desse fato, pode-se verificar a importância dos projetos do Fundo Amazônia nas Figuras 17 e 18, gráficos elaborados pelo INPE:



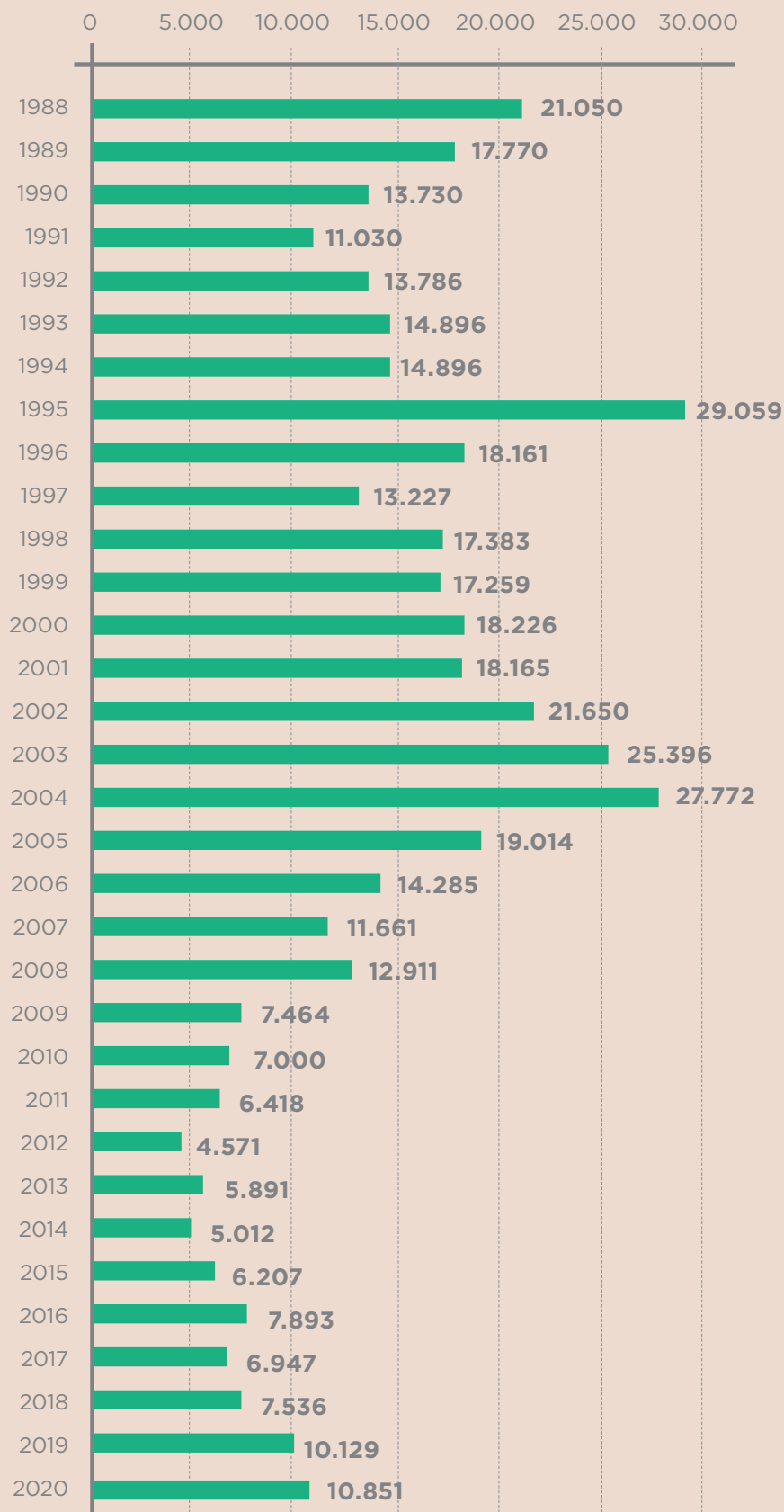
Figura 17: Taxas consolidadas anuais de desmatamento PRODES 1988/2019 na Amazônia Legal Brasileira (km²)



Fonte: INPE



Figura 18: Taxas consolidadas anuais de desmatamento PRODES 1988/2019 na Amazônia Legal Brasileira (km²)



Fonte: INPE



Observa-se que à medida que se aproxima o final dos projetos, o desmatamento sobe. (Tabela 11)

Tabela 11: Taxa de desmatamento em relação a linha de base

Projeto	Linha de base (2009/2013) (km ²)	Período de execução dos Projetos (%) 2014-2018	Variação (%)	Pós-Projeto (%) 2019/2020	Variação (%)
Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira	6,268	6,719	7,19	10,490	56,12

Fonte: Elaborado pelo autor

Esse fato foi confirmado pela consultoria contratada pela GIZ, a qual apresentou a síntese do desmatamento nas áreas dos demais projetos do Quadro 19 e Tabela 12.

Quadro 19: Desmatamento na área de atuação dos projetos, considerando a linha de base, período de execução e pós-projeto. Os dados apresentados em km²

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Período de execução dos projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 - 2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	
Amazônia Indígena Sustentável	3,34	0,84	2,11	
Arapaima: Redes Produtivas	1,34	1,26	2,18	
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,62	0,38	1,41	
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44	12,76	105,99	
Total Geral	19,91	15,30	111,91	

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)



Tabela 12: Taxa de desmatamento em relação a linha de base

Projetos	Linha de base (km ²)	Período de execução dos Projetos (%)	Pós-Projeto (%)
Alto Juruá	0,166555068	-64,63	33,40
Amazônia Indígena Sustentável	3,343512385	-74,93	-36,89
Arapaima: Redes Produtivas	1,335469284	-5,62	63,33
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,622696639	-38,91	126,97
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44487521	-11,68	633,72
Total Geral	19,91310859	-23,19	462,00

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Ou seja, em todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia foi possível mensurar uma redução no desmatamento nas suas áreas de atuação. No entanto, esses projetos não foram suficientes para reduzir o desmatamento na Amazônia como um todo, como se verificou acima, pois a Amazônia está sujeita à pressão de grileiros, às invasões e à atuação de grupos econômicos interessados apenas em utilizar a Amazônia para fins produtivos, sem uma preocupação com a sustentabilidade do local ou com a fauna e a flora existentes.

No caso específico do projeto *Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira*, ele contribuiu para o objetivo geral do Fundo Amazônia, qual seja, reduzir o desmatamento apesar de, pelas suas características específicas, não ter sido possível fazer uma mensuração direta entre redução do desmatamento com o projeto apoiado pelo Fundo Amazônia. De qualquer forma, pode-se inferir que este projeto também contribuiu para a contenção do desmatamento na Amazônia Legal no período analisado (2014-2018).



4.2. Componente Ordenamento Territorial: Gestão consolidada de Terras Indígenas com presença de povos índios isolados e de recente contato contribui para o ordenamento territorial do Bioma Amazônia.

As premissas básicas do Fundo Amazônia eram que:

- Povos indígenas desmatam menos suas terras ou dito de outra forma;
- As terras indígenas historicamente possuem uma reduzida taxa de desmatamento;
- Terras indígenas tornam-se locais de resistência às invasões e desmatamentos;
- Terras indígenas contribuem para o ordenamento territorial do Bioma Amazônia.

Estima-se que o desmatamento em terras indígenas (TIs) seja 66% menor que nas demais áreas. Segundo a MapBiomas, apenas 1,6% do desmatamento no Brasil entre 1985 e 2020 ocorreu em terras indígenas. De acordo com dados do Prodes/INPE, as terras indígenas responderam por menos de 3% do desmatamento verificado na Amazônia em 2020.

Pelos seus objetivos, o projeto Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira pode ser incluído na Componente Ordenamento Territorial (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Com efeito, o referido projeto atuou diretamente nos arredores de áreas ocupadas por povos indígenas isolados dialogando com povos indígenas que tiveram algum contato ou registraram a presença de povos indígenas isolados, a fim de contribuir para a gestão territorial dessas áreas e, dessa forma, garantir os hábitos e tradições e a forma de vida dos povos indígenas isolados.

Pelas características do projeto, a proteção de povos indígenas isolados fica dependente de fatores externos e de aspectos subjetivos de difícil mensuração, já mencionados (interação com outros povos indígenas e fortalecimento da FUNAI). Nesse sentido, este projeto espera-se alcançar dois efeitos:¹⁵⁴

¹⁵⁴. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Protecao-Etnoambiental-de-Povos-Indigenas-Isolados-e-de-Recente-Contato-na-Amazonia>



- i) um efeito direto: a consolidação da gestão de terras indígenas;
- ii) um efeito indireto: contribuir para o ordenamento territorial da Amazônia Legal.

Apesar dessas dificuldades, a próxima seção, a qual tratará dos efeitos diretos propriamente ditos, procurará apresentar os indicadores concretos alcançados por este projeto dentro dos objetivos propostos.

Finalmente, cabe ressaltar que este projeto dialoga com os objetivos estratégicos do Fundo Amazônia e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).¹⁵⁵ O fato de não se possuir dados específicos sobre os efeitos em termos de redução do desmatamento na região alcançada por este projeto não reduz a importância desse efeito indireto, como se viu na seção anterior.

A hipótese central deste projeto, qual seja, que ao se preservar os povos isolados, o ordenamento territorial e a conservação da Amazônia saem fortalecidos, continua válida.¹⁵⁶ Entrevistas realizadas com coordenadores sugeriram que os resultados do combate ao desmatamento nas regiões do projeto foram heterogêneos, em função da grande área coberta pelo mesmo.

O mesmo pode ser dito em relação ao fortalecimento institucional da FUNAI.¹⁵⁷ Entrevistas realizadas sugerem que houve uma desconstrução paulatina dos órgãos encarregados da defesa dos direitos indígenas e este projeto visava a justamente reverter essa tendência.

Ambos os temas serão destacados a seguir.

155. Já visto na seção anterior.. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Protecao-Etnoambiental-de-Povos-Indigenas-Isolados-e-de-Recente-Contato-na-Amazonia>

156. Da mesma forma, o fortalecimento institucional da Funai pode ser obtido por meio da capacitação técnica de seus funcionários e do uso de ferramentas tecnológicas para produção e armazenamento de informações geográficas sobre grupos indígenas isolados contribui diretamente para o aperfeiçoamento da gestão do ordenamento territorial. Isso por sua vez contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia”.

157. No caso específico da FUNAI, o seu fortalecimento institucional pode ser feito por meio da capacitação técnica de seus funcionários e por meio do treinamento para o uso de ferramentas tecnológicas para produção e armazenamento de informações geográficas sobre grupos indígenas isolados.



4.3. Efeitos Diretos

4.3.1. Eixo 1: Proteção de povos indígenas isolados e de recente contato fortalecida em diálogo com populações do entorno

Conforme já mencionado anteriormente, este projeto tem um desafio adicional, pois precisa trabalhar com outros povos indígenas (e com a FUNAI) para fortalecer os povos indígenas isolados. Esse fator aumenta as dificuldades para se realizar uma adequada avaliação de efetividade do projeto.

Outro desafio deste projeto é que algumas das atividades realizadas não possuíam metas, como é o caso da confirmação da presença de indígenas isolados, tendo em vista se tratar de atribuição exclusiva do Estado. As metas do projeto a esse respeito se referiam à qualificação dos registros da presença desses povos (podendo levar ou não à sua confirmação), e elas foram atingidas e ultrapassadas.

A fim de atingir os objetivos do Eixo 1, foram realizadas quatro atividades (produtos/serviços) no âmbito do projeto: Produto 1.1: Levantamentos socioambientais para caracterização do entorno de territórios de índios isolados; Produto 1.2: Realização de intercâmbios e oficinas temáticas com povos indígenas e comunidades do entorno de territórios de índios isolados; Produto 1.3: Realização de ações-piloto de proteção territorial e de gestão ambiental junto aos povos de recente contato Zo'é (PA) e Matis (AM); e Produto 1.4: Realização de intercâmbios, encontros e publicação de boletins voltados para a promoção dos direitos de povos indígenas isolados localizados nas regiões de fronteira dos países membros da OTCA.

Em relação aos levantamentos socioambientais (Produto 1.1), havia uma meta de realização de seis estudos. Ao final do projeto, 13 estudos foram realizados, indicando uma ultrapassagem da meta proposta em 116,67%. Os estudos e levantamentos socioambientais permitiram ampliar e aprofundar substancialmente o conhecimento qualificado sobre povos indígenas isolados e de recente contato, seus territórios e as principais vulnerabilidades, pressões e ameaças sobre eles. Envolveram profissionais com formação em diferentes áreas do conhecimento e reconhecida experiência e constituem importantes subsídios técnicos para a política de proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato.

Acerca da realização de intercâmbios e de oficinas temáticas (Produto 1.2), havia uma meta de 1.116 participantes nas 54 oficinas previstas



no projeto. No entanto, o número de indivíduos participantes nas oficinas chegou a 6.512 nas 122 oficinas que foram efetivamente realizadas, ou seja, uma ultrapassagem das metas em 483,5% e 125,9%, respectivamente. Segundo as entrevistas realizadas, este foi o ponto forte do projeto, ao assegurar o aumento do intercâmbio entre os povos indígenas, inclusive acima das metas pré-estabelecidas.¹⁵⁸ De fato, os intercâmbios permitem a cada povo indígena conhecer melhor a cultura, as atividades e as técnicas utilizadas pelos demais povos indígenas. Os intercâmbios também permitiram que se conhecesse um pouco mais sobre o estilo de vida e dos costumes dos povos indígenas isolados ou de recente contato.

No que tange à realização de ações-piloto de proteção territorial e de gestão ambiental junto aos povos de recente contato Zo'é (PA) e Matis (AM) (Produto 1.3), houve uma previsão (meta) da realização de seis expedições de monitoramento ambiental e proteção territorial. Na prática, sete missões foram realizadas, uma ultrapassagem da meta em 16,67%. As expedições de monitoramento ambiental e proteção territorial são importantes na medida em que elas permitem que a gestão territorial seja fortalecida, especialmente naqueles 'territórios de povos indígenas isolados e de recente contato'. Estes são especialmente vulneráveis às pressões externas de invasores e latifundiários que querem expandir sua cobertura agrícola às custas dos povos indígenas isolados.

Cumprir ressaltar que os povos indígenas isolados não realizam planos de gestão pela própria situação de isolamento e as formas e grau de interação com outras populações. Portanto, as ações de fortalecimento da gestão territorial e ambiental de terras indígenas onde se registra a sua presença foram realizadas com povos e comunidades vizinhos dos povos indígenas isolados, bem como com povos de recente contato. As diversas oficinas, intercâmbios, encontros e atividades de monitoramento territorial e formação proporcionaram esse fortalecimento, contribuindo diretamente para a proteção desses povos e seus territórios. Além disso, o Centro de Trabalho Indigenista lembra que: "As experiências apresentadas [de intercâmbio] tiveram como referência em comum o compartilhamento/vizinhança territorial entre povos isolados e outros povos indígenas, e iniciativas como acordos territoriais, Planos de Vida, Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e mosaicos de áreas protegidas".¹⁵⁹ Ou seja, os intercâmbios enri-

¹⁵⁸. Entrevista com coordenadores do projeto da CTI.

¹⁵⁹. CTI. PROTEÇÃO E ISOLAMENTO EM PERSPECTIVA experiências do projeto proteção



quecem a cultura de todos os povos indígenas envolvidos.

O único produto a não atingir a metas foi o Produto 1.4: Realização de intercâmbios, encontros e publicação de boletins voltados para a promoção dos direitos de povos indígenas isolados localizados nas regiões de fronteira dos países membros da OTCA, que se dividia em duas atividades: i) publicação de boletins eletrônicos e ii) realização de eventos. No primeiro caso (boletins) havia uma previsão de publicação de 24 boletins eletrônicos, mas apenas 12 foram publicados. Ou seja, apenas 50% da meta foi atingida. Por outro lado, a segunda atividade prevista, realização de eventos, superou as metas, sendo realizados 14 eventos apesar de terem sido previstos apenas 11, o que indica uma superação das metas em 27,27%.

O CTI justificou o número de edições inferior à meta pela necessidade de adaptar o boletim do formato impresso para o formato digital.¹⁶⁰ O CTI argumentou que um boletim digital daria mais visibilidade ao projeto e às ações desenvolvidas.¹⁶¹ Nesse sentido, pode-se afirmar que os boletins digitais conseguiram preencher um hiato existente no que tange à divulgação de fatos, rotinas, hábitos e valores culturais dos povos indígenas isolados.

Não há dúvida que a proposta de um boletim eletrônico procede, pois permite a priorização dos conteúdos considerados mais estratégicos para o projeto, ainda que todos os aspectos da vida dos povos isolados são relevantes (e, portanto, estratégicos) para o projeto. No entanto, ao optar-se por desenvolver uma plataforma digital para hospedar o Boletim a fim de atingir um público maior, foi necessário contratar uma empresa especializada na hospedagem de boletins online, o que acabou por gerar atrasos e por impedir a publicação da totalidade dos números de boletins previstos.

4.3.2. Eixo 2: Órgão Oficial Indigenista (FUNAI) fortalecido para localização, proteção e monitoramento de povos indígenas isolados e de recente contato.

Já o segundo eixo deste projeto (fortalecimento da FUNAI) foi subdividido em três atividades, a saber: i) Realização de Cursos de Capacitação

etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia. Brasília, CTI/Fundo da Amazônia, 2018. p. 393.

160. CTI. Relatórios de avaliação

161. Idem. Relatórios de avaliação



e de oficinas sobre política indigenista; ii) Estruturação e implementação de um banco de dados dos registros de índios isolados; e iii) Realização de expedições e de sobrevoos. Desnecessário mencionar a importância de Oficinas, Cursos e Capacitações para a fixação de novos conhecimentos, a introdução de novas técnicas e a sustentabilidade de um projeto.

O Produto 2.1¹⁶² superou as metas previstas. Com efeito, esse produto, que estava relacionado à Cursos de Capacitação e de Oficinas sobre política indigenista, tinha como meta a capacitação de 85 funcionários da FUNAI, mas 106 foram capacitados. Ou seja, a meta foi ultrapassada em 24,7%. Nesse sentido, o CTI assegurou uma das bases do projeto, que era o fortalecimento da FUNAI para assegurar uma consistente política indigenista em prática.

Já o Produto 2.2¹⁶³ foi executado a partir de 2016 e finalizado em agosto de 2019. Em síntese, o Sistema de Informações sobre Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato Brasil (SI3RC) foi totalmente construído pelo CTI, atendendo aos requisitos e necessidades indicadas pelas áreas técnicas da Funai (CGIIRC, CoGeTi e CGGEO) e integrado à rede da Funai.¹⁶⁴

No caso do Produto 2.3,¹⁶⁵ a sua primeira atividade, qual seja, a medição do número de registros não confirmados de indígenas isolados verificados¹⁶⁶, não apenas atingiu, bem como superou as metas. De fato, eram previstas 20 medições e foram feitas 29, uma superação das metas em 45%. Já em relação ao número de expedições realizadas, forma previstas 12, mas realizadas 47, 291,6% acima das metas propostas. Além disso, cabe mencionar a qualificação de número expressivo de registros de povos indígenas isolados (44 registros, superando em muito a meta do projeto). O número de horas/voo e de expedições traduz o desenvolvimento das atividades por meio das quais se deu essa qualificação.

Apenas o número de horas de sobrevoos realizadas não foi alcança-

162. Produto 2.1 - Realização de curso de capacitação e de oficinas temáticas em política indigenista e em metodologias de localização e de proteção de índios isolados voltados para o quadro de pessoal das Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs) e outros quadros permanentes da FUNAI

163. Estruturação e implementação de um banco de dados dos registros de índios isolados e de uma ferramenta de geoprocessamento a ele associada para integração ao Sistema Indigenista de Informações da Funai

164. O novo módulo inclui a temática de povos indígenas isolados e de recente contato.

165. Realização de expedições e sobrevoos visando a localização de ao menos 20 referências não trabalhadas de índios isolados

166. “informação” e “referência em estudo”



do conforme o planejado. Havia uma previsão de 210 horas de sobrevoo, mas foram realizados 198,3 horas, abaixo em 5,5% da meta estabelecida. Alguns dos sobrevoos não se realizaram devido a situações de emergência na FUNAI, que teve que lidar com eventos que impediram a participação de alguns atores-chave daquela instituição nos sobrevoos, inviabilizando-os, o que acarretou atrasos ao projeto.¹⁶⁷

De fato, o número de invasões registradas nas áreas acompanhadas passou de 29 em 2015 para 96 ao final do projeto. Aqui cabe uma discussão importante: as invasões realmente aumentaram ou elas simplesmente não eram registradas? É certo que o aperfeiçoamento dos equipamentos de monitoramento da FUNAI permitiu um maior acompanhamento – e em alguns casos, em tempo real – das invasões à medida que elas ocorriam, o que não se verificava antes do projeto. Mas, parece claro que houve um aumento das invasões durante a execução do projeto.



¹⁶⁷. CTI. Relatórios de avaliação.



Quadro 20: Indicadores do projeto Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira

Indicador	Definição	Meta	Em: outubro/2015 (RED1)	Em: dezembro/2016 (RED2)	Em: junho/2018 (RED3)	Em: agosto/2019 (RED4)
Nº de registros de povos indígenas isolados e nº de indivíduos de povos de recente contato e de populações do entorno diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	Medição do nº de registros de povos indígenas isolados e nº de indivíduos de povos de recente contato e de populações do entorno diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto		21 registros de povos indígenas isolados; 838 indivíduos de recente contato, e 1059 indivíduos de populações do entorno (somatório em outubro/2015).		35 registros de indígenas isolados; 1166 indivíduos de recente contato; 6099 indivíduos de populações do entorno.	44 registros de indígenas isolados; 1166 indivíduos de recente contato; 6512 indivíduos de populações do entorno.
Nº de registros de índios isolados qualificados a partir do aprimoramento de ferramenta de Tecnologia da Informação (banco de dados georreferenciado)	Medição do nº de registros de índios isolados qualificados a partir do aprimoramento de ferramenta de Tecnologia da Informação		Ferramenta para aprimoramento metodológico em fase de estruturação.		114	114
Nº de informações sobre índios isolados fornecidas às FPEs por povos indígenas ou por comunidades do entorno	Medição do nº de informações sobre índios isolados fornecidas às FPEs por povos indígenas ou por comunidades do entorno		32	82	146	146
Nº de funcionários da FUNAI efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	Medição do nº de funcionários da FUNAI efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos		23	53	91	106
Nº de eventos sobre a temática da proteção de povos indígenas isolados e de recente contato nos países membros da OTCA com participação da sociedade civil	Medição do nº de eventos sobre a temática da proteção de povos indígenas isolados e de recente contato nos países membros da OTCA com participação da sociedade civil		2	4	12	14

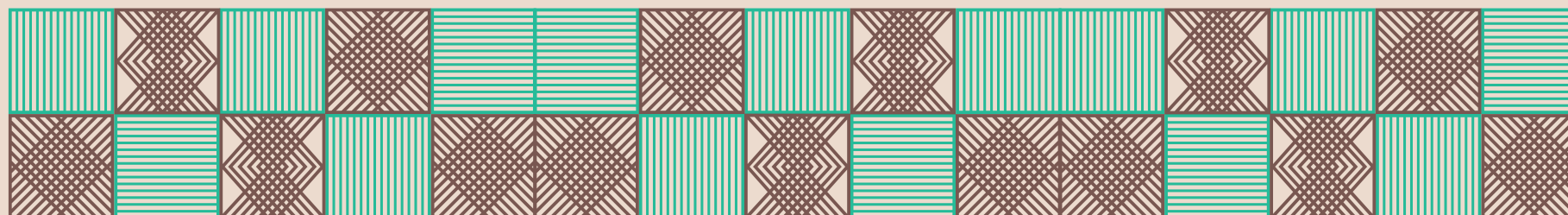
(Continua)

**ANEXO 2 - AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS
VI - PROJETO PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS
E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**



(Continuação)

Indicador	Definição	Meta	Em: outubro/2015 (RED1)	Em: dezembro/2016 (RED2)	Em: junho/2018 (RED3)	Em: agosto/2019 (RED4)
Nº de mulheres exercendo cargos de coordenação no CTI e número total de indivíduos exercendo cargos de coordenação no CTI	Medição do nº de mulheres exercendo cargos de coordenação no CTI e número total de indivíduos exercendo cargos de coordenação no CTI		8 mulheres no total de 14 indivíduos exercendo cargos de coordenação.	6 mulheres no total de 11 indivíduos exercendo cargos de coordenação.	6 mulheres no total de 11 indivíduos exercendo cargos de coordenação.	6 mulheres no total de 11 indivíduos exercendo cargos de coordenação.
Extensão (km ²) da área de TIs com o controle de seu território fortalecido	Medição da extensão (km ²) da área de TIs com o controle de seu território fortalecido		184 712, 0082 km ²			
Nº de ocorrências de invasão territorial observadas nas TIs abrangidas pelo projeto	Medição do nº de ocorrências de invasão territorial observadas nas TIs abrangidas pelo projeto		29	49	90	96
Área (ha) com presença de índios isolados e de recente contato caracterizada por meio de atividades de localização e estudos antropológicos e ambientais	Medição da área (ha) com presença de índios isolados e de recente contato caracterizada por meio de atividades de localização e estudos antropológicos e ambientais		-			





4.3.3. Síntese dos Efeitos diretos (principais resultados)

Não há dúvida, que o projeto resultou na qualificação de número expressivo de registros da presença de indígenas isolados (44, superando em muito a meta inicial, que era de 12 registros); assim como realizou uma quantidade significativa de capacitação de 1166 indivíduos de recente contato (1166 indivíduos de recente contato e 6512 indivíduos de populações do entorno), os quais por sua vez, geraram um conhecimento acumulado para o projeto e para suas respectivas comunidades.

Além disso, foram realizados 14 eventos e 122 oficinas sobre da proteção de povos indígenas isolados e de recente contato nos países membros da OTCA com participação da sociedade civil, despertando um novo interesse pelos povos indígenas isolados.

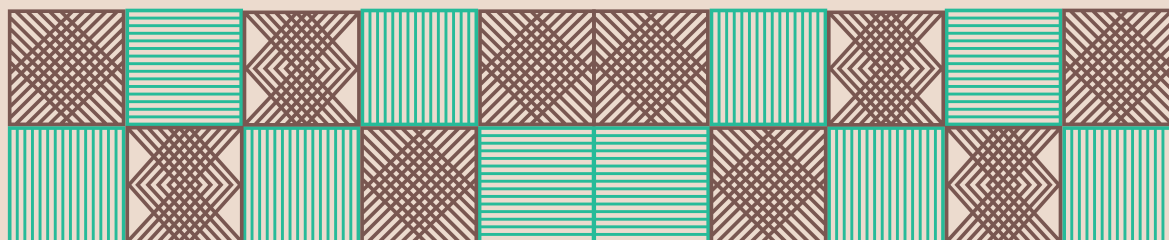
Foram feitos registros qualificados importantes e numericamente significativos (114) de povos indígenas isolados a partir do aprimoramento de ferramenta de Tecnologia da Informação.

Em relação à FUNAI, houve novas informações sobre índios isolados fornecidas às FPEs por povos indígenas ou por comunidades do entorno (146) e capacitação de funcionários da FUNAI (106) para utilizarem novas técnicas e funcionalidade do Banco de Dados, assegurando uma internalização dos conhecimentos adquiridos. Essa capacitação é fundamental e gera um efeito permanente sobre esses funcionários, colocando-os em um novo patamar em termos de informações e de atuação profissional.

Estima-se que 184.712,0 km² da área de TIs tiveram o controle de seu território fortalecido com este projeto.

Por outro lado, o número de invasões territorial nas TIs abrangidas pelo projeto cresceu de 29 em 2015 para 96 em 2019.

Dessa forma, pode-se fazer as considerações presentes no Quadro 21, de acordo com os critérios avaliativos recomendados pela OCDE.





Quadro 21: Considerações sobre o projeto *Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira* de acordo com os critérios da OCDE

Critério	Resultado
Relevância	O projeto <i>Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira</i> converge com os objetivos do Fundo Amazônia na medida em que leva conhecimentos de proteção ambiental e territorial para povos indígenas que vivem próximos à povos isolados e/ou de recente contato.
Eficiência	Houve dificuldades no que tange ao número de boletins a serem publicados. Por outro lado, a transformação de boletins impressos em boletins digitais permitiu aumentar o alcance e reduzir os custos de publicação dos boletins. A área da logística também teve problemas com o atingimento das metas, especialmente na área de sobrevoos. Nesse caso, foi um fator externo a causa do não atingimento: muitos voos programados não puderam ser realizados por emergências ocorridas (eventos) que impediram a participação dos coordenadores da FUNAI.
Eficácia	Os objetivos da intervenção foram atingidos em sua grande maioria, ainda que algumas (duas) das atividades propostas não tenham atingido suas metas. Algumas atividades não puderam ser medidas em termos de eficácia pela falta de uma meta inicial, o que dificulta a avaliação.
Efetividade/ Impacto	Certamente, o projeto gerou e continuará gerando efeitos positivos sobre a vida dos povos indígenas que habitam em áreas próximas dos povos indígenas isolados, pois tiveram capacitações acerca de planejamento e ordenamento territorial. Houve mudanças reais nas condições de vida dos povos indígenas que vivem próximos aos povos isolados.
Sustentabilidade	<p>Este projeto, executado pela CTI, é de fundamental para o país, pois trata diretamente de políticas públicas que precisam ser executadas pelo Estado. Tem uma característica peculiar por possuir apenas uma componente, a de Ordenamento Territorial.</p> <p>a) Do ponto de vista dos benefícios, das ações e das atividades realizadas, em geral, a capacitação e oficinas oferecidas pelo projeto resultou em uma quantidade significativa de capacitação: 1.166 indivíduos de recente contato e 6512 indivíduos de populações do entorno. As oficinas e capacitações geraram um conhecimento acumulado para os beneficiários e para suas respectivas comunidades, permitindo a sustentabilidade das ações e atividades promovidas por este projeto.</p> <p>b) Do ponto de vista da Componente Ordenamento Territorial, o número de servidores públicos capacitados em temas relacionados ao trabalho de gestão territorial e ambiental em terras indígenas superou as metas, atingindo 101 servidores contra uma previsão de 60. Com efeito, as metas de terras indígenas com PGTAs desenvolvidos e formalizados nos Comitês Regionais da FUNAI e de medição da área das TIs com organização do território definida através de PGTAs formalizados nos Comitês Regionais da Funai (hectares) foram atingidas. No primeiro caso, foram seis TIs com PGTAs desenvolvidos. No segundo caso, a mediação de área atingiu a 3.549.857 ha, conforme previsto, mostrando o potencial de replicabilidade (e sustentabilidade) dessas atividades.</p> <p>Em síntese, além de desenvolver um sistema de informações geográficas para a Funai voltado à proteção de povos indígenas isolados, o projeto <i>Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira</i> proporcionou a capacitação de servidores de Funai e de indígenas, garantindo a sustentabilidade e replicabilidade das ações deste projeto no futuro, seja por meio da FUNAI, seja por meio de outra instituição parceira.</p>



5. Gestão e monitoramento

A presente seção tem por finalidade apontar os pontos positivos e desafios no contexto da gestão e monitoramento do projeto. Aqui, foram abordadas questões ligadas a estrutura, recursos humanos, fluxos de trabalho, tempo de implementação e comunicação para gestão e execução.

O CTI contou com uma equipe dedicada ao projeto, tendo contratado apoio para serviços administrativos, que contava com um coordenador administrativo e financeiro e quatro assistentes para administração e contabilidade.

5.1. Pontos positivos

O projeto contou com uma equipe técnica da CTI que possuía experiência em gestão de projetos de elevado volume de recursos e expertise na temática indígena. Isso facilitou processos de readequação de prazos para o alcance dos resultados e objetivos previstos no projeto.

O CTI encerrou o projeto antes do período da pandemia da covid-19, tendo ficado pendente somente a publicação sistematizando os resultados.

5.2. Desafios

Houve a necessidade de adequação nos prazos do projeto, devido a dificuldades de interlocução com o órgão indigenista oficial e organizações indígenas, além de questões relacionadas ao período de chuvas e seca na região, associadas ao desafio de acesso a áreas sem infraestrutura. Essa situação levou a necessidade de reprogramação do Centro para avanço de parte das consultorias previstas.

Entre os fatores externos, o ambiente político, principalmente, com o órgão indigenista oficial gerou necessidades de reajustes e retomada de diálogo. Isso ocorreu devido a trocas de coordenação nas FPEs e na Coordenação geral, o que levou a atualizações no cronograma de execução.

6. Conclusões

Pode-se afirmar que o projeto foi eficaz e efetivo, ainda que nem todas as metas tenham sido atingidas.



O projeto gerou um impressionante volume de informações, por meio dos inúmeros eventos (14) e das oficinas (122) realizadas. Esse fenômeno foi facilitado pelas parcerias tanto com instituições públicas em todos os níveis (federal, estaduais e municipais), bem como com universidades públicas (federal e estadual) e outras organizações indigenistas.

O número expressivo de participantes e da audiência (6.512) permitiu um aumento de troca de informações e de intercâmbio sobre aspectos da vida dos povos indígenas isolados sem precedentes. Esse talvez tenha sido o maior ganho do projeto. O boletim eletrônico certamente contribuiu para a divulgação de informação sobre hábitos recentes dos povos indígenas isolados e de recente contato.

Os sobrevoos realizados, ainda que não tenha atingidos a meta prevista, certamente também contribuiriam para aumentar a informação disponível sobre povos indígenas isolados. Os sobrevoos também permitiram um melhor monitoramento da área coberta pelo projeto (184.712 km²), uma área significativamente maior do que a coberta pelos demais projetos. Como observa a CTI: “Os sobrevoos são apenas parte das ações voltadas à localização e monitoramento de indígenas isolados. Eles se articulam a dezenas de expedições e outras atividades de monitoramento e vigilância territorial realizadas nas terras indígenas, resultando em expressiva área monitorada ao longo do projeto”.¹⁶⁸

As sete missões realizadas certamente também contribuiriam para o monitoramento ambiental e proteção territorial da área coberta pelo projeto. Desnecessário mencionar a importância dessas expedições o fortalecimento da gestão territorial, em particular em áreas contíguas onde foram identificados registros de passagem de povos indígenas isolados.

Este projeto permitiu um empoderamento das mulheres, que assumiram mais da metade dos cargos de coordenação do projeto (seis de um total de 11).

Por outro lado, da perspectiva de pontos a melhorar do projeto, poder-se-ia mencionar:

- A falta de estabelecimento de metas prévias para algumas atividades dificultou a avaliação de eficácia dessas atividades;
- Não foi possível mensurar o quanto foi a redução no desmata-

168. CTI.



mento na área abrangida diretamente pelo projeto, pois não foi realizada uma medição específica na totalidade das áreas cobertas por este projeto.

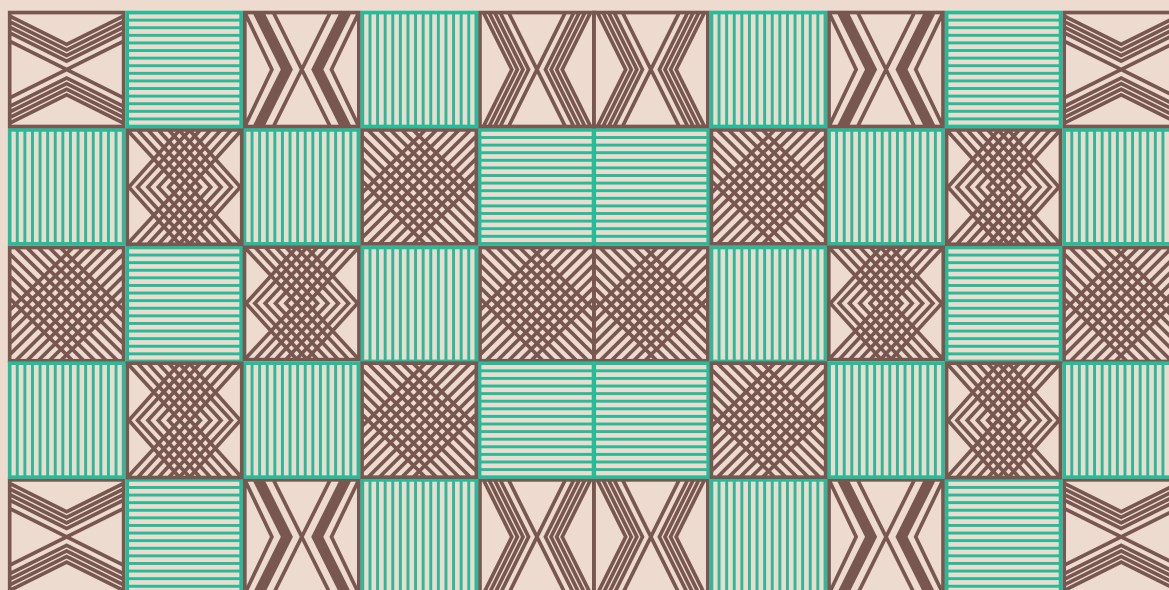
- Este projeto teve um efeito importante no aumento da proteção e da gestão territorial da área contígua aos registros de povos isolados, mas não impediu o aumento no número de invasões nas áreas monitoradas pelo projeto.

7. Lições aprendidas e recomendações

7.1. Lições aprendidas

De acordo com as entrevistas realizadas, as principais Lições Aprendidas foram:

- Apoiar iniciativas indígenas e da sociedade civil é uma forma de evitar retrocessos;
- Fortalecer a sociedade civil organizada gera defesa dos direitos dos povos indígenas;
- As oficinas de planejamento foram necessárias;
- O diálogo e a transparência foram fundamentais para gerar confiança.





7.2. Recomendações

	Recomendação	Executores	Estados	Fundo Amazônia	Governo Federal	Setor Empresarial	Doadores
Efeito direto	Apoiar diretamente organizações indígenas como executoras de projeto	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer parcerias com outras organizações privadas da sociedade civil para fortalecer os resultados do projeto	X	X	X	X	X	X
Efeito indireto	Apoiar a apresentação de projetos que permitam a continuidade deste e outros projetos do Fundo Amazônia	X	X	X	X	X	X
	Buscar maior apoio e envolvimento da Funai, órgão federal responsável pela política indigenista, para articular ações e programas com os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia para facilitar parcerias no nível estadual e municipal	X	X	X	X	X	X
	Apoiar novos projetos e parcerias que dialoguem com os atuais e integrem atividades de produção sustentável em terras indígenas e unidades de conservação a fim de fortalecer o ordenamento territorial	X	X	X	X	X	X
Gerais	Fazer parcerias com instituições nacionais e internacionais na área de tecnologias de informação (TICs) e de assistência técnica	X	X		X		
	Apresentar canais de acesso para outras fontes de recursos, nacionais e internacionais	X	X	X	X	X	X





8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Comentários
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	Sim	As atividades propostas no projeto contribuem para a preservação das florestas e dialogam com os programas florestais nacionais e estaduais.
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	O projeto contribui com o combate ao desmatamento nas áreas contíguas àquelas habitadas pelos povos indígenas isolados e é consistente com Programa Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCD-AC).
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	Acordo do Clima (Paris): sistemas agroflorestais contribuem para a preservação do meio ambiente e diluem o efeito do aquecimento global nos territórios beneficiados. Houve algumas articulações em âmbito internacional, um dos pontos de destaque do projeto. Houve dois encontros internacionais realizados no âmbito do projeto, atividades de destaque que lograram fortalecer e ampliar a atuação de um amplo conjunto de organizações indígenas e da sociedade civil de países da Amazônia e Gran Chaco na agenda de proteção e defesa dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato. PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas: na medida em que fortalece a ocupação das TIs com atividades econômicas sustentáveis. Programas Estaduais de Mudanças Climáticas: vide acima
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	A gestão territorial das áreas próximas ao registro de povos indígenas isolados contribui para reduzir as emissões de CO2.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional	Sim	O projeto apoiado pelo Fundo Amazônia é fruto de uma articulação internacional (doadores e o Brasil) que está de acordo com a legislação nacional e é consistente com acordos internacionais do qual o Brasil faz parte na área florestal. Houve dois encontros internacionais realizados no âmbito do projeto, atividades de destaque que lograram fortalecer e ampliar a atuação de um amplo conjunto de organizações indígenas e da sociedade civil de países da Amazônia e Gran Chaco na agenda de proteção e defesa dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato.

(Continua)

ANEXO 2 - AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS
VI - PROJETO PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS
E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Continuação)	Salvaguarda	Atende	Comentários
	Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	O projeto apresentou exemplos de articulação com as autoridades federais (FUNAI, UFAM), estaduais (UEA) e locais, especialmente municipais.
	Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto desenvolveu um sistema de informações geográficas específico para a política pública brasileira de proteção e promoção de direitos de indígenas isolados e de recente contato, além de fortalecer o banco de dados da Funai.
	3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	O projeto possui atividades de preservação da cultura indígena, notadamente, mas não apenas, dos povos indígenas isolados e do seu entorno.
	Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	O projeto reforçou os direitos das comunidades indígenas sobre suas terras por meio de sobrevoos e o aperfeiçoamento do fortalecimento do sistema de monitoramento e da FUNAI.
	Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Em parte	A utilização econômica das florestas não era um objetivo direto do projeto, mas acredita-se que é um efeito indireto do ordenamento territorial.
	Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Houve um intenso intercâmbio de informações entre os executores do projeto, outras ONGs e povos indígenas que viviam em áreas cobertas pelo projeto
	Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	A interferência foi no sentido de reforçar culturas e tradições já existentes.
	4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	Sim	Houve participação expressiva na maioria das capacitações, tanto de indígenas como de outros beneficiários pelo projeto.
	De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	O projeto foi executado com participação da FUNAI e de povos indígenas que viviam em áreas cobertas pelo projeto.
	Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	Realizou-se eventos e oficinas para orientar as decisões.
	Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Não se aplica	Não era um objetivo específico deste projeto.

(Continua)



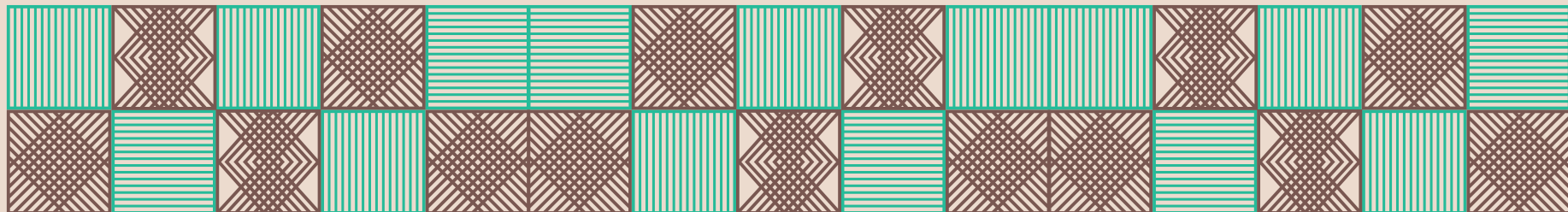
Continuação)	Salvaguarda	Atende	Comentários
	Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	Recorreu, desde o início do projeto, a um boletim eletrônico para divulgar assuntos de interesse do projeto no tema povos indígenas isolados
	Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Sim	O projeto atingiu praticamente todas as suas metas.
	5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16¹⁶⁹ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais	Sim	Sim. Todo o projeto foi voltado para fortalecer as ações de ordenamento territorial.
	Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A partir da capacitação de funcionários da FUNAI e do fortalecimento do sistema de monitoramento desta instituição, com a introdução de novas funcionalidades.
	Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Em parte	Não era um objetivo específico deste projeto.
	Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Em parte	Não era um objetivo específico deste projeto.
	Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Em parte	Não era um objetivo específico deste projeto.
	6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
	Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	Sim	A informação que se possui é que o mecanismo de compensação financeira (REDD) não foi utilizado neste projeto, embora considere-se completamente compatível pela preservação das florestas e dos hábitos dos povos indígenas isolados que este projeto visa promover.
	7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
	Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Em parte	Não era um objetivo específico deste projeto, mas certamente o projeto contribuiu para a redução do desmatamento, embora não haja uma informação específica que corrobore esta percepção.

169. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



9. Critérios transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Equidade de gênero ¹⁷⁰	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	Não era um objetivo específico deste projeto, mas, sim, o projeto trouxe efeitos na questão de gênero, pois a maioria das coordenadoras do projeto eram mulheres.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Não	Não se aplica.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Sim	O projeto apresentou parcerias em todos os níveis. Houve parcerias tanto com instituições públicas em todos os níveis (federais, estaduais e municipais), bem como com universidades públicas (federal e estadual) e outras organizações indigenistas.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Não	Não se aplica
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Não	Não era um objetivo específico deste projeto.



¹⁷⁰. Embora não fosse o objetivo do projeto, o projeto teve este efeito ao contratar um número expressivo de mulheres (cerca de 50%) para sua coordenação.



07 - Salvaguardas de Cancun (REDD+) de todos os projetos analisados

Salvaguarda	Atende	Comentários
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	Sim	Todos os projetos contribuíram para a preservação das florestas e dialogam com os programas florestais nacionais e estaduais.
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	Todos os projetos contribuíram para o combate ao desmatamento e eram consistentes com Programa Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCD-AC).
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	Acordo do Clima (Paris): sistemas agroflorestais contribuem para a preservação do meio ambiente e diluem o efeito do aquecimento global nos territórios beneficiados. PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas: na medida em que fortalece a ocupação das TIs com atividades econômicas sustentáveis. Programas Estaduais de Mudanças Climáticas.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	Não era um objetivo direto dos projetos, mas a gestão territorial das TIs contribui para a redução as emissões de CO2.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional	Sim	O projeto apoiado pelo Fundo Amazônia é fruto de uma articulação internacional (doadores e o Brasil) que está de acordo com a legislação nacional e é consistente com acordos internacionais do qual o Brasil faz parte na área florestal.
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	Todos os projetos tiveram 'cases' de articulação com as autoridades federais (FUNAI), estaduais ou municipais e/ou com outras ONGs/SCOs.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	Praticamente todos os projetos desenvolveram ou implementaram PGTAs. Os PGTAs contribuem para os processos de gestão florestal e territorial.
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	Todos os projetos tinham a preocupação de respeitar não apenas os direitos dos indígenas, mas sua cultura, suas tradições, seus costumes, seus conhecimentos e saberes tradicionais.

(Continua)



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	Todos os projetos buscaram conscientizar os povos indígenas dos direitos das comunidades indígenas sobre suas terras, associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Sim	Praticamente todos os projetos, com exceção do projeto Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Brasileira, previam a utilização econômica das florestas e como esta poderia fortalecer o ordenamento territorial das TIs.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Todos os projetos tinham a preocupação de respeitar não apenas os direitos dos indígenas, mas sua cultura, suas tradições, seus costumes, seus conhecimentos e saberes tradicionais.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	Em todos os projetos, a interferência foi no sentido de aperfeiçoar o modo de produção, com a introdução de novas técnicas agrícolas, sem questionar os hábitos, a culturas e as tradições já existentes.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	Sim	Em praticamente todos os projetos houve participação expressiva das partes interessadas (os beneficiários) na maioria das oficinas e das capacitações, tanto de indígenas como de outros beneficiários pelo projeto.
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	Todos os projetos foram executados com participação das lideranças dos povos indígenas que viviam em áreas cobertas pelo projeto e/ou da FUNAI.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	Todos os projetos realizaram eventos e oficinas para orientar as decisões dos Coordenadores das associações indígenas ou indigenistas.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Sim	Todos os projetos com fins econômicos foram executados com a participação das lideranças dos povos indígenas e os recursos obtidos eram repassados para as associações indígenas ou indigenistas que decidiam em conjunto sobre o uso das receitas obtidas.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	Todos os projetos realizaram eventos e oficinas ou mesmo algum tipo de planejamento participativo para orientar as decisões dos coordenadores das associações indígenas ou indigenistas.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Sim	Todos os projetos apresentaram algum tipo de sistema de monitoramento de resultados e impactos para orientar as decisões dos coordenadores das associações, indígenas ou indigenistas, e divulgaram periodicamente os resultados obtidos, em geral uma vez por ano.

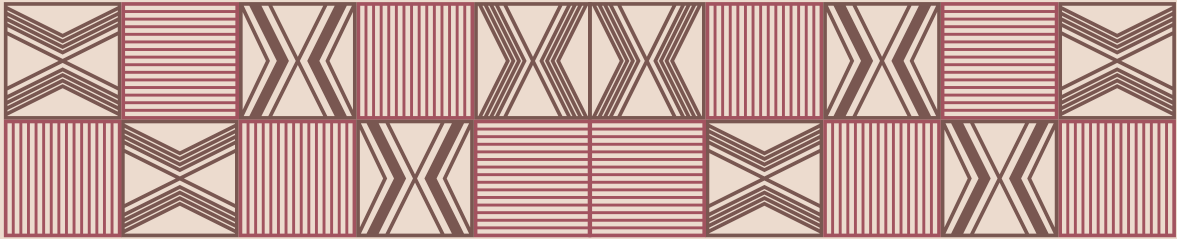
(Continua)



(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16¹⁷¹ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais	Sim	Todos os projetos foram voltados para fortalecer as ações de ordenamento territorial e da conservação das florestas naturais e da sua diversidade biológica.
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	Praticamente todos os projetos desenvolveram ou implementaram PGTAs, uma vez que esses instrumentos contribuem para os processos de gestão florestal e territorial.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Sim	Praticamente todos os projetos promoveram a recuperação de áreas desmatadas das florestas por meios dos sistemas agroflorestais (SAFs).
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Sim	SIM. Os SAFs preservam as espécies nativas.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Sim	Todos os projetos com fins econômicos foram executados de modo a promover o uso econômico sustentável da produção e recuperar áreas degradadas por meio dos SAFs, com ênfase no uso econômico sustentável das florestas e dos produtos PFNM.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	Sim	A informação que se possui é que o mecanismo de compensação financeira (REDD) não foi utilizado nos projetos avaliados, embora considere-se completamente compatível pela preservação das florestas e de resultados de REDD+
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Sim	Não era um objetivo específico de nenhum dos projetos avaliados a mensuração das emissões, mas certamente os projetos avaliados contribuíram para a redução do desmatamento durante a execução e implementação dos mesmos, conforme consultoria contratada pela GIZ confirmou.

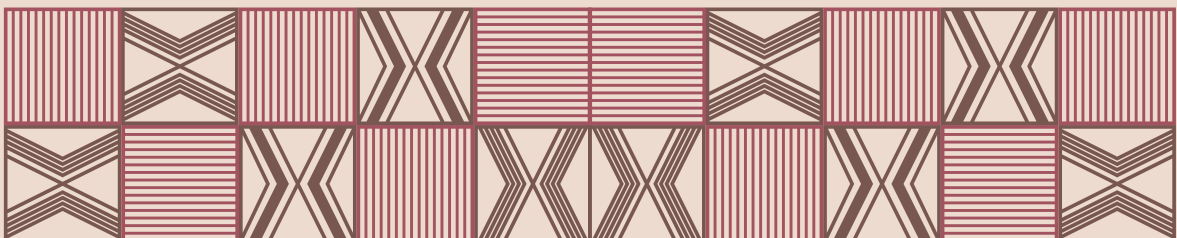
171. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



Avaliação De Efetividade De Projetos
Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

Anexo 3

Análise da Evolução do Desmatamento em Áreas de Projetos de Apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia





1. Introdução

No âmbito do projeto de cooperação entre a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH* (GIZ) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Fundo Amazônia, umas das ações apoiadas é a avaliação de efetividade ex-post dos projetos já concluídos que foram apoiados pelo Fundo Amazônia¹⁷².

Para compreender os resultados e impactos alcançados e identificar possíveis caminhos para maior eficácia, eficiência e sustentabilidade dos projetos inseridos na temática de apoio a povos indígenas e na temática de atividades produtivas sustentáveis, a GIZ está coordenando a realização de avaliações temáticas.

De forma complementar, é relevante contar com análises baseadas em geoprocessamento e sensoriamento remoto na Amazônia Legal para avaliar – a partir de imagens de sensores orbitais de alta resolução – a evolução do desmatamento, a degradação e a recuperação florestal nas áreas de atuação dos projetos avaliados e relacioná-las com as áreas onde houve implementação de atividades como parte do projeto.

Este trabalho, irá, de maneira complementar, fomentar, com seus resultados, a avaliação de projetos indígenas e de atividades produtivas sustentáveis. Nele, apresenta-se, de forma comprobatória, os resultados sobre a evolução do desmatamento nas áreas de atuação dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

2. Objetivo

O objetivo central deste trabalho é a análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a terras indígenas (TIs) no Fundo Amazônia. Os projetos analisados foram: Alto Juruá; Amazônia Indígena Sustentável; Arapaima: Redes Produtivas; Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre; e Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia. (Quadro 1)

172. Autor: BUSCA TERRA. Equipe técnica: Rafael Fonseca, Lívia Souza e Sérgio Morbio-lo. contato: rafael@buscaterra.com.br.



Quadro 1: Projetos de apoio a terras indígenas no Fundo Amazônia analisados

Projeto	Website do projeto
Alto Juruá	http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Alto-Juruá/
Amazônia Indígena Sustentável	http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Amazonia-Indigena-Sustentavel
Arapaima: Redes Produtivas	http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/ARAPAIMA-Redes-Produtivas/
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Cadeias-de-Valor-em-Terras-Indigenas-no-Acre/
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-da-Gestao-Territorial-e-Ambiental-de-Terras-Indigenas-na-Amazonia/

3. Metodologia

A metodologia foi aplicada com a finalidade de se ter uma leitura do desmatamento nos períodos anterior, durante e posterior aos projetos. As principais etapas metodológicas foram:

- **Definição da área de atuação**

Para cada projeto, foram levantadas as áreas de atuação em campo, com base nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação que apoiaram. Assim, temos as seguintes áreas analisadas.

Quadro 2: Áreas de atuação dos projetos analisados

Projeto	Área de Atuação	UF	Município
Alto Juruá	TI Kampa do Rio Amônia	AC	Marechal Thaumaturgo
	TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	AC	Marechal Thaumaturgo, Jordão
Amazônia Indígena Sustentável	TI Igarapé Lourdes	RO	Ji-Paraná
	TI Rio Guaporé	RO	Guajará-Mirim
	TI Rio Negro Ocaia	RO	Guajará-Mirim

(Continua)



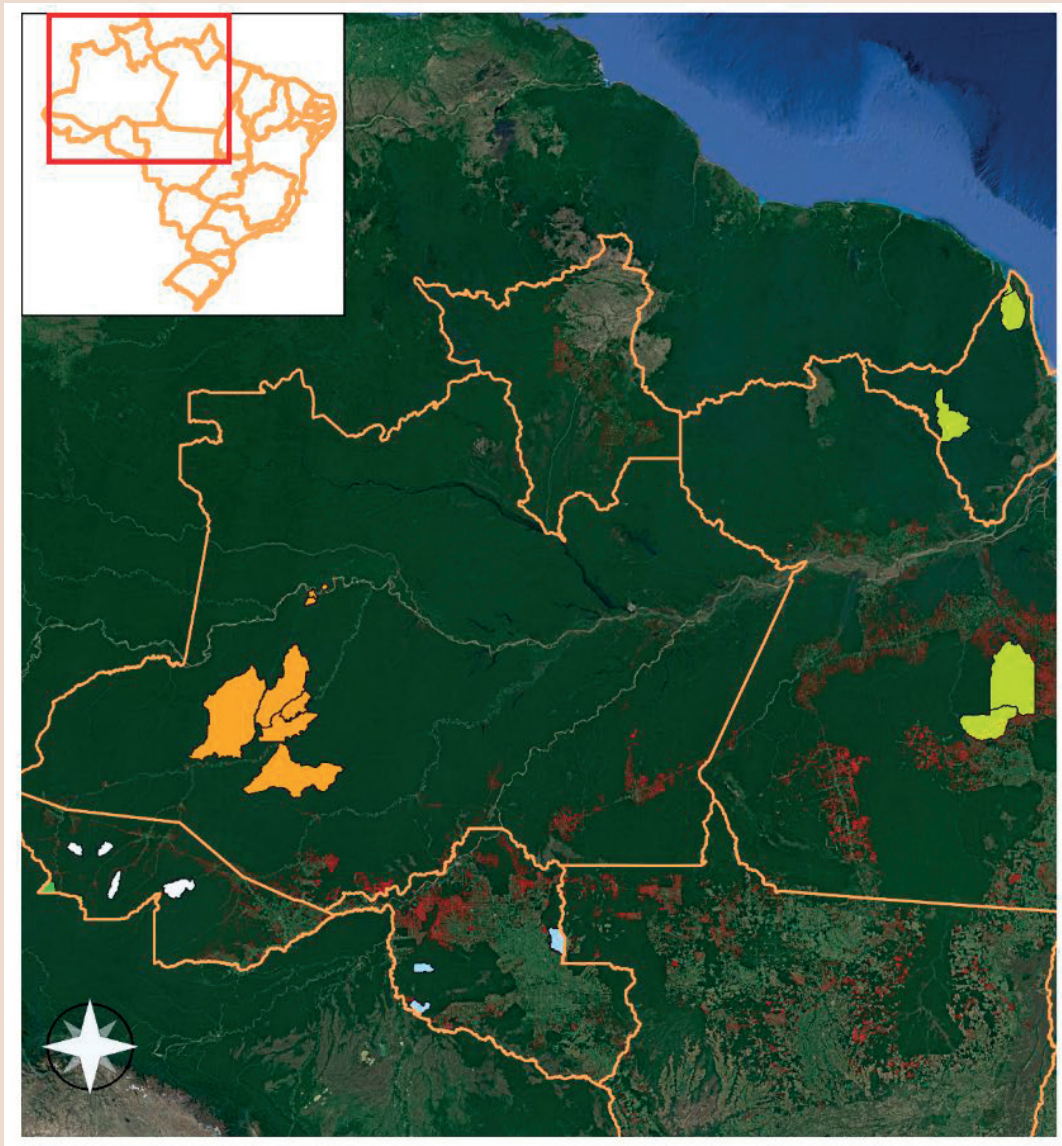
(Continuação)

Projeto	Área de Atuação	UF	Município
Arapaima: Redes Produtivas	RDS Cujubim	AM	Jutaí
	RDS Uacari	AM	Carauari
	RESEX do Médio Juruá	AM	Carauari
	TI Acapuri de Cima	AM	Fonte Boa
	TI Deni	AM	Tapauá, Lábrea, Itamarati, Pauini
	TI do Rio Biá	AM	Jutaí, Carauari
	TI Estação	AM	Jutaí
	TI Macarrão	AM	Jutaí
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	TI Alto Rio Purus	AC	Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano
	TI Arara do Igarapé Humaitá	AC	Tarauacá, Porto Walter
	TI Kaxinawá do Rio Humaitá	AC	Feijó
	TI Rio Gregório	AC	Tarauacá
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	TI Apyterewa	PA	São Félix do Xingu
	TI Galibi	AP	Oiapoque
	TI Jumina	AP	Oiapoque
	TI Trincheira Bacajá	PA	Altamira, São Félix do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio
	TI Uaçá	AP	Oiapoque
	TI Waiãpi	AP	Laranjal do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari

Na Figura 1, destacamos a localização dos projetos de apoio a povos indígenas alvo da avaliação. No Anexo I deste trabalho, pode ser encontrado os mapas individuais dos projetos.



Figura 1: Áreas de atuação dos projetos analisados e o desmatamento acumulado entre 2008 a 2020 (em vermelho)



LEGENDA

Estados

PRODES

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Alto Juruá

Amazônia Indígena Sustentável

Redes Produtivas

Cadeias de Valor

Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental

SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES
e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021

0 150 300 450 600 750km



• Dados de desmatamento

Para cálculo da taxa anual de desmatamento, foram utilizados os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)¹⁷³. O PRODES tem sido usado como fonte e indicador para a proposição de políticas públicas e para a avaliação da efetividade de suas implementações. Os dados espaciais do PRODES são utilizados em: (a) Certificação de cadeias produtivas do agronegócio como a Moratória da Soja e o Termo de Ajustamento de Conduta da Pecuária – TAC da Carne; (b) Acordos intergovernamentais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21) e Relatórios de Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa; e (c) Doações monetárias pelo Fundo Amazônia a projetos que usam o PRODES como dado de referência à atividade de desmatamento na Amazônia Legal.

O projeto PRODES realiza o monitoramento do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas. O PRODES utiliza imagens de satélites da classe LANDSAT (20 a 30 metros de resolução espacial e taxa de revisita de 16 dias) numa combinação que busca minimizar o problema da cobertura de nuvens e garantir critérios de interoperabilidade. As imagens do satélite americano LANDSAT-5/TM foram, historicamente, as mais utilizadas pelo projeto, mas as imagens do sensor CCD a bordo do CBERS-2/2B, satélites do programa sino-brasileiro de sensoriamento remoto, foram bastante usadas. O PRODES também fez uso de imagens LISS-3 do satélite indiano IRS-1 e também das imagens do satélite inglês UK-DMC2. Atualmente faz uso massivo das imagens do LANDSAT 8/OLI, CBERS 4 e IRS-2. Independente do instrumento utilizado, a área mínima mapeada pelo PRODES é de 6,25 hectares.

• Linha de Base

Para calcular a linha de base de desmatamento da TI de atuação dos projetos, foi levantado o desmatamento no período de 5 anos anteriores ao início das atividades dos projetos. Considerando que dois

¹⁷³. Dados disponíveis em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>



projetos iniciaram em 2014, esse foi o ano considerado como linha para os outros quatro.

Assim, a linha de base foi composta pelos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Aqui, a linha de base corresponde à média do desmatamento no período apurado.

4. Resultados

Na Amazônia Legal, as terras indígenas ocupam cerca 1,08 milhão de km², o que equivale a cerca de 22,9% da região. Nesse contexto, o desmatamento vem evoluindo nessas áreas ao longo dos anos, principalmente em áreas que sofrem ameaças e pressões. Enquanto a primeira pode ser entendida como risco iminente ao desmatamento, a outra corresponde ao desmatamento ocorrido nela.

A partir da Tabela 1, é possível compreender a evolução do desmatamento em terras indígenas na Amazônia Legal nos últimos anos, considerando o recorte de 2009 a 2020, período de análise neste estudo. Nesse período, foram desmatados 2.835 km², ou sejam em média de 236,3 km² ao ano. Isso equivale a 3,45% do desmatamento na Amazônia Legal. Percebe-se que, apesar das constantes quedas desde 2009, o desmatamento passou crescer, notadamente entre 2017 e 2020, concentrando 1.383 km² ou 51% do total no período observado.

Tabela 1: Total desmatado em terras indígenas na Amazônia (em km²)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total de área desmatada	331,19	293,75	225,69	159,04	167,74	96	73,03	105,09	198,04	260,57	497,37	427,94

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da plataforma Terrabrasilis. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Consultado em 08 out. 2021.

Nesse contexto, o Fundo Amazônia tem apoiado a elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de Terras Indígenas. Os projetos do Fundo encontram-se em territórios que necessitam de apoio para consolidação de sua ocupação pelos indíge-



nas, apesar do baixo volume de desmate na maioria das 23 TIs apoiadas, com uma média de 6,4km² desmatados ao ano e um total de 451 km² entre 2009 e 2020.

As TIs Trincheira Bacajá e Apyterewa no Pará se destacam por um alto volume, com uma média de 14,05km² ao ano e, correspondem a 81% do total desmatado nas TIs analisadas. Ambas foram apoiadas pelo projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e se localizam em áreas de ameaça e pressão no estado, sendo constantemente alvo de invasão para grilagem e extração ilegal de recursos naturais. Na Tabela 2 estão os dados de desmatamento para cada projeto apoiado.

Tabela 2: Resultado do levantamento do desmatamento nas áreas de atuação dos projetos. (Os dados são apresentados em km²)

Projetos	Área total dos projetos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alto Juruá	1.184,8	0,00	0,29	0,47	0,07	0,00	0,08	0,00	0,15	0,07	0,00	0,07	0,38
Amazônia Indígena Sustentável	4.053,9	4,27	0,44	0,54	1,53	9,95	0,42	0,27	1,48	0,69	1,33	2,24	1,98
Arapaima: Redes Produtivas	61.089,2	0,48	3,19	1,52	0,65	0,84	1,74	0,88	1,04	1,27	1,37	1,63	2,74
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	5.709,4	0,58	0,75	0,75	0,77	0,26	0,93	0,00	0,44	0,15	0,38	0,63	2,20
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	35.498,8	35,15	19,61	7,54	3,41	6,51	8,11	7,62	6,75	8,74	32,57	124,88	87,09
Total Geral	107.536,1	40,48	24,29	10,81	6,44	17,55	11,28	8,77	9,86	10,92	35,65	129,44	94,38

Levando em consideração as médias entre os períodos de linha de base (2009 a 2013), período de execução do projeto (2014 a 2018) e pós projetos (2019-2020), pode-se perceber que o desmatamento foi menor durante a intervenção nas TIs apoiadas, com um total de 15k,3km². Para



linha de base, foram 19,9km² desmatados e, no breve período pós-projeto, foram 111km². Para facilitar a visualização os efeitos dos projetos, pode-se observar os resultados por meio de uma linha de tendência, que evidencia a queda do desmate no momento de execução dos projetos (Quadro 3).

Quadro 3: Desmatamento nas áreas de atuação dos projetos, considerando a Linha de base, período de execução e pós projeto. Os dados são apresentados em km²

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Durante os projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 -2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	
Amazônia Indígena Sustentável	3,34	0,84	2,11	
Arapaima: Redes Produtivas	1,34	1,26	2,18	
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,62	0,38	1,41	
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44	12,76	105,99	
Total Geral	19,91	15,30	111,91	

Foi também realizada uma comparação entre os valores encontrados para linha de base e o percentual relativo à evolução durante o período de execução e pós-projeto (Tabela 3). Percebe-se que apenas nas áreas do projeto Amazônia Indígena Sustentável o desmatamento permaneceu menor que a linha de base. Já para os demais projetos, é possível notar incrementos negativos durante a intervenção e claro avanço após encerramento.



Tabela 3: Taxa de desmatamento em relação a linha de base. Em vermelho estão as taxas de aumento do desmatamento referente a linha de base

Projetos	Linha de base (km ²)	Período de execução dos Projetos (%)	Pós-Projeto (%)
Alto Juruá	0,166555068	-64,63	33,40
Amazônia Indígena Sustentável	3,343512385	-74,93	-36,89
Arapaima: Redes Produtivas	1,335469284	-5,62	63,33
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,622696639	-38,91	126,97
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44487521	-11,68	633,72
Total Geral	19,91310859	-23,19	462,00

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Os mapas das área dos projetos estão apresentados nas Figura 2, Figura 3, Figura 4, Figura 5 e Figura 6. A Figura 1 apresenta as áreas de todos os projetos (A Figura 1 está no item Metodologia e as demais no Anexo I deste trabalho).

5. Conclusão

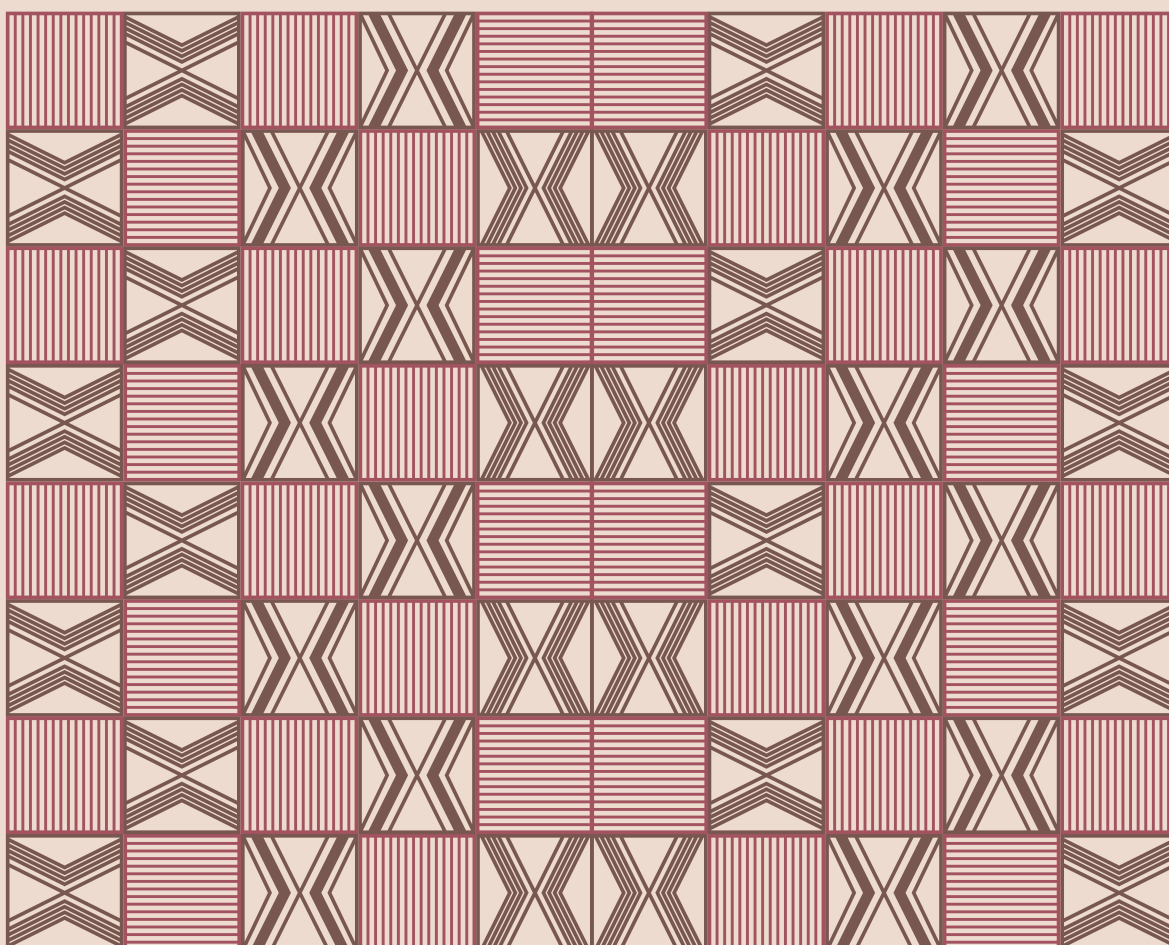
As terras indígenas observadas possuem baixa taxa de desmatamento. Em algumas, como por exemplo TI Acapuri de Cima, não foi identificado desmatamento durante todo período. Se levarmos em consideração toda a área analisada (107.536,10 km²), a taxa de desmatamento ao longo dos últimos 12 anos não foi mais do que 0,5% do total da área. Por outro lado, existem TIs em situação de ameaça e pressão, principalmente no Pará.

Os resultados indicam que os projetos tiveram um impacto positivo no combate ao desmatamento. As taxas de desmatamento durante o período de execução (2014 a 2018) diminuíram em relação a linha de



base em todos os projetos. Isso vai ao encontro dos objetivos desses projetos apoiados pelo Fundo Amazônia e contribuição na implementação de PGTAs. Ainda se verifica que, apesar do importante passo dado, houve um acréscimo expressivo das taxas após a finalização deles, indicando uma tendência ao aumento do desmatamento nas áreas analisadas nos últimos 2 anos.

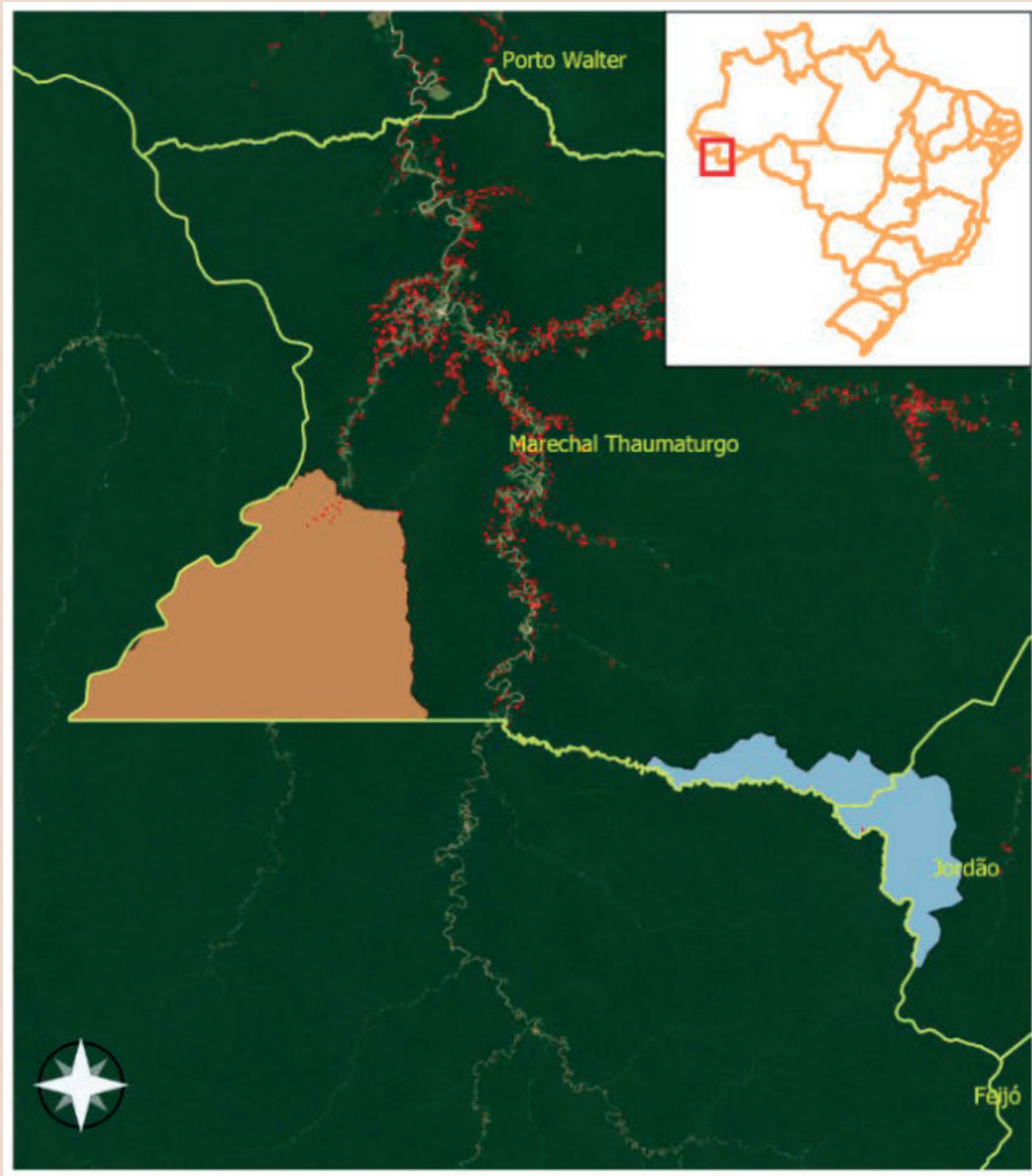
Se por um lado, nota-se a urgência de se implementar políticas de combate com atuação do poder público, somado a atuação da FUNAI e órgãos estaduais de proteção indígena. Por outro, percebe-se o quanto é relevante dar continuidade ao apoio as terras indígenas na Amazônia, fortalecendo a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), bem como fortalecer capacidades em organizações indígenas para que possam implementar iniciativas que tragam escala ao uso sustentável de recursos, fortalecer conhecimentos tradicionais e contribuir para o equilíbrio climático da região.





ANEXO I - Mapas das áreas de atuação dos projetos

Figura 2: Áreas de atuação do projeto “Alto Juruá” e o desmatamento acumulado entre 2008 a 2020 [em vermelho]



LEGENDA

Municípios PRODES

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Alto Juruá

Kampa do Rio Amônia Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu

0 10 20 30 40 50 km

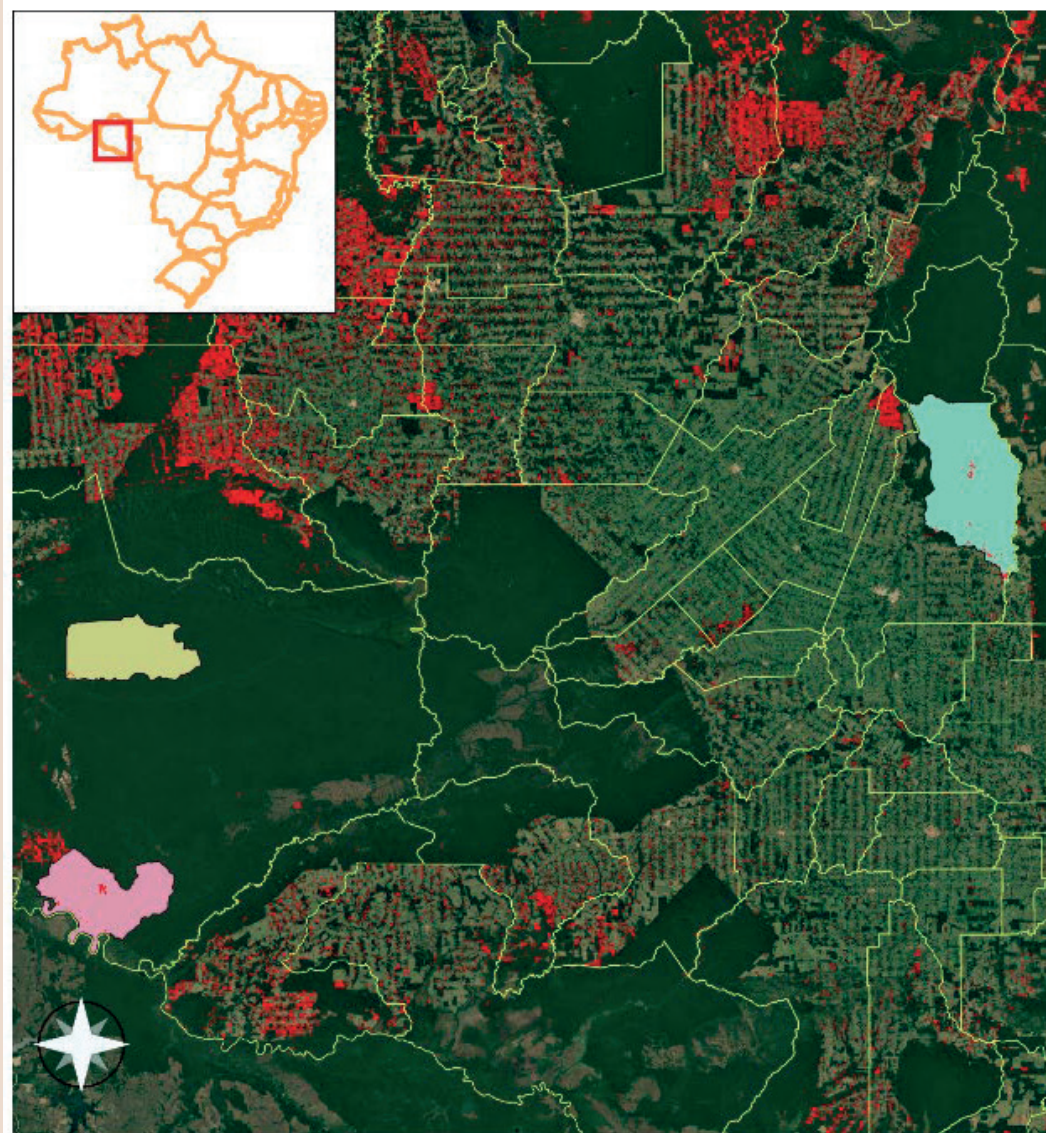
SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021



Figura 3: Áreas de atuação do projeto “Amazônia Indígena Sustentável” e o desmatamento acumulado entre 2008 a 2020 (em vermelho)



LEGENDA

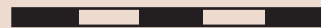
Municípios PRODES

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Amazônia Indígena Sustentável

Igarapé Lourdes
 Rio Guaporé
 Rio Negro Ocaia

0 30 60 90 120 150 km



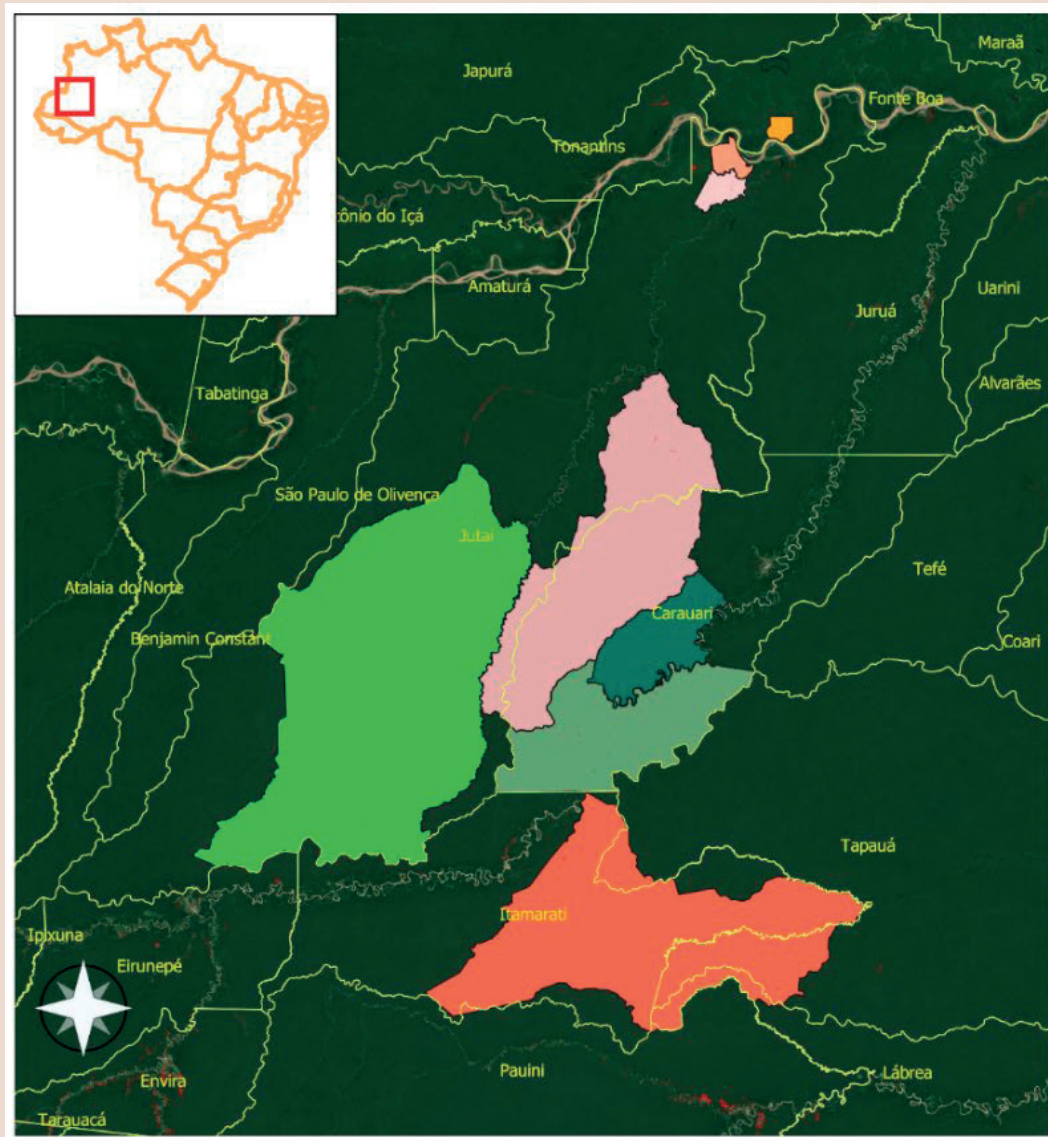
SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021



Figura 4: Áreas de atuação do projeto “ARAPAIMA: Redes Produtivas” e o desmatamento acumulado entre 2008 a 2020 [em vermelho]



LEGENDA

Municípios PRODES

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Arapaima - Redes Produtivas

Acapuri de Cima Deni Espírito Santo
 Macarrão Rio Bá

Unidades de Conservação

RDS Cujubim RDS Uacari RESEX Médio Juruá

0 30 60 90 120 150 km

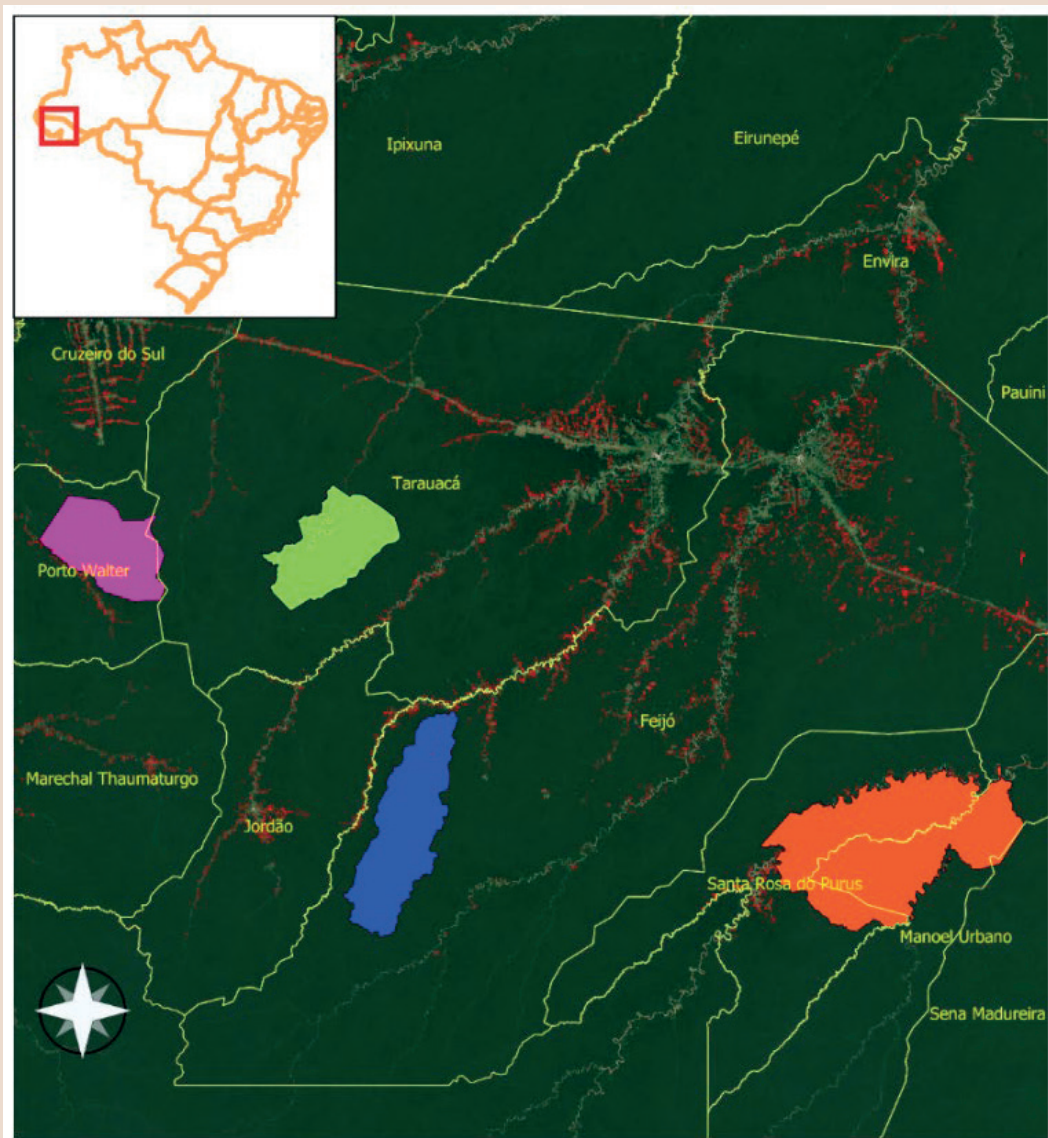
SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021



Figura 5: Áreas de atuação do projeto “Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre” e o desmatamento acumulado entre 2008 a 2020 [em vermelho]



LEGENDA

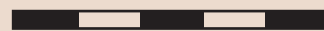
- Municípios
- PRODES

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Cadeias de Valor

- Alto Rio Purus
- Kaxinawá do Rio Humaitá
- Arara do Igarapé Humaita
- Rio Gregório

0 20 40 60 80 100 km



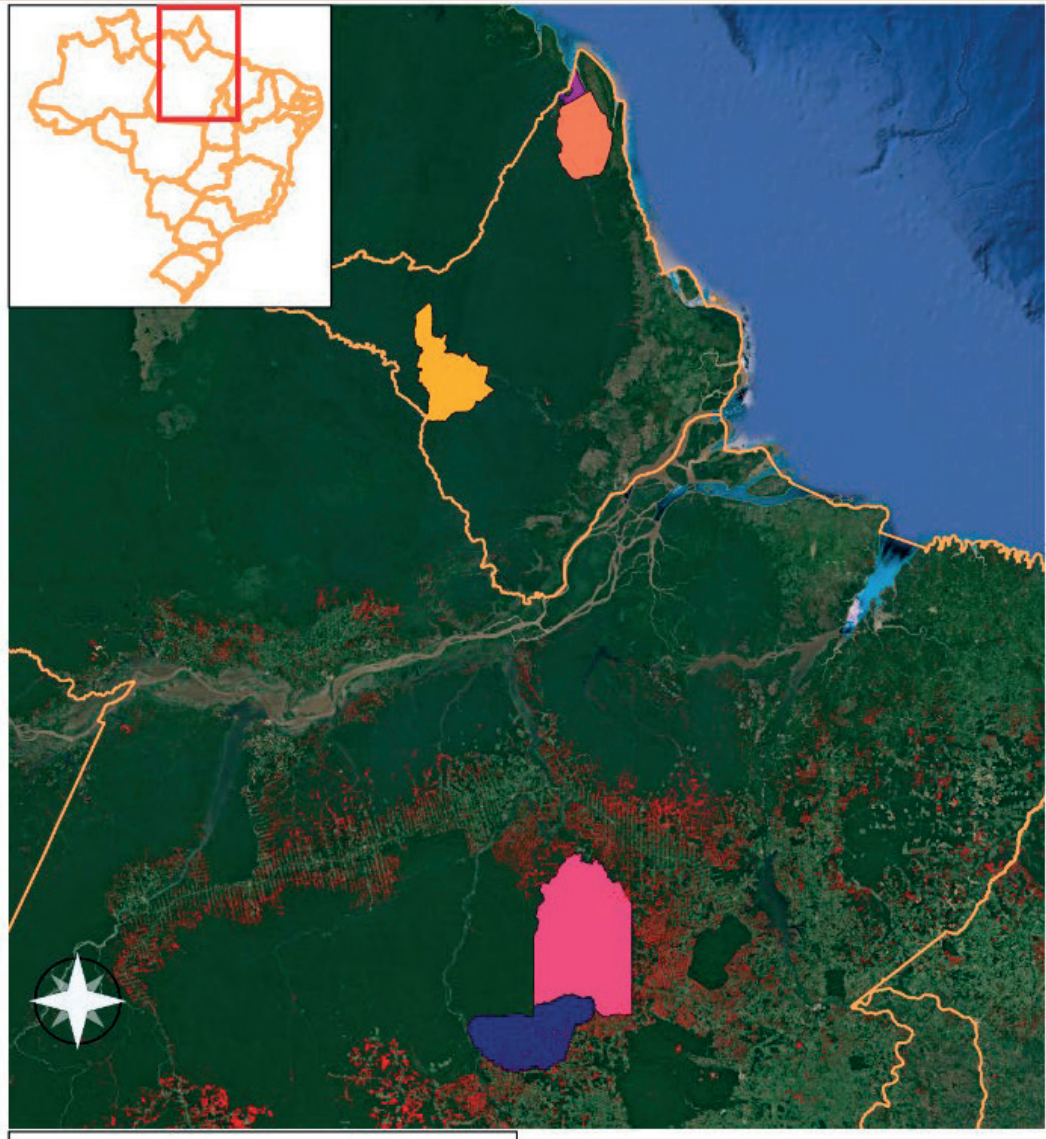
SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021



Figura 6: Áreas de atuação do projeto “Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia” e o desmatamento acumulado entre 2008 a 2020 [em vermelho]



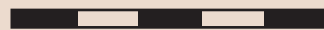
LEGENDA

- Estados
- PRODES

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

- Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental*
- Apyterewa
 - Trincheira Bacaja
 - Galibi
 - Uaçá
 - Jumina
 - Waiãpi

0 70 140 210 280 350 km



SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021



ANEXO II - Dados completos de levantamento de desmatamento

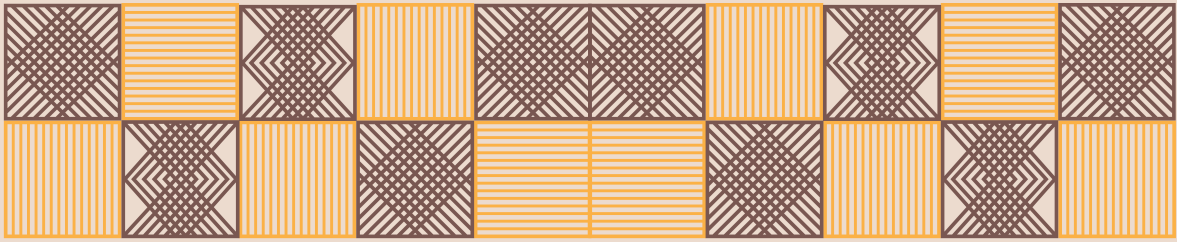
Projeto	TI	Área (km ²)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado (km ²)	Desmatamento (%)
Alto Juruá	TI Kampa do Rio Amônia	312,78	0,08	0,00	0,13	0,36	0,07	0,00	0,08	0,00	0,08	0,07	0,00	0,07	0,38	1,32	0,42
Alto Juruá	TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	872,05	0,00	0,00	0,16	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,04
Amazônia Indígena Sustentável	TI Igarapé Lourdes	1855,34	0,90	4,10	0,29	0,15	1,32	2,12	0,25	0,16	1,48	0,58	0,51	2,24	1,48	15,58	0,84
Amazônia Indígena Sustentável	TI Rio Guaporé	1157,88	0,52	0,08	0,15	0,32	0,21	7,47	0,10	0,00	0,00	0,00	0,33	0,00	0,44	9,62	0,83
Amazônia Indígena Sustentável	TI Rio Negro Ocaia	1040,64	0,07	0,08	0,00	0,07	0,00	0,37	0,07	0,11	0,00	0,11	0,49	0,00	0,06	1,43	0,14
Redes Produtivas	RDS Cujubim	24219,09	0,00	0,00	0,88	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,23	1,38	0,01
Redes Produtivas	RDS Uacari	6202,97	0,21	0,07	0,00	0,07	0,09	0,23	0,18	0,13	0,25	0,14	0,27	0,06	0,08	1,78	0,03
Redes Produtivas	RESEX do Médio Juruá	2869,53	0,42	0,28	0,43	0,10	0,00	0,16	0,24	0,07	0,35	0,17	0,22	0,27	0,60	3,31	0,12
Redes Produtivas	TI Acapuri de Cima	183,94	0,00	0,00	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,23	0,12
Redes Produtivas	TI Deni	15313,03	0,66	0,13	1,04	0,62	0,47	0,07	0,71	0,30	0,29	0,27	0,44	0,93	1,42	7,36	0,05
Redes Produtivas	TI do Rio Biá	11857,92	0,00	0,00	0,44	0,47	0,08	0,37	0,54	0,30	0,14	0,59	0,37	0,14	0,33	3,77	0,03
Redes Produtivas	TI Estação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Redes Produtivas	TI Macarrão	442,68	0,36	0,00	0,18	0,00	0,00	0,00	0,08	0,08	0,00	0,10	0,07	0,21	0,08	1,17	0,26
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	TI Alto Rio Purus	2631,30	0,07	0,22	0,41	0,33	0,45	0,12	0,36	0,00	0,37	0,08	0,07	0,12	0,38	2,98	0,11

(Continua)

ANEXO 3 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO EM ÁREAS DE PROJETOS DE APOIO A TERRAS INDÍGENAS NO FUNDO AMAZÔNIA



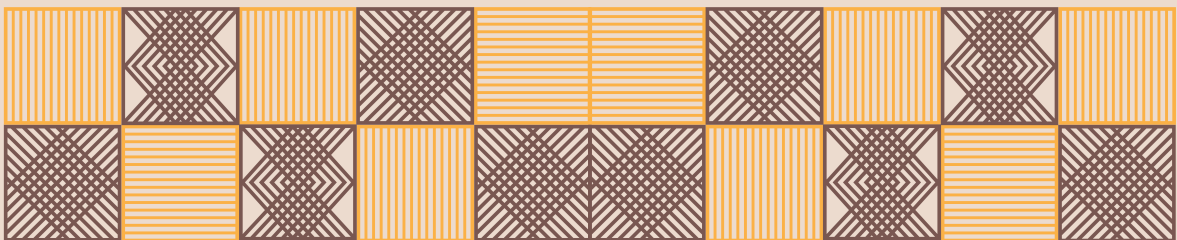
Continuação)	ANEXO 3 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO EM ÁREAS DE PROJETOS DE APOIO A TERRAS INDÍGENAS NO FUNDO AMAZÔNIA																	
	Projeto	TI	Área (km ²)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado (km ²)	Desmatamento (%)
	Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	TI Arara do Igarapé Humaitá	875,72	0,08	0,13	0,10	0,17	0,18	0,07	0,24	0,00	0,07	0,07	0,22	0,29	1,27	2,88	0,33
	Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	TI Kaxinawá do Rio Humaitá	1273,84	0,14	0,16	0,00	0,24	0,07	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,94	0,07
	Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	TI Rio Gregório	928,60	0,09	0,08	0,24	0,01	0,08	0,07	0,26	0,00	0,00	0,00	0,09	0,22	0,28	1,42	0,15
	Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	TI Apyterewa	7734,70	40,78	31,31	15,19	5,92	0,76	1,62	5,23	6,16	5,08	5,61	18,91	85,27	63,27	285,12	3,69
	Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	TI Galibi	66,89	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,07	0,00	0,00	0,11	0,15	0,00	0,46	0,69
	Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	TI Jumina	416,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	TI Trincheira Bacajá	16509,39	1,14	0,80	0,55	0,42	0,86	1,28	1,09	0,70	1,17	2,15	12,50	34,63	23,00	80,29	0,49
	Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	TI Uaçá	4701,64	5,19	2,37	3,27	0,95	1,79	3,07	1,40	0,68	0,50	0,98	0,77	3,75	0,40	25,14	0,53
	Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	TI Waiãpi	6070,17	0,38	0,61	0,59	0,26	0,00	0,47	0,38	0,00	0,00	0,00	0,27	1,07	0,42	4,46	0,07
	Total		107536,10	51,09	40,48	24,29	10,81	6,44	17,55	11,28	8,77	9,85	10,92	35,65	129,44	94,38	450,96	0,42



Avaliação De Efetividade De Projetos
Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

Anexo 4

Estudo de Caso: Terra Indígena Raposa Serra Do Sol¹⁷⁴



¹⁷⁴. Elaborado em outubro de 2021, pelo INSTITUTO ACARIQUARA CNPJ 06.284.362/0001-38
diretoria@institutoacariquara.org



1. Descrição do objeto

O estudo de caso para a Avaliação de Efetividade de projetos no tema indígena no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES ocorre com base nos Termos de Referência do projeto de Cooperação com o Fundo Amazônia/BNDES, referente a esta contratação.

O objetivo desta consultoria foi elaborar uma análise de iniciativas temáticas semelhantes aos projetos indígenas submetidos à avaliação de efetividade no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES, no contexto da gestão territorial, produção sustentável e desmatamento na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

O estudo de caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol trata de experiências relevantes de cinco povos indígenas de três famílias linguísticas e três sistemas/regimes cosmológicos de conhecimentos em um determinado momento da história desses povos que habitam a região nordeste do estado de Roraima, não financiadas pelo Fundo Amazônia. Muitas experiências vivenciadas por esses povos em seus territórios dialogam com as experiências vivenciadas pelos povos indígenas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia e avaliados pela Comissão de Avaliação de Efetividade, possibilitando análises comparativas produtivas e significativas.

A escolha dessa terra indígena (TI) justifica-se pelo fato de se identificar semelhanças e diálogos entre as experiências vivenciadas pelos cinco povos que vivem nestes territórios com a realidade vivenciada pelos povos indígenas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia possibilitando análises comparativas produtivas e significativas.

2. Abordagem Metodológica

A terra indígena selecionada na Amazônia para o estudo de caso foi a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que não recebeu qualquer tipo de apoio do Fundo Amazônia. A partir da identificação da TI, foi realizada uma abordagem qualitativa e quantitativa com caráter exploratório-descritivo (VENTURA, 2007; YIN, 2010; GIL, 2021), na qual se buscou o aprofundamento da situação sociopolítica da referida terra indígena.

Como primeira etapa analítica, foi realizada pesquisa bibliográfica, além de uma mobilização e engajamento das instituições, organizações e



atores para colaborarem com o estudo de caso, formando assim a rede de contatos para posteriormente realizar entrevistas à distância/remoto/online com informantes-chaves (PAYNE; PAYNE, 2004; KUMAR et al., 2017).

Nesse contexto foram identificadas, a partir da definição dos grupos de interesse, 12 possíveis organizações indígenas¹⁷⁵ e duas secretarias estaduais de Roraima:

- Conselho Indígena de Roraima;
- Aliança para a Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima;
- Associação dos Povos Indígenas de Roraima;
- Associação Regional Indígena do Rio Kinô, Cotingo e Monte Roraima;
- Centro de Etnodesenvolvimento Indígena Kaipîta/ Contão;
- Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol;
- Conselho do Povo Indígena Ingarikó;
- Organização das Mulheres Indígenas de Roraima;
- Organização dos Povos Indígenas de Roraima;
- Organização dos Professores Indígenas de Roraima;
- Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima;
- Secretaria de Estado do Índio; e
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Da rede de contatos, foram enviados convites para suas representações por meio de e-mails institucionais. Em geral, para as instituições ou organizações que não foram identificados e-mails institucionais ativos foram realizadas ligações sobre o estudo de caso, com a finalidade de agendar entrevistas com os responsáveis pela execução das ações do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) na terra indígena e verificar o grau de implementação, quanto à sua elaboração, análise e execução de ações que promovam o desenvolvimento sustentável. Buscaram-se também informações sobre as cadeias produtivas existentes e se existiam fontes de apoio técnicas e financeiras para atividades produtivas sustentáveis, incluindo a identificação de projetos, montantes de recursos e prazos de realização.

As entrevistas online foram realizadas entre os dias 30 de setembro

¹⁷⁵. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3835>. Acesso em 29 out. 2021.



a 15 de outubro de 2021. Foram realizadas entrevistas com a assessoria técnica da Secretaria Estadual do Índio para ponderações das iniciativas do Governo do Estado de Roraima na terra indígena em questão e o representante do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), que coordena o Projeto Promoção do Bem Viver da População Indígena no Estado de Roraima.

Dois fatores principais foram fundamentalmente decisivos para baixa participação na fase de entrevistas. O primeiro fator foi a dificuldade das organizações indígenas compreenderem a importância do estudo de caso, aumentando a desconfiança entre as pessoas contactadas. O segundo está relacionado à conectividade via internet para participação em entrevistas online com organizações que estão situadas no interior da terra indígena. Como o caso das organizações de base contactadas por e-mail e principalmente por ligações telefônicas que não deram retorno ou com que não foi possível realizar parte das entrevistas devido às dificuldades locais de acesso à internet.

Também foram utilizados dados secundários do INPE e ISA, com recorte temporal no período de 2009-2020 para compreensão da evolução do desmatamento.

A partir da investigação dos fatos, foi elaborado uma sistematização de ações buscando observar as semelhanças e diferenças, no contexto da gestão territorial, produção sustentável e desmatamento entre os projetos Alto Juruá¹⁷⁶; Amazônia Indígena Sustentável¹⁷⁷; Arapaima: Redes Produtivas¹⁷⁸; Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre¹⁷⁹; e Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia¹⁸⁰, que

176. Projeto coordenado pela Associação Ashaninka do Rio Amônia - APIWTXA. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Alto-Jurua/>. Acesso em 29 out. 2021.

177. Projeto coordenado pela Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Amazonia-Indigena-Sustentavel/>. Acesso em 29 out. 2021.

178. Projeto coordenado pela Operação Amazônia Nativa - OPAN. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/ARAPAIMA-Redes-Produtivas/>. Acesso em 29 out. 2021.

179. Projeto coordenado pela Comissão Pró-Índio - CPI-Acre. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Cadeias-de-Valor-em-Terras-Indigenas-no-Acre/>. Acesso em 29 out. 2021.

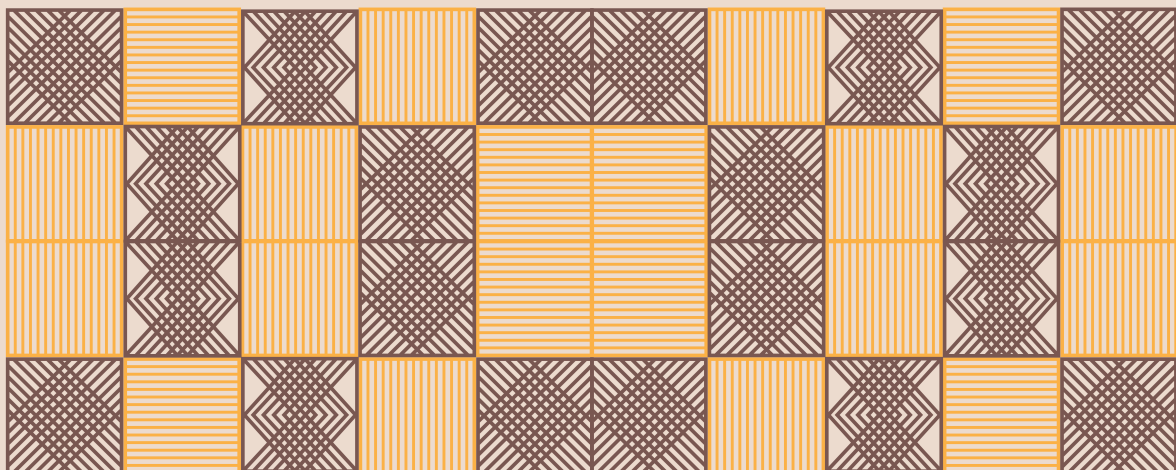
180. Projeto coordenado pela The Nature Conservancy - TNC Brasil. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-da-Gestao-Territorial-e-Ambiental-de-Terras-Indigenas-na-Amazonia/>. Acesso em 29 out. 2021.



foram apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES e as ações na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Por fim, foram identificadas e avaliadas 12 ações que serviram como orientação para reflexões entre as iniciativas desses cinco projetos e as ações que vêm sendo desenvolvidas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol:

- Fortalecimento institucional de organização indígena para gestão de PGTA;
- Elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental;
- Implementação de Plano de Gestão Territorial e Ambiental;
- Elaboração de plano de vigilância territorial;
- Capacitação de indígenas para gestão territorial e ambiental;
- Implantação e operacionalização do sistema de vigilância territorial;
- Realização de ações de monitoramento de focos de calor / queimadas / incêndios florestais;
- Realização de ações de combate ao avanço do garimpo ilegal;
- Realização de Fiscalização / Visitas / Rondas de vigilância;
- Fortalecimento da gestão administrativo-financeira dos empreendimentos econômicos (associações e cooperativas);
- Sobreposição da terra indígena;
- Desmatamento na terra indígena.

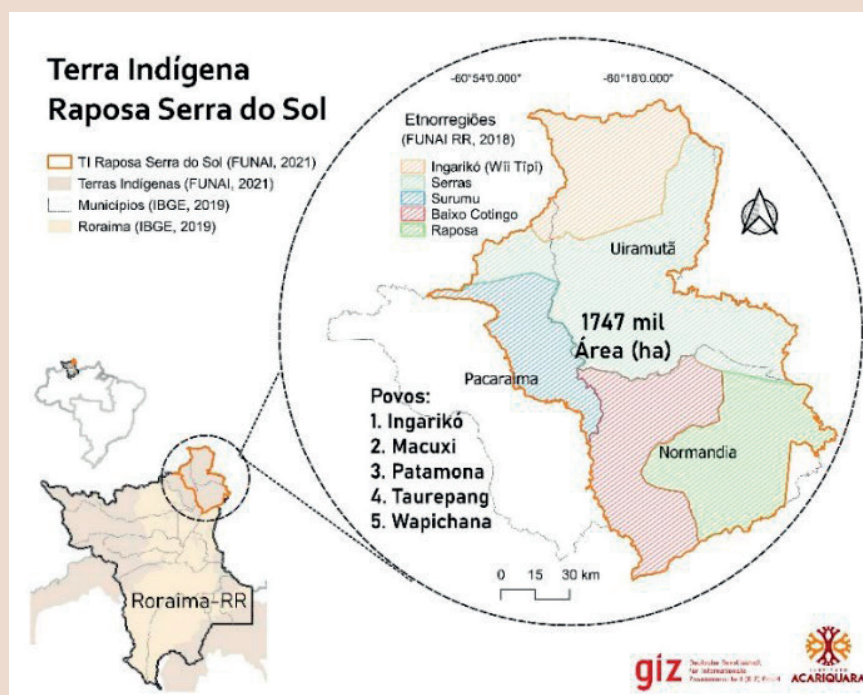




3. Caracterizações socioculturais

• Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Quadro 4: Caracterização Territorial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol



Área Territorial:	1.747.464 hectares
Geografia do local:	Encontra-se na área setentrional, em uma região montanhosa, tendo como destaque o Parque Nacional Monte Roraima.
Localização:	Nordeste do estado de Roraima, na trílice fronteira entre Brasil, Guiana e Venezuela.
Municípios de Abrangência:	Pacaraima, Normandia e Uiramutã
Habitantes:	26.048 mil habitantes
Comunidades:	222 comunidades
Povos:	Ingarikó, Patamona, Macuxi, Taurepang e Wapichana
Etnorregiões:	Serras (8.620 pessoas); Surumu (4.474 pessoas); Raposa (4.134 pessoas); Baixo Cotingo (2.774 pessoas).



Povos Indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Quadro 5: Caracterização Sociocultural dos Povos da Territorial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Povos	Família Linguística / Linguagem	Geografia	População	Uso da Terra
Ingarikó	Karib / Ingarikó	O grupo Ingarikós vive na etnorregião das Serras, no município do Uiramutã, limitado ao norte, pelos montes Roraima e Caburá, a oeste, pela fronteira entre Brasil e Venezuela.	1.301 pessoas, divididas em 12 aldeias	A agricultura é a principal atividade econômica dos Ingarikó. Há uma forte relação com a produção de artesanato por meio da tecelagem de tipoias, colares, pulseiras, cesterias, peneiras, redes de lã e algodão.
Macuxi	Karib / Macuxi	O território Macuxi estende-se por duas áreas diferenciadas: ao sul, Campos ou Lavrados; ao norte, uma área onde predominam Serras.	20.000 pessoas, distribuídas em 85 aldeias	Em relação às formas de uso da terra, os Macuxi cultivam mandioca, milho, cará, batata-doce, banana, melancia, ananás, dentre outros. Há também a pecuária extensiva com a criação comunitária de gado bovino.
Wapichana	Aruak / Wapichana	Os Wapichana localizam-se em duas regiões. Na área mais ao norte e a oeste, os Campos; ao leste e ao sul, a transição ocorre adensando a vegetação e amudando as montanhas. Em território brasileiro, as aldeias estão situadas na etnorregião da Serra da Lua.	13.000 pessoas	A agricultura é a principal atividade econômica, com o cultivo de mandioca, feijão e milho. Também buscam recursos na caça, pesca e pecuária extensiva, especialmente, com a criação comunitária de gado bovino.
Taurepang	Karib / Taulipáng (Pemóng)	Os Taurepang estão situados nos Campos ou Lavrados e Serras, na fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana.	792 pessoas	O sistema produtivo está engendrado na atividade de plantação de roça, banana, milho, arroz e feijão, cará, taioba, batata, abóbora, cana, macaxeira, mamão, melancia e laranja. Também vivem da criação de galinhas, suínos, carneiros e gados. Por questões religiosas os Taurepang não podem caçar animais de grande porte.
Patamona	Karib / Patamona	Distribuem-se nas savanas da Guiana e no Brasil na região serrana entorno do Monte Roraima.	198 pessoas	Denomina-se Kapon, assim como os Ingarikó. Desenvolvem agricultura de subsistência, caça e pesca.

Fonte: Informações sistematizadas do site do Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 29 out. 2021.



4. Resultados

• Gestão Territorial e Ambiental na Terra Indígena Raposa Serra do Sol

O dossiê “Raposa Serra do Sol: um projeto de vida para os povos indígenas da Amazônia e do Brasil”, publicado em 2017 pelos povos da TI, destaca que, em 2011, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) iniciou o processo de formação permanente de Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas (ATAI) para atuarem na área. (Figura 1)

Os agentes receberam treinamento e capacitação em diversas temáticas, como: direito ambiental, indígena e indigenista; monitoramento e proteção do território; soberania alimentar e alimentação alternativa; funcionamento da PNGATI; manejo de resíduos sólidos e rejeitos; fauna e flora¹⁸¹. Em 2017, o CIR passou a apoiar os ATAI com equipamentos e aplicativos do programa Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena (SOMAI), realizado pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM) em parceria com a FUNAI, COIAB e APIB, contando com o apoio da USAID, Embaixada da Noruega, WWF e Google.

Figura 1: Capacitação dos Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas – ATAI



Fonte: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2019/10/DOSSIE-RSS-NOVO-2019.pdf>. Acesso em 14 out. 2021.

¹⁸¹. Disponível em: http://apib.info/files/2017/10/Dossi%C3%AA-Raposa-Serra-do-Sol_LM2-FINAL.pdf. Acesso em 29 out. 2021.



Já o dossiê “Raposa Serra do Sol Como Está Hoje: avanços e conquistas 10 anos depois da decisão do STF, um projeto de vida para os povos indígenas do Brasil e do mundo”, publicado, em 2019, pelos povos da TI, destaca que, em 2012 e 2013, foram elaborados dois Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) nas etnorregião Serras e Raposa. Segundo esse dossiê, em 2018, iniciou-se a elaboração dos PGTA nas etnorregiões de Raposa e Baixo Cotingo¹⁸². No PGTA, as comunidades dialogam com os seus planos e as diversas possibilidades de períodos curtos e longos, tendo como foco principalmente a questão social, produtiva e ambiental.

Em 2019, a United United States Agency for International Development (USAID) estabeleceu um acordo de cooperação com o IIEB para a implementação do projeto Promoção do Bem Viver da População Indígena no Estado de Roraima (Projeto Bem Viver), com iniciativas de apoio à gestão ambiental e territorial das terras indígenas e geração de renda por meio do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva de gado bovino.

Na parceria com o consórcio USAID/IIEB/NCI, por intermédio do Projeto Bem Viver, o CIR deu continuidade com a formação dos ATAI. O CIR realizou o Seminário sobre Mudanças Climáticas, REDD+ e o Plano de Monitoramento e Vigilância das Terras Indígenas de Roraima, iniciativa que contou com o apoio da CAFOD, TNC, Embaixada da Noruega e Fundação Tebtebba, envolvendo os ATAI nas discussões sobre gestão das terras tradicionais, garantia dos direitos territoriais e preservação do meio ambiente dos povos indígenas, por meio de ações de monitoramento, vigilância e proteção territorial. Diante da situação da pecuária vivenciada na TI, surgiu o projeto do consórcio USAID/IEB/NCI para implementar o componente de estruturação e consolidação da cadeia de valor da pecuária sustentável no lavrado, com foco no apoio a novas técnicas de manejo do gado, melhoramento genético do rebanho e comercialização.

Embora a atividade pecuária não apresente paralelo com atividades desenvolvidas nos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, permite análises e reflexões sobre alguns aspectos relevantes em todos os casos. A atividade de pecuária praticada atualmente pelos povos indígenas da TI Raposa Serra do Sol pode ser considerada sustentável, por tratar-se de uma atividade extensiva desenvolvida nos pastos naturais –campos ou lavrados nativos –, portanto, sem necessidade de derrubada de florestas ou plantio de capim

182. Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2019/10/DOSSIE-RSS-NOVO-2019.pdf>. Acesso em 29 out. 2021.



e apropriada culturalmente de modo planejado, gradativo e adaptativo.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, todas as atividades do Projeto Bem Viver foram suspensas, devido à proibição de entrada de não indígenas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A proposta do IEB será solicitar a prorrogação do prazo do projeto para a USAID por mais 24 meses, uma vez que apenas 1/3 das ações foram executadas.

Há uma pretensão inovadora do CIR na implantação de um sistema de vigilância territorial que prevê o protagonismo das comunidades indígenas na proteção territorial contra o avanço do garimpo ilegal. Para superar esse problema, o CIR criou o projeto *Monitoramento Territorial e Ambiental*, que trabalha basicamente, com o acompanhamento das reuniões comunitárias para identificar os problemas.

O CIR tem divulgado na sua rede social as atividades de apoio à gestão territorial e ambiental com o fortalecimento dos postos de vigilância e monitoramento e a entrega de motocicletas, impressoras, *notebooks* e rádios comunicadores, máquinas fotográficas e celulares¹⁸³. (Figura 2)

Figura 2: Entrega de equipamentos para monitoramento comunitário na Terra Indígena, 2021



Fonte: Site do CIR.

Disponível em: https://cir.org.br/site/2021/09/30/cir-fortalece-monitoramento-comunitario-na-terra-indigena-boqueirao/?fbclid=IwAR2DKZjdi66d_iHfNaTBDSt6fEwpid_nnPXyg_8RMQSMvwxuCD98mbeu8qQ. Acesso em 10 out. 2021

¹⁸³. Informação no Facebook do Conselho Indígena de Roraima. Disponível em: <https://www.facebook.com/conselhoindigena.cir/>. Acesso em 14 out. 2021.



• Produção

Nas quatro etnorregiões da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foram verificadas que as principais atividades produtivas estão alicerçadas na agricultura familiar, com destaque para a pecuária extensiva e para a agricultura de subsistência.

Feiras Regionais na Terra Indígena Raposa Serra do Sol

As Feiras Regionais exercem essencial importância na vida e na economia da TI, possibilitando o incremento de renda das comunidades e, conseqüentemente, cria um mercado solidário com trocas e vendas de produtos.

Figura 3: Feiras etnorregionais na Terra Indígena Raposa Serra do Sol



Fonte: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2019/10/DOSSIE-RSS-NOVO-2019.pdf>

Inicialmente, procurou-se fazer um levantamento das políticas públicas de apoio à realização das feiras. Observa-se que as políticas públicas destinadas a este setor são tímidas e raras. O CIR busca criar condições para que as comunidades indígenas encontrem, por meio dos Centros Regionais construídos na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, soluções para os problemas que enfrentam na agregação de valor. Conforme notícia no site do CIR¹⁸⁴, o Centro Willimom, localizado na etnorregião das

184. Informação extraída do Portal do Conselho Indígena de Roraima Disponível em: https://cir.org.br/site/2021/10/01/centro-willimom-realizara-3a-edicao-da-feira-de-produtos-agricolas-e-artesanato-indigena/?fbclid=IwAR1mOP7YDSI5m3AnqHxwvn-Fk96cV8uzYYJW09f5UfSCgj15_q1J4f_J9I0I. Acesso em 29 out. 2021.



Serras, realizou a 3ª Edição da Feira de Produtos Agrícolas e Artesanato Indígena, com o intuito de mostrar a força da produção orgânica indígena e o artesanato local.

As lideranças da comunidade do Centro Willimom organizaram a feira com a seguinte programação: palestras dos coordenadores do Centro Willimom e do CIR; dança tradicional da fartura; visitação a casa das sementes tradicionais e demonstração de debulhadora do milho; corrida de cavalo; desfile e escolha da Índia IXIKO'PÍ a Yepuanai da feira; brincadeiras e competições; e, noite cultural. Destaca-se, de modo particular, a realização, desde 2012, das Feiras de Sementes, Saberes e Sustentabilidade no CIFCRSS.

• **Análise de Desmatamento na Terra Indígena Raposa Serra do Sol**

Nesta análise, utilizou-se dados relativos ao acumulado do desmatamento do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) disponíveis na plataforma TerraBrasilis¹⁸⁵.

Utilizando o limite da TI, foi realizada a análise espacial da área desmatada para a totalidade e percentual de sua área, bem como o acumulado de desmate de 2009 até 2020. Também se utilizou dados de focos de queimada anual¹⁸⁶.

Observa-se que, nos limites da TI Raposa Serra do Sol, ocorrem várias faciações vegetacionais de três tipos predominantes de cobertura vegetal que corresponde a 13,6% de Floresta Ombrófila Densa, 14,4% de Floresta Estacional e Contato Savana-Formações Pioneiras e 72,3% de tipos diferentes de Savana. De acordo com a metodologia do PRODES, somente esses dois tipos de cobertura vegetal são analisados para contabilidade de desmatamento na Amazônia Legal. Assim, as áreas de Savana, também conhecidas como Campos Cerrados de Roraima (VELOSO et al., 1991) ou pelo termo popular de Lavrados de Roraima (VANZOLINI; CARVALHO, 1991), não são contabilizadas como desmatamento.

O desmatamento acumulado na TI Raposa Serra do Sol, entre

¹⁸⁵. <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation>. Acesso em 12 set. 2021.

¹⁸⁶. <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/fires/biomes/aggregated/>. Acesso em 12 set. 2021.



2009 até 2020, totaliza uma área de 79,2 km², com média de 66,4 km²/ano, o que representam aproximadamente 0,38% de sua extensão territorial (17.448,292 km²), conforme Quadro 3. Percebe-se o constante crescimento do desmatamento na região desde 2009, exceto os não ou poucos registros de 2012, 2016 e 2018. Também se verificou que, em 2017, houve uma queda de 1,5% no desmatamento na região. Nos últimos anos (2019 e 2020), o desmatamento segue em crescimento em média de 1,2%.

Quadro 3: Desmatamento acumulado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 2009 - 2020

Ano	Desmatamento por km ²	Desmatamento por hectares	% Variação	Situação
2009	41,53	4.153,30	0,0%	▲ 0,00
2010	56,20	5.619,87	35,3%	▲ 0,35
2011	57,05	5.704,89	1,5%	▲ 0,02
2012	57,05	5.704,89	0,0%	▲ 0,00
2013	57,84	5.784,07	1,4%	▲ 0,01
2014	58,90	5.890,01	1,8%	▲ 0,02
2015	78,41	7.840,94	33,1%	▲ 0,33
2016	78,48	7.847,61	0,0%	▲ 0,00
2017	77,33	7.732,98	-1,5%	▼ -0,01
2018	77,33	7.732,98	0,0%	▲ 0,00
2019	78,33	7.833,17	1,3%	▲ 0,01
2020	79,20	7.920,14	1,1%	▲ 0,01
Média Anual	66,47	6.647,07		
Área Total da TI	14.448,29	1.744.829,24		
% do Limite da TI	0,38%	0,38%		

Fonte: Dados processados a partir da base nos dados da plataforma Terrabrasilis (Acesso em 10/2021).

Para efeito de avaliação temporal com as ações apoiadas pelo Fundo, utilizou-se, para esta análise, a mesma linha de base do estudo específico sobre desmatamento. Assim, ela foi definida a partir da média



de desmatamento entre os anos de 2009 e 2013, que corresponde ao início das atividades dos projetos apoiados por estas instituições. Também foi levado em consideração, nesta análise, o período de execução de projetos (2014 a 2018) e pós-projetos (2019-2020) em outras regiões da Amazônia Legal (Tabela 1).

Tabela 1: Desmatamento [área em km²] na TI Raposa Serra do Sol, considerando a Linha de Base, período de execução e pós-projeto

Projetos	Linha de base (2009-2013)	Execução Projetos (2014-2018)	Pós-Projeto (2019-2020)	Linha de Tendência
TI Raposa Serra do Sol	53,93	74,09	78,77	

Como mostra resultado da Tabela 2, não se observa uma relação entre os dados de áreas desmatadas com os períodos analisados de projetos apoiados de outras regiões. No entanto, há uma tendência ascendente de desmatamento na TI Raposa Serra do Sol.

Nessa área, verifica-se que o desmatamento vem evoluindo ao longo dos anos, principalmente em áreas de florestas que sofrem pressões da agricultura de corte e queima e da pecuária extensiva, além do avanço do garimpo ilegal. De modo geral, a distribuição do desmatamento concentra-se na porção norte de sua delimitação territorial, com uma pequena concentração na parte sul, nas proximidades da BR-401 e ao longo dos rios. Pelo método de kernel, que mede a observação ponderada pela distância em relação a um valor central, o desmatamento na Terra Indígena Raposa Serra do Sol é intensificado nas etnorregiões denominadas de Serras (Ingarikó) nas proximidades do Parque Nacional Monte Roraima; na etnorregião Serras nas proximidades da cidade de Uiramutã e na porção oeste da Terra Indígena, entre a etnorregião Serras e Surumu; e uma média e baixa intensificação na porção sudeste entre a etnorregião Serras e Raposa (Figura 4).

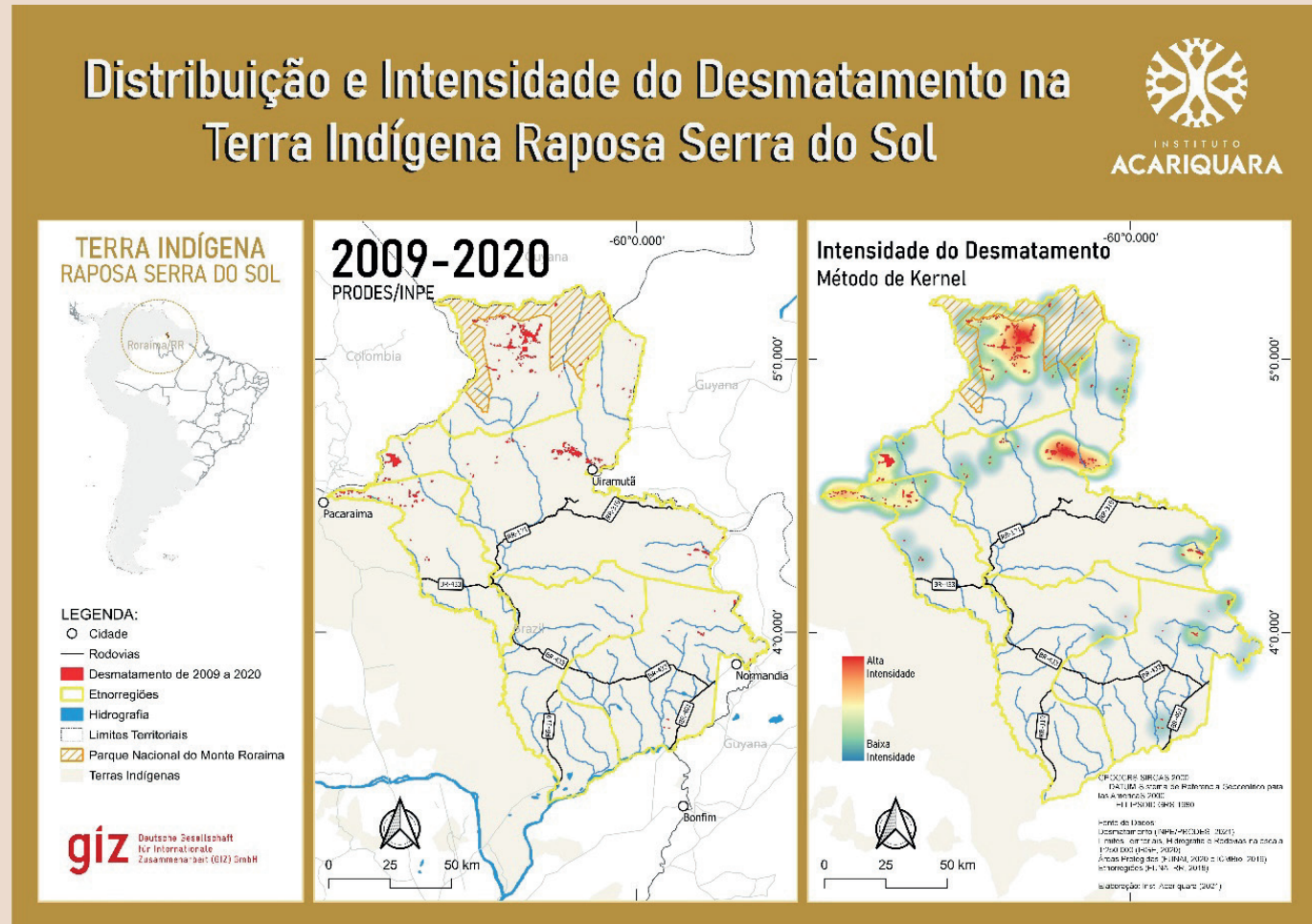


Sobre os focos de queimadas, observou-se o recorte entre outubro de 2020 e outubro de 2021. Esse monitoramento utiliza imagens de baixa (0,3 a 1 km) e média (10 a 60 m) resolução espacial para estimar operacionalmente e em modo automático a superfície queimada no país, gerando mapas digitais, comparações temporais e produtos de apoio à gestão e avaliação do impacto do uso do fogo na vegetação (INPE, 2021)¹⁸⁷.

Como resultados, foram contabilizados mais de 5 mil focos distribuídos por quase toda a TI, com menor distribuição na Floresta Densa e

¹⁸⁷. Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal/destaque/area-queimada>. Acesso em: 29 out. 2021.

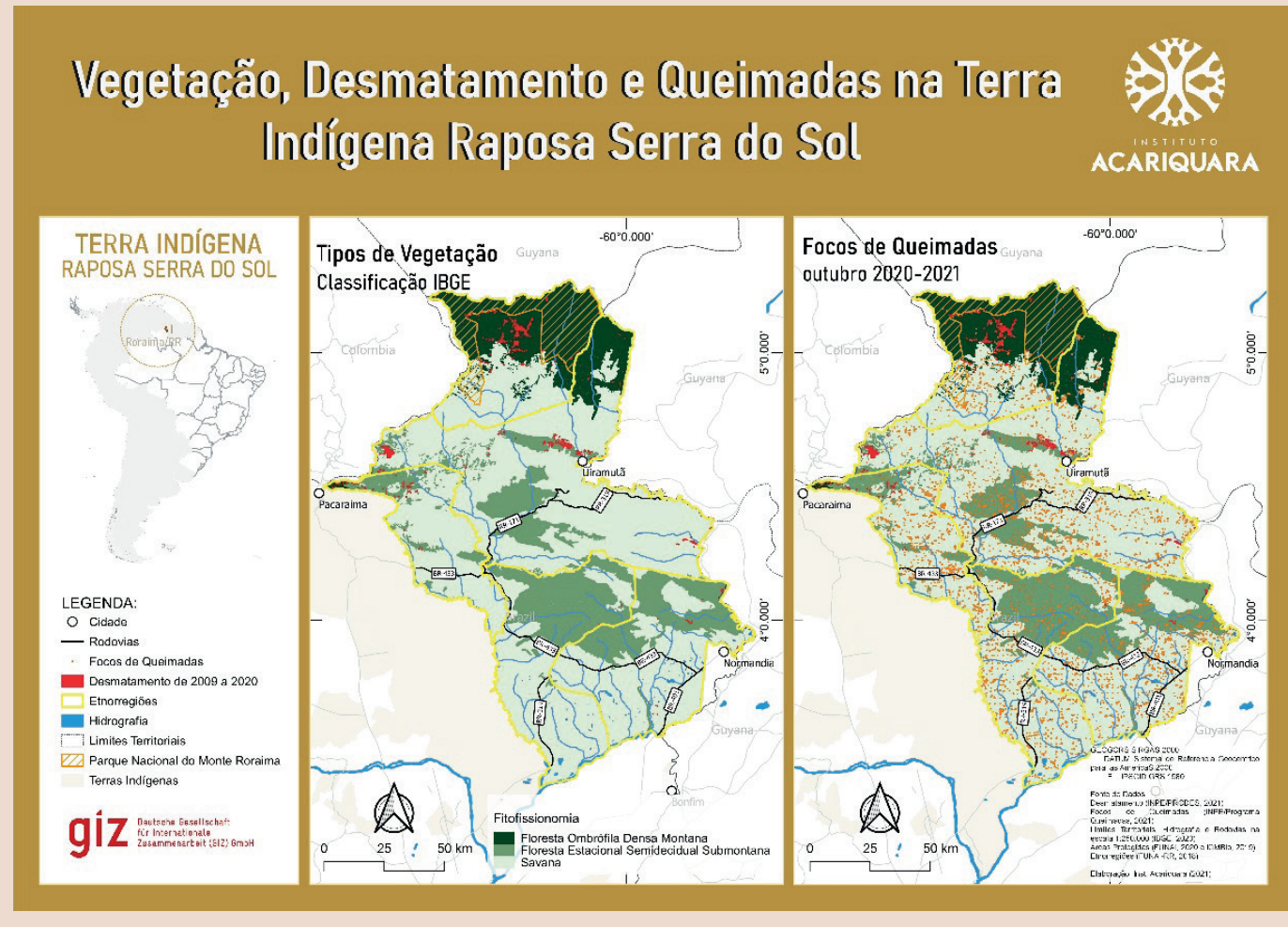
Figura 4: Distribuição e intensidade do Desmatamento na Terra Indígena Raposa Serra do Sol





no Parque Nacional Monte Roraima e com maior quantidade de focos distribuídos nas Savanas, principalmente ao longo das estradas e da rede hidrográfica (Figura 5).

Figura 5: Tipos de Vegetação, Desmatamento e Queimadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol





• Quadro analítico em relação as iniciativas observadas

Após a identificação de 12 ações apresentadas no Quadro 4, foi realizada uma avaliação dos impactos gerados pelo Projeto Bem Viver, com escala qualitativa de 1 a 3, sendo 1) NÃO (vermelho, não efetivo, quando as ações não ocorreram ou quando não foram desenvolvidas satisfatoriamente); 2) PARCIAL (amarelo, parcialmente efetivo, quando houve a realização de ação, mas não foi possível gerar impactos) e 3) EFETIVO (verde, quando as ações apresentadas indicaram mudanças significativas).

Quadro 4: Avaliação das ações desenvolvidas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Ações	Não	Parcial	Efetivo	Situação da Terra Indígena
1 Fortalecimento institucional de organização indígena para gestão de Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)				<p>O Conselho Indígena de Roraima (CIR) tem sido fortalecido pelo Projeto Bem Viver para promover a governança da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em Roraima. O fortalecimento institucional tem ocorrido pelo projeto para a condução da gestão administrativa e financeira, com a contratação de especialistas em gestão e contabilidade; aquisição de infraestrutura e equipamentos; apoio na realização de assembleias gerais; visitas de intercâmbios; e, participação dos membros em eventos relacionados à PNGATI.</p> <p>Para a gestão dos Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), o CIR criou o Departamento de Gestão Territorial e Ambiental (DGTA) para monitoramento ambiental participativo, com a realização de reuniões comunitárias para monitoramento dos problemas internos e externos das comunidades.</p>
2 Elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental				<p>Anteriormente ao Projeto Bem Viver, o CIR conduziu a elaboração de quatro PGTAs na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, nas seguintes etnorregiões: 1) Serras; 2) Raposa; 3) Baixo Contingo. Os PGTAs das etnorregiões das Serras e Surumu serão revisados e publicados.</p> <p>Há a previsão e recursos financeiros do Projeto Bem Viver para elaboração do PGTA de toda a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.</p>
3 Implementação de Plano de Gestão Territorial e Ambiental				<p>O Projeto Bem Viver tem apoiado a implementação das ações nos quatro PGTAs elaborados na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Implementando ações dentro dos PGTAs, com projetos priorizados pelas comunidades, tais como: apicultura, reflorestamento, agricultura, pecuária, piscicultura e monitoramento. No entanto, essas ações produtivas, apenas vêm sendo priorizadas pelas comunidades, mas não há, pela instituição financiadora e executora, uma orientação planejada sobre como essas ações possam vir a ser incorporadas na discussão das cadeias produtivas sustentáveis.</p>

(Continua)



(Continuação)

Ações	Não	Parcial	Efetivo	Situação da Terra Indígena
4				<p>Foi elaborado o Plano de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena, uma iniciativa do CIR que contou com o apoio da Agência Católica para o Desenvolvimento Ultramarino (CA-FOD), TNC, Embaixada da Noruega e Fundação Tebtebba, envolvendo os Agentes Territoriais e Ambientais (ATAI) nas discussões sobre gestão das terras indígenas, com garantia dos direitos territoriais e preservação do meio ambiente dos povos indígenas, por meio de ações de monitoramento, vigilância e proteção territorial.</p>
5				<p>Desde 2011, o CIR deu forte ênfase ao processo de formação dos ATAI para atuarem na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esses agentes receberam treinamento e capacitação em diversas áreas temáticas como: direito ambiental, indígena e indigenista; monitoramento e proteção do território; soberania alimentar e alimentação alternativa; funcionamento da PNGATI; manejo de resíduos sólidos e rejeitos e manejo de fauna e flora.</p> <p>Há previsão do Projeto Bem Viver de apoiar o programa de formação continuada dos Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas, envolvendo os seguintes temas: mudanças climáticas, monitoramento ambiental, mitigação e técnicas de adaptação de manejo de gado; além da capacitação e treinamento continuado para a implementação dos PGTA's, com o desenvolvimento de um programa de capacitação de gestores de projetos.</p>
6				<p>Em 2017, os Agentes Territoriais e Ambientais receberam equipamento e o aplicativo do programa Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena (SOMAI), realizado pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM) em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), contando com o apoio da United States Agency for International Development (USAID), Embaixada da Noruega, World Wide Fund for Nature (WWF) e Google. O Departamento de Gestão Territorial e Ambiental (DGTA) do CIR passou a apoiar a estruturação dos Postos de Vigilância e Monitoramento territorial, articulando quatro atores que atuam nos postos: Operadores de Direito, ATAI, Brigadista e Grupo de Proteção e Vigilância Territorial (GPVIT). No período da pandemia de COVID-19, o CIR fortaleceu os GPVITI com a entrega de motocicletas, impressoras, <i>notebooks</i> e rádios comunicadores, máquinas fotográficas e celulares, para implantação de um sistema de vigilância territorial contra o avanço do garimpo ilegal. Nesse sentido, contata-se que o sistema de vigilância territorial está na fase inicial de implantação.</p>
7				<p>Atividades produtivas como a pecuária extensiva e o avanço dos garimpeiros ilegais podem contribuir para o aumento do desmatamento. Não foi identificada nenhuma iniciativa para conter essas atividades, como por exemplo, monitoramento de focos de calor / queimadas / incêndios florestais.</p> <p>Segundo o informante, representante do Instituto Internacional de Educação do Brasil - Brasília (IIEB), há previsão do Projeto Bem Viver de implementar um sistema de monitoramento ambiental, que inclui uso de sensoriamento remoto para detectar as mudanças no uso e cobertura do solo.</p>

(Continua)



(Continuação)

Ações		Não	Parcial	Efetivo	Situação da Terra Indígena
8	Realização de ações de combate ao avanço do garimpo ilegal				Foram identificadas 18 áreas de garimpo ilegal na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que têm contribuído para o aumento da violência, desmatamento e degradação ambiental. O conflito socioambiental envolvendo o avanço de garimpeiros ilegais sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol tem se intensificado no período da pandemia da COVID-19. O CIR tem apoiado as comunidades na implantação de barreiras sanitárias e Postos de Vigilância e Monitoramento territorial para conter o avanço da pandemia, mas, com relação aos garimpos ilegais, não foi identificada nenhuma iniciativa de discussão do tema.
9	Realização de Fiscalização/ Rondas de vigilância				Os GPVIT são responsáveis pelo monitoramento da terra indígena. Não foi possível identificar atividades de Fiscalização / Visitas / Rondas de vigilância.
10	Fortalecimento da gestão administrativo-financeira dos empreendimentos econômicos (associações e cooperativas)				Há previsão do Projeto Bem Viver elaborar um plano de negócios para a produção sustentável de gado na Terra Indígena da Raposa Serra do Sol.
11	Sobreposição da Terra Indígena				Os conflitos socioambientais decorrentes da sobreposição da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e do Parque Nacional Monte Roraima continuam sem solução. Não foi identificada nenhuma iniciativa de discussão do tema.
12	Desmatamento na Terra Indígena				Há uma tendência ascendente de desmatamento. Não foi identificada nenhuma iniciativa de discussão do tema.

5. Considerações finais

O estudo de caso na Terra Indígena Raposa Serra do Sol abordou 12 outcomes realizados na TI que serviram de comparativo com os cinco projetos (Alto Juruá, Amazônia Indígena Sustentável, Arapaima: Redes Produtivas, Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre e Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia) já concluídos e que foram apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES.

Nas análises realizadas até 2019, constatou-se que o fortalecimento institucional da organização indígena para gestão de PGTA com a participação de comunidades nas diferentes etnorregiões e a elaboração de plano de vigilância territorial, que foi uma iniciativa do CIR, que contou com o apoio da CAFOD, TNC, Embaixada da Noruega e Fundação Tebte-



bba, envolvendo os Agentes Territoriais e Ambientais, com garantia dos direitos territoriais e preservação do meio ambiente.

Além disso, a implantação e a operacionalização do sistema de vigilância territorial, com o apoio na aquisição de equipamentos e no fortalecimento dos Postos de Vigilância e Monitoramento, foram realizadas de forma significativa no período analisado. Essas iniciativas contaram com recursos do projeto Promoção do Bem Viver da População Indígena no Estado de Roraima, coordenado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB).

As ações – elaboração de plano de gestão territorial e ambiental; implementação de plano de gestão territorial e ambiental; capacitação de indígenas para gestão territorial e ambiental; desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com geração de renda e qualidade ambiental; e, capacitação para as atividades a serem desenvolvidas – tiveram desenvolvimento parcial, uma vez que, embora tenham sido iniciadas, não foi possível gerar os impactos esperados, devido, principalmente, a pandemia da COVID-19. Por medidas de segurança, a FUNAI proibiu todas as entradas de não indígenas em TIs.

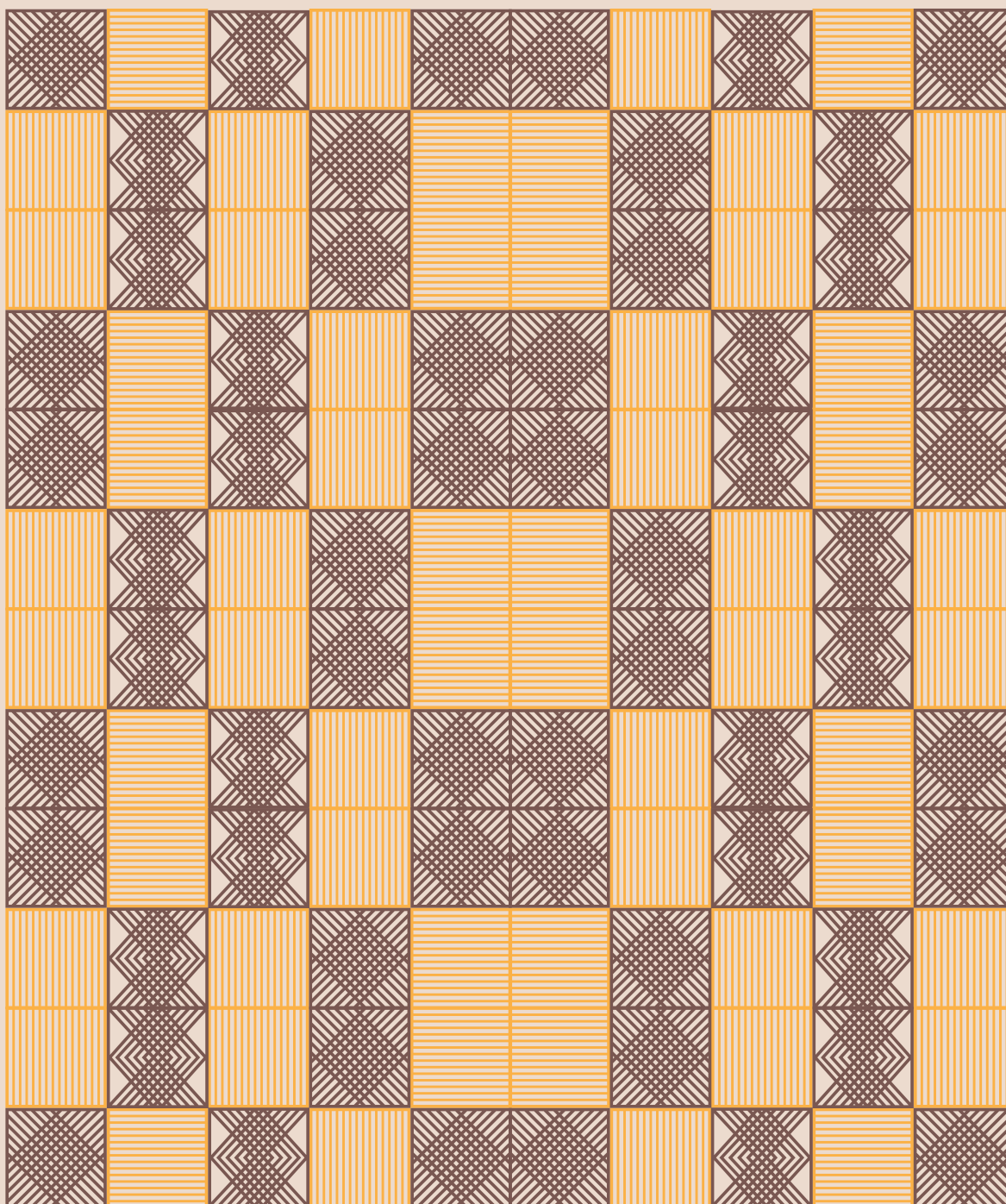
Outros resultados previstos, como realização de ações de monitoramento de focos de calor e desmatamento; realização de ações de combate ao avanço do garimpo ilegal; realização de fiscalização (vigilância); implantação de infraestrutura produtiva; fortalecimento da gestão administrativo-financeira dos empreendimentos econômicos (associações e cooperativas); ater local; agregação de valor à produção; e sobreposição da terra indígena, tiveram resultados não efetivos, pois não houve a realização das ações propostas e/ou estas não foram desenvolvidas de forma satisfatória.

Os participantes destacam a importância da retomada de lançamentos de novos editais de apoio técnico e financeiro, em particular, às iniciativas dos povos indígenas e seus parceiros voltadas à proteção de seus territórios e ao desenvolvimento econômico sustentável das comunidades indígenas.

O estudo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol mostra a relevância dos projetos apoiados para a formação, capacitação e empoderamento das lideranças e gestores locais, para a defesa e proteção de seus territórios, assim como o desenvolvimento de economias sustentáveis que garantam a subsistência dessas populações humanas, mantendo e preservando a floresta.



O IIEB vem atuando na terra indígena desde 2019 com recursos do Projeto Bem Viver. Um dos problemas identificados pelos técnicos do Instituto foi a pandemia da COVID-19, pois não foi possível dar andamento nas ações previstas no período entre 2020 e 2021. A proposta do IIEB é solicitar a prorrogação do prazo do projeto para a United States Agency for International Development (USAID) por mais 24 meses, uma vez que apenas 1/3 das ações foram executadas.





Referências bibliográficas

AMARAL, P. Avaliação do Impacto: Breve Introdução. Gabinete de Avaliação e Auditoria. **Documento de Trabalho nº 1/13**. Ed.: Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P, 2013. Disponível: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/doc_trabalho8_2013.pdf. Acesso em: out. 2021.

DOSSIÊ. Raposa Serra do Sol. **Um projeto de vida para os povos indígenas da Amazônia e do Brasil**. Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 3 de outubro de 2017. Disponível em: http://apib.info/files/2017/10/Dossi%C3%AA-Raposa-Serra-do-Sol_LM2-FINAL.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

DOSSIÊ. Raposa Serra do Sol. **Como Está Hoje: Avanços e Conquistas 10 anos depois da decisão do STF**. Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 1 de outubro de 2019. Disponível em: Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2019/10/DOSSIE-RSS-NOVO-2019.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

FILHO, Herundino Ribeiro do Nascimento; NASCIMENTO Sebastião Pereira do. Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima: Aspectos sócio-culturais, organização política e comentários sobre uma experiência de capacitação em extensão rural. **Biologia Geral e Experimental**, Boa Vista, v 11, n. 2, p. 5-13, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

KUMAR, Nirmalya; STERN, Louis W.; ANDERSON, James C. Conducting interorganizational research using key informants. **Academy of management journal**, v. 36, n. 6, p. 1633-1651, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5465/256824>

PAYNE, Geon; PAYNE, Judy. **Key informants. Sage key concepts: Key concepts in social research**, p. 135-138, 2004. DOI: <https://dx.doi.org/10.4135/9781849209397.n28>

VANZOLINI P E; CARVALHO C M D. Two sibling and sympatric species

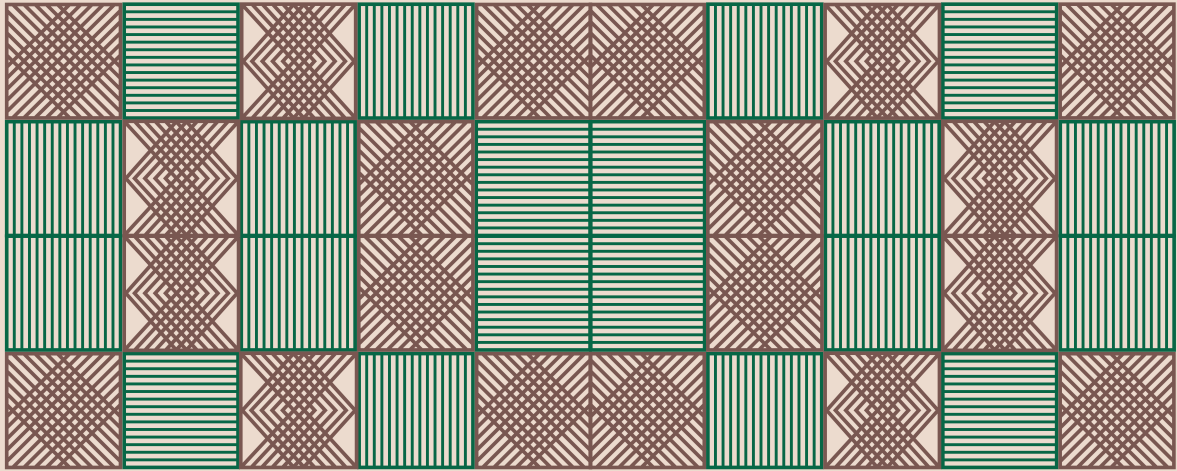


of Gymnophthalmus in Roraima, Brazil (Sauria: Teiidae). **Pap. Avul. Zool.**, Sao Paulo 37 (12): p. 173-226, 1991.

VELOSO, H. P.; RANGEL-FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.124 p

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

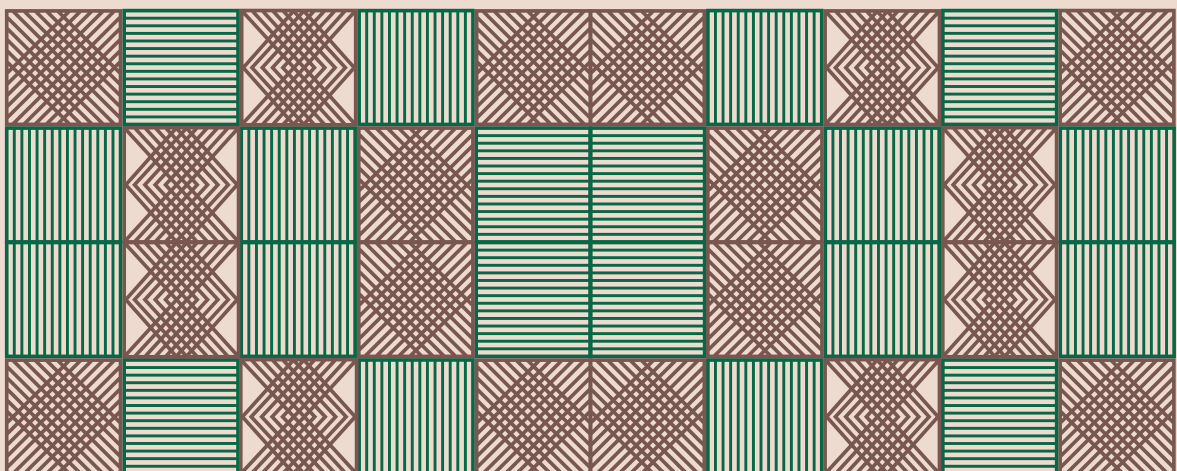
YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



Avaliação De Efetividade De Projetos
Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

Anexo 5

Questionário aplicado





Perguntas orientadoras

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Inicial

1. Qual o principal objetivo do projeto em sua opinião? Na sua forma de ver...

Eficácia

2. O que representou a realização do projeto (nome do projeto) para a instituição e beneficiários (nome da instituição)?

3. Os recursos orçamentários previstos no projeto foram executados?

4. A quantidade de consultorias previstas foi contratada?

5. As metas semestrais ou anuais previstas foram alcançadas? O tempo foi suficiente para a execução dos projetos ou houve necessidade de adiamentos e extensão de prazo para atingir os objetivos dos projetos?

Eficiência

6. Qual o tempo médio de execução de cada projeto e de seus objetivos? Houve adiamentos ou extensão de prazos para atingir os objetivos do projeto?

7. Quais os maiores desafios logísticos para implementação do projeto?

8. Como foram superados?

9. O projeto poderia ter realizados mais ações com os mesmos ou menos recursos?

Coesão do Projeto e Fortalecimento Institucional

10. O projeto contribuiu para uma evolução do desenvolvimento organizacional – governança, estrutura e sustentabilidade técnica e financeira – das organizações indígenas?

11. Qual a presente capacidade das organizações indígenas locais de influenciar políticas públicas locais, regional e nacional adequadas a um desenvolvimento sustentável? Houve, durante a execução do projeto, ampliação da capacidade de interlocução das organizações indígenas locais com instituições governamentais e não governamentais visando à ampliação e diversificação de parcerias estáveis e apropriadas?

12. Há uma devida compreensão do público beneficiário (organizações e comunidades indígenas) sobre o projeto: objetivos, resultados e



impactos e metodologias utilizadas?

13. Qual o nível de apropriação atual pelas organizações e comunidades locais dos resultados do projeto?

Sustentabilidade

14. Qual o grau de continuidade e sustentabilidade técnica, sociocultural e financeira das iniciativas implementadas pelo projeto?

15. O projeto seria ou é sustentável sem apoio da GIZ ou do BNDES?

Efetividade/Impacto

16. Houve um aumento na qualidade de vida dos beneficiários?

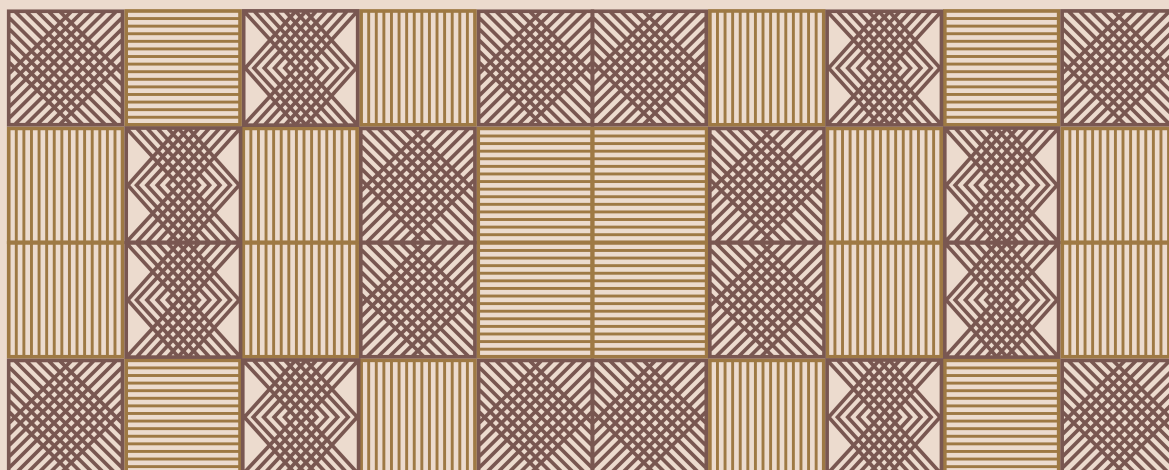
17. Houve um igual alcance (e impacto) de homens e mulheres no projeto?

18. Quais foram os principais impactos dos projetos?

19. Quais são os desafios ainda existentes após o término dos projetos?

Lições Aprendidas e Recomendações

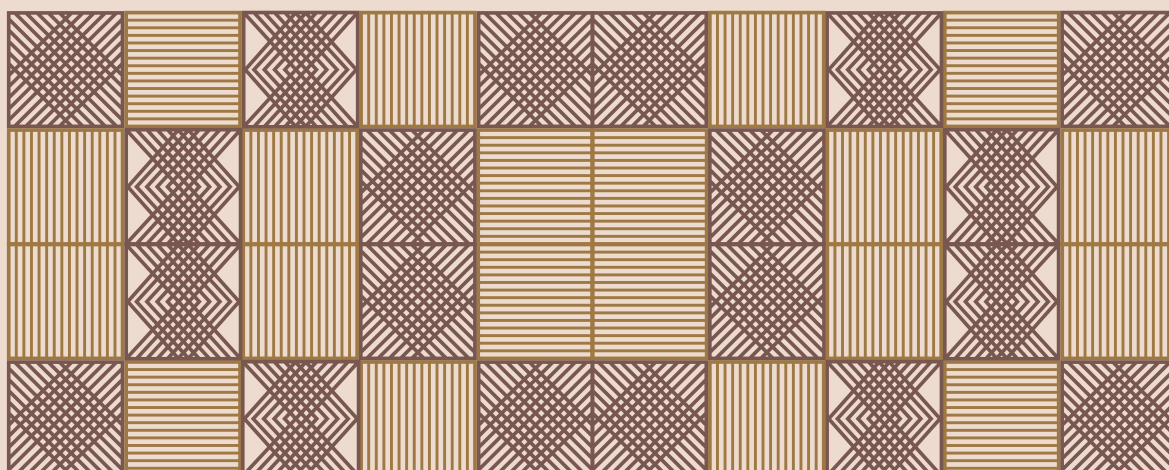
20. Quais as principais lições aprendidas com o projeto e sugestões para o Fundo Amazônia? Teria recomendações para alteração nos futuros projetos?



Avaliação De Efetividade De Projetos
Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

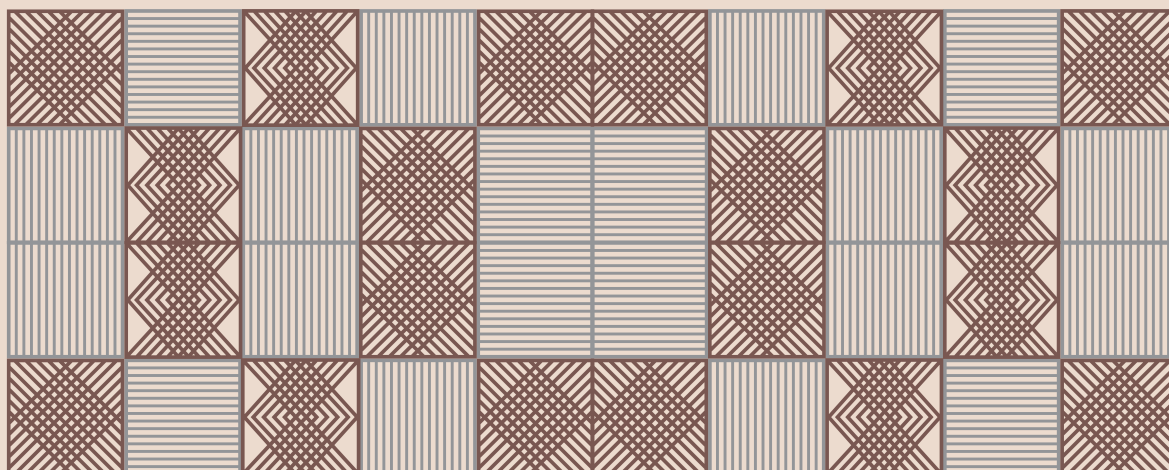
Anexo 6

Lista de Entrevistados





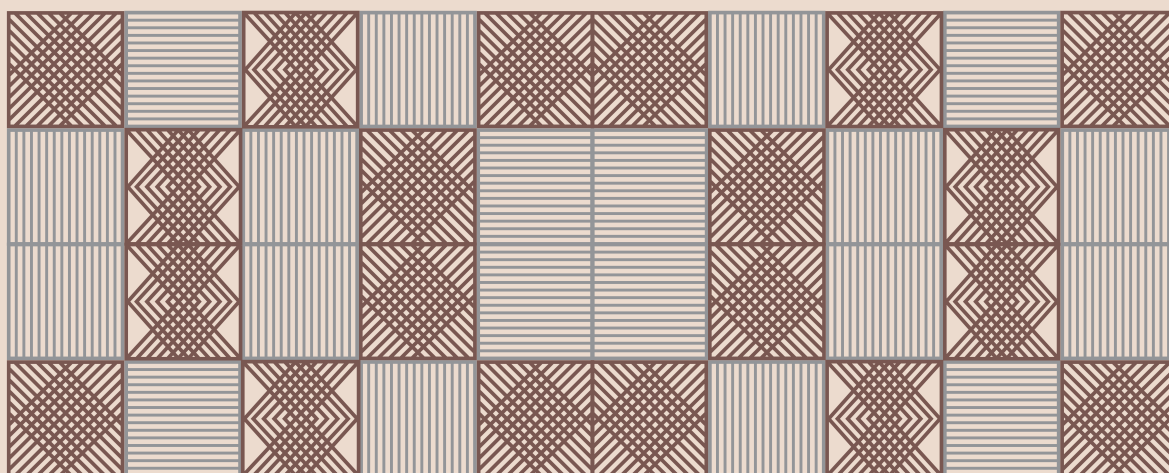
Entrevistados	Organização	Função a época	Função atual
Ana Luiza	CPI AC	Coordenadora do projeto	
Awanene Parakanã	Beneficiário no projeto da TNC		Presidente - Associação dos Parakaña (TI Apyterewa)
Bebere Xikrin	Beneficiário no projeto da TNC	Vice-presidente - Associação dos Xikrin (TI Trincheira Bakaja)	Vice-presidente - Associação dos Xikrin (TI Trincheira Bakaja)
Cleber Zambarda	BNDES	Ex gerente e analista de projetos	Analista BNDES
Conrado Otavio	CTI	Coordenador adjunto e da equipe do projeto	
Eudence Pinheiro Ferreira	CPI AC	Técnica financeira	
Fernando Bittencourt	TNC	Coordenador do projeto	Coordenador de projetos
Francisco Piãko	Projeto Ashaninka	Coordenador do Projeto	
Gilberto Yaparrá	Beneficiário no projeto da TNC	Presidente do Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque - CCPIO	Presidente do Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque - CCPIO
Gustavo Silveira	Opan	Indigenista	
Helcio Souza	TNC	Coordenador da estratégia para povos indígenas	Coordenador da estratégia para povos indígenas
Ivanete	Kanindé		
Ivar Busato	Opan	Coordenador executivo	
Jaime Siqueira	CTI	Coordenador da Promoção de Etnodesenvolvimento na Funai	Técnico CTI
Josias Gavião	Beneficiário no projeto Kanindé	TI Gavião	TI Gavião
Juan Negret Scalia	Funai	Coordenador da Promoção de etnodesenvolvimento	
Leonardo Pereira Kurihara	Opan	Coordenador de campo e posterior coordenador do projeto	
Maria Baré	Coiab		
Neide Surui	Kanindé	Coordenadora do projeto	
Rafael de Almeida	BNDES	Técnico do projeto Arapaima	Analista BNDES
Renata Galibi	Beneficiário no projeto da TNC	Coordenadora da Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão do Oiapoque - AMIM	Coordenadora da Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão do Oiapoque - AMIM
Renato Bock	CTI	Coordenador administrativo	Coordenador geral
Renato Rodrigues Rocha	Opan	Coordenador	
Rosimere Arapasso	UMIAB e MAKIRA-ETA		
Tamiris Mesquita	Kanindé		



Avaliação De Efetividade De Projetos
Indígenas No Âmbito Do Fundo Amazônia/BNDES

Anexo 7

Termo de Referência





Projeto	Cooperação com o Fundo Amazônia/BNDES
PN	15.2132.7-002.00
Output + atividade	3 + 3.5
Técnico responsável	Alef Brito
Objetivo:	Avaliar a efetividade de seis projetos com foco na temática indígena no âmbito do Fundo da Amazônia/BNDES

Introdução e informações gerais

No âmbito do projeto de cooperação entre a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Fundo Amazônia, umas das ações apoiadas pela GIZ é a avaliação de efetividade ex-post dos projetos já concluídos que foram apoiados pelo Fundo Amazônia, com o objetivo de dar visibilidade aos resultados e lições aprendidas desses projetos, além de promover a aprendizagem institucional do próprio Fundo Amazônia. Além disso, a avaliação de projetos encerrados é uma demanda por parte de doadores e atores da cooperação internacional para ações de monitoramento e avaliação, por meio de uma avaliação externa e independente.

Até o momento, já foram realizadas avaliações de 11 projetos concluídos, cujos resultados encontram-se disponíveis ao público no website do Fundo Amazônia¹⁸⁸. Os próximos projetos a serem avaliados, e objeto do presente Termo de Referência (TdR), se enquadram nas componentes 1 – Produção Sustentável e 3 – Ordenamento Territorial.

Também é importante observar que, em 2019, foi realizada a avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia¹⁸⁹, compreendendo o período de 2008 a 2018. A avaliação foi realizada por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, da Organização das Nações Unidas (ONU). Concomitante à avaliação, foram elaborados dois estudos temáticos complementares, que serviram de

¹⁸⁸. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>

¹⁸⁹. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>



subsídios para a avaliação, sendo um estudo dedicado à distribuição de benefícios do Fundo Amazônia e outro, dedicado aos projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR) apoiados pelo Fundo Amazônia.

Para compreender os resultados e impactos alcançados e identificar possíveis caminhos para maior eficiência dos projetos inseridos na temática de apoio a povos indígenas com foco na elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental e no fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, o presente TdR visa à realização de uma avaliação temática e conjunta de seis projetos encerrados, que são:

- Alto Juruá
- Amazônia Indígena Sustentável
- Arapaima: Redes Produtivas
- Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre
- Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia
- Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia

Os editais das chamadas públicas “Projetos voltados ao apoio a PGTA (2014)” e “Apoio a projetos produtivos sustentáveis (2012)” encontram-se na seção <Como apresentar projetos/Chamadas Públicas>¹⁹⁰ do website do Fundo.

O objetivo do presente TdR é avaliar a efetividade desses projetos encerrados do Fundo Amazônia, considerando as iniciativas que tiveram por objetivo apoiar a elaboração e implementação de Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) em Terras Indígenas, além de apoiar e fortalecer iniciativas de produção sustentável. Além disso, os projetos serão avaliados conjuntamente, de forma temática, para aumentar a eficiência, ampliar o entendimento acerca dos resultados alcançados em conjunto pelos projetos, principalmente seus impactos agregados, e gerar recomendações aos atores envolvidos, no âmbito da gestão e do apoio aos temas indígenas e de atividades produtivas sustentáveis para além do apoio a projetos individuais.

190. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/chamadas-publicas/>



Contexto dos projetos

As Terras Indígenas (Tis) compreendem uma parcela significativa do território brasileiro, abrangendo aproximadamente 13%. Na Amazônia, está localizado 98% do território ocupado por elas, que, além de conservarem o meio ambiente e a biodiversidade, compreendem aproximadamente 180 etnias de povos indígenas, o que demonstra a grande diversidade étnico-cultural desses territórios.

A proteção e conservação desses territórios é interesse público e relevante no debate de políticas públicas, uma vez que essas são também áreas importantes para a conservação da biodiversidade regional e global, além de agirem como barreiras do desmatamento. A pressão do desmatamento nessas áreas é crescente e impacta o modo de vida dessas populações, o manejo sustentável dos recursos naturais e a realidade etnocultural dos povos que habitam esses territórios.

Quando analisados os dados do desmatamento em Tis na Amazônia, podemos inferir que, na última década (2010-2019), foram desmatados 2.000 km², que, somados à década anterior (2008-2009), consolidam 2.768 km² desmatados, ou seja, 0,26% dos territórios indígenas na Amazônia já foram desmatados. Grande parte dos vetores destes desmatamentos são de origem externa, tais como: roubo de madeira, minerais e outros recursos naturais, além da invasão de terras indígenas para ocupação irregular.

As populações indígenas sofrem diversas pressões externas e o desmatamento é um dos principais obstáculos na garantia dos seus direitos e de sua reprodução sociocultural. Nesse sentido, a formulação e implementação de políticas públicas são primordiais para assegurar o direito dessas populações, que vai desde o reconhecimento dos seus territórios até a implementação de políticas que permitam os povos indígenas terem uma vida digna conforme sua cultura.

No âmbito das políticas públicas indigenistas, vale ressaltar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, instituída pelo decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012, cujo objetivo principal é:

Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.



A PNGATI representa um marco importante na discussão das políticas públicas indigenistas e traz consigo um dos principais instrumentos de gestão territorial e ambiental para as TIs no Brasil, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PGTAS, que são os instrumentos de gestão das TIs.

Além da importância de garantir a gestão efetiva dos seus territórios, o apoio à produção sustentável em Terras Indígenas é fundamental para a consolidação efetiva desses territórios. As práticas tradicionais de uso e manejo da terra, além de seu caráter cultural e social para os povos indígenas, também são importantes para garantir o empoderamento econômico dessas populações, pois, além de garantir a segurança alimentar, tais atividades possibilitam que as populações possam ter renda para ter acesso aos recursos necessários para viver, além daqueles oriundos da floresta. A consolidação do território e o fortalecimento das atividades produtivas em TIs são estratégias eficazes para gestão territorial, ambiental e sustentabilidade dos povos indígenas, contribuindo de forma significativa para a redução do desmatamento e o desenvolvimento sustentável destes territórios.

Desde a sua criação, o Fundo Amazônia (FA) já apoiou 27 projetos indígenas, tendo, até 2019, apoiado iniciativas em 65% (em área) das TIs na Amazônia. Em 2014, por meio da Chamada Pública de projetos voltados ao apoio a PGTAs, o FA destinou R\$ 70 milhões de seus recursos para a elaboração e implementação de PGTAs em Terras Indígenas do bioma Amazônia. Além do apoio a elaboração de PGTAs, a carteira do FA compreende também projetos que apoiam as populações indígenas na Amazônia no âmbito do fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis.

Foi por meio dessa chamada pública que o FA contratou os projetos *Amazônia Indígena Sustentável, Arapaima: Redes Produtivas e Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre*. Já os projetos *Alto Juruá, Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* e *Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia* foram contratados por meio da modalidade de “demanda espontânea”.

Os projetos a serem avaliados têm como objetivo principal apoiar a implementação e elaboração de PGTAs e o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis que juntos totalizam o montante financeiro de R\$ 67,8 milhões. No próximo tópico, encontra-se uma breve descrição dos projetos objetos dessa avaliação.



Título do projeto	Instituição implementadora	Período	Valor de apoio do Fundo Amazônia (em Reais)	Objetivo	TIs e Unidades de Conservação apoiadas	Abrangência Territorial
Alto Juruá	Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWTXA)	2015 a 2018	6.597.581,00	Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento; apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território; e fortalecer a organização comunitária local.	TI Kampa do Rio Amônia TI Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu TI Ashaninka no Peru	Região do Alto Juruá, no estado do Acre
Amazônia Indígena Sustentável	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	2016 a 2020	8.188.872,44	Contribuir para a implementação dos PGTAs das TIs Igarapé Lourdes e Zoró e para a elaboração dos PGTAs das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia.	TI Igarapé Lourdes TI Rio Guaporé TI Rio Negro Ocaia	Mato Grosso e Rondônia
Arapaima: Redes Produtivas	Operação Amazônia Nativa (OPAN)	2015 a 2018	6.364.730,00	Apoiar: (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em TIs e Unidades de Conservação (UCs); e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas.	TI do Rio Biá TI Espírito Santo TI Acapuri de Cima TI Estação TI Macarrão TI Deni Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari RDS Cujubim Reserva Extrativista (RESEX) Médio Juruá	Amazonas, região das bacias do médio Juruá e médio Solimões
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	Comissão Pró-Índio (CPI-Acre)	2015 a 2019	3.091.111,21	Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Arara do Igarapé Humaitá, Rio Gregório e Alto Rio Purus, no estado do Acre, por meio da organização e promoção da cadeia de valor de produtos agroflorestais e da assistência técnica indígena.	TI Kaxinawá TI Rio Gregório TI Alto Rio Purus TI Arara do Igarapé Humaitá	Acre
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	The Nature Conservancy (TNC) Brasil	2014 a 2018	15.750.406,00	Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis TIs nos estados do Amapá e Pará, contribuindo para a redução do desmatamento nestas áreas.	TI Galibi TI Jumina TI Uaçá TI Waiãpi TI Trincheira Bacajá TI Apyterewa	Amapá e Pará
Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	2014 a 2018	19.043.330,00	Apoiar a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato para assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, contribuindo para a redução do desmatamento na Amazônia.	Povos indígenas isolados e de recente contato e que habitam o entorno de seus territórios.	Amazônia Legal



Principais resultados dos projetos

Projeto	Resultados
Alto Juruá	<p>Foi construído um viveiro de espécies vegetais no Centro Yorenka Ātame (CYĀ), que abrigou a produção de 70.756 mudas de espécies variadas e um banco de sementes para a produção de mudas de espécies madeireiras nativas e frutíferas utilizadas nos sistemas agroflorestais. Com relação às capacitações em agroecologia e boas práticas de manejo para a implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), foram realizados três módulos de treinamento, envolvendo ao todo 154 participantes das TIs Rio Amônia e Kashinawá-Ashaninka do Rio Breu e da Resex Alto Juruá.</p> <p>A execução do projeto beneficiou 1.365 indígenas e 1.140 não indígenas habitantes da região do Alto Juruá, no estado do Acre.</p>
Amazônia Indígena Sustentável	<p>Foram construídos seis tanques de piscicultura e seis casas de farinha na TI Igarapé Lourdes. Além disso, os indígenas receberam capacitação, insumos e equipamentos para realização das atividades produtivas e iniciaram a produção de farinha de mandioca. Os PGTAs da TI Rio Guaporé e da TI Rio Negro Ocaia foram elaborados e publicados.</p>
Arapaima: Redes Produtivas	<p>Foram realizados mais de 140 eventos, entre oficinas e reuniões, envolvendo diretamente 6.000 pessoas, sendo mais de 74% indígenas e aproximadamente 22% mulheres. Contribuiu também para o fortalecimento institucional de quatro associações de base e, em 2018, gerou a receita de R\$ 1,56 milhão com o manejo da pesca de pirarucu, superando a meta de R\$ 212 mil.</p>
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	<p>Apoiou a implementação de 42 ha de SAFs em áreas desmatadas e enriqueceu outros 196 ha de SAFs, perfazendo um total de 238 ha de área recuperada em utilização para fins econômicos. Além disso, foram comercializados produtos agroflorestais, como banana, abacaxi, coco, laranja, melancia, açaí, macaxeira e milho. Foram também ministrados dois cursos técnicos, sendo um com 39 participantes (com carga horária de 250 horas) e outro com trinta participantes (com 312 horas).</p>
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	<p>Foram elaborados os PGTAs das TIs Trancheira Bacajá, Apyterewa e Waiãpi e atualizado o PGTA conjunto das TIs Galibi, Jumina e Uaçá, estas três últimas no Oiapoque. Além disso, foram fortalecidos os elos da cadeia produtiva da castanha-do-brasil nas TIs Trancheira Bacajá e Apyterewa, do artesanato nas TIs do Oiapoque e na Apyterewa e do açaí nas TIs do Oiapoque. Apoiou o fortalecimento institucional de cinco organizações indígenas, por meio de assessorias técnicas, custeio administrativo e aquisição de equipamentos de informática.</p> <p>Foram beneficiados cerca de 8.800 indígenas de sete etnias indígenas.</p>
Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia	<p>Foram apoiadas 47 expedições de localização e monitoramento de indígenas isolados, além de sobrevoos (totalizando 198 horas/voo) e pesquisa documental que resultaram na qualificação de 44 registros de indígenas isolados. Além disso, foram realizadas 122 oficinas temáticas com comunidades e organizações indígenas, bem como outras populações vizinhas a territórios de povos indígenas isolados.</p>



Objetivos da avaliação

O objetivo principal dessa avaliação de efetividade temática é medir os resultados e impactos alcançados pelos projetos e seus efeitos, levando também em conta a relevância, eficiência, eficácia e a sustentabilidade das mudanças geradas dos seis projetos de apoio a povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES.

Todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia seguem um quadro lógico individualizado no qual são definidos resultados (produtos e serviços a serem entregues ou outputs), efeitos diretos da intervenção (objetivos específicos ou outcomes) e efeitos indiretos (objetivos gerais ou impacts) a serem alcançados. Trata-se da lógica de intervenção do projeto, também chamada de teoria de mudança, por representar um modelo de pensamento que explica como se espera que o projeto ocasiona uma mudança desejada. Os quadros lógicos dos projetos podem ser visualizados no tópico 3.2 ou no website do Fundo Amazônia.

Os objetivos específicos dessa avaliação são:

- Auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas aos seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus efeitos;
- Possibilitar a aprendizagem institucional do próprio Fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- Verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das salvaguardas de Cancun acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+;
- Analisar as fortalezas e fragilidades da intervenção do projeto;
- Constatar em que medida o projeto é relevante, eficiente, eficaz, sustentável e gera impactos;
- Avaliar a efetividade do apoio do Fundo Amazônia aos temas indígena e de produção sustentável; e
- Identificar desafios e lições aprendidas, que inclusive, podem servir para uma divulgação nacional e internacional.



Descrição da tarefa: objeto e foco da avaliação

Para alcançar os objetivos identificados no tópico anterior, serão observados os projetos alvo dessa avaliação, implementados entre 2015 e 2020. O foco são as áreas de intervenção dos projetos e a observação de seus efeitos diretos e indiretos explicitados nas árvores de objetivos apresentadas no tópico 3.2. Assim, deverão ser observados os seguintes resultados trabalhados:

- Elaboração e implementação de PGTA's em Terras Indígenas;
- Fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis existentes;
- Elaboração de Planos de Manejo (coletas de semente e gestão de viveiros);
- Capacitação de indígenas nos temas de gestão territorial e ambiental;
- Fortalecimento do associativismo e cooperativismo em Terras Indígenas;
- Realização de estudos e levantamentos socioambientais em temas relevantes ao desenvolvimento das TIs;
- Capacitações para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e vigilância; e
- Construção de bases de para monitoramento e vigilância das áreas apoiadas.

A lógica de intervenção

Os quadros lógicos dos projetos a serem avaliados dão origem às respectivas árvores de objetivos, que apresentam os efeitos indiretos, diretos e produtos e serviços de cada um, facilitando assim a visualização para o acompanhamento e avaliação. Seguem abaixo as árvores de objetivos dos projetos a serem avaliados.



Figura 3: Árvore de Objetivos Projeto Alto Juruá

Projeto: Alto Juruá - Associação Ashaninka do Rio Amônia APIWTXA

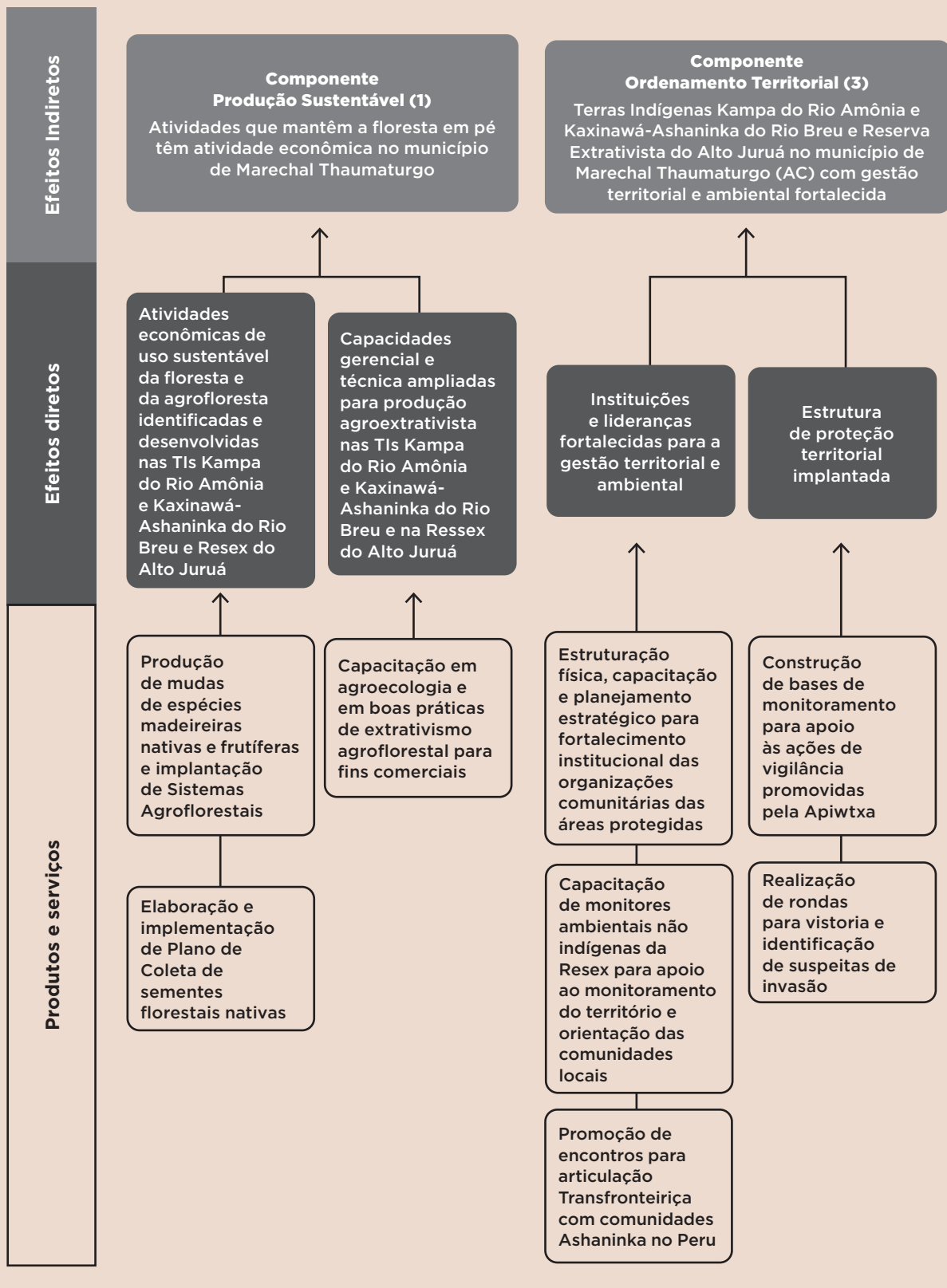




Figura 4: Árvore de Objetivos Projeto Amazônia Indígena Sustentável

Projeto: Amazônia Indígena Sustentável - Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

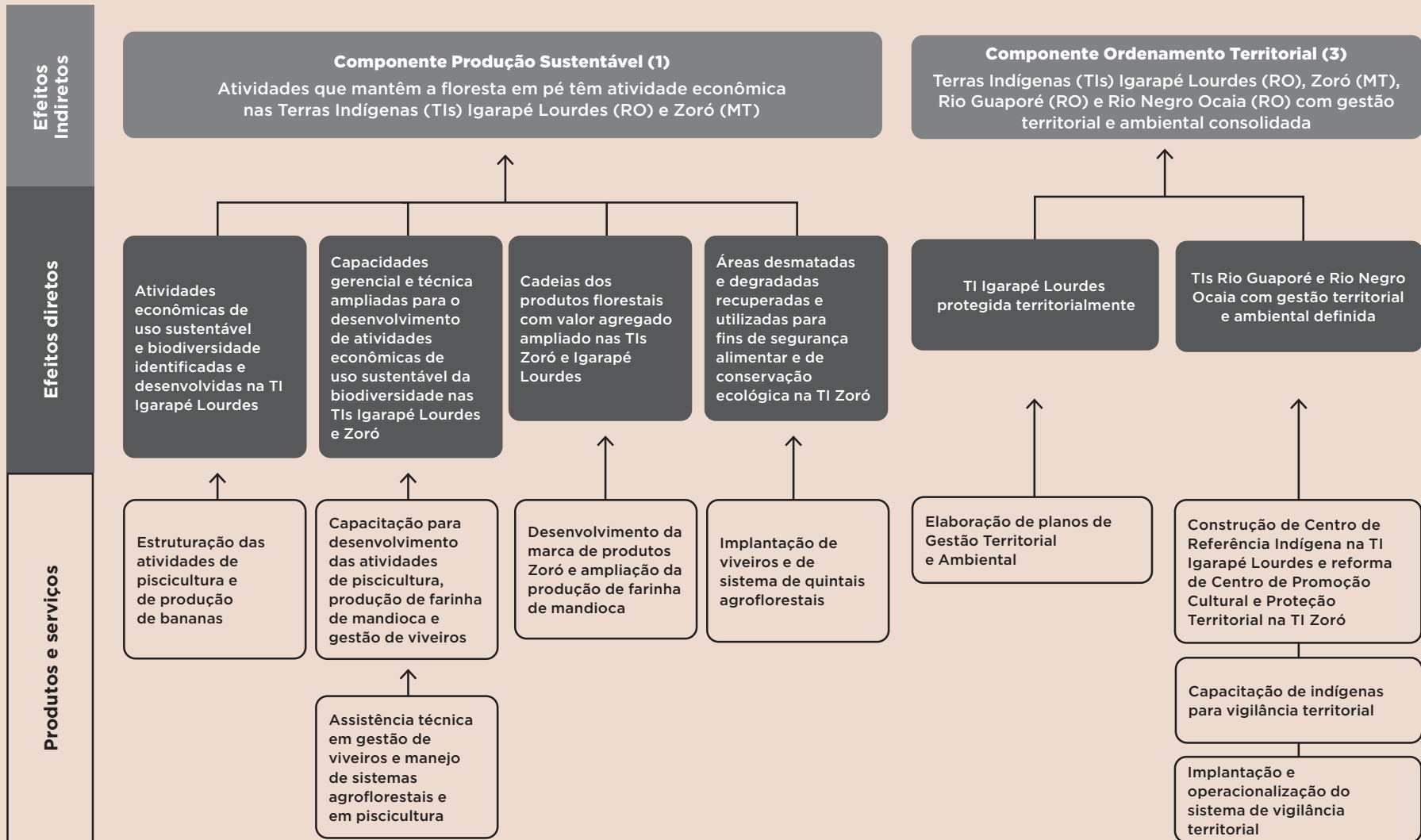




Figura 5: Árvore de objetivos Projeto Arapaima: Redes Produtivas

Projeto: Arapirama: Redes Produtivas - OPAN

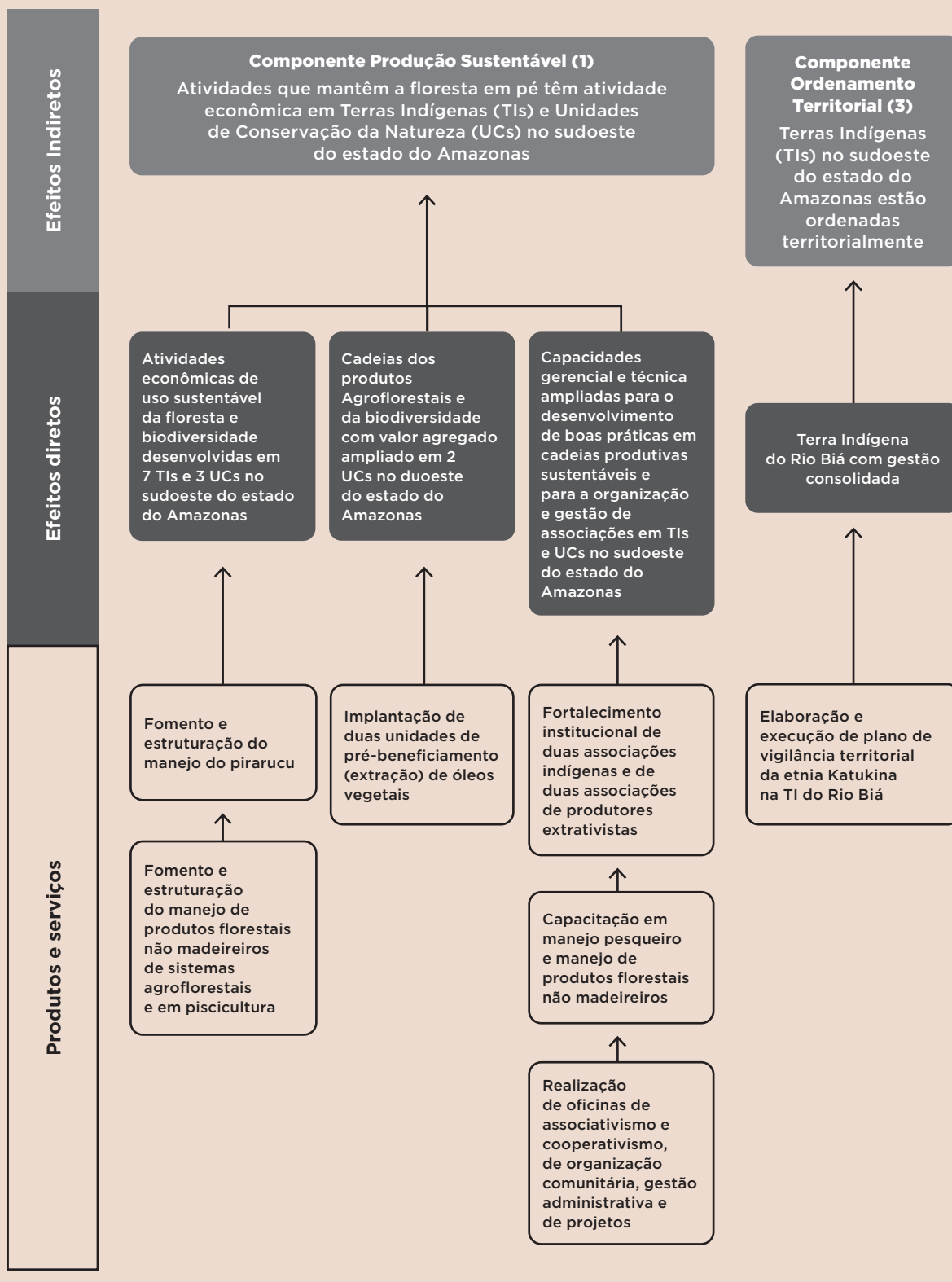




Figura 6: Árvore de objetivos Projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre

**Projeto: Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre
- Comissão Pró-Índio do Acre - CPI Acre**

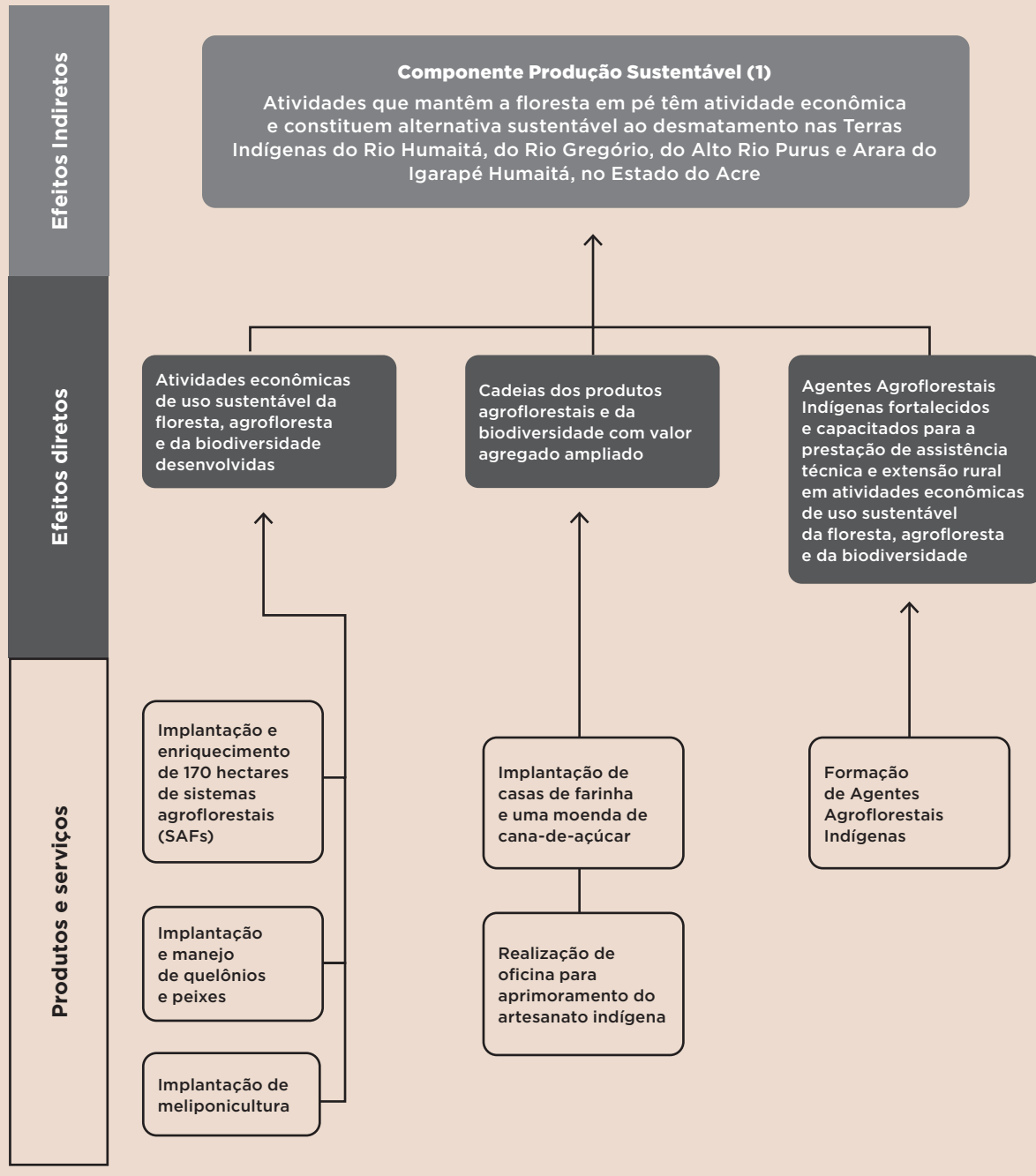




Figura 7: Árvore de objetivos Projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia

Projeto: Fortalecimento de Gestão Territorial de Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia - TNC Brasil

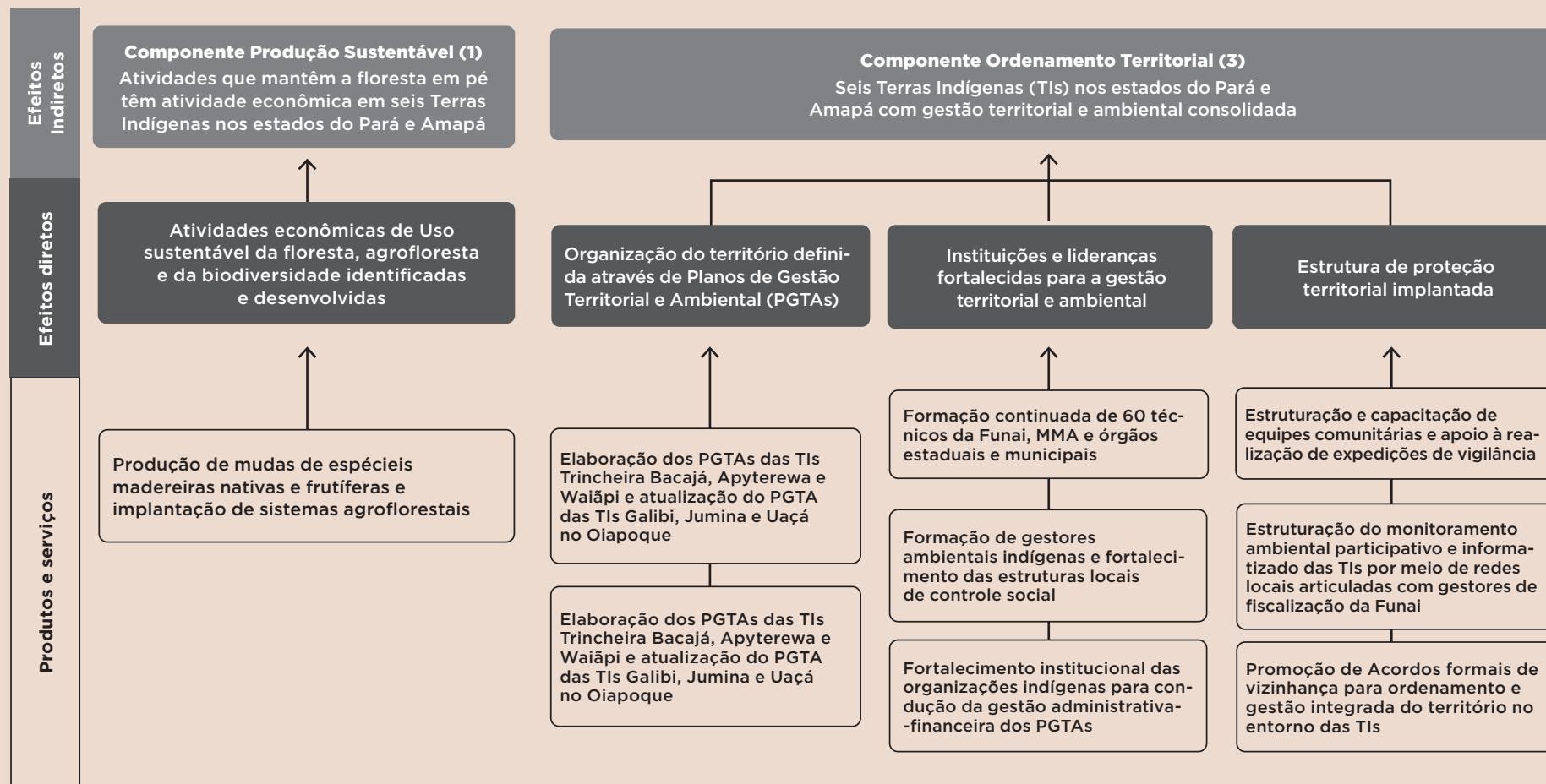
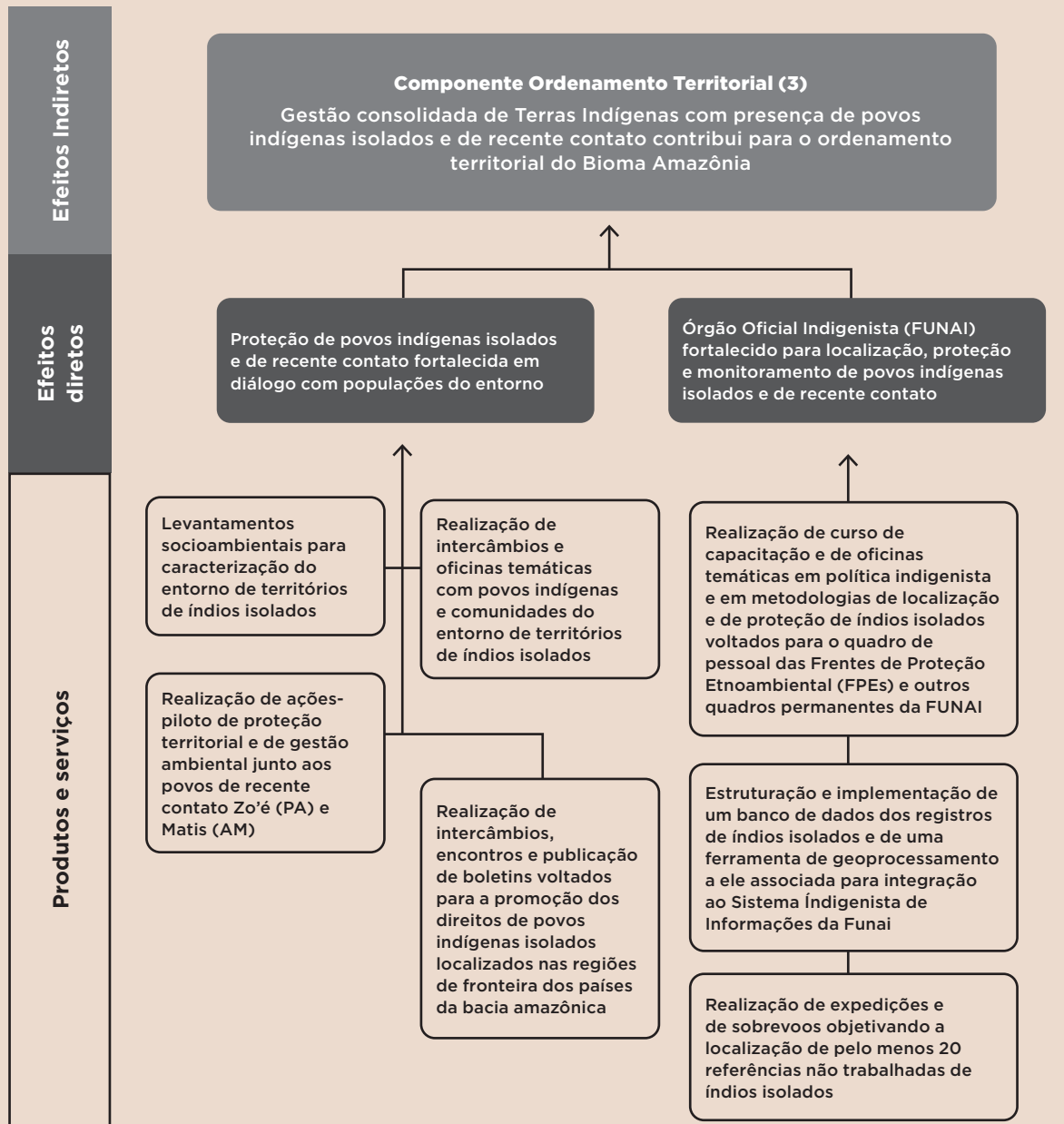




Figura 8: Árvore de objetivos Projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira

Projeto: Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira - CTI





Perguntas-chave e critérios de avaliação

A avaliação de efetividade temática dos seis projetos indígenas obedecerá às orientações e os critérios especificados no documento Avaliação de Efetividade dos projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual e seu respectivo adendo.

Esses critérios estão baseados na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e nas salvaguardas de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que foram definidas pela Convenção-Quadro (no Anexo I da Decisão 1/CP 1641 e as orientações da Decisão 12/CP 17), e nos critérios transversais selecionados. Cada critério adota um roteiro básico de perguntas orientadoras a serem aplicadas e respondidas na avaliação dos projetos e que deverão ser complementadas no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade, conforme a equipe de avaliação julgar necessário. Nessa avaliação, serão selecionadas as perguntas orientadoras que fazem sentido de acordo com os objetivos de cada um dos projetos, que poderão ser complementadas por perguntas específicas, se for necessário.

Abaixo, segue a tabela resumo de critérios e respectivas perguntas orientadoras:

Critérios da OCDE, Temas Transversais e Questões Avaliativas

Critérios	Perguntas orientadoras
Relevância	Os projetos contribuíram em conjunto e de forma agregada para os objetivos do Fundo Amazônia?
Eficácia	Que efeitos diretos agregados foram cumpridos?
Eficiência	O custo-benefício das atividades dos projetos mantém uma coerência entre eles?
Impacto	Quais foram os principais efeitos agregados dos projetos? Houve impactos agregados? Eles demonstraram ter escalabilidade no território?
Sustentabilidade	Os efeitos alcançados pelos projetos de forma agregada são duradouros? A sustentabilidade foi alcançada?
Critérios Transversais	
Redução da Pobreza	De que maneira os projetos influenciaram de forma agregada na redução da pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida das pessoas beneficiadas que vivem nas suas áreas de atuação?
Equidade de Gênero	Os projetos integraram de maneira agregada questões de gênero no planejamento e na execução das suas atividades? Como e quais resultados podem ser observados?



Salvaguardas de REDD+ e Questões Avaliativas

Critérios	Perguntas orientadoras
<p>1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.</p>	<p>Os projetos mostraram estar alinhados com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?</p> <p>A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?</p> <p>Os projetos contribuíram ou poderão vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal?</p> <p>De que forma?</p>
<p>2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania e a legislação nacionais.</p>	<p>Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?</p> <p>Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?</p>
<p>3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.</p>	<p>Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?</p> <p>Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?</p> <p>Se os projetos tiveram como beneficiários/as diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores/as familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?</p> <p>Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?</p>
<p>4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.</p>	<p>De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio, livre e informado, e a forma local ou tradicional de escolha dos/as representantes dos/as seus/suas beneficiários/as (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?</p> <p>Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante a tomada de decisão?</p> <p>Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos/as beneficiários/as, evitando uma concentração de recursos?</p> <p>Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos/às seus/suas beneficiários/as o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações do projeto?</p> <p>Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?</p>

(Continua)



(Continuação)

Critérios	Perguntas orientadoras
<p>5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16¹⁹¹ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.</p>	<p>Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?</p> <p>Como contribuíram para a conservação de florestas naturais e biodiversidade?</p> <p>Os investimentos em projetos de geração de renda foram proporcionais ao aumento de áreas sob regime de manejo e, efetivamente, contribuíram para evitar desmatamentos?</p> <p>Os projetos contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?</p> <p>Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?</p> <p>Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?</p>
<p>6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+.</p>	<p>Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram? Existe uma estratégia de monitoria contínua desses resultados?</p>
<p>7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.</p>	<p>Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?</p>

Metodologia

A metodologia a ser aplicada na avaliação também deverá ser baseada nos critérios e objetivos contidos no documento “Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual” e seu respectivo adendo, já mencionados no tópico 2.3.

Espera-se que sejam gerados os seguintes produtos: o *Relatório de Desenho da Avaliação* e o *Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas* e ainda, em uma etapa intermediária, um *Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade*, produto a ser utilizado na Rodada de Consulta.

Abaixo, segue a metodologia proposta para cada fase e suas respectivas etapas:

191. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



Fase de preparação

Nessa fase, deve-se definir os objetivos e realizar o planejamento da avaliação dos projetos. Após a elaboração do TdR e a contratação da equipe de avaliadores/as, deverão ser organizados os documentos-chave. Para tanto, deverão ser identificados, junto ao BNDES e a organização responsável pela execução de cada projeto, os documentos, dados e relatórios que serão utilizados para a realização da avaliação. A equipe de avaliação realizará, de forma sistemática, uma coleta de dados de fontes secundárias, que tem como objetivo compor um *memorandum* que servirá de fonte de referência, nivelamento e ajuda-memória de todas as informações relativas aos projetos a serem avaliados.

Em sequência, deverá ser aprofundada uma proposta metodológica para a avaliação conjunta dos seis projetos, pois trata-se da primeira avaliação no âmbito do tema de apoio a povos indígenas por parte do Fundo Amazônia. A metodologia deve ser fundamentada no documento Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual¹⁹² e seu respectivo adendo¹⁹³, incluindo métodos de levantamento que contribuam ao entendimento da efetividade dos projetos conforme realidade de cada um deles, indicações de opções dos melhores locais para missões de campo (considerando os locais com mais alta e mais baixa efetividade), análise prévia do diálogo e riscos entre indicadores de efetividade dos projetos e lista de pessoas chave a serem entrevistados/as. Todos esses elementos metodológicos deverão estar detalhados no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade, descrito no próximo tópico (3.2).

Fase de implementação

Desenho da avaliação e ferramentas. O Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade a ser elaborado pela equipe de avaliadores/as, deverá apresentar o roteiro do trabalho de avaliação, a metodologia detalhada, a escolha das áreas de campo a serem visitadas e as ferra-

192. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/avaliacoes-externas/FA-Marco_Conceitual_Avaliacao_Efetividade_Projetos_2016.pdf

193. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/avaliacoes-externas/FA-Marco-Conceitual-Adendo-Avaliacoes-Tematicas_2020.docx



mentas que serão utilizadas durante a avaliação. Esse relatório deverá ter o seguinte roteiro:

- Dados básicos dos projetos;
- Introdução;
- Análise do TdR;
- Divisão de tarefas, plano de trabalho e logística;
- Desenho/Metodologia. Aqui, devem ser consideradas especificidades sobre as áreas geográficas de atuação dos projetos, visto que atuam em diferentes áreas de implementação da Amazônia Legal, e deve ser levada em consideração a diversidade étnica das populações apoiadas, respeitando os costumes e valores de cada população.
- Anexos. As especificidades dos projetos devem ser levadas em consideração, eventualmente com perguntas orientadoras e métodos de levantamento específicos.

Coleta e análise de dados

A metodologia a ser desenvolvida deve ser de formato diversificado, utilizando três formas de coleta de dados:

- i)** Não-reativa (fontes secundárias: documentação dos projetos, dados públicos e científicos disponíveis na área de atuação dos projetos, além dos documentos-chave já organizados na fase de preparação);
- ii)** Enquete (pesquisa de campo: aplicação de questionários quantitativos/qualitativos padronizados, condução de entrevistas qualitativas com indivíduos ou grupos, uso de ferramentas de análise situacional); e
- iii)** Observação (durante as visitas, participativa ou individual; poderá ser utilizada uma abordagem contrafactual, ou seja, comparando com casos semelhantes fora dos projetos).

Essa é a primeira fase de análise dos dados, cujo objetivo é analisar a lógica de intervenção, os produtos e serviços realizados pelos projetos e os



resultados alcançados. Nessa fase, é importante levantar as dúvidas e questões que precisam ser respondidas pelos/as executores/as e beneficiários/as, pois isso servirá de insumo para a próxima etapa, a missão de campo.

Para a análise contrafactual, deverá ser considerada a observação de áreas que não contaram com o apoio do Fundo e que não passaram por intervenções ou apoio de outras iniciativas. Com essa análise, espera-se determinar as diferenças entre casos semelhantes fora dos projetos.

Missão de campo (ou coleta virtual de dados)¹⁹⁴

Tem como objetivo realizar parte da coleta de dados, de forma presencial, em uma amostra representativa do universo de atuação dos projetos, em visita à sua região de atuação e entornos. A missão ocorrerá por meio de visitas em campo, por parte da equipe de avaliação, pelo tempo julgado necessário (deverá ser detalhado no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade), até o limite de 22 dias. Nessas visitas, além da observação dos resultados e benefícios físicos dos projetos, também haverá entrevistas com técnicos/as que atuaram diretamente com os projetos avaliados no período de referência da avaliação. Devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, a missão de campo *in loco* pode não ocorrer, sendo as entrevistas realizadas de forma virtual. Caso necessário, poderá ser contratada uma equipe ou consultor/a local para realizar visitas de campo nas áreas de atuação dos projetos avaliados e verificação de algum resultado *in loco*.

Relatório Preliminar

Após a coleta de informações, a equipe de avaliação deverá complementar a análise dos dados coletados. Para tanto, deverá ser gerado um Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade dos projetos. Esse relatório deverá incluir ainda uma análise dos resultados alcançados, assim como dos impactos agregados atingidos pelos seis projetos, de forma a gerar recomendações. A divisão de atribuições e tarefas de cada membro da equipe de avaliação deverá ser detalhada no Relatório de

194. Devido a situação atual da pandemia causada pelo novo coronavírus, a missão de campo *in loco* pode não ser realizada e para isso serão feitas entrevistas virtuais como forma alternativa. Além disso, há também a possibilidade de contratação de consultores locais que possam realizar possíveis visitas aos locais dos projetos avaliados.



Desenho de Avaliação de Efetividade.

Rodada de consulta

Nessa etapa, será realizada uma oficina (virtual ou presencial), com a participação da equipe de avaliadores/as, da equipe do Fundo Amazônia/BNDES, de representantes do Ministério do Meio Ambiente, de pessoas chave dos projetos e representantes das instituições avaliadas, além de alguns pares, que são os/as especialistas que detêm responsabilidades sob temas correlatos aos dos projetos avaliados. A metodologia da oficina deverá ser descrita no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.

FASE DE ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO

Consolidação da análise de dados.

Junto aos insumos complementares da Rodada de Consulta, haverá uma nova análise baseada nos comentários e justificativas apresentados pelos/as participantes.

Relatório final

A metodologia e a composição do Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas estão especificadas no documento do Marco Conceitual da Avaliação de Efetividade dos projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia e no seu respectivo adendo. O relatório deve conter, na parte principal, até 45 páginas (sem considerar capa, sumário, índices de figuras e tabelas, lista de abreviaturas e siglas, resumo executivo e anexos).

Divulgação dos resultados

Apresentação dos resultados e do relatório final junto aos/às beneficiários/as dos projetos. O Relatório de Avaliação de Efetividade dos projetos e seu resumo executivo serão publicados no website do Fundo Amazônia



Atividades, produtos e prazos

O cronograma a seguir apresenta o roteiro básico para realização da avaliação dos projetos indígenas. A tabela contém as atividades, os serviços e produtos, assim como os prazos do processo.

	Atividades	Responsável	Dias úteis	Prazos	Produtos
1	Divulgar TdR.	GIZ (responsável pela contratação)	15	16/01/2021	Propostas de consultores/as recebidas organizadas.
2	Receber e organizar propostas de consultoras/es, contratar selecionados/as e formar equipe de avaliação (consultores/as + GIZ).	GIZ	31	05/02/2021	Consultores/as contratados/as e equipe formada.
3	Preparar encontro inicial da equipe com o Fundo Amazônia; Contatar as instituições responsáveis pelos projetos a serem avaliados; Analisar documentos relevantes; Consolidar metodologia da avaliação elaborada e proposta pelos/as consultores/as externos/as; Consolidar proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade; Entregar Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade ao BNDES; Apresentação do Relatório ao BNDES.	GIZ	20	28/03/2021	Proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.
4	Comentar proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	GERAV/BNDES DEFAM/BNDES	3	25/03/2021	Proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade com comentários.
5	Revisar Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	3	04/04/2021	Relatório de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade revisado.
6	Aprovar relatório revisado.	GERAV/BNDES DEFAM/BNDES	3	10/04/2021	Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade (final).
7	Implementar avaliação: - Levantar e analisar dados secundários; e - Realizar missão de campo.	Equipe de avaliação	55	12/06/2021	Dados dos projetos coletados e analisados.

(Continua)



(Continuação)

	Atividades	Responsável	Dias úteis	Prazos	Produtos
8	Preparar e entregar Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	15	21/07/2021	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.
9	Apresentar resultados (Rodada de Consultas).	Equipe de avaliação	9	02/08/2021	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade com considerações relatadas na Rodada de Consultas.
10	Comentar Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.	GERAV/BNDES DEFAM/BNDES Organizações responsáveis por cada projeto	5	12/08/2021	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade com comentários enviados posteriormente a Rodada de Consultas.
11	Entregar Relatório Final de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	15	01/09/2021	Relatório de Avaliação de Efetividade.
12	Comentar Relatório Final de Avaliação de Efetividade.	GERAV/BNDES DEFAM/BNDES	5	08/09/2021	Relatório de Avaliação de Efetividade com comentários.
13	Incorporar os conteúdos complementares de apresentação, prefácio e revisão final ao Relatório Final de Avaliação de Efetividade	Equipe de avaliação	3	13/09/2021	Relatório da Avaliação de Efetividade (final).
14	Diagramar e traduzir o Relatório Final de Avaliação de Efetividade e seus anexos (versão 1: português; versão 2: inglês).	Diagramador/ Tradutor/ Equipe de avaliação	15	01/10/2021	Relatório da Avaliação de Efetividade diagramado em formato para divulgação (português e inglês).
15	Divulgar e distribuir o Relatório da Avaliação de Efetividade.	Equipe do Fundo Amazônia	-	01/10/2021	Upload no <i>website</i> do Fundo Amazônia/BNDES



Equipe de Avaliadores/as

A avaliação será realizada por uma equipe composta por duas pessoas, sendo dois/duas (2) consultores/as externos/as a serem contratados/as pela GIZ após chamada de contratação divulgada na Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação. Além disso, haverá o acompanhamento de dois/duas assessores/as técnicos/as da GIZ para a verificação da aderência da avaliação ao definido no TdR.

Os/as consultores/as externos/as deverão ter o seguinte perfil:

Um/a (1) consultor/a sênior ou pleno/a, com conhecimentos em políticas nacionais e estaduais indigenistas, no contexto da Amazônia Legal e com experiência em trabalhos com povos indígenas, em monitoramento e avaliação de políticas em projetos; e

Um/a (1) consultor/a sênior ou pleno/a, com conhecimentos em políticas ambientais e de produção sustentável com povos indígenas e experiências em monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais na Amazônia Legal.

As qualificações da equipe de avaliadores/as incluem as seguintes exigências:

Conhecimento técnico. De forma multidisciplinar, deverá ter experiência com trabalhos desenvolvidos com povos indígenas e conhecimento sobre políticas nacionais e estaduais indigenistas, de produção sustentável, políticas ambientais e sustentabilidade no contexto da Amazônia Legal, além de ter experiência em monitoramento e avaliação dessas políticas e projetos nos temas tratados.

Conhecimento metodológico. Conhecimento nas metodologias que serão utilizadas para avaliação dos projetos, em especial, às relacionadas à coleta e análise de dados, à medição do alcance de resultados e qualificação dos efeitos alcançados junto a povos indígenas. Além disso, é importante conhecer instrumentos que permitam a combinação de métodos para triangular a coleta dos dados, de forma a aumentar a confiabilidade dos resultados.

Conhecimento regional. Deverá ter conhecimento sobre as questões dos povos indígenas e da região amazônica e que são trata-



das no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, como dinâmica social, econômica, invasões por madeireiros e garimpeiros, grilagem, desmatamentos e questões legislativas e jurídicas, logística etc. É desejável ter experiência profissional com os povos indígenas da Amazônia.

Os/as consultores/as contratados/as não podem ter nenhum envolvimento anterior ou vínculo particular com os projetos a serem avaliados. A equipe de avaliação trabalhará sem interferência externa, terá acesso aos dados dos projetos a serem avaliados e obterá apoio para levantar todas as informações necessárias. Os/as peritos/as da GIZ e os/as consultores/as devem tratar toda a documentação do Fundo Amazônia e dos projetos a serem avaliados com confidencialidade e sigilo, ressalvadas as informações que deverão constar do Relatório de Avaliação de Efetividade.

Relatoria, coordenação e responsabilidades

Serão produzidos dois relatórios durante o processo de avaliação: o Relatório de Desenho da Avaliação e o Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas. O conteúdo desses relatórios seguirá o estabelecido no tópico 8.1.7 do documento Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual.

A avaliação de efetividade dos projetos será acompanhada por um grupo de referência dos projetos, com a seguinte composição:

- Representantes da Gerência de Monitoramento e Avaliação da Área de Planejamento do BNDES;
- Representantes do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia do BNDES;
- Representantes da GIZ, no âmbito do projeto de cooperação em vigor;
- Representantes dos projetos e parceiros, responsáveis pela execução dos projetos a serem avaliados; e
- Integrantes da equipe de avaliação.



A coordenação do trabalho de avaliação será realizada pela GIZ. As responsabilidades de cada parte que compõem o grupo de referência estão definidas no tópico 5.1 do documento Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual.

Considerações finais

Direitos autorais

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto desse contrato terão os direitos autorais revertidos para a GIZ. A reprodução total ou parcial requer expressa autorização, reconhecendo-se a propriedade intelectual. Serão dados os devidos créditos de autoria de mapas, fotos, filmes e demais registros que venham a ser usado para fornecer informações sobre o estudo, a critério da instituição contratante.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização para a GIZ.

Código de conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o/a consultor/a ou empresa selecionado/a deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:



Postura pessoal

Escute e dê crédito a ideias de suas e seus colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;

Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada/o pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;

Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;

Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;

Respeite a cultura, os usos e costumes dos povos indígenas.

Ao prestar o serviço

Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas para colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;

Procure estar sempre informada/o sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;

Orientações corporativas

Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.



Anexos

Este TdR possui dois anexos referentes à contratação de dois/duas consultores/as para avaliação:

Anexo 1 - Consultoria pessoa física - Consultor/a 1

Anexo 2 - Consultoria pessoa física - Consultor/a 2

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2021.

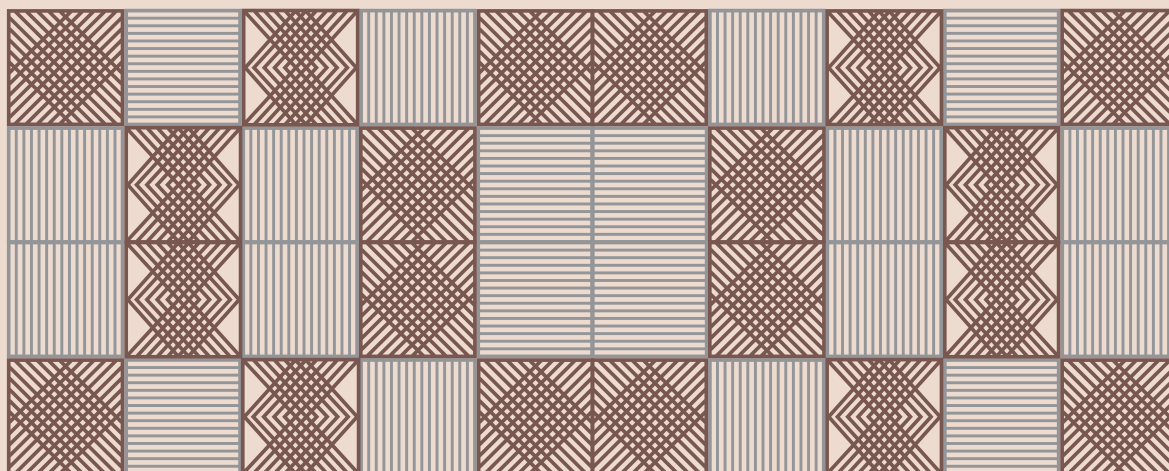
Christian Lauerhass

Diretor de Projeto

Cooperação com o Fundo Amazônia/BNDES

Programa Biodiversidade, Florestas e Clima

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH





Anexo 1 - Consultor/a 1

Termo de referência de consultoria de pessoa física

Chamada de contratação referente ao TdR para Avaliação de Efetividade de seis projetos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

Objetivo

Contratação de um/a (1) consultor/a sênior ou pleno/a, que tenha experiência de campo e conhecimentos em políticas nacionais e estaduais indígenas e indígenas, no contexto da Amazônia Legal, e com experiência em monitoramento e avaliação de políticas em projetos.

Atividades do/a Consultor/a 1

O/a consultor/a deverá integrar a equipe de avaliadores/as dos projetos em questão, tendo como atividades:

Atividade	Descrição
Relatório de Desenho	Contribuir, em conjunto com a equipe de avaliadores/as, para o relatório de desenho, consolidando a redação de acordo com o Termo de Referência.
Coleta de dados e análise	Realizar coleta, análise e interpretação de dados dos resultados, efeitos e impactos dos projetos nos temas relacionados à política ambiental e sustentabilidade e, em especial, na área de Medição de Impactos Socioeconômicos e Ambientais, assim como da legislação ambiental.
Entrevistas	Realizar entrevistas de campo para avaliação dos projetos e, caso possível, oficinas de análise FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), em conjunto com a equipe de avaliadores/as.
Relatório Preliminar	Elaborar, com apoio da equipe de avaliadores/as, o relatório preliminar, consolidando a redação de acordo com o Termo de Referência. Aqui, estão inclusos os capítulos relacionados aos temas sob sua responsabilidade.
Rodada de consulta	Apoiar a organização e participar da rodada de consulta para apresentação do Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.
Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas	Contribuir, em conjunto com a equipe de avaliadores/as, para a versão final do relatório.



Período do trabalho

As atividades deverão ser realizadas entre 14/04/2021 e 31/12/2021. O período para a missão de campo está previsto para o primeiro semestre de 2021.

Produtos do/a Consultor/a 1

Produtos	Dias de trabalho	Prazo	Formatos / especificações técnicas
Produto 1 - Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas.	10	01/05/2021	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 2 - Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas.	40	16/09/2021	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.ft
Produto 3 - Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas.	06	15/10/2021	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
TOTAL	56 dias		

Local de trabalho e viagens

Destino	Previsão de data	Dias de viagem	Dias de hospedagem (pernoites)	Diárias de alimentação
Rio Branco/AC - Manaus/AM	Abril 2021	10	08	10
Brasília/DF - Belém/PA	Maio 2021	08	06	08
Porto Velho/RO	Maio 2021	03	02	03
Rio de Janeiro	Junho 2021	02	01	02
TOTAL		23 dias	17 pernoites	23 diárias

O trabalho será desenvolvido no Rio de Janeiro, Brasília e cidades dos projetos apoiados. Para tal, estão previstas:

Portanto, serão necessárias até quatro (04) viagens¹⁹⁵, em um total de até 23 dias, conforme especificado acima.

¹⁹⁵. Devido a situação atual causada pelo novo coronavírus, as viagens de campo podem não ocorrer e a coleta de informações serão realizadas virtualmente.



Validade do contrato

As atividades deverão ser realizadas entre 14/04/2021 e 31/12/2021. O período para a missão de campo está previsto para o primeiro semestre de 2021.

Condições para prestação dos serviços

O/a consultor/a contratado/az deverá cumprir as seguintes condições:

- Assinatura de confidencialidade dos dados dispostos para análise contratualmente;
- Aceite do termo de compromisso de não publicação de informações acerca do objeto de análise;
- Acesso e recepção de material prévio disponibilizado pelo setor responsável;
- Desenvolvimento e acompanhamento do trabalho em coordenação com a GIZ e Fundo Amazônia, inclusive no que diz respeito à aprovação ou solicitação de retificação de produtos.

Qualificação do profissional

- 5 anos ou mais de experiência no tema de monitoramento e avaliação de projetos e/ou políticas públicas;
- Conhecimentos em políticas nacionais e estaduais indigenistas e indígenas (desejável), no contexto da Amazônia Legal;
- Vasta experiência de trabalho com populações indígenas da Amazônia;
- Desejável experiência em temas de gestão territorial e de consolidação de cadeias produtivas sustentáveis com foco em populações indígenas;
- Experiências em monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais, de preferência na região da Amazônia Legal (desejável) com povos indígenas;
- Conhecimento sobre políticas públicas na área de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e meio ambiente; e
- Conhecimento sobre as questões indígenas e regionais da Ama-



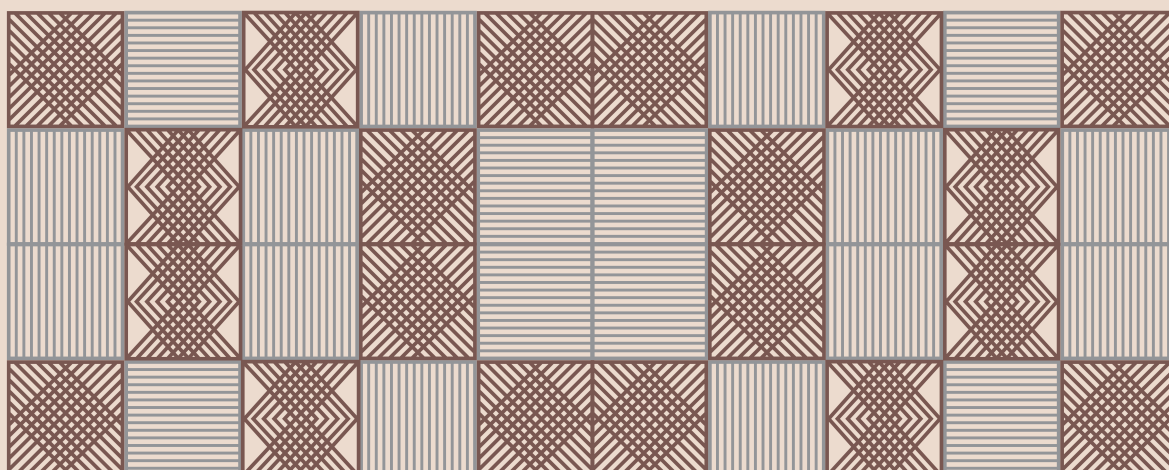
zônia que são tratadas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

Pagamento

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos e apresentação de Nota Fiscal ou Fatura.

Os custos de viagem serão reembolsados contra a apresentação dos comprovantes de despesas, conforme diretrizes da GIZ a serem informadas no contrato.

O processo de revisão e aprovação técnica dos produtos inclui a avaliação do/a assessor/a técnico/a da GIZ. A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo do/a AV/DV do projeto.





Anexo 2 - Consultor/a 2

Termo de referência de consultoria de pessoa física

Chamada de contratação referente ao TdR para Avaliação de Efetividade de seis projetos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

Objetivo

Contratação um/a (1) consultor/a sênior ou pleno(a), com experiência com povos indígenas e conhecimentos em políticas ambientais e de produção sustentável em terras indígenas, assim como experiências em monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais na Amazônia Legal.

Atividades do/a Consultor/a 2

O/a consultor/a deverá integrar a equipe de avaliadores/as dos projetos em questão, tendo como atividades:

Atividade	Descrição
Relatório de Desenho	Elaborar, com apoio da equipe de avaliadores/as, o relatório de desenho, consolidando a redação de acordo com o Termo de Referência.
Coleta de dados e análise	Realizar coleta, análise e interpretação de dados dos resultados, efeitos e impactos dos projetos nos temas relacionados à política ambiental e sustentabilidade e, em especial, na área de Medição de Impactos Socioeconômicos e Ambientais, assim como da legislação ambiental.
Entrevistas	Realizar entrevistas de campo para avaliação dos projetos e, caso possível, oficinas de análise FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), em conjunto com a equipe de avaliadores/as.
Relatório Preliminar	Contribuir na elaboração do relatório como um todo, incluindo os capítulos relacionados aos temas sob sua responsabilidade.
Rodada de consulta	Apoiar a organização e participar da rodada de consulta para apresentação do Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.
Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas	Consolidar, em conjunto com a equipe de avaliadores/as, a versão final do relatório.



Período do trabalho

As atividades deverão ser realizadas entre 14/04/2021 e 31/12/2021. O período para a missão de campo está previsto para o primeiro semestre de 2021.

Produtos do/a Consultor/a 2

Produtos	Dias de trabalho	Prazo	Formatos / especificações técnicas
Produto 1 - Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas.	15	01/05/2021	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 2 - Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas.	35	20/07/2021	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 3 - Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas.	06	08/08/2021	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
TOTAL		56 dias	

Local de trabalho e viagens

O trabalho será desenvolvido no Rio de Janeiro, Brasília e cidades dos projetos apoiados. Para tal, estão previstas:

Destino	Previsão de data	Dias de viagem	Dias de hospedagem (pernoites)	Diárias de alimentação
Rio Branco/AC - Manaus/AM	Abril 2021	10	08	10
Brasília/DF - Belém/PA	Maio 2021	08	06	08
Porto Velho/RO	Maio 2021	03	02	03
Rio de Janeiro	Junho 2021	02	01	02
TOTAL		23 dias	17 pernoites	23 diárias

Portanto, serão necessárias até quatro (04) viagens¹⁹⁶, em um total de até 23 dias, conforme especificado acima.

¹⁹⁶. Devido a situação atual causada pelo novo coronavírus, as viagens de campo podem não ocorrer e a coleta de informações serão realizadas virtualmente.



Validade do contrato

As atividades deverão ser realizadas entre 14/04/2021 e 31/12/2021. O período para a missão de campo está previsto para o primeiro semestre de 2021.

Condições para prestação dos serviços

O/a consultor/a contratado/az deverá cumprir as seguintes condições:

- Assinatura de confidencialidade dos dados dispostos para análise contratualmente;
- Aceite do termo de compromisso de não publicação de informações acerca do objeto de análise;
- Acesso e recepção de material prévio disponibilizado pelo setor responsável;
- Desenvolvimento e acompanhamento do trabalho em coordenação com a GIZ e Fundo Amazônia, inclusive no que diz respeito à aprovação ou solicitação de retificação de produtos.

Qualificação do profissional

- 5 anos ou mais de experiência em trabalho com povos indígenas;
- Conhecimento em políticas indigenistas, indígenas e ambientais e de produção sustentável e nos temas de cadeias produtivas e terras indígenas na Amazônia Legal;
- Experiências em monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais na região da Amazônia Legal;
- Desejável ter conhecimento e trabalho com populações indígenas da Amazônia;
- Conhecimento sobre políticas públicas na área de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e meio ambiente; e
- Conhecimento sobre as questões regionais da Amazônia que são tratadas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

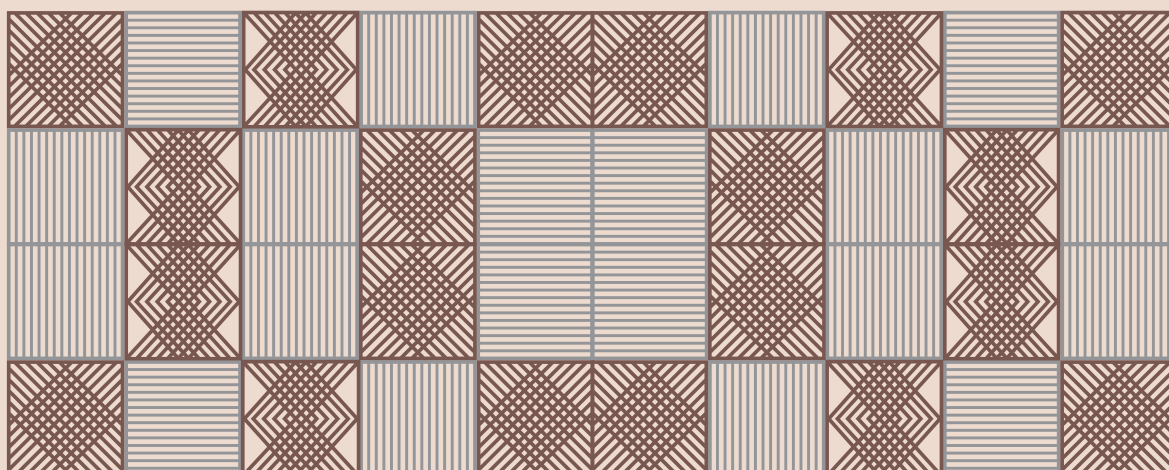


Pagamento

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos e apresentação de Nota Fiscal ou Fatura.

Os custos de viagem serão reembolsados contra a apresentação dos comprovantes de despesas, conforme diretrizes da GIZ a serem informadas no contrato.

O processo de revisão e aprovação técnica dos produtos inclui a avaliação do/a assessor/a técnico/a da GIZ. A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo do/a AV/DV do projeto.





Avaliação de Efetividade de projetos Indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

Antonio Manoel Timbó Lima Gomes
Gersem Baniwa
Ricardo Wahrendorff Caldas

Dezembro / 2021



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

